

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO  
DOUTORADO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS DE  
MOYSÉS LUPION (1947-1951 e 1956-1961): A INSTRUÇÃO  
BÁSICA NO ESTADO DO PARANÁ**

**VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS DE SOUZA**

**MARINGÁ  
2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
DOUTORADO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS DE  
MOYSÉS LUPION (1947-1951 e 1956-1961): A INSTRUÇÃO  
BÁSICA NO ESTADO DO PARANÁ**

Tese apresentada por VÂNIA DE FÁTIMA  
MATIAS DE SOUZA, ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade  
Estadual de Maringá, como um dos requisitos  
para a obtenção do título de Doutor em  
Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a): Prof<sup>(a)</sup>. Dr.(a).: ANGELA MARA  
DE BARROS LARA

MARINGÁ  
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA:**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO  
DOUTORADO

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS DE  
MOYSÉS LUPION (1947-1951 e 1956-1961): A INSTRUÇÃO  
BÁSICA NO ESTADO DO PARANÁ

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Mara de Barros Lara (Orientador) – UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elizabeth Blanck Miguel - PUC – Curitiba

---

Prof. Dr. André Paulo Castanha – UNIOESTE – Francisco Beltrão

---

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo – UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irizelda Martins de Souza e Silva - UEM

Maringá, 27 de março de 2014



A vida do ser humano é marcada por lutas e conflitos vividos no cotidiano. Por me fazerem encontrar o caminho para continuar a prosseguir nas lutas das minhas convicções, *dedico* esta tese a essência da minha existência, dos meus desejos e, das minhas conquistas – meus grandes amores: Silvio e Erick.

## AGRADECIMENTOS

Todo início é um grande recomeço, um movimento que paira e expande as fronteiras de toda compreensão, e, neste momento ímpar é assim que me sinto, tomada pela impulsividade de tornar concreto, um desejo abstrato compartilhado com muitos, alguns ainda mais especiais, pois me ajudaram a chegar até aqui. Por me erguerem quando não havia mais forças, me ampararem e me colocarem de volta aos trilhos, que compassadamente trouxeram até o dia de hoje. Meus agradecimentos especiais,

A você meu companheiro de caminhada – *Silvio* -, pelo acalanto, apoio e abrigo, fruto do poder daqueles que expressam a grandeza de amar incondicionalmente. Por entender minha ausência. Por compartilhar das minhas angústias. Por acreditar na vitória e, principalmente por me abraçar nos momentos de desespero e me lembrar que no fim sempre dará certo. Muito obrigada!

À razão inestimável e singular do meu ser, que se traduz no meu viver – *Erick* -, você é minha vida, sua existência me basta! Seu sorriso me leva a reencontrar o caminho, a razão e o discernimento da estrada que por você devo seguir. Se hoje estou aqui, saiba que é por você!

Às minhas raízes, fortes e aconchegantes, rijas e flexíveis, *d. Tê* (Maria Terezinha) e *Seu Neco* (Antonio Luiz), meu porto seguro, meus pais amados, pelo irrestrito apoio em minhas decisões, por acreditarem que daria certo quando minhas forças estavam já exauridas pelo cansaço da estrada cravejada de espinhos, me mostram sempre que o acalanto das rosas e a doce brisa da manhã sempre chega. Obrigada por me fazerem acreditar que "*amanhã com certeza será possível*".

À minha doce e amada irmã Elizangela, por me lembrar que é preciso amar incondicionalmente sempre. Que tudo vale a pena, que ter fé é o marco principal para se concluir a jornada.

À Luana, minha linda bonequinha, minha amada sobrinha, pelos abraços, e mimos recebidos nos dias que a incerteza e as angústias me afligiam.

À prof. do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, Dr<sup>a</sup>. Larissa Michele Lara – minha amiga Lari - amiga que o destino, o acaso, os deuses ou os anjos, cuidadosamente colocaram em minha estrada. Minha companheira de trabalho – parceira da vida, sem você esse dia não existiria. Jamais terei palavras para agradecer sua presença na minha vida.

À Paula, Rosana, Agda, Paula Natali, Tania e Sandra - injusto não nomina-las -, obrigada pelas palavras, pelo apoio, pelo incentivo, quando por vezes ficava desacreditada.

Às amigas Mara Rafael e Meire Lóde, por me fazerem encontrar luz no meio dos desesperos acadêmicos e pessoais. Pelos cafés, risos e abraços compartilhados, tornando o mundo acadêmico mais humano.

Aos amigos Dula, Silvia e Flávia, uma família que o destino colocou em nossos caminhos, obrigada pelo carinho e pelas palavras amigas!

À professora Dr<sup>a</sup>. Ângela Mara de Barros Lara minha orientadora, exemplo de mãe, mulher e profissional. Uma pessoa única! Um anjo especial que compartilhou seus conhecimentos, com rigor, clareza e ternura durante as etapas desta pesquisa. Não encontro palavras para expressar a importância de sua presença, paciência, generosidade e respeito nessa caminhada. Ângela, com você descobri que para ser pesquisador é preciso primeiro ser humano. Sua presença em minha vida hoje e sempre tornou-se essencial.

Ao prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, toda minha admiração, respeito e gratidão pelo compartilhar dos conhecimentos nas aulas do doutorado, e pela contribuição significativa na realização desta pesquisa. A prof. Dr. Irizelda Martins de Souza e Silva, pelos diálogos extracurriculares que me ajudaram a encontrar nas angústias acadêmicas o caminho a seguir com cautela, cuidado e persistência.

Ao prof. Dr. André Paulo Castanha, e a prof. Dra. Maria Elizabeth Blanck Miguel, pela competente dedicação e análise criteriosa, que resultaram nas valiosas considerações e sugestões para melhoria deste trabalho.

Às pessoas que integram o Arquivo Público do Paraná pela atenção e colaboração dispensada durante a pesquisa no fornecimento de parte dos dados utilizados neste estudo.

Ao Museu Histórico de Londrina, em especial a Rosangela pelas buscas incessantes e auxílio na busca por materiais esquecidos e/ou perdidos no tempo.

As amigas, mães, esposas, profissionais do Grupo GEPPEIN, um grupo que me acolheu com braços abertos, me fez perceber que a academia pode ser um local de grandes amizades e muitos risos. Com vocês os estudos se tornam aprazíveis.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas Corpo, Cultura e Ludicidade do Departamento de Educação Física, pelo apoio durante o processo.

Ao Hugo Alex da Silva e Márcia Galvão da Motta Lima funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá pelo competente apoio e assessoria técnica administrativa nas diversas etapas da pesquisa.

O desafio da modernidade é viver  
sem ilusões, sem se tornar  
desiludido – *Antonio Gramsci*

SOUZA, Vania de Fátima Matias de. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE MOYSÉS LUPION: A INSTRUÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARANÁ.** 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Orientadora: Ângela Mara de Barros Lara, Maringá, 2014.

## RESUMO

Este texto analisa a educação básica no Estado do Paraná, especificamente no governo de Moysés Lupion, no período de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961 estabelecendo a relação entre a ideologia política e econômica atrelada às questões do setor educacional. Assume para as discussões as Mensagens de Governo proferidas na Assembleia legislativa no período, bem como a legislação direcionada à educação primária do Estado, para responder as problemáticas levantadas na tese: Qual seria a preocupação dos governos do período de 1940 a 1960, no Paraná, com a Instrução Básica? Seriam as questões econômicas ou pedagógicas que alicerçavam os discursos e ações político-governamentais daquele período? E, quais eram os pressupostos que orientaram as diretrizes da educação no Paraná, enquanto ações políticas? Para tanto, foram recolhidos os dados no Arquivo Público do Paraná e no Diário Oficial do Estado que, após classificados, possibilitaram a definição dos eixos temáticos para a análise. O objetivo do estudo foi o de analisar as diretrizes organizacionais do ensino primário no Estado Paraná no período que abrange os anos de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960, tendo em vista as ações efetivadas pelo governo de Moysés Lupion. Para viabilizar essa análise, o desenvolvimento da pesquisa se pautou na investigação das relações econômicas, políticas e sociais do Estado do Paraná, a fim de contextualizar o governo de Moysés Lupion, para estabelecer as relações entre o estado brasileiro, a sociedade paranaense e a educação. Na sequência, apresenta a legislação educacional dos governos de Moysés Lupion, consolidando as relações entre as propostas de governo e as demandas da sociedade civil. Esta tese traz ainda a interpretação dos decretos-lei, as mensagens e os relatórios provenientes dos governos em estudo, na busca de compreender o processo de elaboração do discurso efetivado nas leis que fundamentaram os pressupostos educacionais no Paraná. Justifica-se tal estudo pela necessidade de fontes relacionados à história das políticas educacionais no estado. As análises dos documentos foram sustentadas nos pressupostos do materialismo histórico para entender o papel do Estado e da Sociedade civil, no contexto da efetivação das demandas por políticas educacionais daquele momento. Os resultados apontaram que as questões ideológicas político-partidárias se efetivaram/realizaram e consolidaram de forma efetiva à ação desse governo. Conclui-se que a construção de uma política educacional é marcada pelas demandas econômicas de um determinado momento histórico e que, portanto, as preocupações com as questões pedagógicas da educação acabam por sucumbir às necessidades da produção e da economia que cercam o campo educacional.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas Educacionais. História da Educação Paranaense. Governos de Moysés Lupion.

SOUZA, Vania de Fátima Matias de. **PUBLIC POLICIES FOR EDUCATION IN GOVERNMENT MOYSÉS LUPION: BASIC EDUCATION IN PARANÁ STATE.** 2013. 276 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Angela Mara de Barros Lara. Maringá, 2014.

## ABSTRACT

This paper analyzes the basic education in Paraná, specifically in government Moysés Lupion, in the period from 1947 to 1951 and from 1956 to 1961, seeks to establish the relationship between political and economic ideology pegged issues in the education sector. Assume for discussion the messages given to Government Legislative Assembly in the period, as well as legislation aimed at primary education in the state, to answer the issues raised in the thesis: what would be the concern of governments in the period from 1940 to 1960 in Paraná with Basic Instruction It would be economic or pedagogical issues that sustain speeches and political-governmental. And what were the assumptions that guided the guidelines of education in Paraná, while political actions. For this, the data in the Public Archives of Paraná and in the Official Gazette of the State that after sorted, allowed the definition of the themes for the analysis were collected. The aim of the study was to analyze the organizational guidelines of primary education in Paraná State in the period covering the years 1947-1951 and 1956-1960, in view of the actions effected by the government of Moysés Lupion. For this analysis make possible the development of the research was based on research into the economic, political and social relations of the state of Paraná to contextualize the government Moysés Lupion order to establish the relations between the Brazilian state Paraná's society and education, in sequel present the educational legislation of governments to Moysés Lupion, consolidating relations between government proposals and demands of civil society, and finally, the thesis brings the interpretation of ordinances, messages and reports by governments under study, in seeking to understand the process of drafting the speech effected in the laws that supported the educational assumptions in Paraná. Justified such studies need to relate to historical educational policies in the state studies. The analysis of the documents were sustained in Marxist to understand the role of the state and civil society in the context of the realization of the demands for educational policies that moment assumptions. The results showed that the partisan political ideological issues are accomplished effectively and strengthen the action of this government. The construction of an educational policy is marked by the economic demands of a particular historical moment, and that, therefore, concerns about pedagogical issues of education eventually succumb to the needs of production and the economy surrounding the educational field.

**Key words:** Education. Educational Policy. History of Education Paranaense Moysés Lupion governments.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	19
2 O CENÁRIO POLÍTICO – ECONÔMICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....	31
2.1 Relações entre Política, Estado e Educação: Interfaces Históricas .....	38
2.1.1 O Estado Brasileiro: a Constituição do Estado e da Sociedade Moderna no Brasil.....	56
2.2 Marcos Históricos que influenciaram as Políticas Públicas Educacionais no Brasil no Período de 1940 a 1960 .....	67
2.3 As Influências da economia na consolidação e necessidade de reformas educacionais no Paraná na década de 1940 a 1960.....	89
2.3.1 A Construção Histórica do Paraná e as primeiras aproximações com a educação .....	96
3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO A PARTIR DA IDEÁRIO POLÍTICO DA SOCIEDADE DE 1947-1951 e 1956-1961: PERSPECTIVAS A PARTIR DA LEGISLAÇÃO .....	125
3.1 Brasil de 1940-1960: O Panorama Político e Econômico do Estado .....	129
3.2 As Ações dos Governos Vargas e JK para o setor educacional .....	147
4 AS MENSAGENS DE MOYSÉS LUPION: 1o GOVERNO (1947 - 1951) e 2º GOVERNO (1956 – 1961).....	162
4.1 O que o Governo Moysés Lupion tinha a dizer sobre a Educação do Paraná .....	166
4.2 Matrículas: a preocupação do governo de Moysés Lupion.....	187
4.3 Gastos gerais com a educação paranaense nos governos de Moysés Lupion .....	191
4.4 Gastos com edificações escolares .....	202
4.5 Gastos aluno/ano .....	207
4.6 Gastos com formação do magistério para atuação no ensino primário .....	210
5 APROXIMAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E O GOVERNO DO PARANÁ (1947-1951) E (1956 – 1961) .....	217
6 CONCLUSÃO .....	251
REFERÊNCIAS .....	259



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Decretos que regularam a educação brasileira no ano de 1931 ..	75
Quadro 2 - Decretos-lei no ensino no Brasil nos anos de 1942 a 1943 .....	77
Quadro 3 - Decretos-lei direcionados ao ensino no Brasil com destaque ao ano de 1946 .....	84
Quadro 4 - Os Governadores do Paraná no período de exercício de 1950 a 1961.....	106
Quadro 5 - Presidentes do Brasil no período de 1930 a 1961 .....	130
Quadro 6 - Leis Orgânicas de Ensino no Brasil nos anos de 1940 .....	151
Quadro 7 - Decretos da Educação no Brasil no período de 1946.....	151
Quadro 8 - Leis Orgânicas de Ensino no Brasil nos anos de 1946 .....	152
Quadro 9 - Mensagens apresentadas por Moysés Lupion no período de 1948 a 1950 e 1956 a 1958 .....	167
Quadro 10 - Gastos com educação nos anos de 1947 a 1949 .....	186
Quadro 11 - Leis para a educação no Paraná de 1947 a 1951: destaques para o fator econômico .....	193
Quadro 12 - Leis para a educação no Paraná de 1956 e 1961: destaques para o fator econômico .....	197
Quadro 13 - Leis do período de governo de Moysés Lupion de 1948 a 1949 relativas a formação de professores .....	211
Quadro 14 - Leis do período de governo de Moysés Lupion de 1956 a 1961 relativas a formação de professores .....	216

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Ensino primário geral (comum e supletivo) - Matrícula efetiva: 1932 / 1935 .....</b>	<b>144</b>
<b>Tabela 2 - Matrículas no período de 1938 a 1948 no ensino pré-primário e Fundamental no Paraná.....</b>	<b>145</b>
<b>Tabela 3 - Matrículas do Ensino primário de 1952 a 1953 no Estado do Paraná.....</b>	<b>145</b>
<b>Tabela 4 - Ensino primário: principais resultados por unidades da federação: 1955/56 - matrícula efetiva, segundo o sexo dos alunos, a dependência administrativa e a localização .....</b>	<b>146</b>
<b>Tabela 5 - Taxa de Matrículas nos anos de 1940-1950 no Brasil .....</b>	<b>244</b>

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1 - Encontro de Moysés Lupion em visita a escola.....19
- Foto 2 - Acervo Moysés Lupion - Lupion (centro). Foto retirada na visita do Governador no norte novo do Paraná. Foto em Maringá, em 13-11-1949 )....31
- Foto 3 - Da esquerda para direita, os interventores Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Mário Gomes e Moysés Lupion, recém-eleito, por eleições diretas, governador do Paraná, em março de 1947 . ..... 125
- Foto 4 - Juscelino Kubitschek e Moysés Lupion – encontro (sem data) realizado na Secretaria do Palácio do Governo..... 165
- Foto 5 - Visita de Moysés Lupion a Escola normal secundária em Londrina (sem data). O governador Lupion visita a sala de artes, onde estavam expostos cavaletes com obras de arte .....211
- Foto 6 - A esquerda Juscelino Kubitschek e Moysés Lupion se cumprimentam. A direita o governador com João Goulart .....218
- Foto 7 - Da esquerda para a direita, estão Tancredo Neves, Moysés Lupion, Juscelino Kubitschek, Henrique Teixeira Lott e João Goulart em encontro não identificado .....219
- Foto 8 - Da esquerda para a direita: Moysés Lupion, Juscelino Kubitschek, Marechal Lott e João Goulart em encontro não identificado .....220
- Foto 9 - Moysés Lupion plantando uma magnólia em comemoração a inauguração da escola rural de Apucarana .....230
- Foto 10 - Estudantes esperando a chegada de Lupion .....251
- Foto 11 - Lupion cumprimenta o povo no dia da posse, em 31 de janeiro de 1956, eleito pelo PSD, sua principal plataforma de governo era anunciada

com a intenção de finalizar as obras de infraestrutura empreendidas em seu primeiro mandato .....259

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento

CAPES – Fundação Coordenação do Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DNOSCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

IBEC – Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MES – Ministério da Educação e Saúde

MNEA – Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSB – Partido Social Democrata

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem para o Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIRENA – Sistema Radio Educativo Nacional

SSR – Serviço Social Rural

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UND – União Democrática Nacional



Foto 1 - Fonte-Arquivo Público do Paraná: Imagem encontro de Moysés Lupion em visita a escola (PARANÁ, ARQUIVO PÚBLICO, 1948)

A tese que apresento se constitui a partir dos estudos da pesquisadora, uma vez que, transitar pela história das políticas é um desafio posto por inúmeras áreas de investigação, que buscam compreender as relações sociais, econômicas e políticas relacionadas à educação. No entanto, sua problemática teve início em uma área um pouco distante daquelas que comumente se dedicam a estudar as políticas. O que levaria uma professora do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá a investigar a história das políticas relacionadas à educação no Estado do Paraná, no período entre os anos 40 e 60 do século XX?

Para obter a resposta é preciso entender que essa minha inquietude não acontece somente no processo de doutoramento, mas antes dele, na pesquisa realizada no mestrado, a qual resultou na Lei Municipal nº. 8392/2009 (da cidade de Maringá-PR), que coloca como obrigatoriedade a disciplina de educação física nos Centros de Educação Infantil do município. Esse trâmite de legalidade instigou e levantou uma série de inquietudes durante o processo de construção do Projeto de Lei, pois era preciso que eu justificasse historicamente a importância da educação física nesse cenário da educação básica e, em especial, na educação paranaense. Esse fato é que me levou a buscar no doutorado uma pesquisa que trouxesse a compreensão dos fatos que outrora me instigaram.

Seria preciso delimitar o estudo. Fui buscar na educação, em especial, na linha das políticas públicas os pressupostos teórico-metodológicos para sanar e suprir essas inquietudes. O ponto de partida foram as políticas educacionais, mas não apenas para entendê-las na sua estrutura contemporânea, mas em como ou em quais ações se consolidaram a realidade atual. Apresentadas as inquietudes, continuo a tratar do que me mobilizou a investir nesta pesquisa; passei a observar durante as aulas do doutorado que era preciso entender e conhecer um pouco mais acerca dos percalços das políticas educacionais no nosso Estado.

Embrenhei-me, então, nas políticas educacionais como exercício de compreensão da construção de um período marcado por ideologias de um Estado centralizador, que se constituiu pela premissa da garantia de condições básicas



para o desenvolvimento da sociedade civil e usou em seu discurso a educação como a chave para tal mudança.

Essa premissa dá à tese a compreensão da história e das políticas como marco de posição, no campo da educação básica no Estado do Paraná. De certo que o sentimento de busca pelo conhecimento do lócus do qual faço parte, sustentou-se nos estudos e nas disciplinas cursadas durante o doutorado, as quais trouxeram subsídios teóricos e metodológicos que possibilitaram estabelecer as definições e conceitos que são apresentados nas discussões das ações políticas governamentais que aqui se apresentam.

[...] Mede-se um criador (pintor, contista, poeta) pela originalidade [+ ou — relativa, + ou — absoluta) da sua produção. [...] Afinal, que "massas" são essas? A ignorância e a desinformação, o provincialismo e o paroquialismo (formas de redundância, repetição, banalidades entropia) não prevalecerão sobre a informação nova (LEMINSKI, 1976, p. 43).

O excerto de Leminski, o poeta paranaense me provocou a discutir e analisar as políticas educacionais no Paraná, no período de 1940 a 1960. A necessidade do entendimento das ações postas no passado permite a expansão dos conhecimentos históricos que circunscrevem a sociedade civil paranaense, na qual os governantes se apresentam como interlocutores desse sistema; a sociedade, seus anseios e necessidades como coadjuvantes, que se entrelaçam nas ações e se efetivam no mesmo constructo/construto social. Por esta razão, foi preciso dialogar com as mensagens, leis e decretos para que as informações acerca da educação do período pudessem ser analisadas para seu entendimento como ações de governo e de Estado.

Parece-me que o universo das políticas educacionais se delinea a partir da análise do trâmite dos contextos que desenham a sociedade, pois como afirma Marx (1968), existe no processo do trabalho um devir e um desenvolvimento. O devir se refere a uma sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram construídas pelo modo de produção anterior e que serão repostas pelo

novo modo. O desenvolvimento, por sua vez, é o movimento interno de um modo de produção, é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor, internamente e por inteiro, o seu pressuposto.

E é nesse movimento que a história do homem vai se construindo. Chauí (2007) explica que uma forma histórica está desenvolvida quando se torna capaz de transformar num momento anterior a si aquilo que, no início, lhe era exterior, proveniente de uma forma histórica anterior, ou seja, quando se realiza uma reflexão, de tal maneira que a exterioridade é negada como exterioridade para ser posta como interioridade na nova formação social. Assim, o desenvolvimento completo revela a finitude da forma histórica e a expõe à infinitude do devir.

Por entender que cabe ao educador explicitar seu devir no desenvolvimento de suas ações e, que não se esgotam as fontes de discussões acerca dos movimentos políticos que influenciam o campo educacional, observo ainda a necessidade de estudar a história do Paraná, das políticas educacionais, por entender que os anos de 1947-1951 e 1956-1961 se efetivam como um período marcado por movimentos, discussões que circunscreveram o universo da educação em nosso País. Entender ainda que ações governamentais se refletiram no estado do Paraná, configurando o cenário educacional ao longo do tempo, a partir do macro campo do conhecimento, que se centra, em geral, por meio dos ideários políticos que desenham a trajetória da sociedade.

Os ideários hegemônicos de construção de uma sociedade civil e política se entrelaçam nesse caminho da efetivação do direito à educação, consolidada por meio da preconização de uma escola pública de qualidade, possibilitando o acesso da população à educação básica ou como era dita no período, “a instrução básica”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Moysés Lupion usa o termo em seus discursos, referindo-se a educação básica, como sendo o 1º ao 4º ano do ensino primário, destinada a habilitar a pessoa a ler e a escrever. O termo estava sempre atrelado ao ensino das primeiras letras e à preparação do cidadão para o novo cenário que o Paraná deveria ocupar perante o país.

Há que se lembrar que, naquele momento, já se fazia presente a discussão e ênfase no fato de que todos os cidadãos possuem o direito de se apropriar do conhecimento historicamente sistematizado pela humanidade para compreender o mundo em que vivem e atuam, conscientes das transformações sociais. Isto porque, segundo Marx e Engels (1984), as condições existentes em uma sociedade, o modo como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas, e as relações sociais estabelecidas servem como base de suas estruturas sociais e da consciência humana.

Como fator preponderante, a educação se consolida a partir do contexto que se firma por meio de políticas educacionais, que passam a responsabilizar a ação do governo em conjunto com a sociedade civil na promoção da relação dual entre o modo de pensar e de agir da sociedade.

De acordo com Ball e Bowe (1992), existe uma natureza complexa e controversa que circunscreve o campo das políticas educacionais, em especial no que se refere aos processos micro políticos e, a ação dos profissionais que se encontram envolvidos no cenário das políticas. Este é um processo de articulação entre a manutenção e gerenciamento do poder do Estado e as necessidades da sociedade.

Para análise primária do campo das políticas, torna-se interessante compreender que o processo político, segundo Ball e Bowe (1992), inicialmente, caracteriza-se a partir da noção de um ciclo contínuo constituído, que os autores denominam como facetas ou arenas políticas, ou seja, a política proposta, a política de fato e a política em uso<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Referem-se à política proposta, à política oficial, relacionada com as intenções não somente do governo e de seus assessores, de departamentos educacionais e burocratas encarregados de implementar políticas, e também das intenções das escolas, autoridades locais e outras arenas onde as políticas emergem. A política de fato, também constitui-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. A política em uso, refere-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática (BALL; BOWE, 1992).

Para o esclarecimento do funcionamento das ações políticas os autores descrevem que as políticas acontecem por meio de ciclos, sendo: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse, envolvendo disputas e embates.

Ball e Bowe (1992) expandiram o ciclo de políticas, acrescentando outros dois contextos ao referencial original, o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. O contexto do ciclo de políticas, o contexto dos resultados ou efeitos preocupam-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. Esses efeitos podem ser divididos em gerais e específicos.

Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados no processo por pesquisadores que se atêm a entender a educação como uma relação direta com as ações políticas voltadas para a sociedade. É cada vez mais difícil distinguir entre políticas educativas de partidos políticos tradicionais rivais, uma vez que, em muitos casos, as políticas nacionais são definidas em termos de diferentes manifestações da globalização dos discursos ideológicos que balizam as políticas educativas em nível nacional.

Esse movimento de consolidação de um governo e de um sistema encontra na Educação uma área de conhecimento que tem se apresentado ao longo da história, com objetivos relacionados à formação e preparação do sujeito, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de suas funções no mercado de trabalho. A educação se sustenta na relação estabelecida entre o meio social e as funções educativas de cada época, cercada pelas ações políticas e ideológicas de cada governo, de acordo com sua gestão administrativa; por isso, as transformações.

E, como afirma Gramsci (2000), as ideias não são algo artificial e sobreposto mecanicamente à realidade, não são a aparência e ilusão. A educação rompe com a linearidade do desenvolvimento e do devir da sociedade; possibilita a incorporação da construção de um novo homem, um intelectual ou político que o leva a outras conjunturas de análises do contexto social.

As políticas educacionais sempre possuíram relevância significativa para os governos, em particular, no Estado do Paraná, nos anos de 1940 a 1960. O trato para com a instrução básica era tida como uma ação para trazer imigrantes e os migrantes ao território e torná-lo produtivo. A educação passa a ser vista como forma efetiva, uma possibilidade de construção dos ideais para aquele modelo de sociedade.

As Políticas Públicas compreendem as decisões do Governo nas mais diversas áreas que influenciam na vida dos cidadãos. Trata-se dos atos ou omissões do governo que trazem benefícios ou prejuízos à sociedade. Caracterizam-se por uma conduta consistente e continuada que se constitui numa sequência de decisões (PERONI, 2003).

Essas políticas se efetivaram como mudanças significativas nos anos de 1940 e de 1950 com o Governo de Moysés Lupion<sup>3</sup>, uma vez que, nesse período, observo que a União buscava consolidar o Estado do Paraná no cenário político e, para tanto, efetivaram-se ações econômicas de expansão da sociedade civil, e a

---

<sup>3</sup> Moysés Lupion, nascido em Jaguariaíva, Estado do Paraná, em 25 de março de 1908, estudou em sua cidade natal, em Castro, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, formou-se em contabilidade pela Escola de Álvares Penteado, retornou ao Paraná e fixou-se em Piraí do Sul, onde iniciou suas atividades no comércio, indústria e agricultura. Eleito em 1945, tinha como tônica de seu discurso: *“construir um Paraná maior”*. Nesse período implantou políticas de planejamento, ocupação de esforços territoriais e de integração geoeconômica, atraindo sucessivas correntes migratórias. Foi senador em 1954 e deputado federal em 1962, vindo a falecer em 29 de agosto de 1991, no Rio de Janeiro (PARANÁ, 2011). Moysés Lupion foi um importante empresário no estado do Paraná. Governou o Paraná por duas gestões. A primeira entre 1947 e 1951, e a segunda, de 1956 a 1961. Lupion representava o grupo econômico ligado ao setor madeireiro industrial, e sua figura era associada à modernização. Dentro de um processo contraditório de disputa política e consenso, a fração associada ao setor madeireiro industrial chega ao poder e passará a orientar o Estado rumo aos seus interesses (SALLES, 2004, p. 96).

educação tornou-se uma “arma” de apoio nessas frentes, como possibilidade de fortalecer os ideários políticos e econômicos da época.

O “fazer política” mais uma vez se torna a sustentação de ações para garantir a manutenção da hegemonia político-partidária ou, ao menos, uma tentativa de efetivar a consolidação do agir político vigente no País naquele momento histórico. A educação para o Governo de Moisés Lupion foi selada como ações políticas que demarcaram no Estado do Paraná uma luta desigual entre capital e trabalho, com a prerrogativa de expansão e civilização deste. O que me permitiu perceber como o governo estava atendendo as demandas do cenário político do País, cujo enfoque central era a preparação de mão-de-obra qualificada para o trabalho nas indústrias, enfatizando o ensino técnico como a formação necessária para a sociedade paranaense de então.

Na análise apresentada o governo de Moisés Lupion envia suas Mensagens à Assembleia Legislativa enfatizando a atuação do poder público para efetivar a consolidação do estado paranaense junto as ações desenvolvidas no cenário federal. E, conseqüentemente, ações que deveriam ser desenvolvidas pela população, como tornar-se um estado que poderia intervir e gerenciar ações de sua população por meio do seu governo, fazendo-se presente para transformar os novos espaços em áreas produtivas, que sustentassem e fortalecessem o poder e a atuação do sistema, garantindo por meio do discurso de expansão o gerenciamento dos custos e gastos necessários no estado para concretizar a atuação do governo.

As ações desencadeadas, nesses governos, abrangiam desde a venda ou doação de terras até a presença de órgãos públicos na assistência técnica, no controle sanitário e na educação, esta última, nosso ponto de interesse principal. Nesses governos, de forma geral em suas mensagens, entendiam a educação como uma instrumentalização necessária para que a população incorporasse o projeto de expansão territorial, agregando o território do Iguaçu ao estado do Paraná, ocupando áreas que se encontravam em processo de consolidação de

idades que possibilitassem assim, prover retornos políticos e de interesses econômicos ao Estado.

As mensagens do governador Moysés Lupion foram selecionadas, por compreender o período entre o final dos anos 1940 até meados dos anos de 1960. Estas assinalaram uma maior atenção por parte dos políticos e do poder público com as questões relativas à colonização das terras públicas e privadas do território paranaense.

Essas discussões eram sustentadas em políticas que partiram das orientações do governo Vargas<sup>4</sup> e, que buscavam uma maior centralização e fortalecimento por meio de ações administrativas ligadas a interesses políticos que pudessem evidenciar e/ou impor, quando necessário, o sentimento nacionalista. A partir desse debate, surgem os seguintes questionamentos: Qual seria a preocupação dos governos no período de 1940 a 1960 no Paraná com a Instrução Básica? Seriam as questões econômicas ou pedagógicas que alicerçavam os discursos e ações político–governamentais daquele período? E, quais eram os pressupostos que orientaram as diretrizes da educação no Paraná, enquanto ações políticas?

Como possibilidade para responder a essas questões, elege-se como objetivo da pesquisa: analisar as diretrizes organizacionais do ensino primário no Estado do Paraná, no período que abrange os anos de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960, tendo em vista as ações efetivadas pelo governo de Moysés Lupion. Para viabilizar essa análise, o desenvolvimento da pesquisa se pautou na investigação das relações econômicas, políticas e sociais do Estado do Paraná, no período estudado, para contextualizar o governo de Moysés Lupion, a fim de estabelecer as relações entre o Estado brasileiro, a sociedade paranaense e a educação; apresentar a legislação educacional dos governos de Moysés Lupion; e, por fim, interpretar os decretos-lei, as mensagens e os relatórios provenientes dos governos

---

<sup>4</sup> O Governo de Vargas foi sustentado no conceito de populismo, que é entendido como um fenômeno político e ideológico, caracterizado pelas expectativas de setores populares menos organizados por uma ação salvadora do Estado capitalista (BOITO JR, 1982, p. 54).

em estudo, na busca de compreender o processo de elaboração do discurso efetivado nas leis que fundamentaram os pressupostos educacionais no Paraná.

Por essa razão, a tese apresentada a partir da sustentação no referencial teórico-metodológico marxiano reconhece que a experiência social é única para cada indivíduo. O pensamento é resultado da interpretação ativa da realidade, pois se não fosse assim, não haveria a possibilidade de transformação na sociedade. Para Marx e Engels (1984), a mudança da sociedade ou a história humana é coletiva, uma vez que se parte do entendimento de que os pensamentos, as ações humanas obedecem a certas determinações históricas presentes no meio social em que estamos inseridos.

Esta pesquisa se sustenta a partir da metodologia da análise documental, isto porque, “a pesquisa documental considera como fontes documentais, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, fotografias, dentre outros” (MATOS; VIEIRA, 2002, p. 41). E, assim, as análises pautaram-se nas mensagens e decretos-leis do período de 1940 a 1960, disponíveis no Arquivo Público do Paraná e, na Biblioteca Pública do Estado. Nesse debate, evidenciam-se os interesses que se articularam e se complementaram no setor educacional no Paraná no período, tendo em vista os interesses de ordem política, gerenciados eventualmente por meio da construção de políticas públicas para a orientação do setor educacional paranaense.

A partir da análise dos documentos oficiais e das mensagens, foi possível apontar a perspectiva do governo paranaense, quanto às preocupações políticas que foram propostas para o setor educacional. As mensagens escolhidas mostraram o papel do governo no processo de colonização, expansão territorial e, como sustentavam suas ações educacionais para garantir êxito nesse campo.

Ressalto que a opção em realizar a pesquisa nesse período justifica-se por entender que esse foi um período de intensas mudanças políticas, uma vez que os governos passavam a ser eleitos por sufrágio, e por corresponder a uma fase de ocupação de novos territórios paranaenses e, em consequência desse fenômeno, houve o aumento populacional no Paraná, com o surgimento dos novos centros



urbanos. O governo, desse momento, se viu à frente do desafio de gerir espaços marcados por mudanças significativas, no que se referia a questões de saneamento, saúde e instrução básica (MOTA, 2003). Naquele período (delimitado para o estudo 1947-1951 e 1956-1961), estabelecia-se uma relação entre a produção científica e o objetivo do governo em tornar o território paranaense em uma potência perante a União. Para tanto, era necessário uma sociedade civil que compartilhasse do mesmo ideário de governo, para tanto, foi preciso sanear e educar.

Seguindo ainda os parâmetros ditados pelo governo Vargas, em que os decretos e leis de seu governo influenciaram os anos seguintes, em especial, os anos de 1947 a 1961, aqui estudados. No Paraná a educação foi deliberada por ações no governo de Lupion que sustentassem o pensar e o agir com foco na educação, por meio de políticas propostas pelo poder público, pautadas no processo de consolidação do sistema capitalista no País.

As reformas educacionais<sup>5</sup> idealizadas pelo governo federal, dirigidas à educação primária, ao ensino secundário e ao ensino técnico, levaram os estados a ações políticas que corroborassem no cumprimento dessa tarefa, resultando no planejamento dos novos espaços urbanos e rurais. As políticas educacionais deveriam ser norteadas à expansão da população e ocupação do espaço. Conseqüentemente, a educação tornou-se o elo para civilizar o interior do Paraná, cujo fim último seria chegar ao domínio e saúde do corpo social, uma vez que se almejava uma população forte e sadia, com o suporte para a manutenção do Estado. A educação passa a acenar com políticas que buscavam formar o homem para garantir a manutenção desses ideários.

Tendo essa definição, a tese se apresenta em cinco seções distintas. Na primeira, a introdução do estudo, apresenta as problemáticas referentes ao objeto de investigação e ao delineamento da pesquisa. A segunda trata da análise da concepção de Estado, Sociedade Civil e sua conceituação de termos em uma

---

<sup>5</sup> A discussão relacionada as reformas educacionais e a legislação federal para a educação brasileira e paranaense serão apresentadas nas seções seguintes.

sociedade brasileira que se constitui e forma o estado paranaense, seus ideários e modelos de homem e de sociedade. Para tanto, foram contextualizados a política, o governo e as condições econômicas e sociais do País. Na terceira seção, apresento a educação paranaense a partir da relação política, econômica e social em que se constituíam os governos, os partidos e as ideologias propagadas. Na quarta seção, analiso as propostas orientadoras e norteadoras do Governo de Moises Lupion, a legislação proposta, bem como a intencionalidade do discurso político apresentado nas mensagens e decretos-lei no período de 1940 a 1960, no Paraná. Na quinta e última seção, trago as aproximações da legislação do Estado do Paraná com a legislação federal, para que se possa entender como o movimento e ações do governo de estado estavam atrelados ao campo econômico e político daquele período. E, por fim, apresento a conclusão das análises, em que destaco a formulação de políticas educacionais que foram efetivadas por meio de um ideário fundado no populismo e no nacionalismo que tem por objetivo o desenvolvimento econômico do Estado paranaense, em que se destaca o fato de que o capitalismo no Brasil e no Paraná na sua fase desenvolvimentista fez da escola e da legislação do ensino o lócus das opções políticas e ideológicas no cumprimento de metas enunciadas pelo governo federal.



Foto 2 - Acervo Moysés Lupion - Lupion (ao centro). Foto retirada na visita do Governador no norte novo do Paraná. Foto em Maringá, em 13-11-1949 (PARANÁ, 1949)

**2 O CENÁRIO POLÍTICO – ECONÔMICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA:  
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Esta seção tem como objetivo analisar a concepção de Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas, para em seguida, discutir as Políticas Educacionais e a ação do Governo de Moisés Lupion, tendo como sustentação a relação entre as necessidades da sociedade civil e das ações de governo no estado do Paraná no período estudado. Para tanto, estabeleço o diálogo com o campo das políticas públicas que orientaram e normatizaram a educação daquele período promovendo uma análise com os campos do conhecimento nas áreas social, econômica e política, uma vez que, o saber, se constitui pela dialética das relações e interações históricas humanas.

É preciso entender que aconteceram políticas anteriores, voltadas para o campo educacional no estado do Paraná. No entanto, para o período estudado, apresentou-se como um percurso que se estruturou a partir das necessidades da sociedade daquele momento. Portanto, a educação, entendida, pelo governo como uma estratégia política de convencimento para o acesso e permanência nos locais mais afastados no interior do estado.

Essa constatação me leva a traçar parâmetros históricos que subsidiem as discussões acerca do campo político no que se refere a contextualização do Paraná perante as ações da União naquele período de governo. Frente a essa situação apresentada a tese se sustenta por entender, ser essa uma reflexão pertinente, uma vez que, nas últimas duas décadas, as pesquisas em história da educação tiveram uma grande difusão, devido à ampliação e consolidação dos programas de pós-graduação em educação e ao nascimento de vários grupos de pesquisa voltados ao campo histórico educativo. Novos temas e objetos vêm sendo estudados pela perspectiva histórica, tais como: instituições escolares, ideias pedagógicas, processos de leitura, trabalho docente e formação de professores, cultura escolar, didática e métodos de ensino, manuais didáticos e livros de leitura, políticas educacionais, entre outros.

A incorporação dessa variedade de objetos enriqueceu significativamente a história da educação, frente aos demais campos da educação. Se, por um lado, tivemos a inclusão de novos objetos, por outro, evidenciou-se certo abandono dos

estudos clássicos da educação, como, por exemplo, a legislação educacional e a administração da educação (CASTANHA, 2011). Buscando as devidas aproximações entre as políticas públicas para a educação e a formação do pensamento ideológico que marcaram o país, a pesquisa aponta os contextos que circunscreveram e antecederam a formação e estabelecimento do pensamento hegemônico e da sociedade que influenciaram as políticas públicas educacionais no Paraná nos períodos de 1947 a 1951 e 1956 a 1961, destacando nas mensagens de Governo e nas Leis daquele período a intencionalidade de manutenção do conceito hegemônico por meio da educação.

Entendo que a discussão acerca da compreensão conceitual das políticas e das relações estabelecidas na sociedade se tornam essenciais para a compreensão do momento histórico e as razões pelas quais as políticas educacionais se configuraram nas mensagens e decretos-leis do Paraná. Estas se configuravam como uma força para buscar a hegemonia e garantir a consolidação do Estado e do poder de Governo, a partir de uma nova roupagem de que se constituía esta sociedade a partir dos anos de 1940.

O uso de fontes históricas, em especial, documentos de governo utilizados nessa investigação, foram essenciais para a análise estrutural do estado e, por entender, que o que diferencia os estudos é a forma de identificação, uso e interpretação. As fontes são, “de fato, os vestígios, as testemunhas que manifestam as ações do homem no tempo, por isso respondem como podem por um número limitado de fatos” (CASTANHA, 2011, p. 311).

Para além dos autores clássicos citados, compõem nosso diálogo com os documentos analisados as discussões apresentadas por Montaño e Duriguetto (2011), Fontes (2010), Martins e Groppo (2010), Ney (2008), Fernandes (2006), Nogueira (2005), Vieira e Freitas (2003), Höflling (2001), Gonçalves (1999), Hobsbawm (1998), Cury (1992), dentre outros estudiosos que delinearam e colaboraram para a compreensão dos fundamentos da construção da sociedade daquele período.

A escolha desses autores para a tese se justifica uma vez que esses sustentam teoricamente a ideia de formação da Sociedade Civil e, sua interlocução com o Estado. Permitiu compreender conceitualmente como se delinea a sociedade e, esta se consolida por meio da formação do pensamento de homem que se constitui a partir da dialética, de sua história e, das suas relações sociais. Influencia as ações da superestrutura que desencadeiam nas políticas públicas no campo educacional, especialmente, de uma época na qual a identidade e a necessidade de um conceito hegemônico para a busca da formação, e de uma sociedade pautada na democracia e da formação do homem cidadão. Se constituiu na primazia básica do discurso de governo para alicerçar suas ações na busca pela constituição de um Estado-Nação.

No decorrer da tese analiso os traços destacados na História como fatos marcantes da história política do país, para chegar ao foco educacional das ações políticas para a educação no Paraná no período delimitado. A ênfase recai sobre as alterações ocorridas na dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro e no impacto dessas mudanças sobre o movimento político educacional para gerir a nova estrutura social no Paraná. E, neste contexto, a partir da história e de seus documentos, entendidos aqui como fontes primárias, tornou-se possível realizar análises teóricas acerca do campo político educacional, uma vez que essa é também tarefa do pesquisador da educação e da história.

O que distingue o historiador dos outros cientistas sociais é sua preocupação primordial com o tempo, com a duração, com a mudança e com as resistências à mudança, com as transformações e as permanências ou sobrevivências (CARDOSO, 1982, p.107).

Não faço aqui o papel da historiadora, mas me aproximo da história para que como os educadores, os pesquisadores do campo educacional possa entender o movimento da história política e econômica de um determinado período histórico do estado e do país. Neste sentido, possibilitou-me a compreensão de como a educação se consolidou e, se fez presente naquela sociedade. A história se faz por meio das relações que conciliam a ação do homem e, portanto,

[...] contar uma história sempre foi a arte de contá-la de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. A memória é uma tessitura feita a partir do presente, é o presente que nos empurra em relação ao passado, uma viagem imperdível, uma viagem necessária, uma viagem fundamental, para que possamos trazer à tona os encadeamentos da nossa história, da nossa vida, ou da vida do outro (BENJAMIN, 1987, p. 42).

Entendo que essa história se faz presente com maior destaque no campo da educação, uma vez que, os fatos e acontecimentos se misturam de tal forma que nem sempre é possível estabelecer fronteiras precisas, entre o presente e o passado. Tampouco transpor um determinado acontecimento histórico, em um outro tempo e espaço histórico distante daquele evidenciado. Mas, acredito sim que sua compreensão, suas analogias são preponderantes para a compreensão das relações que se estabelecem de forma linear ou não ao longo da história em especial, em se tratando da educação. Entendo que “buscar no passado as origens do presente tem sido um constante esforço que homens e mulheres tem feito para compreender sua identidade. Aprender esses elos que articulam o hoje ao ontem nem sempre é uma tarefa simples” (VIEIRA; FREITAS, 2003. p. 25).

É um esforço necessário, para que haja na educação e, em seus profissionais uma compreensão das estruturas que regem e normatizam as políticas educacionais em cada época. Isto porque, as relações históricas se apresentam e possibilitam a compreensão do ser social que se envolve não apenas nas relações sociais, econômicas e/ou políticas, mas que tem em suas ações diárias o produto resultante das articulações históricas. Portanto, entendo que “a principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender” (HOSBAWM, 1994, p. 14).

As políticas educacionais e as estruturas de governo, em geral, se dissipam, fragmentam-se quando na verdade carecem ser tratadas no diálogo da práxis do educador, pois são nas ações legais que percebo os meandros políticos para alienar e consolidar uma determinada hegemonia de Estado.

No contexto das transformações sociais os discursos de governo são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que a legislação. Possibilitam entender qual o modelo de homem que se pretendia formar; qual o ideal de sociedade que se pregava em cada momento da história. Esse ideal poderia ser definido pelas estruturas utilizadas como palavras-chave em determinados contextos, como por exemplo, os termos sugeridos por Hobsbawm (1994), tais como indústria, industrial, fábrica, classe média, classe trabalhadora, capitalismo e socialismo. Estes usados para definir o modelo de sociedade, pois demonstravam a mudança, ruptura e ascensão de um modelo social idealizado para a sociedade. Esses termos que evidenciavam transformações ou necessidades de mudança e aceitação da sociedade em cada conjuntura social.

Esses termos, conceitos possibilitam compreender como a sociedade vai se estruturando de acordo com o movimento provocado pelas ações político governamentais. O que vai culminar em estratégias de governo que buscam o direcionamento da sociedade, assumindo as relações entre o social e o político. Portanto, conhecer os conceitos que regem a sociedade em cada tempo histórico significa compreender as análises realizadas em períodos distintos da sociedade. Dessa forma é preciso articular e compreender o passado,

[...] articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso (BENJAMIN, 1987, p. 220).

Conhecer, os significados e conceitos que circulam pela sociedade ao longo da história, não significa realoca-los no presente, ao contrário, colabora para que haja um entendimento de como as ações da sociedade vão se reestruturando e se reorganizando de tal forma a promover a manutenção do sistema que vai reger a sociedade.

Uma vez que , “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”. Por isso, os acontecimentos históricos, as imagens dialéticas, de uma história possível, uma



história que “está a nossa espera” para ser libertada de sua eterna continuidade e repetição, domínio do sempre-igual. E, portanto, “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987, p. 223-229).

Por essa razão, trato a história das políticas educacionais no estado do Paraná, nos períodos de 1947 a 1951 e 1956 a 1961, por entender que as ações políticas daquele governo se estruturaram a partir de uma sociedade que efetivou um modelo de relações sociais sustentadas nas questões levantadas entre o diálogo das políticas de governo e das necessidades crescentes da produção do estado.

Essa produção vai se estabelecer ao longo do governo de Moysés Lupion no estado do Paraná. Naquele período, embora o governo tenha constitucionalmente a obrigação de oferecer a instrução básica a toda população, em geral, privilegia e, se apropria da educação para a sua manutenção nos cargos de governo. Prega sua ideologia enquanto uma imposição de um sistema de educação, levando por vezes a precarização da qualidade do ensino tendo como preocupações básicas as questões orçamentárias ligadas aos gastos com a educação.

Isto acontece, pois como afirma Marx, “os homens [que] fazem a sua própria história, não como querem e sim sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1968, p. 15). As relações dialéticas das ações político-governamentais marcadas no período de desenvolvimento da sociedade paranaense a partir da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, da especificidade, da inserção do Paraná nesta dinâmica.

Essa lógica do pensamento possibilita verificar que as análises das Políticas Públicas Educacionais, não podem se restringir à compreensão imediata de dadas situações. No campo das instituições, não há como recortar e definir padrões, ou estereótipos, sem recorrermos à História. Entendo também que é por meio da análise do Estado e, seu sistema, por meio da construção dos paradigmas políticos

expostos nas ações que se torna possível chegar ao entendimento de como a educação no estado do Paraná se efetivou no governo de Moysés Lupion, isto porque, entender o movimento das transformações da sociedade é considerar os fatores econômicos, sociais e políticos como fazendo parte do conjunto de ações do governo.

Estas transformações da sociedade, por meio de mudanças no contexto social gerados pelas políticas e as questões econômicas, possibilitam ao homem, sujeito histórico, por meio das suas experiências e suas ações construir a ideologia necessária para consolidar um determinado modelo de sociedade. Este se configura por meio das relações existentes entre as contradições e, a consciência para promover as mudanças. Baseada nesta compreensão, trago uma análise acerca dos conceitos de ideologia e hegemonia utilizados como ferramenta de governo na forma das políticas educacional

## **2.1 Relações entre Política, Estado e Educação: Interfaces Históricas**

As relações sociais e políticas se efetivam por meio das relações entre o conhecimento e a economia; o conhecimento e a produção social; o conhecimento e a história, afinal são estes os elementos que na escola, se consolidam por meio da ação hegemônica do Estado. Nas escolas, o conhecimento foi disseminado a partir do modo de produção de mercadorias da sociedade, uma vez que o ambiente escolar explicita as necessidades de um tempo histórico em movimento. Segundo Apple (1989), a escola se torna o espaço para se pensar o ideal de homem de sociedade, bem como na produção e continuidade do sistema em que se encontra determinada sociedade.

A escola passava a ser utilizada pelo Estado como promotora central de um ideário de governo, instituindo-a como o suporte central da formação de uma classe de trabalhadores que possa manter a hegemonia do pensamento dominante, sem que as lutas sejam marcadas pela ideologia da sociedade civil, ou pelos intelectuais orgânicos, que buscam superar a linearidade do sistema imposto e mantido pela classe dominante da sociedade.

No estado do Paraná a educação tem demonstrado profundas carências relacionadas a ordem vigente com relação a qualidade de ensino no estado. Por essa razão entendo ser necessário a compreensão do conceito de Estado, para o entendimento da estrutura política que sustentava e consolidava o Estado daquele período, bem como a concepção de sociedade civil e política para que haja a análise das ações do governo incutidas nas políticas educacionais e sua relação com as necessidades da sociedade no estado do Paraná.

A compreensão primária acerca do significado de Estado, Sociedade Civil e Sociedade Política, permitem a interação entre a transitoriedade dos fatos que marcaram historicamente a sociedade e suas implicações no campo da educação, isto porque, o Estado, é entendido como sendo,

[...] O Estado em geral é o Estado da classe mais poderosa, economicamente a classe politicamente dominante, adquirindo com isso novos meios de dominar e explorar a classe oprimida. [...] O Estado desfruta da autonomia relativa, como também pode se tornar totalmente independente da sociedade e governa-la da maneira pela qual as pessoas que a controlam acham conveniente e sem referência a qualquer força da sociedade distinta do Estado (BOTTOMORE, 2001, p. 132-134).

O Estado consolida o sistema, mas marca sua ação, especificamente, por meio da participação das demais esferas. Nesse sentido, para alicerçar a intencionalidade da tese que se consolida na questão de que as políticas educacionais se firmam por meio da premissa básica da sustentação econômica, tendo como alicerce a concepção de Marx, acerca do entendimento de Estado, pois essa análise é antes de tudo um esforço para compreender as estruturas que organizam e o regem. É por meio do Estado que as estruturas de manutenção do sistema se legitimam.

A sustentação do Estado se efetiva pela luta de classes, e é essa que vai explicar a origem, a natureza, os seus diversos tipos e formas (MARX, 1982). O Estado, é um poder que nasce da sociedade numa fase determinada por seu desenvolvimento, como resultado da divisão em classes e do antagonismo

irreconciliável das classes, como necessidade do recurso à coação por uma minoria exploradora para manter a exploração da maioria. O Estado é uma organização do poder, de repressão e que na verdade trata-se de um instrumento de dominação e opressão de uma classe sobre outras classes. O Estado passa a ser o modelo que consolida uma superestrutura da base econômica existente na sociedade; e as mudanças por ele geridas passam a ser orientadas de acordo com a política estabelecida pelo sistema.

Em geral, o Estado, age na relação entre a infraestrutura e a superestrutura, sendo a infraestrutura a base econômica, ou seja, o conjunto das relações de produção que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas. Já, a superestrutura, tem como parte principal, o Estado, que é constituído pelas instituições jurídicas e políticas e por determinadas formas de consciência social. Como a superestrutura, depende da sociedade civil, deve ser compreendida como a base econômica, na qual se desenvolvem as classes sociais. O Estado pode ser entendido como o resultado de um determinado grau de envolvimento econômico que está vinculado à divisão da sociedade em classes. O Estado nasce da luta de classes, portanto, não existe Estado neutro, este por sua vez, é tido como um instrumento de dominação da classe proprietária sobre a classe trabalhadora (MARX, 1982).

O Estado passa a ser o produto, o resultado organizacional e política que vai emergir da progressiva complexidade que a sociedade vai se formando, ou seja, a partir dos interesses das classes. Esse Estado então, passa a ser regido por um conjunto de leis que irão regular toda a sociedade, o que significa que o sistema social também será regido pelo Estado.

Seria válido ressaltar que essa análise dialética de manutenção do Estado se dá pela interlocução estabelecida por meio da economia, o ponto central da influência e gestão do Estado na sociedade. Isto porque, é a forma de sua gerencia que atenua ou ressalta as mudanças estruturais na sociedade civil em destaque na sua relação específica com a necessidade de acumulação e distribuição do capital. A concentração monopolística existente nas esferas governamentais do Estado

que por intermédio das crises, surtos e quedas, se firma enquanto sistema, gerenciando as ações da sociedade civil.

A anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política, pois “[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX; ENGELS, 1984, p. 301). Este fato destaca que as relações existentes entre as ações políticas e as necessidades da sociedade; uma vez que, as necessidades se dão, por vezes, a partir das nuances econômicas que acometem o Estado. Percebo que as relações sociais são regidas pelo prisma econômico de determinado contexto social e político.

As relações de produção são as relações concretas que os homens estabelecem em uma determinada sociedade, tendo em vista, a produção e reprodução desta. O que significa que as relações de produção e as forças produtivas, em suas relações concretas, histórica e, socialmente, estabelecidas, formam a estrutura, considerada a base econômica da sociedade, sob a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, que correspondem a determinadas formas de consciência social.

Torna-se possível, afirmar que a sociedade civil, é o conjunto das relações econômicas e interesses privados, que possibilitam a ação do Estado. A sociedade civil e a sociedade política são consideradas esferas sociais separadas. A sociedade civil, considerada como sendo o conjunto de carências individuais e fins particulares. Enquanto, a sociedade política, é o grupo social especializado, tendo como função identificar e gerir os interesses das classes (MARX, 1982).

A sociedade civil, incorpora a regulação do Estado por meio da sua ação produtiva e econômica, na qual são fundidas as relações sociais. Uma vez que em geral a sociedade civil se constitui pelos cidadãos organizados e classificados de acordo com os grupos e associações a que pertencem, possibilitando assim que o

Estado seja o produto do processo histórico dos interesses das classes que vão compor a sociedade civil.

A sociedade civil passa a ser compreendida como o campo do interesse concreto do povo em contraposição ao interesse particular da burocracia. Entretanto, há que se destacar, que o autor não define a sociedade civil como uma realidade conformada por classes sociais sob interesses e relações conflitantes, definidos a partir das relações de produção. Fato este que pode ser entendido, principalmente, na obra “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”<sup>6</sup>, na qual o autor supera a separação polarizada entre Estado e sociedade civil, destacando o caráter instrumental que a ação política da burocracia de Estado assume, para assegurar os interesses das classes dominantes, quais sejam, a propriedade privada burguesa e as relações de exploração (GONÇALVEZ, 1999).

Nessa concepção enfatizo que os conceitos simples como o trabalho, a demanda, as trocas, vão se tornando apropriadas com maior ou menor veemência de acordo com o tempo histórico e a necessidade de cada sociedade.

Para Marx (1982), o Estado é a instituição promotora do bem comum, mas é a burguesia que tem o controle do Estado e, que, conseqüentemente, irá julgar o que é o bem comum. O Estado, com suas instituições irá garantir a paz e a ordem e, ao mesmo tempo, o Estado é a instituição que faz a maioria cumprir a ordem, conteúdo elaborado pela própria burguesia. O bem comum no Estado Burguês é um conteúdo dado pela burguesia; nesta lógica, o Estado passa a ser a instituição

---

<sup>6</sup> Na obra, O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, Marx explica que a crise do novo Estado em consolidação, que substituirá o Estado absolutista. De outro, ocorre em uma conjuntura de intervenção clara e direta das classes subalternas, ou seja, pela primeira vez na história essas classes colocam em questão o poder e de forma direta e laica. O novo Estado é burguês. A estruturação do Estado no capitalismo ocorre sob as relações capitalistas de produção e em situações históricas. Escreve que o Estado vai se constituindo como um estranho para a sociedade, ou seja, um organismo com suas próprias leis internas, com a sua burocracia e com a sua estrutura, a ponto de parecer independente. O Estado encontra-se num processo de contínua centralização burocrática, militar e policial que oprime toda a sociedade como se fosse um corpo separado, mas ao mesmo tempo ele exprime o poder da classe dominante.

orientadora das atividades políticas e jurídicas na direção dos interesses propostos pela própria burguesia que rege o Estado.

Essa relação de poder entre Estado e sociedade civil congrega-se a partir do sistema e das necessidades sociais implícitas na sua ação de enfrentamento do Estado com as diferentes forças sociais em luta na defesa de seus interesses mediados pelo controle das atividades econômicas.

[...] a busca do bem comum está associada ao interesse dos agentes sociais, e no Estado Moderno Burguês para Marx, o principal agente histórico é o proletariado, não na perspectiva de ascender ao poder enquanto classe, mas, necessariamente objetivando o seu desaparecimento em direção à emancipação humana. [...] o sentido da verdadeira democracia está em tornar público aquilo que foi construído historicamente pela humanidade; e aqui é preciso ser reconhecido o papel que a burguesia desenvolveu inclusive no progresso da ciência e da tecnologia (GONÇALVES, 1999, p. 12).

O formato do Estado fica atrelado à ideologia do sistema que é elegido pelos governos, buscando promover a estabilidade da sociedade civil. Isto porque, segundo Marx (1982), é atribuído ao Estado o papel de centralizador político, com um poder político, de árbitro e de intervenção em todos os conflitos sociais que por ventura se desencadearam em razão de questões econômicas.

Nessa relação entre o papel do Estado e da Sociedade civil, observo que as amarras econômicas vão se perpassando às ações políticas de maneira a garantir a manutenção da estabilidade do sistema de acordo com as necessidades históricas, uma vez que a sociedade civil vai se ressignificando de acordo com a produção social necessária a sua subsistência. Logo,

[...] as formas do Estado, não podem ser compreendidas por si só, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes nas relações materiais da existência - cujo conjunto Hegel inclui no termo de sociedade civil, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII - e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. [...] Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de

desenvolvimento das suas forças produtivas materiais (MARX; ENGELS, 1984, p. 301).

O Estado passa, nesse contexto, a efetivar a consciência do real no homem, como uma forma de assegurar as relações estabelecidas no âmbito coletivo das ações, sejam aquelas que superam as expectativas individuais, por essa razão a força produtiva desse homem se sustenta nas relações políticas necessárias na regência do Estado. O destaque dessa ênfase se dá no fato de que as relações de produção e as forças produtivas em suas relações concretas, histórica e, socialmente, estabelecidas, formariam a estrutura (ou base) econômica da sociedade, “cuja base política culminam em determinadas formas de consciência social” (MARX; ENGELS, 1984, p. 301).

Como interface dessa relação é preciso transpor do abstrato ao real, já que é pelo ato da construção que o homem criou/cria condições materiais para mediar sua relação com a natureza, assim como a redução do seu tempo de trabalho. Isto porque, é por meio do trabalho que se dá a separação entre a ação do ser social e o mundo dos homens. Por essa razão a afirmação de que os homens são produtores das suas representações, das suas ideias, logo da sua consciência, é portanto, um produto social.

E, nessa concepção, Marx (1982) é categórico quando afirma que não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Explica isso ao destacar que o ser social se desenvolve à medida em que surge a práxis social, a partir do seu ser natural, tornando-se assim cada vez mais social.

É por meio da transformação social que o Estado passa a exercer o papel de instrumento de construção de uma hegemonia social, se sustentando no fato de que, a natureza dos indivíduos depende das condições materiais que determinam sua produção; e, que na história da humanidade sucedem-se vários modos de produção, sendo o próprio capitalismo um modo de produção de caráter transitório.



[...] a partir da própria contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade, este assume uma configuração autônoma enquanto Estado, separada dos interesses reais dos indivíduos e da comunidade, e ao mesmo tempo como uma vida coletiva ilusória, porém sempre tendo por base concreta os laços reais existentes em qualquer agregado familiar ou tribal - tais como a consanguinidade, a língua, a divisão de trabalho em grande escala, e outros interesses - e especialmente, [...] nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho, que se destacam em cada agrupamento humano desse tipo e das quais uma domina todas as outras. Segue-se disto que todas as lutas dentro do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc. são apenas as formas ilusórias nas quais se trava a verdadeira luta entre as diferentes classes (MARX, 1982, p. 301).

O Estado ao longo da história tem apresentado funções que variam de acordo com as forças produtivas e as relações de produção. Estas, associadas em nível de mobilização das classes sociais. A partir das relações econômicas e políticas, vinculavam-se com o mundo do trabalho e sua inserção enquanto ser social. Portanto, se a sociedade está em constante movimento, o que permite concluir que o Estado está em permanente processo de transformação. Marx, nos seus textos, em especial, no Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte, As lutas de Classe na França de 1848 a 1850, Crítica à filosofia de direito de Hegel e A questão Judaica, chamou a atenção para a necessidade de uma reconstrução histórica das categorias, tais como do Estado, sociedade, capital e, assim por diante, pois não fazem parte de uma natureza humana imitável e eterna, ao contrário são construções históricas. Destaca ainda que o Estado (burguês) vai ter seu principal papel nas relações de produção por meio da exploração do trabalho pelo capital.

O Estado, nesta concepção, é tido como produto das relações sociais estabelecidas entre os homens em decorrência das condições materiais de uma sociedade historicamente determinada e, não, como resultante do desenvolvimento geral da mente humana. É condicionado pelo estágio a que o desenvolvimento das forças produtivas conduziu a sociedade, configurado num específico modo de produção (MARX, 1982). Considera ainda, que as relações de produção (o Estado as refletiria e reforçaria) para a manutenção do sistema na sociedade. Conseqüentemente, essa noção se consolida pois,

[...] a introdução de novas determinações não apenas na esfera econômica (articulação hierarquizada de diferentes modos de produção) e na social (complexificação da estrutura e dos conflitos de classe), mas também na esfera do político (novas características do fenômeno estatal e maior especificação de seu papel na reprodução global das relações de produção) (COUTINHO, 1996, p. 15-16).

Conseqüentemente a leitura marxista permite entender que, a sociedade, articulada por meio de uma formação social concreta, seria produto do desenvolvimento histórico-social, podendo ter esse homem a consciência desse fato ou não. Entretanto, os homens não poderiam eleger a formação social em que se encontram nem tampouco arbitrar livremente sobre as suas forças produtivas. A formação social e as forças produtivas herdadas seriam o resultado, respectivamente, das lutas sociais e da ação sobre a natureza conduzidas por parte dos homens que os antecederam.

De acordo com Marx (1982), a concepção de Estado surge a partir da propriedade privada e da divisão social do trabalho. O Estado cria as condições necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas. Marx define a sociedade civil, enquanto sociedade burguesa, como a esfera da produção e da reprodução da vida material, pois entende “a sociedade civil e estrutura econômica como a mesma coisa. [...] o Estado é produto, é consequência, é uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 35).

E, por consequência a formação social do Estado no sistema capitalista implica na compreensão de que os representantes políticos estarão sempre associados à concretização de seus interesses econômicos imediatos ou à corrida pela maximização dos lucros.

O Estado, em Marx (1985), não inaugura a sociedade civil, mas se ergue a partir dela no interesse de determinada classe social, tendo uma vinculação orgânica entre o Estado e o capital. Assim, sob a direção do Estado, e no ritmo do desenvolvimento da sua atividade econômica, cada sociedade irá avançar

progressivamente na universalização de sua ação histórica, pois o Estado é o produto das relações sociais.

Segundo os pressupostos marxistas a sociedade se manifestaria, de fato, por meio de sujeitos sociais concretos, representados pelas classes sociais antagonizadas pela propriedade privada e, em conflitos explícitos, tais como as revoltas, revoluções, greves e outros momentos que podem de maneira explícita ou oculta explicitar a inculcação de valores ideológicos e/ou remanejamentos político-institucionais que podem conduzir as lutas pelas classes dominantes e dominadas que em geral expressam ações sociais de ordem políticas, culturais, ou de outras natureza social, sendo intencionais ou não, mas sempre tendo como sustentação básica as questões ideológicas, com o propósito de conservar ou suprimir as relações de produção.

E, nesse compasso o Estado é a instância que representa o interesse universal de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante, entretanto tem a aparência da universalidade. Entendo que sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e, pelo qual, a burguesia existe como classe dominante. Em geral, o Estado legitima a dominação e a exploração da burguesia sobre o proletariado, acentuando ser uma instituição dos interesses comuns, de uma classe particular (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

De acordo com a visão marxiana o Estado é conjunto de aparelhos ou o aparelho que dentre suas funções, vai se destacar o fato de ser o responsável por tentar impedir que o antagonismo de classe degenerem em luta. Mas é também esse mesmo Estado que não se atém a mediar os interesses das classes opostas, mas acaba por contribuir e reforçar a manutenção do domínio da classe dominante sobre a classe dominada, o que significa o poder organizado de uma classe para oprimir uma outra, sendo o Estado a expressão dessa dominação de classe.

Acentuando essa definição encontramos no prefácio do texto, Para a Crítica da Economia Política, a afirmativa de Marx (1982) que, na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e, à qual, correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual.

É possível entender a sociedade civil na concepção de Marx e Engels (1997) como sendo,

[...] o termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já tinham se desembaraçado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil como tal só se desenvolve com a burguesia; a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura idealista, continuou sempre designada como o mesmo nome. Nessa concepção observa-se que o mundo se articula, estruturalmente, por meio das relações que são estabelecidas a partir do modelo de produção material estabelecido na época como sendo o tipo capitalista (MARX; ENGELS, 1997, p. 10).

O poder se concentra no Estado, pois este é o instrumento que está a serviço de uma determinada ideologia. Em consonância com essa determinação as ações do Governo são em geral marcadas pela compreensão do homem a partir do campo ideológico de um determinado momento histórico. Estas funcionam como subsídios de repressão e manipulação ideológica que vai demarcando as necessidades de interação com o outro numa forma de reciprocidade entre os desejos e os deveres da sociedade. A partir dessa afirmativa parto do pressuposto de que quando se trabalha com documentos históricos, se faz necessário compreender quais as concepções e sentido dos termos utilizados na descrição das mensagens, leis e decretos, para que se possa analisar o direcionamento de

um determinado texto. Analisar as políticas educacionais, significa entender que a sociedade a que se faz referência, uma vez que esta se constitui por esferas societárias diferenciadas, que convivem no mesmo espaço e tempo histórico.

Esse tempo histórico não vai diferir a ação do Estado com relação aos seus ideais para com a escola, mas esse Estado vai buscar a efetivação de suas ações por meio da escola. Entretanto, a ação da escola rompe com essa ação de sobreposição do Estado; e, a partir da perspectiva de Gramsci (2002a), compreendo que a escola assume a função educativa, visto que possibilita uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades que compõem o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. Por essa razão, as relações das políticas públicas com a educação estão sempre ligadas à questão do Estado e o processo de alienação exercido pelo mercado

Essa relação entre produção e alienação a partir da concepção materialista da história, consolida o modo de produção material de uma sociedade que passa a ser constituído como fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma determinada época. O processo de efetivação do trabalho e a relação do trabalhador ao ato de produção, se torna um processo de objetivação, tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive, logo “a apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação” (Marx, 2002, p.122).

Nessa perspectiva o processo de alienação tem sua origem, na divisão do trabalho, que se desenvolve quanto menor é a tarefa atribuída a cada indivíduo. A divisão do trabalho surge na sociedade como parte de um complexo que inclui divisões de classes, trocas e propriedade privada. A alienação aparece sempre que a divisão do trabalho é o princípio operacional da organização econômica.

[...] Vê-se o que a burguesia e o Estado fizeram pela educação e a instrução da classe trabalhadora. Por sorte, as condições em que vive esta classe asseguram-lhe uma formação prática, que não só substitui toda a incoerência escolar, mas ainda neutraliza o efeito pernicioso das ideias religiosas confusas de que está revestido o

ensino.[...] A miséria não ensina apenas o homem a orar, mas ainda muito mais: a pensar e a agir (MARX; ENGELS, 1978, p. 69).

Como consequência para entender as políticas da educação se faz necessário capturar o movimento da história, a ideologia dominante, como reflexo pertinente de uma determinada sociedade, pois a classe dominante domina não só a produção material, mas a produção intelectual, visto que é proprietária dos meios de produção material e intelectual. A ideologia da classe dominante tem a aparência de representar os interesses universais da sociedade (MARX; ENGELS, 1984).

Os autores não se referem exclusivamente à educação quando tratam das questões da ideologia, mas essa é uma discussão que aparece nas suas preocupações, acerca da construção do homem plenamente desenvolvido em suas potencialidades físicas e espirituais. E, é nesse locus da produção capitalista, que as discussões acerca da formulação de uma teoria social capaz de formular a superação das condições que mutilavam e impediam a plena formação do homem.

Esse movimento, passa a gerir uma possibilidade de integrar e interagir os contextos socioeconômicos e estruturar a constituição da sociedade que está posta naquele instante, uma vez que a educação irá promover o desenvolvimento estrutural do sujeito lhe dando condições para intervir naquela sociedade. Ora, a educação vai levar o sujeito a refletir acerca do seu papel na sociedade e das ações sociais na qual está fazendo parte.

[...] o modo próprio como a educação se desenvolve, ao articular-se contraditoriamente pelas relações sociais com a totalidade, necessita ser interpretado através de um conjunto de elementos a fim de não passarem de meras abstrações. Esses elementos são os elos mediadores entre si mesmos e entre a educação e a totalidade. O papel mediador da educação entre si mesmos e entre a educação, sua ligação com a totalidade, a partir das relações sociais, permite pensá-la não refletindo mecânica e linearmente as estruturas de base e nem pairando acima da estruturação social. Ao contrário, permite pensá-la no conjunto do movimento das relações sociais próprias de uma dada sociedade. Se o pressuposto desta sociedade são as relações sociais inerentes ao capitalismo, ainda que em geral, então a densidade histórica da educação estará em relação com as necessidades da produção social (CURY, 1992, p.87).

A educação passa a colaborar no processo de desenvolvimento das forças produtivas atingida pelas relações capitalistas de produção, e necessárias ao seu avanço técnico e científico, para assegurar mais uma vez o lócus do trabalho da sociedade em cada momento da história, assegurando a manutenção e sustentação do sistema, por meio da qualificação dos trabalhadores para que possam atender as demandas de produção de cada tempo histórico. E, por essa razão a educação, o processo de ensino vai se configurando e reconfigurando de acordo com cada momento da sociedade.

E, nesse momento quando o Estado demonstra possibilitar um maior controle por parte dos pais, e o livre exercício de escolha sobre a educação desejada, a estratégia de descentralização adquire grande importância. Esta descentralização, por parte do Estado, da responsabilidade de execução das políticas sociais a esferas menores é entendida como uma forma de aumentar a eficiência administrativa e um modo de reduzir os custos.

Em um Estado de inspiração neoliberal, as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social (HÖFLING, 2001, p. 32).

Nesse modelo da sociedade a escola, que foi fundada por princípios oriundos da burguesia, não é estática, e vai se remodelando de acordo com o movimento no qual a sociedade lhe conduz. Portanto, os discursos incutidos nas ações político-governamentais vão se reestruturando e se configurando a partir de tal maneira a buscar a relação efetiva entre a educação escolar, nessa sociedade vai se consolidando também de acordo com a premissa gramsciana na qual, a educação passa a apresentar um forte acento na formação geral, humanista e intelectual, que irá suprir as necessidades dessa sociedade.

De acordo com a concepção marxista, a educação deve se preocupar e se propor a realização de uma formação omnilateral do homem, uma vez que esse não se reduz somente à subjetividade. A educação passa a ser o instrumento para

o conhecimento e, para a transformação da sociedade, uma vez que a educação é parte da superestrutura de controle usada pelas classes dominantes.

A educação como mediação se apresenta na sociedade civil como possibilidade de tomada da consciência ou uma estratégia da sociedade. Por isso essa mediação, de caráter ideológico, é contraditório no movimento de encobrir-descobrir a luta permanecer-superar. E, só as mediações articulam a individualidade do homem concreto com o movimento processual da história. “O momento político, ideológico, na educação, tem uma eficácia incontestável. Mascara nas e para as representações dos agentes as contradições de base” (CURY, 1992, p. 68).

Nesse movimento, no qual o sistema tem sua manutenção a partir da força do Estado, a educação escolarizada se torna um aparelho imprescindível para sua existência, já que a escola, enquanto comunidade, vai articular partes distintas de uma mesma sociedade em um mesmo contexto. Ou seja, nessa estrutura de organização se encontram inseridos a sociedade civil e Estado. Este último, por sua vez, irá definir seu sistema por meio das ações políticas que serão legitimadas por meio das políticas públicas educacionais, que são a tradução das decisões do governo que incidem diretamente no ambiente escolar por meio das definições e suas regulações de trabalho pedagógico. Como consequência essa mediação de conhecimentos necessários ao campo do trabalho refletem na sociedade as ideologias de um sistema, por meio da efetivação do trabalho docente e das ações de ensino que são definidas enquanto conhecimentos necessários a serem trabalhados no campo escolar.

O saber enquanto elaboração, incorporação e transmissão de conhecimentos, valores, ideias e crenças, nasce do fazer e para ele se volta. O saber, então, torna-se mediação ente duas ações, pois uma ação (fazer) supõe a posse de saber anterior que conduz a ação. O estatuto do saber, contudo, variará de acordo com a problemática fundamental de uma sociedade. O saber tem, no modo de produção capitalista, um estatuto particular. O saber passa a ser intenção e produção (CURY, 1992, p. 71).

A escola, nesse contexto, passa ser o espaço de contradição, ao mesmo tempo espaço de superação, de criação, de práxis e, ao mesmo tempo um espaço



no qual a ação do Estado irá buscar a reprodução do sistema e o controle ideológicos. Esse processo de mediação entre o necessário para o trabalho e a contradição vivida na escola que busca levar esse homem a superar essa lógica, cria na escola uma perspectiva de superação, como aponta Gramsci (1979).

Considerando as características das mais gerais até as mais específicas de formação socioeconômica e política do desenvolvimento do grupo social, essa contradição do educar deve acontecer no sentido político e filosófico de trato com o conhecimento, portanto, a escola mantém sua existência com uma dupla função, senão a de conservação do sistema, ao mesmo tempo em que busca a superação das estruturas desse mesmo sistema.

Como consequência dessas contradições a, dinâmica do processo educativo se centra em uma dinâmica política, uma vez que é imprescindível para esse sujeito pseudototalizante. O pensamento político referido a uma ação concreta exigia uma educação que possibilitasse a efetividade da formação do homem, seja nas organizações culturais da sociedade civil em geral, seja nas organizações que de modo mais direto se preocupam com a educação (CURY, 1992).

E, nessa sustentação a escola que reproduz a ideologia dominante também avança e civiliza o homem, possibilitando a ascensão de elementos que possam ser, de outro ponto de vista, reelaborados. A própria experiência de vida de uma classe é um momento pedagógico de intensa significação e, que dá, uma certa ordem as ações vividas e, que podem possibilitar a compreensão de sua ação enquanto um intelectual orgânico que pode ter condições de transformar essa relação de poder e submissão, por isso,

[...] A necessidade de formular políticas, sempre a partir do vivido dessas classes e se possível com elas, impõe uma tarefa educativa. O capitalismo não se define apenas pela reprodução dos meios de produção. A interiorização de sua ideologia, de modo eficaz, foi um dos recursos usados a fim de manter as mesmas relações. Essa eficácia, na tentativa de diluir os mecanismos de resistência, pautou-se por dispositivos, cuja superação uma pedagogia mecanicista não alcança (CURY, 1992, p. 97).

Historicamente a educação antecede a escola, no entanto, ambas estão imersas em um conjunto de relações sociais interligadas, que não podem ser consideradas separadamente nessa sociedade capitalista, isto porque os mecanismos e as relações de poder no interior das instituições e entre elas, explicitam ações em sua dimensão política na educação e desvelando a direção da hegemonia buscada pelo Estado nesse modelo de escola, no qual a mediação do conhecimento a ser tratado na escola terá sempre a conotação do mundo do trabalho preconizado por esse Estado, portanto, o homem, em sendo um conjunto de relações sociais, torna-se sujeito-objeto da educação quando evidencia esse conjunto no exercício da prática social (CURY, 1992).

A escola se integra a um conjunto de outras instituições que desempenham, para as classes trabalhadoras, a função de elaborar uma nova cultura, como os partidos políticos, as associações de cultura, a religião, o trabalho e outros espaços de prática social que promovem o desenvolvimento da consciência social do homem para mediar mudanças necessárias na sociedade.

Um exemplo desta relação, pode ser melhor compreendida por meio da História, isto porque,

[...] até o início dos anos setenta o regime ditatorial conseguiu obter consensos entre o empresariado e as camadas médias, posto que atendia a algumas de suas reivindicações e expectativas, entretanto, ao romper com essa sintonia com a nação atuou para desmobilizar a sociedade em vez de tentar mobilizá-la a seu favor (NOGUEIRA, 2005, p. 19).

Esse movimento se reflete na educação escolar, uma vez que na escola se observa a intenção de manutenção de um governo. Como toda instituição social, a escola existe também para realizar fins determinados, atender as necessidades surgidas no processo da vida social, resolver problemas relacionados com a continuidade e a expansão da vida coletiva.

O problema do seu adequado funcionamento, sem atritos que comprometam a consecução dos fins precisos a que ela deve visar, ou levem a uma realização desses fins que impeça ou dificulte a

satisfação de outras necessidades também vitais; ou o de permitir a eficiente operação da escola dentro da multidão de fatores em interação contínua na realidade sociocultural (SILVA, 2003, p. 178).

Essa dicotomia entre uma educação para a formação do homem, ou para a manutenção da hegemonia de uma classe pode ser entendida, a partir das elaborações de Gramsci (2002), acerca do senso comum. Para o autor o processo de difusão e popularização de novas concepções de mundo ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais; entretanto, o elemento formal (a coerência lógica), o elemento autoritário e o elemento organizativo têm uma função muito grande neste processo. Afirma ainda que,

[...] nas massas, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. Em que elementos baseia-se a sua filosofia? Especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta. O elemento mais importante é de caráter não racional – é um elemento de fé. Mas, de fé em quem e em quê? Notadamente no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também diferentes como ele: o homem do povo pensa que, no meio de tantos ele não pode se equivocar radicalmente, como o adversário, argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que em seu grupo, existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário, e de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira que ele se convenceu de sua justeza, as razões da sua fé (GRAMSCI, 1995, p. 26).

O conhecimento histórico a partir dos conceitos e concepções críticas do homem corrobora para com a compreensão da sociedade, por essa razão a relação entre a teoria e a prática na aquisição desse conhecimento histórico, possibilita a escola trabalhar com uma educação cujo foco sejam as contradições existentes buscando superar os desafios para compreendê-las, uma vez que, para atuar na sociedade na qual está inserido, o homem deve ter esse entendimento impregnado nas suas ações como forma de desvelar mecanismos de poder que envolvem a sociedade.

Por essa razão é que as políticas educacionais, estão sempre atreladas às expectativas e proposições de determinados governos que normatizam as ações do Estado. É preciso minimamente garantir pela educação a sustentação do poder,

de acordo com Gramsci um “outro meio de chegar ao senso comum, pode ser a partir da repetição, a qual se constitui no meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular, desse modo não se deve cansar jamais de repetir os próprios argumentos (GRAMSCI, 1995, p. 27).

O autor afirma que o homem é um ser político e deve adquirir a consciência dessas relações sociais que estabelece; tal posição consiste em que o homem seja preparado prática e teoricamente. Evidente que uma possibilidade de se adquirir essa consciência é por meio da formação escolar, uma ação cultural e política que deve ser desenvolvida de forma dinâmica, ativa, demonstrando clareza e tendo como princípio a consciência do homem individual, porém coletivo e histórico.

O controle do Estado é um dos elementos da hegemonia burguesa. Não é apenas com a posse e o controle do Estado que a classe trabalhadora se tornaria detentora do poder, mas por meio da educação tornar-se-á possível reorganizar as massas no sentido de promover uma conscientização que se possa constituir numa estratégia contra hegemônica provocando, assim, uma mudança no sistema, como a ocorrida na constituição do Estado Brasileiro, que vem apresentar uma nova roupagem política para o Estado na busca pela manutenção da classe dominante no poder.

### 2.1.1 O Estado Brasileiro: a Constituição do Estado e da Sociedade Moderna no Brasil

Entender as ações políticas desencadeadas em cada período se torna necessário para que a compreensão da sociedade seja descrita de acordo com as necessidades e desfechos de cada momento histórico. Para tratar do estado do Paraná, é essencial que se possa entender em qual situação política o estado brasileiro se instaurava.

As determinações legais acerca do ensino que devia ser ministrado nas instituições públicas faziam parte do contexto nacional, bem como as preocupações de ordens diversas, como a implementação de medidas para o ensino nacional, as

medidas relativas a realidade socioeconômica vivenciada pelo país vão influenciar de maneira significativa o desenvolvimento das ações políticas para a educação no Paraná no governo de Lupion.

A exemplo deste contexto, destaco que o Golpe de Estado de 1930, a qual influenciou a sociedade brasileira naquele momento que trouxe reflexos significativos para o governo no estado do Paraná, uma vez que esta Revolução, configurada como um novo modelo de sociedade resultou na efetivação da implantação de um sistema e um novo padrão de relações na sociedade daquela época, a partir da reestruturação e reconfiguração da ordem política, acompanhado da reformulação dos respectivos quadros político e administrativo no âmbito federal e no âmbito estadual.

Essa sociedade constituída a partir de um modelo construído no feudalismo que no Brasil, se configurou por ser composta pelo,

[...] senhor de latifúndios e de escravos – o senhor de engenho -, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, a aristocracia ou a nobreza, de ordem rural. O fazendeiro, sempre vinculado ao açúcar, se transmuta em nobre, por analogia com o aristocrata europeu, também ele proprietário de terras. De nobre se faz culto e instruído, exigindo o poder político (FAORO, 2012, p.153).

Essa necessidade de mudança ocorreu segundo Fernandes (2006, p.99)<sup>7</sup>, em razão do modelo de transição “[...] cujas funções histórico-sociais de acumulação estamental do capital para o desenvolvimento interno do capitalismo se faziam necessárias naquele momento da sociedade brasileira [...]” no Brasil, não chegamos a contar com fatores econômicos, sociais e políticos que pudessem reduzir a duração, no fluxo histórico, das funções socioeconômicas da acumulação

---

<sup>7</sup> Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920 em São Paulo, trilhou uma longa história na educação brasileira. Dentre seus feitos e inúmeros trabalhos e pesquisas no campo educacional, pode-se destacar o fato de que a problemática educacional apareceu na trajetória desse pesquisador na condição de estudante, de professor universitário, de membro de grupos socialistas, de publicista, de parlamentar. Ela se vinculou a referencial sociológico desenvolvido nos estudos empíricos sobre o folclore, o tupinambá e os negros; nos trabalhos teórico-metodológicos alimentadores da docência; nos textos sobre temáticas específicas ligadas aos problemas emergentes na sociedade brasileira; no exercício parlamentar envolvendo-se nas lutas em defesa da escola pública como uma das ancoras de sustentação do Estado democrático (FÁVERO; BRITTO, et al. 2002, p.369-381)

estamental do capital, convertendo-a em processo de duração histórica limitada (ou seja, em sua fase de desenvolvimento econômico). Em consequência o referido processo se cristalizou, adquirindo caráter social recorrente e o significado de um estado econômico permanente persistindo mesmo da ordem social patrimonialista e a universalização do regime do trabalho livre.

Naquele momento de desenvolvimento do país, passam a se efetivar a correlação de força entre as classes que, posteriormente, deteriam o poder de governo. Estas permitiriam novas alternativas político-sociais ao Estado que surgiriam dessa nova estruturação da sociedade civil. Em meio à crise que se estabeleceu emergiam as relações do estado com outros setores da sociedade, classes e frações de classe, que outrora não faziam parte do poder do governo, e que começaram a dividir os interesses e as hierarquias.

[...] é óbvio que a extinção do estatuto colonial e a constituição de um Estado Nacional independente, controlado pela aristocracia agrária, mudaram o caráter da relação da economia brasileira com o sistema econômico externo (FERNANDES, 2006, p. 115).

A sociedade brasileira, sustentada na economia agrária, já não bastava para prover a ideia de uma sociedade rumo ao progresso. Nessa nova reestruturação do poder político de governo do Estado, era preciso entendê-lo como o condutor do desenvolvimento nacional, cuja eficácia de governo seria atenuar as desigualdades sociais por meio de ações que levassem a sociedade a idealizar as propostas do governo tomando para si a responsabilização dos problemas sociais e econômicos do país, buscando a superação por meio do esforço próprio para adentrar ao mundo do trabalho.

Para a superação dos conflitos ideológicos gerados pela crise, se constituíam na necessidade de instauração de uma ordem democrática que levasse a sociedade à superação dos problemas de ordem social e econômicos enfrentados pelo país. A modernização do país era um consenso das classes, mas ainda estava presente e marcando fortemente nessa sociedade a herança social da desigualdade das classes oriundas de um passado político de autoritarismo que governou o país durante toda a sua construção (do Império à República), tornando

a economia um fator preponderante para essa transformação social de poder, do governo para com o Estado.

A sociedade no país assume outra estruturação, e a modernização econômica passa a ser considerada o principal aparelhamento para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado Nacional controlado, administrativo e politicamente regido por elites nativas. Não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que, galvanizou, historicamente, o primeiro surto de capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política do desenvolvimento urbano (FERNANDES, 2006).

Diante desse modelo que, a sociedade brasileira passa a se orientar, a questão da heterogeneidade e da multiplicidade de interesses da base social passa a sofrer uma diversificação. Há uma reconfiguração do poder no governo que leva a uma nova direção política ao Estado para fundar uma nova via de desenvolvimento, a partir daquele período de mudanças, que acontecem em especial, a partir dos anos de 1930, com a formação de uma nova elite política da sociedade brasileira.

A formação de uma elite, naquele período, não significou uma ruptura do poder político vigente, com a ascensão de uma nova categoria da sociedade, o que passou a ocorrer com o desenvolvimento urbano, foi o fato de que, o poder de uma classe da sociedade se deslocou, levando a centralidade do poder político para o cenário urbano, mas ainda no domínio dos senhores de escravo que se remodelaram para garantir a permanência no poder político.

[...] no caso brasileiro se omitirmos as referidas categorias sociais que davam sentido e forma diretamente aos agentes humanos que as ocupavam, impregnando-as com os interesses, as aspirações e os valores sociais que davam sentido ao conteúdo histórico e as suas ações e relações econômicas, depararemos fatalmente, com o fazendeiro de café e com o imigrante (FERNANDES, 2006, p. 128).

A sociedade brasileira que passou a compor o cenário nacional, que clamava pelo progresso, uma ideia fortemente sustentada pelo governo, carecia se adequar aos novos setores de produção no país. Ora esse cenário composto pelo fazendeiro e pelo imigrante, se mesclava o incentivo dado pelo governo às atividades industriais, que se mesclavam aos incrementos comerciais e agropecuária que passavam a compor as diferentes classes da sociedade brasileira, resultando num repensar em relação à educação ofertada pelo estado, uma vez que essa reconfiguração social ascende à necessidade da formação de mão-de-obra qualificada para o desempenho de atividades ligadas a esses setores.

A partir dessas circunstâncias estabelecidas, o Estado passa a cumprir a função da reorganização da sociedade, em direção ao aprofundamento daquilo que Fernandes (2006) chama de ordem burguesa ou competitiva, sustentada pela ótica do liberalismo, do desenvolvimento das relações de mercado, dos contratos e da diferenciação de papéis sociais e econômicos.

Essa nova conjuntura social sustenta a ideia de que o Estado se fortalece após os anos de 1930 impulsionando o desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil, por meio das relações que vão se estabelecendo entre as classes, sendo essa uma nova via de desenvolvimento, na qual as relações entre Estado e sociedade civil se compõem e recompõem numa dinâmica que constrói possibilidades de estruturação e sedimentação de outras forças sociais junto ao poder do Estado.

Naquele momento, no país existiam dois polos opostos da sociedade que se tocavam e, se fundiam nos planos mais profundos de transformação da ordem econômica, social e político. O fazendeiro do café, que quase não se afasta do protótipo do senhor rural para o qual ele tendia, como participante da aristocracia agrária. Projetado em um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em cidadão da República (FERNANDES, 2006).



O Estado, organiza a institucionalização das necessidades geridas pela sociedade civil, possibilitando a criação de um espaço de legitimidade para as forças sociais mais amplas do que aquelas associadas à oligarquia cafeeira, que também vai acontecer graças às forças sociais imersas nas relações de produção e políticas provenientes da ordem burguesa que passa a assumir o Estado. Nessa dinâmica toma para si a responsabilidade de reorganização social, regida pelo objetivo da centralização política e administrativa que vai realizar intervenções nos domínios sociais e econômicos, modificando suas estruturas.

A sociedade passa a um momento antagônico na sociedade política brasileira, o processo de urbanização, que se institui de forma diferenciada das demais sociedades, em especial da europeia, pois aqui a indústria tem um início cauteloso, e o setor agrário ainda é o foco. Isto porque a classe média, não consegue organizar-se politicamente, suas reivindicações se centravam na questão da “proteção e amparo, não atendimento ou representações, numa realidade que autonomiza o Estado, condutor e agente da sociedade” (FAORO, 2012, p. 759)

Essa mudança da estrutura de poder, vai consolidar uma nova configuração da hegemonia das classes industriais que passam a exercer grande influência no cenário político e econômico do país. Esta hegemonia não é construída a partir de uma mudança em toda a sociedade, mas por meio de condições econômicas externas desfavoráveis, que impactavam as possibilidades de crescimento. As transformações que estavam em voga no cenário brasileiro não excluía de todo as possibilidades de ganhos econômicos dos proprietários rurais, tampouco implicariam alterações substantivas nas regras que regiam as relações de produção e trabalhistas no campo.

Uma nova forma de governo assumiu o cenário político brasileiro, sem se desprender das estruturas agrícolas das categorias sociais, instaurava-se uma nova crise, a Crise de 1929, que aconteceu em razão do fato de que os papéis econômicos emergentes, nascidos do desenvolvimento urbano ou da expansão interna do capitalismo comercial e financeiro que estava por trás dele, só poderiam

ser aproveitados pelas famílias tradicionais de recursos e pelos imigrantes prósperos<sup>8</sup> (FERNANDES, 2006, p. 149).

A sociedade, daquele momento, passou a suscitar uma nova forma de governo, que não fora cristalizado pelas massas, ou que tivesse sido fomentado pelas elites políticas que se encontravam no governo. A situação apresentada carecia de uma reconfiguração do poder, uma vez que o surto industrial causou o êxodo rural, aumentando o quantitativo dos centros urbanos, abrindo espaço para outra figura central na composição da sociedade brasileira daquele momento, o imigrante, que traz consigo características do Estado europeu.

O imigrante seria a figura social que encarnaria de modo mais complexo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil. Assumiu três funções sociais construtivas na organização da nossa economia monetária e de mercado. Como, agente original do trabalho livre; agente de consumo típicos de uma sociedade moderna e democrática; e, como sujeitos que intensificaram o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro (FERNANDES, 2006).

O Estado passa a compreender que a essência da sociedade brasileira passava a assumir outra configuração, e esse novo entendimento correspondeu ao efeito produzido pela reestruturação da sociedade agrária e do aumento da sociedade industrial, que fora influenciada pelos novos ditames da configuração capitalista que passa a apresentar novas necessidades, tanto de crescimento econômico quanto de ordem social.

A nova roupagem do país mostrava que a ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos e sociais, culturais, jurídicos-políticos do capital. A indústria só existe naquele período em razão do protecionismo, o cafezal pelo amparo governamental, ou seja, o Estado ainda é o

---

<sup>8</sup> Sobre esse assunto Florestan Fernandes no livro *A Revolução Burguesa no Brasil* esclarece todos os fatos.

centro da economia, que a tutela e a dirige. “O proletariado, um dos elementos desse favorecimento oficial, mas desdenhado pelo governo, merece, em consequência, igual atenção pelo Estado” (FAORO, 2012, p. 773).

O proletariado, assume um papel importante para o almejado progresso econômico do país. A ênfase no discurso de um país promissor precisava ser sustentado por um governo que apresentava possibilidade de criar condições para que se tornasse a realidade de uma sociedade de classes cujo regime de governo fosse centrado na questão da participação democrática.

Naquele movimento de reestruturação das necessidades da sociedade, em que os problemas sociais, passam a ser incorporados como mecanismo estatal para pacificar as reivindicações, a reforma político-social do país toma corpo, mas ainda com a elite dominante no poder que buscava por meio das transformações econômicas justificar sua manutenção no poder. “Saí, na perspectiva do poder, a necessidade de um Estado orientador, alheado das competições, paternalista na essência, controlado por um líder e sedimentado numa burocracia superior, estamental e sem obediência à imposição da classe (FAORO, 2012, p. 777).

Nessa conjuntura passava-se a ter a constituição de um Estado que precisava voltar-se às questões sociais, no que se referia a nova qualidade do aparato burocrático-legal do Estado de 1930, expresso sob a forma de intervenções na questão social; e, por outro, o padrão subordinado da inscrição dos segmentos populares na reconfiguração social e material do novo Estado. O Estado condutor da modernização estende suas intervenções aos domínios como os econômicos e de infraestrutura associados à industrialização, à regulação das relações de trabalho e à questão social.

O Estado que dirige a modernização do país, busca transpor para o seu domínio a heterogeneidade de forças sociais, incapazes de hegemonizar os processos sociais de mudança, na qual o discurso e prática acerca da difusão do ensino público tornam-se o discurso entusiasmado, de uma educação que promoveria a transformação social efetiva do país. Nessa nova conjuntura, de

estruturação da sociedade, a educação se torna o espaço para implantar novos comportamentos e ideologias a essa nova formação social brasileira.

Essa correlação de força do Estado para com a sociedade civil originou uma autonomia relativa, centrada numa direção política uniforme, na qual ainda as elites agrárias, mesmo com seus limites, vai buscar um espaço para configurar seu poder de governo que vai se tornando politicamente determinado nesse sistema que passa a reger o Estado. O Estado passou a ser visto como uma instância mantenedora de meios e instrumentos eficazes na manutenção dos privilégios de uma determinada classe.

Kramer (1992, p. 56) enfatiza que “a década de 1930 é considerada um limite pelas modificações políticas, econômicas e sociais ocorridas no cenário nacional”. Esse limite vai gerar uma estreita relação com o cenário internacional e, que, se refletiriam na configuração das instituições voltadas às questões de educação e saúde, como também na sua política. Não se pode deixar de apontar, no entanto, que foram determinantes as mudanças políticas e econômicas,

[...] o modelo econômico adotado – substituição de importações – em lugar da monocultura latifundiária. A opção por esse modelo decorreu da crise cafeeira provocada pela crise de 1929; a diversificação da produção com o conseqüente fortalecimento de novos grupos econômicos (nova burguesia urbano-industrial). De uma estrutura de poder baseada no coronelismo passa-se, assim, para a política do Estado, provocando essa situação a reorganização dos aparelhos de Estado; a mudança na estrutura da sociedade brasileira com o crescimento do setor industrial, a ampliação da classe média, o fenômeno da urbanização proveniente da zona rural, que vinha se empregar nas atividades emergentes (KRAMER, 1992, p. 56-57).

Tais modificações, com traços centralizadores e, em seguida, ditatoriais (Estado Novo – 1937 a 1945) se apresentaram num contexto de reforço ao patriotismo e, por questões de conciliações políticas foram tomadas medidas burocráticas que influenciaram a conjuntura administrativa e os programas de atendimento à infância.

A racionalização e a divisão do trabalho, a disciplina e o controle do trabalhador, a complexidade e a desqualificação do trabalhador individual tanto criaram quanto foram criação da moderna escola brasileira (FARIA FILHO, 2003). Era preciso sustentar uma sociedade sob a égide da modernidade e da construção de um novo ideário sócio político que sustentasse a hegemonia do governo no poder, para que o sistema que passava a imperar pudesse manter a estrutura da sociedade brasileira, sem promover mudanças significativas na estrutura da organização do poder político.

O que se percebeu, foi que, a realidade histórica demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo inviolavelmente, a repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista, no qual o governo, adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, enfim coloca a sociedade desse cenário, mas não permite a ascensão ao poder por aqueles que não compõem a elite (FAORO, 2012).

Como consequência ao modelo de sociedade que se efetiva a partir da égide do sistema capitalista, a educação é vista como uma das alavancas para o fortalecimento da concepção de sociedade ideal na qual o Estado passava a se sustentar. O Estado apresentou algumas ações que são essenciais, sendo uma delas, em 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que vai apresentar inovações cuja finalidade sejam centradas na possibilidade de se construir diretrizes nacionais para o ensino, uma vez que a própria Constituição de 1934 estabelecia a competência privativa da União em elaborar as diretrizes nacionais da educação, determinou que competia à União fixar o Plano Nacional de Educação, que deveria se estender a todos os graus e ramos de ensino, coordenando e fiscalizando a sua execução, para todo o país; bem como, disposição dos princípios gerais do ensino, suas finalidades, ciclos, cursos, tipos de estabelecimento, entre outros.

A constituição de um Estado que buscasse nas políticas sociais a construção de políticas e bases jurídicas de âmbito nacional, ratificando o seu papel centralizador e unificador, envolvia expansões de oferta e de direitos, sob a lógica

já levantada, de inscrição do Estado dos interesses heterogêneos, abrangendo as classes que compunham a sociedade tanto agrária quanto urbana, embora de forma precária. Os anseios por educação numa sociedade em processo de urbanização e expansão de seu mercado de trabalho eram respondidos, por exemplo, com a determinação da Constituição Federal de 1934 de que o ensino primário integral era gratuito e de frequência obrigatória.

Na educação, ao mesmo tempo em que o ensino primário seguia gratuito e obrigatório, a Carta Constitucional de 1937, estabelecia uma diferenciação entre a educação para os setores não populares e populares, associando a estes o ensino pré-vocacional e profissional. O que cria um padrão oficial, legitimado pelo Estado, no qual é observada a dualidade de sistemas de ensino, ratificando as próprias estratificações de classe.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

As transformações da sociedade e as reformas ocorridas até os anos de 1930, centravam-se nas preocupações econômicas que preconizavam a manutenção do Estado controlador com um poder interventivo direto. Buscava a manutenção da ordem pública promovendo condições essenciais para equilibrar os fatores preponderantes da sociedade, garantindo o mínimo do progresso social, que se sustentava no discurso político de articulação dos ideários do Estado por meio de ações e intervenções no campo da educação, com vistas a garantir a hegemonia do poder de uma classe no governo do Estado, em especial nos períodos subsequentes de 1940 a 1960.

## 2.2 Marcos Históricos que influenciaram as Políticas Públicas Educacionais no Brasil no Período de 1940 a 1960

Nas discussões que se apresentaram no texto, como o campo político, o poder ideológico de um governo no Estado, suas contradições, influenciam na reprodução de um sistema em uma sociedade. A partir dessa compreensão a unidade que se apresenta, objetiva tratar dos principais marcos da legislação brasileira que influenciaram as políticas educacionais daquele período.

Para tratar das políticas educacionais, é preciso, compreender que o Estado, enquanto manifestação da sociedade política, se consolida ao se impor enquanto instância educadora por excelência, na qual, empreende ações de inculcação ideológica sustentada pelas diversas formas de símbolos e valores cívicos presentes no discurso nacionalista do governo daquele período.

Para Gramsci (2006) tratar de Estado, é por consequência considera-lo como um agente econômico, um elemento garantidor da propriedade e dos meios de produção. E só é concebível na forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção em que as relações de força estarão imbrincadas em cada conjuntura. O Estado colabora para a organização produtiva do sistema, tratar das políticas educacionais é acima de tudo momento de refletir acerca da função da escola, a qual deve ser entendida como um instrumento para preparar intelectuais de diversos níveis.

[...] a complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a área escolar e quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado (GRAMSCI, 2004, p.19).

Essa reorganização da educação pelo Estado, é vista no país quando passa a ter o caráter de necessidade social para o seu desenvolvimento socioeconômico, que por sua vez se tornaria o fator preponderante para conduzir o país rumo ao “progresso” garantido pela ordem vigente do Estado. Mas, que ainda evidenciava

em seu discurso a sustentação do pensamento burguês, frente a questão da educação nacional. A preocupação com a educação não estava, exclusivamente, ligada às questões de ensino, estava implícito nas ações do governo o fortalecimento e a criação de condições que efetivassem o ideário de sociedade difundido, naquele momento, sendo a educação vista como uma possibilidade de efetivação daquele sistema.

Para isso as mudanças políticas da sociedade impostas pelo Estado, naquele momento, suscitam de acordo com Gramsci (2002), a compreensão de que as ações de um governo estejam sempre relacionadas às políticas do dia a dia, política parlamentar, de corredores, e ainda, ligadas às lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. O Estado busca na educação uma forma de contornar as divergências entre as classes por meio de uma hegemonia imposta pelo ideário educativo daquela época.

A sociedade civil se tornou essencial para a manutenção do sistema que, por meio da propagação ideológica, o Estado criava condições e assegurava a estabilidade em longo prazo da classe dominante. Isto porque, a sociedade civil é o domínio privilegiado da ideologia, porquanto é aí que a classe fundamental deve assegurar o consenso socialmente necessário ao exercício do seu poder econômico e político, e assegurar a manutenção do poder do Estado, o que aconteceu no país, em especial, nas décadas de 1940 a 1960, uma vez que aquele era um momento de mudanças da estrutura da sociedade.

As mudanças da sociedade no período a que se refere Hobsbawm (1994) de 1945 a 1990, chamado período da “Era de Ouro”, foi tido como um momento de profunda revolução social, com uma espetacular expansão da educação. O pós-1945 anunciou o fim do campesinato, com intensos processos de urbanização e industrialização. Apontou para o necessário crescimento de ocupações que exigiam a educação secundária e superior, com as transformações na esfera produtiva e a ampliação do setor terciário, que agora suscitava um novo modelo de homem que deveria estar prestando serviço às necessidades produtivas da sociedade civil.



Essa nova diretriz de movimento necessário ao desenvolvimento do país moderno se instaura no Estado brasileiro, no final dos anos de 1940 e, se estabelece nos anos de 1950, quando as ações do governo buscam ratificar, o ideário de produção como sinônimo de progresso, divulgando e o incorporado como o caminho salvacionista do crescimento econômico do país. E, que acabava desembocando na escola, por buscar ali, a formação do “homem necessário” para o desenvolvimento de uma sociedade que rumasse ao progresso industrial. As mudanças sociais passavam a interferir em todas as esferas do governo.

As formas de desenvolvimento do sistema no país, impulsionaram um quadro de reorganização da sociedade brasileira, que toma o corpo capitalista na perspectiva de mudança na estrutura da produção, do papel do Estado, que se efetiva como agente regulador dos meios, para a naturalização de seus pressupostos, e nesse compasso a educação se tornava foco nas discussões do governo.

O Estado, em interação com os diferentes grupos sociais, descrevia idas e vindas entre abertura, autoritarismo, entre o populismo e a democracia, entre a proclamação jurídica de direitos e os meandros para a efetivação prática desses direitos (GOMES, 2005, p. 07).

Essas mudanças influenciam a ação do Estado que passava a viver um momento em que alguns de seus governos estão centrados no totalitarismo e, no Brasil, essa situação se efetiva na figura de Vargas que governa sob a influência dos militares e da Igreja, em que suas ações de governo são marcadas pelo autoritarismo, sustentado pelo discurso em prol do nacionalismo. Naquele momento, o país se caracterizava pela crise do modelo agrário-comercial dependente e o início de estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, com base na industrialização. Com o início da industrialização, a composição social tornou-se mais complexa. Há uma pequena burguesia, uma camada média de intelectuais e o operariado nascente. A pressão de demanda por escolas, provocada pela pressão social, se acentuava.

O Estado teve seus papéis redefinidos, passando não só a aceitar, mas a incentivar a responsabilidade de outros atores. A educação popular, as organizações não-governamentais, a participação da sociedade civil, dentre outros aspectos, passam a ser novas e fortes tendências que se manifestam não só no panorama brasileiro como em várias outras partes do mundo (GOMES, 2005).

No Brasil, o surgimento do modelo urbano-industrial aponta para novas e crescentes necessidades de formação de recursos humanos exigidos pelo modelo econômico emergente. Era preciso reajustar o aparelho de Estado para atender às novas necessidades da política, da economia e das demandas sociais, por isso aquele foi um momento intenso para a sociedade brasileira, uma vez que se rompia com a antiga ordem oligárquica de governo e se instaurava um processo de reajustamento dos novos setores da sociedade que buscavam se sustentar no poder.

O regionalismo brasileiro faz parte de nossa história política e social, tendo se manifestado, sobretudo, nos movimentos revolucionários regionais do século XIX, pelo debate parlamentar desde o Império; pela vasta produção literária dentre outros fatores (CANO, 2007, p. 19).

O que significou que a educação tida como poder coercitivo e, possibilidade hegemônica da manutenção do poder da elite dominante, vai sofrer fortes influencias em razão das diferenças díspares existentes em cada região do país, uma vez que o Estado, se centrava em um modelo de sociedade civil, e passava a desencadear ações socioeconômicas para modelar uma classe, tendo em vista a crescente oferta do mercado e, a vasta necessidade de mão-de-obra pelo mercado, as regiões passavam a se organizar conforme suas peculiaridades.

Esses direitos, suscitavam na sociedade outras necessidades que precisavam ser supridas pela ação do Estado. No entanto, o que acontecia efetivamente é que, nessa reconfiguração, o Estado brasileiro ainda trazia consigo resquícios dos problemas vinculados a inúmeras áreas sociais, em especial, ao que se referia à questão da educação; que, naquele momento, eram a falta de estrutura física, ou seja, escolas, os problemas com acesso e permanência nesses espaços,

o alto índice de repetência e, a evidente carência de recursos destinados à educação.

Para atender a esse cenário era preciso construir mais prédios escolares, remunerar e qualificar os professores, além de convencer as famílias a mandar seus filhos as escolas, uma vez que a realidade mostrava que em geral as crianças começavam a frequentar as escolas e, um grande número abandonavam os estudos antes de concluírem a etapa básica de instrução, em especial na zona rural para colaborarem nos trabalhos rurais. Carecia assegurar a implementação de um novo sistema de sociedade, por isso o governo entre os anos de 1940 e 1960, buscava ações que concretizassem esse feito.

A sociedade burguesa moderna passava a enfrentar problemas, entre eles, a instrução da escola pública popular (LOMBARDI; SAVIANI; NASCIMENTO, 2005). Esses problemas estavam atrelados à reconfiguração do sistema social que precisava se efetivar, era preciso modernizar, tecnológica e industrialmente o país para colocá-lo no cenário internacional. Para mudar as perspectivas da sociedade se fazia necessário compreender que a educação acompanhasse essas mudanças. Processo esse de transformação que se fazia de forma lenta.

A nova estruturação do mercado e da sociedade acarretava mudanças com relação à ideologia do Estado, que dentre as ações de efetivação do sistema buscava, também, na escola, essa sustentação. Isto porque, o Estado é apenas meio para proporcionar aos seus membros a oportunidade de desenvolver organicamente as virtualidades para o estabelecimento das estruturas de convívio na sociedade. O Estado educa, porque é autoridade competente, a fim de promover o bem comum. A educação nesse momento é vista como o veículo integrado das gerações às novas condições de um mundo em mudança. Ela deve organizar-se como instrumento de adaptação às situações novas de um meio social essencialmente dinâmico. A educação torna-se imprescindível para a manutenção do sistema, e, seu sucesso não passa a depender do crescimento ou perecimento da civilização (CURY, 1978).

E nesse movimento, de organização da sociedade, o país naquele período, relacionava a escolarização, ligada à ideia de “instrução”, ou seja, um novo modelo de sociedade se implantava, uma nova ideologia de mercado se estabelecia como premissa básica para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, nesse mesmo país o modelo estabelecido para a educação era arcaico, nele se tinham em geral escolas isoladas mantidas pelo governo ou, em instituições particulares de ensino, em geral pertencentes à Igreja, tornando a educação um privilégio das elites dominantes do país. O Estado passava, a apresentar a necessidade de repensar a questão da instrução pública em âmbito nacional para que o sistema pudesse ser sustentado pela força do trabalho, pelas relações de necessidades que o mercado passava a impor como base ao desenvolvimento.

O Estado passava a assumir como seu dever, com a cooperação de todas as instituições sociais, o direito à educação. Tomando a seu cargo, a responsabilidade de desenvolver ao máximo a personalidade humana e conformá-la com os fins ditados pela política educacional, que por sua vez se voltava para as necessidades do país. O “Estado tem condições de preparar as novas gerações para a vida social do tempo em que se vive. Só a escola pública tem meios de ser o instrumento de socialização adaptadora e um aparelho de transformação em vista de uma sociedade industrial e democrática” (CURY, 1978, p. 90).

A mudança nessa estrutura de governo sofrida pelo país, no período, forçava as classes dominantes, que se encontravam no poder, naquele instante, a fazerem concessões a todos os setores da sociedade civil, haja vista que o Estado também é visto como sendo o responsável por atenuar os conflitos existentes e garantir o desenvolvimento da força de trabalho para a manutenção do sistema. Cabia ao Estado estabelecer as relações legais e a organização política da sociedade.

O que dava a educação naqueles tempos a relevância política, que ela já não mantém, era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação de mentes e da abertura de espaços novos de mobilidade social e participação. A partir de 1930, no entanto, os componentes ideológicos passaram a ter uma presença cada vez mais forte na

vida política, e a educação seria a arena principal em que o embate ideológico se daria (SCHWARTZMAN, 2000, p. 81).

O período da década de 1930 na história do Brasil foi marcado pela criação, do Ministério da Educação e Saúde, ponto de partida para mudanças substanciais na educação, as latentes buscas pela estruturação da universidade e, a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis.

Outra característica do período foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), documento elaborado por um grupo de intelectuais, liderados por Fernando de Azevedo<sup>9</sup>, por ele redigido e assinado, sendo um dos propagadores dos novos ideais de educação. Tendo também como colaborador, dentre outros pensadores da época, Anísio Teixeira<sup>10</sup>. Esse documento preocupava-se com a formação do professor do ensino superior, não apenas como uma necessidade de suprir a

---

<sup>9</sup> Fernando de Azevedo foi Funcionário público, sociólogo e educador brasileiro nascido em São Gonçalo de Sapucaí, MG, um dos responsáveis pela reforma do ensino no país, a partir de experiências feitas no Ceará (1923) e Rio de Janeiro (1926). Inicialmente seminarista formou-se em direito e voltou-se ao magistério. Lecionou psicologia e latim em Belo Horizonte (1914-1917), fez crítica literária na imprensa de São Paulo e participou da fundação da universidade estadual (1934), em cuja Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ocupou a cadeira de sociologia e o cargo de diretor (1941-1943). Foi secretário da educação em São Paulo e no Rio de Janeiro, organizou e dirigiu a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) e a coleção Brasileira, ambas lançadas em 1931. Suas obras: Princípios de sociologia (1931), Sociologia educacional (1940), A cultura brasileira (1943) e História da minha vida (1971). Ao mesmo tempo em que o especialista em educação física, o crítico literário e o próprio educador foram cedendo lugar ao cientista social, também sofreu radical transformação a concepção de Fernando de Azevedo acerca das relações entre a educação escolar e a sociedade. Embora continuasse defendendo a importância fundamental da educação, o sociólogo, mostrou-se crescentemente aberto à compreensão dos seus condicionamentos socioeconômicos e do caráter conservador, superando segundo as suas próprias palavras a concepção "romântica do papel da Escola". Faleceu em São Paulo, SP, em 18 de setembro (1974) (FÁVERO et al., 2002, p. 349-353).

<sup>10</sup> Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, sertão da Bahia, em 12 de julho de 1900. Após sólida formação adquirida em colégios jesuítas de Caetité e Salvador, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922 e obteve o título de Master of Arts pelo Teachers College da Columbia University, em Nova York, em 1929. Iniciou-se na vida pública em 1924, foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Em 1946, a convite de Julien Huxley, assumiu o cargo de Conselheiro de Ensino Superior da UNESCO. Na década de 50 teve atuação destacada na esfera federal, no Ministério da Educação. Em 1951 assumiu a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que seria por ele transformada. A atenção ao esforço de Anísio Teixeira a sua obra sempre iluminou a complexa batalha pela democratização da cultura e da educação, tornando-o um dos educadores que mais encarnaram nossa tradição pedagógica democratizante. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em março de 1971 (FÁVERO et al., 2002, p. 71-79).

função didática, mas também como forma de criar espaços para a profissionalização docente. Rebelava-se, o Manifesto, contra o empirismo dominante, propugnava o estudo e a solução dos problemas educativos por orientação científica como nos domínios das ciências técnicas e sociais. Destacava a necessidade da construção de um programa educacional de âmbito nacional, norteado pelos princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola.

A década de 1930 pode ser tomada como um marco referencial na história da política da educação nacional. Nessa época, iniciava-se o processo de industrialização do país. Segundo Freitag (1977) com a queda da bolsa de Nova Iorque e a conseqüente crise do café, era necessário o esforço de produzir mais bens de consumo, que eram até então importados. Essa fase, denominada de substituição das importações, levou à criação de um maior número de escolas superiores para a formação dos recursos humanos necessários às novas exigências do processo produtivo.

Vargas<sup>11</sup> assumiu o poder em 1930 implantando, em 1937, o Estado Novo, com traços ditatoriais. Isto significou que a sociedade política invadiu áreas da sociedade civil, que se subordinam ao seu controle. Esse governo estabeleceu na Constituição de 1934 (Art.150) a necessidade da elaboração de um Plano Nacional da Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis.

A educação estava predominantemente dominada pelos objetivos do trabalho, da educação física e da educação cívica, com o fortalecimento dos deveres de todos para a economia e a defesa da Nação. A Constituição de 1946 retoma o sentido democrático da Constituição de 1934 e com ela coincide em vários pontos, como declaração do direito à educação, elaboração das diretrizes e bases da educação nacional e na obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário.

---

<sup>11</sup> O Governo de Vargas terá destaque na próxima seção.

Essas alianças, acontecem em razão do fato de que naquele momento, a educação brasileira, passava a ser marcada especialmente pelas ideias de uma parcela expressiva da intelectualidade brasileira, que se preocupava com a educação, tendo destaque Lourenço Filho, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, dentre outros importantes intelectuais que encamparam as reformas para a instrução básica no país e, que defendiam a necessidade gritante de um país moderno e industrial, que modificasse tanto as estruturas econômicas quanto sociais do país. Nessa atmosfera, a educação passou a ser entendida, como um instrumento de superação do atraso da sociedade brasileira, caracterizada pela predominância de interesses oligárquicos e a ausência de uma identidade nacional, tão necessária para as bases de modernidade do Estado. Por essa razão o período de governo presidencial de Vargas vai ser um marco importante para a educação brasileira.

Os principais acontecimentos no campo educacional ou com repercussão no setor educacional foram: a) Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. b) Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931) c) Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932). d) Constituição Federal de 1934 e) Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil (ROMANELLI, 1999, p. 45-46).

O momento de intensificação das mudanças na estrutura da sociedade brasileira, resultaram em ações políticas, que se tornaram necessárias para efetivar as ações do governo para garantir a consolidação do sistema no país, conforme suscitaram os decretos sobre a educação brasileira nos anos de 1930 que explicitaria a necessidade da formação de mão-de-obra para o país.

**Quadro 1 - Decretos que regulamentaram a educação brasileira no ano de 1931**

Decretos	Deliberações
Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931	Cria o Conselho Nacional de Educação
Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931	Regulamento a ação do CNE

Decreto 19.852 de 11 de abril de 1931	Organização da Universidade do Rio de Janeiro
Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931	Organização do Ensino Secundário
Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931	Organização do ensino comercial; regulamenta a profissão de contador e dá outras providências
Decreto 21.241 de 14 de abril de 1931	Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ministério da Educação

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, após 1930 representou, determinou, conseqüentemente, o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 1930 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

Concomitante às mudanças e necessidades da sociedade civil, no campo político, rivalizavam-se a Aliança Nacional Libertadora - ANL, sob a principal influência de Luís Carlos Prestes e, a Ação Integralista Brasileira - AIB, sob a liderança de Plínio Salgado, com forte apoio da Igreja Católica. Essa divisão no campo político repercute no âmbito educacional. De um lado, estão intelectuais liberais, socialistas e comunistas, alguns deles, protagonistas de reformas educacionais em seus estados de origem, agrupados em torno do movimento conhecido como Escola Nova e, de outro os católicos e conservadores de diferentes matizes ideológicos, reunidos em torno de um projeto conservador de renovação educacional.

Segundo Romanelli (1999, p. 153), “aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva”. A efetivação da normativa estabelecida pela Constituinte vai se cumprir na década seguinte por meio das Leis Orgânicas do Ensino que foram propostas a



partir do ano de 1942. O Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos-lei, dentre eles quatro decretos são editados durante o Estado Novo.

**Quadro 2 - Decretos-lei no ensino no Brasil nos anos de 1942 a 1943**

Decreto-lei	Deliberação
Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942	Lei Orgânica do Ensino Industrial
Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI),
Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário
Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial

Fonte: Romanelli (1999), elaborado pela autora.

Com essa legislação, o Governo Vargas explicita firme intenção de estruturar o ensino técnico profissional e quando cria o SENAI convoca o empresariado nacional a participar dessa empreitada.

A Constituição Federal de 1937 delimitava em seu texto orientações político-educacionais que explicitavam, claramente, a inserção do sistema capitalista em consonância com o modelo de ensino que deveria ser ministrado no país, em seu texto, ficava estabelecido,

[...] O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (artigo 129); que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação (artigo 128); O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (artigo 130) e, dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias (BRASIL, 1937, artigos 128-130).

As conquistas do movimento renovador, que influenciaram a Constituição Federal de 1934, foram enfraquecidas na Constituição de 1937. Esta marcou uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas e, o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. O Decreto-lei que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, cujo enfoque seria a valorização do ensino profissionalizante, tendo este a recomendação para a duração de cinco anos para o curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico.

Após o período estado novista, em 1945, iniciava-se uma reestruturação da esfera parlamentar, segundo Vieira (2001). Observa-se a constituição de uma série de saberes jurídicos que visam orientar o Legislativo como mediador entre governo e população. Esses saberes se responsabilizam pelo engendramento de um conjunto de discursos que visam estabelecer regras de comportamento aceitáveis ao debate público – selecionando não apenas as questões que deveriam ser colocadas em pauta, como também os sujeitos que estariam capacitados a tal exercício. As formas de expressão dos interesses coletivos são definidas nas Constituições Brasileiras (1946 e 1967), nos códigos eleitorais (1935, 1950 e 1965) e no conjunto de leis normativas para cada eleição.

As transformações socioeconômicas incidiam nas ações educacionais, a escola não era mais vista como privilégio único da elite, passava a ser entendida no cenário político como sendo, também, um instrumento ideológico de grande importância para a efetivação no sistema na sociedade, uma vez que na ditadura de Vargas, a escola tem uma forte conotação ideológica. Num determinado momento educar é construir escolas, em outro poderá ser a promoção de uma reforma no ensino público assegurando a disciplinarização da população (VIEIRA, 2001).

O que é resultante do contexto que se estabelecia, em especial, influenciado pela economia, que se desenvolvia em um contexto que buscava a estabilidade pelas corporações empresariais e industriais, resultado da reestruturação do país que deixava de ser essencialmente rural-oligárquico e ensaiava um caminho de

base urbana-burguesa. Nesse compasso, a educação é considerada um instrumento vital para o desenvolvimento do país, era preciso alterar de maneira significativa os processos pedagógicos; surge a necessidade de aplicação de novos métodos de ensino, de uma nova organização escolar; enfim uma outra mentalidade deveria compor as práticas escolares.

Essas mudanças não acontecem apenas em função das necessidades sociais do país. A política internacional entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética e, do comunismo internacional, a eles aliada ou deles dependente. À medida que avançava essa imagem da política mundial como um duelo entre as forças de dois sistemas sociais rivais (após 1945, mobilizado por trás de uma superpotência a brandir armas de destruição global) se tornou cada vez mais irrealista (HOBSBAWM, 1994).

Era preciso que o sistema se fundasse a partir de uma orientação que não fosse marcada por lutas e conflitos sociais intensos. O Estado, marcado por um governo totalitário, mas com um discurso de benevolência e paternalista, se sustentava a partir de práticas assistencialistas, e, para este fim a educação foi um dos instrumentos utilizado para impregnar o ideário sócio político orientado pela ação do Estado. Tornava-se de extrema relevância instruir a mão-de-obra trabalhadora precocemente, como exemplo, o incentivo ao ensino secundário, em razão da realidade socioeconômica em que se inseria o país naquele momento.

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e não na mão-de-obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal (ROMANELLI, 1999). A sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo a integração de seus membros.

O discurso do governo federal, se situava na projeção de um país rumo ao progresso, que tinha na educação a possibilidade ao homem de ascender

socialmente, por meio do esforço resultante do seu trabalho. A função do setor educacional era o de transmitir instruções que fossem necessárias para o desenvolvimento de mão-de-obra para o trabalho, não de uma formação de criticidade, em que a composição da sociedade deveria ser assumida por cada homem com uma função determinada para o bem-estar dessa sociedade. Por essa razão o discurso marcava-se pela necessidade de se obedecer ao que foi determinado pelo Estado, era função tentar absorver os conteúdos transmitidos na escola para no futuro ser um bom operário. Domesticação de consciências.

Esse era o cenário nacional e, para a análise das políticas paranaenses, entendo, ser necessário compreender como os fatos decorrentes das estruturas políticas do país naquele momento histórico influenciaram as ações do governo paranaense. O trânsito pelas relações políticas se constroem a partir de meandros que se sustentam na construção econômica, política e social dos envolvidos no processo que dialoga a partir das transformações sociais, econômicas e políticas numa perspectiva de sustentação e manutenção do sistema.

Sistema que se configura com maior evidencia a partir do período dos anos de 1937 a 1945. A educação, naquele período passava por mudanças, tanto na sua organização como no seu funcionamento. Segundo Bomeny (1999), a educação no Estado Novo tornou-se um aspecto desafiante em vários sentidos, as mudanças precisavam acontecer de forma evidente. Reformas substanciais foram implementadas no ministério Gustavo Capanema<sup>12</sup>, que teve sua vigência no período de 1934 a 1945, ou seja, desde antes do Estado Novo (1937) até o momento da redemocratização do país. Para a autora a reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação que teve como base

---

<sup>12</sup> Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), no dia 10 de agosto de 1890, iniciou ali seus estudos, em seguida para Belo Horizonte, ingressou na Faculdade de direito de Minas Gerais. Foi nomeado para a Pasta da Educação e Saúde Pública, em 1934, cargo que ocupou até a queda do Estado Novo, em 1945. A partir de 1942, começam a ser promulgadas, por iniciativa de Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº. 4.073/1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº. 4.244/1942) e a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº. 6.141/1943). Capanema manifestou-se publicamente a favor do novo regime e comprometeu-se a reorientar o sistema educacional no sentido de transformá-lo em instrumento do Estado, colocando-o a serviço da nação (FÁVERO et al. 2002, p. 425)

os resultados de um grande inquérito sobre a educação nacional. Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação-CNE, encaminha a Capanema o texto final do plano, que foi enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação.

Em seu art. 1º estava previsto que o plano só poderia ser alterado após 10 anos de vigência, e Capanema solicita sua aprovação “em bloco”. Era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase 100 páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais, de forma alguma consensuais, e cuja discussão a proposta de aprovação em bloco visava, justamente, evitar.

A reforma do ensino secundário foi outro ponto de honra do ministério, e suas linhas mestras ilustram a matriz que vencia na definição do que e como ensinar à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada. Confrontavam-se nesse momento posições distintas a respeito do teor que se deveria imprimir à formação dos jovens cidadãos. Educação humanista *versus* educação técnica; ensino generalizante e clássico *versus* ensino profissionalizante são pares de oposição que permanecem como desafios à reforma do ensino secundário (BOMENY, 1999).

O Estado Novo resolveria o problema com uma solução engenhosa. Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanista, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que na atualidade é conhecido como “Sistema S”<sup>13</sup>, etc. Coroando todo esse empreendimento, o ministério reestruturaria o ensino superior, criando e dando corpo ao grande projeto universitário. Essa reforma para a autora pode ser definida ao analisar o discurso que,

[...] a elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices

---

<sup>13</sup> O Sistema S foi formado por entidades criadas a partir dos anos de 1940, que dedicam-se a formação profissional, nas áreas da indústria, comércio, agropecuária, dentre outras. Compunham o sistema naquele momento da história o SENAC (1946); SESC (1946); SENAI (1942) e SESI (1942).

fragmentários de nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da atividade individual, nas letras e nas artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação (BOMENY, 1999, p. 140).

Naquele período do Estado Novo, em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle, não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garantiria a ordem e a disciplina estaria, na verdade, invertido. Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina definiria o que será e a que servirá a educação.

O Estado Novo teve na educação um grande pretexto de implementação do que seria a prioridade daquele momento histórico nacional. A dimensão político-ideológica constituiu-se em âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidava sob a liderança de Getúlio Vargas (BOMENY, 1999).

Entre os anos de 1937 a 1945, a pasta do Ministério da Educação e Saúde, que era ocupada por Gustavo Capanema desde 1934, marcou um novo momento do processo histórico e político-institucional da educação brasileira, no qual foram elaboradas reformas educativas por meio das Leis Orgânicas de Ensino (a partir de 1942), ou “Reforma Capanema”, composta pelos Decreto-Lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, referente a Lei Orgânica do Ensino Industrial; o Decreto-Lei nº. 4.244 de 09 de abril de 1942, que se referia a Lei Orgânica do Ensino Secundário; o Decreto-Lei nº. 4.048, de janeiro de 1942, que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; e o Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, sendo a Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Em 1942, foi estabelecido o Convênio Nacional do Ensino Primário, entre a federação e os Estados, obrigando estes últimos a uma elevação de suas

contribuições para este nível de ensino. Em 12 de novembro daquele mesmo ano, Capanema expôs a necessidade de criação do Fundo Nacional de Ensino Primário - FNEP, que foi promulgado sob o Decreto-Lei n.º. 4.958. Em 1º de março de 1943, foi promulgado o Decreto-Lei Federal n.º. 5293 que criava o Convênio Nacional do Ensino Primário, com 20 Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, estabelecendo a cooperação financeira entre a União e as partes da federação com os recursos do FNEP.

Nessa época, foram criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP e o Instituto Nacional do Livro - INL. Foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Industrial, por meio da Lei n.º. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que definia como sendo um ensino industrial oferecido em dois ciclos: escola industrial (1º ciclo) e escola técnica industrial (2º ciclo). Com 194 objetivos da reforma Francisco Campos para o ensino secundário, que continuou com a formação técnico-burocrática destinada aos filhos das camadas médias urbanas.

Pelo Decreto-Lei n.º. 6.141, de 28 de fevereiro de 1943, houve a reformulação do ensino Comercial. Essa reformulação foi dirigida pela Reforma Capanema e permaneceram os dois ciclos anteriormente propostos, ou seja, o primeiro ciclo em quatro anos com o comercial básico e o segundo, em três anos com o comercial técnico, nas modalidades de Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado.

A educação de base era entendida como um processo educativo destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura, como a leitura, escrita, aritmética elementar, noções de ciência, vida social, civismo, higiene, e com as quais de acordo com as suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISIEGEL, 1989, p. 14). Após o golpe militar que derrubou Vargas (1945), durante o Governo Provisório presidido por José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foram publicados os seguintes decretos-lei:

**Quadro 3 - Decretos-lei direcionados ao ensino no Brasil com destaque ao ano de 1946**

Decreto-Lei	Deliberação
Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Primário
Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Normal
Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946	Lei Orgânica do Ensino Agrícola

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ministério da Educação e Cultura

De acordo com o Decreto-lei nº 8.259, promulgado a 2 de janeiro de 1946, o ensino primário ficava dividido em duas categorias: 1) o ensino primário fundamental e 2) o ensino primário supletivo. O ensino primário fundamental subdividia-se em: a) primário elementar com a duração de quatro anos e primário complementar com a duração de um ano. Ambos destinavam-se a crianças de 7 a 12 anos.

Dando cumprimento a um dos artigos da Convenção de São Francisco, que criara a Unesco<sup>14</sup>, o governo fundou o Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura-IBEC, oportuno esclarecer que no texto legal, como um organismo de cooperação para associar os principais grupos nacionais que se interessavam

<sup>14</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, foi criada em 16 de novembro de 1945, como Organismo Especializado da ONU, com a pretensa missão de modificar o homem e a política por meio da educação e da razão. Sua criação está relacionada à necessidade de reconstrução dos países no pós Segunda Guerra Mundial a partir de diversas concepções de liberalismo, no qual se buscava pautar a democracia e a construção de uma nova hegemonia mundial. A existência de uma agência supranacional e com um trabalho integrador, por meio da educação e da cultura, justificava-se pela necessidade de continuidade do processo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O esforço para a criação da UNESCO, cuja gênese encontra-se na Conferência de Ministros Aliados de Educação, em 1942, evidencia a necessidade sentida pelas autoridades governamentais e pela iniciativa privada dos países envolvidos na guerra de construir um cenário de estabilidade política que pudesse garantir a circulação de ideias, pessoas e mercadorias entre as várias regiões do mundo, no fundo, a nova agência trabalharia para a “educação do cidadão mundial (EVANGELISTA, 1999).



pelos problemas da educação e da pesquisa científica e cultural – Decreto Lei nº. 9.355 de 13 de junho de 1946 (NISKIER, 1989, p. 308).

A partir desse Decreto-Lei passava-se a apresentar uma nova relação do setor educacional, na qual a questão do poder de normatizar a educação deixa de ser central ao governo federal, se dá início ao processo de (co)responsabilização com o setor da educação estabelecendo critérios e orientações em que os estados e municípios deveriam cooperar para que se tivesse a efetivação das políticas de governo desse sistema em construção.

Uma das primeiras leis, na área da educação, promulgada já na vigência plena do regime presidencial, foi a de nº. 59, de 11 de agosto de 1947, que autorizava o Poder Executivo a “cooperar financeiramente com os Estados, Municípios, Distrito Federal e particulares, na ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais onde haja carência de recursos educacionais” (NISKIER, 1989, p. 308). Essa cooperação seria feita mediante acordo entre as partes, cabendo ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a celebração e fiscalização.

As mudanças na sociedade, na elaboração de uma nova Constituição Federal que foi promulgada no ano de 1946, constituía e configurava o modelo da sociedade expressa pelas obrigatoriedades, a saber que, em sua redação determinava a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dava competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Estabeleceu que deveriam constar o preceito de que a educação é direito de todos. Neste ano, o Ministro Raul Leitão da Cunha<sup>15</sup> regulamenta o Ensino Primário e o Ensino Normal e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. O Ministro Clemente Mariani<sup>16</sup>, cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto

---

<sup>15</sup> Raul Leitão da Cunha, foi ministro ocupou a pasta da Secretaria da Educação e Saúde no período de 30/10/1945 a 31/01/1946. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1881, formou-se pelo Instituto H. Kopke e Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (BRASIL, 2013).

<sup>16</sup> Clemente Mariani Bittencourt foi advogado e empresário do setor financeiro (Banco da Bahia), foi deputado federal, ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Eurico Gaspar Dutra, ministro da fazenda do governo Jânio Quadros e presidente do Banco do Brasil (BRASIL, 2013).

de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho<sup>17</sup>, era organizada em três subcomissões, sendo direcionada ao Ensino Primário; ao Ensino Médio; e, ao Ensino Superior.

De acordo com Vieira e Freitas (2003) com a Constituição de 1946 fica clara as orientações dos princípios liberais e democráticos na política aplicada pelo Estado. O estado de direito é reestabelecido, assim como a autonomia federativa.

Com as mudanças na sociedade política e, na sociedade civil, a educação passava a ocupar espaço. Naquele contexto, em que se buscava colocar em ascensão um determinado ideário político, por essa razão o governo adotava uma política nacionalista que colocava na educação uma possibilidade de desenvolvimento da população.

O Estado Novo teve na educação um grande pretexto de implementação do que seria a prioridade daquele momento histórico nacional. A dimensão político-ideológica constituiu-se em âncora do regime autoritário que se consolidava sob a liderança de Getúlio Vargas. O Ministério da Educação, criado em 1930, receberia em 1934 Gustavo Capanema como titular da pasta (BOMENY, 1999).

O Estado passava a cumprir e a divulgar a ideia de legitimação de promoção do bem-estar para a sociedade. Entretanto a sociedade civil passava a ser orientada por diversas classes, as quais originavam situações de conflitos em função da questão da base econômica que reorganizaram a sociedade de maneira geral. De um lado tinha-se o poder público buscando o processo de hegemonia de um sistema, e para tal ter o controle dos setores sociais, dentre eles, a educação era um fator preponderante. De outro lado estavam os estabelecimentos privados,

---

<sup>17</sup> Manoel Bergström Lourenço Filho nascido em São Paulo, diplomou-se pela Escola Normal da Praça da República, Exerceu vários cargos políticos, dentre eles em 1952 foi Diretor do Departamento Nacional de Educação e organizou a Campanha de Educação de Adultos. Destacou-se como um dos grandes reformadores da educação no Brasil, tendo sido um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Colaborou significativamente para a introdução, no pensamento pedagógico brasileiro, das ciências humanas que, juntamente com a economia, se desenvolveram com base no pressuposto de que a sociedade é passível de ser planejada e moldada nos rumos desejados pelo Estado (FÁVERO et al, 2002, p. 746-754)

as oligarquias que ditavam os pressupostos da educação no país, até aquele momento.

Em novembro de 1948 o anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Após 13 anos de discussões foi promulgada a Lei nº. 4.024, em 20 de dezembro de 1961, na qual prevaleciam as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros (ROMANELLI, 1999).

Os anos de 1950, foram bastante intensos para a educação brasileira, no entanto, todo esse movimento vai ocorrer em função das ações governamentais e das políticas educacionais que tiveram sua origem nos anos de 1930. Os pioneiros da Educação Nova reivindicavam a implantação da escola única, laica e gratuita, cujo ensino fosse unificado e comum a todos. O Manifesto foi um documento político que tratou de problemas pertinentes à formação docente e às necessidades deste novo professor para atuar na nova escola (SILVA, 1980).

Essas reivindicações não se restringiram somente naquela década, se propagaram e provocaram inúmeras mudanças no campo da educação, principalmente, ligadas à questão da preocupação com a formação e da ideologia do governo. O documento consistia na defesa dos direitos do cidadão e, dever do Estado, promover uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita, tendo como pressupostos a questão de que a educação seria garantida pelo Estado a todos que estivessem em idade de frequentar a escola; obrigatoriedade da matrícula sob a pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, especialmente gratuidade da educação para todos, indiscriminadamente, tivessem acesso à escola.

Como resultados algumas ações são efetivas na educação como por exemplo, em 1950 foi inaugurado em Salvador, por Anísio Teixeira, o Centro Popular de Educação - Centro Educacional Carneiro Ribeiro, dando início à sua ideia de escola-classe e escola-parque. Em 1952, em Fortaleza, foi criado o Método Psicogenético, pelo educador Lauro de Oliveira Lima cuja didática era baseada nas

teorias científicas de Jean Piaget; em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura.

Em 1961 tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas, adultos analfabetos; em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, em substituição ao Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação. Em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado na Pedagogia de Paulo Freire. Enfim, esses são alguns dos exemplos verificados nas ações do governo nas décadas de 1950 e 1960, que a legislação daquele período e, de períodos anteriores tornavam-se necessidades básicas a serem supridas pela população.

A política do governo, passava a assumir outra característica, o que resultou numa nova forma de organizar as ações para com a sociedade. O governo assumia o discurso do avanço industrial para o país. Para isso tomava em especial, no período que de 1945 a 1960, a utilização incorporada nos discursos, com destaque, aos discursos presenciais, a possibilidade de criação de uma ideologia desenvolvimentista. O discurso centrava-se expressivamente no discurso do chamado Estado populista-desenvolvimentista<sup>18</sup>, que representava uma aliança entre o empresário nacional, setores populares e política. Em 1946, a Constituição Federal, fixa em um de seus parágrafos (Art.5, IV, d), a necessidade da elaboração

---

<sup>18</sup> Estado populista-desenvolvimentista refere-se a política brasileira que desde o Estado Novo se caracterizava pelo populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. O populismo era adotado como instrumento de controle e mobilização das massas em proveito das classes dominantes. O nacionalismo surgiu entre os grupos políticos, tecnocratas e militares, que buscavam uma estratégia estatal capaz de enfrentar os problemas do desenvolvimento crônico do Brasil. (CUNHA, 2002). Para entender o significado do termo desenvolvimentista nas ações políticas daquele momento o regime ditatorial consolidou a ideia do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Se a política trabalhista de Vargas permaneceu praticamente intacta até os dias de hoje, se a discussão sobre o formato do Estado e a reforma da previdência social são temas que continuam mobilizando a sociedade, não se pode negar que o Estado Novo contribuiu para reforçar a fragilidade de nossas instituições político-partidárias, para produzir um descaso pelos direitos civis e políticos e para disseminar a ideologia do anticomunismo. A crença na dicotomia entre democracia social e democracia política, na supremacia do Executivo sobre o Legislativo e da técnica sobre a política são algumas das heranças do Estado Novo que comprometem até hoje a consolidação da nossa democracia (PANDOLFI, 1999, p.11).

de novas leis e diretrizes para o ensino no Brasil, que substituíssem aquelas consideradas ultrapassadas no Governo Vargas.

O início do século XX foi marcado pela necessidade de se estabelecer, nos indivíduos, o sentimento de pertencer a uma pátria e, para tal foi mobilizado todo o sistema educacional, através de leis e orientações que se refletiam tanto na rotina das escolas, quanto nos atos cívicos e trabalhos específicos sobre heróis nacionais. Há o reconhecimento de que temos uma identidade própria, caracterizada por essa brasilidade resultante de nossa formação histórica, com características próprias reconhecidas, mas ao mesmo tempo em constante redefinição (SARMENTO, 2007, p.16).

A valorização da educação escolar passava a ter um importante papel na construção dos pilares desse sistema que conduziu a sociedade. Por essa razão, os discursos, em geral, citavam a escola como um instrumento de resolução dos problemas sociais e, meio para encaminhar o progresso do país. O governo propaga a crença da educação como resolução de todas as questões sociais, fator que é apresentado como representação desse ideário na sociedade, ou ao menos, em meio as camadas médias da população. A expansão das camadas médias da população vinculava-se à recente modernização capitalista que se anunciava no Brasil, trazendo novas estruturas de classe, que buscavam ascensão ao governo como possibilidades de colocação no processo produtivo fruto da crise da hegemonia da oligarquia agrária, que dominou toda a Primeira Republica no país. O sistema se consolidava no país, como uma forma eficiente e, necessária ao desenvolvimento do progresso.

O cenário político brasileiro retratado nesta seção fez-se necessário para o entendimento dos aspectos que foram fundantes no estabelecimento de Moysés Lupion no período dos seus dois governos de 1947 a 1951 e 1956 a 1961. As ações político-administrativas que constituíram a educação se fizeram a partir das mudanças no ideário sócio-político no estado paranaense.

### **2.3 As Influências da economia na consolidação e necessidade de reformas educacionais no Paraná na década de 1940 a 1960**

Esta unidade tem como objetivo destacar os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e político e sua relação com a educação para o estado do Paraná. A formação do governo não aconteceu de forma diferenciada do governo brasileiro. A dimensão política do estado paranaense tinha como base o consumo, a necessidade concreta originária de um processo contínuo e permanente de construção.

As análises discutidas nessa seção tratam da conjuntura social e econômica, que regia a sociedade paranaense daquele momento histórico, e que, por consequência, influenciaram as políticas educacionais, uma vez que se torna evidente que a educação não se diferencia da proposta macro da política brasileira daquele período. A educação era tida como uma solução para formar um novo tipo de homem que iria compor a sociedade civil, o trabalhador, ou seja, era preciso investir e incentivar a formação desse novo modelo de homem que pudesse servir às necessidades apontadas pelo sistema, uma sociedade gerada pela lógica da produção e do consumo.

O foco do governo era a relação de produtividade na sociedade. O sistema econômico passava a ser a engrenagem básica para as ações políticas paranaenses que normatizaram a sociedade. É preciso considerar o fato de que, até o fim da terceira década daquele século, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, um cenário que só vai ser modificado “a partir da década de trinta, onde uma verdadeira revolução irá ocorrer na economia do estado transformando-lhe a fisionomia” (PADIS, 1981, p. 82).

Essa mudança acontece tomando como base o fato de que, sociedade estava formada por meio um ideário no qual se passava a valorizar o esforço e a abnegação, a questão da hierarquia social advinda da divisão do trabalho retrata como mérito ou demérito, capacidade ou incapacidade a colocação dos homens no sistema produtivo, uma vez que a ascensão social, de uma classe a outra, dependeria necessariamente de suas aptidões e esforço para o trabalho.

A configuração da sociedade passava a ser retratada no país, pela recente formação da burguesia industrial e trabalhadores da indústria, aspecto eminentemente urbano e localizado, uma oligarquia agrária e trabalhadores do campo. Advindo desse processo de industrialização e da urbanização, outros processos concomitantes na sociedade passam a criar possibilidades de mobilidade social na estrutura de classes da sociedade brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho voltado aos setores administrativos e econômicos. E essa configuração que atingia os grandes centros do país precisavam chegar ao estado paranaense para que se pudesse ter uma hegemonia do sistema assumido pelo Estado numa abrangência nacional.

O Paraná, na primeira metade do século XX, caracterizou-se pela rarefação de sua população. A pequena população distribuída em seu território ocasionava a falta de escolas, uma vez que elas não se mostravam uma necessidade. O estado vivia da extração, beneficiamento e comércio da erva mate. Esta atividade o ligava mais com a Argentina e o Uruguai do que com os demais estados brasileiros, embora a elite paranaense se mantivesse vinculada à elite paulista, cuja riqueza principal provinha do plantio e da comercialização do café.

[...] podemos dividir a ocupação do estado em três áreas histórico-culturais. A primeira área corresponde ao que chamamos de Paraná Tradicional. Esse Paraná iniciou sua história no século XVII, com a descoberta do primeiro ouro encontrado pelos portugueses no Brasil. A segunda área cultural do estado corresponde ao norte do Paraná. A terceira área histórico-cultural originou-se após meados da década de 1950. A este deslocamento populacional chamamos de frente sulista, ocupando a maior parte do sudoeste e parte do oeste paranaense (WACHOWICZ, 2002, p. 287).

Para que o Paraná participasse do processo de desenvolvimento do capitalismo, era preciso que a sociedade buscasse no esforço pessoal e na escola, em especial, junto ao processo de escolarização, atender as exigências dessa nova organização social ofertada pelo Estado, na qual se tinha a possibilidade de ascensão social, pois assim a questão das desigualdades sociais ou da diversidade de atividades decorrentes das mudanças ocorridas nas relações econômicas poderiam provocar a mobilidade social.

A criação identitária do estado do Paraná, teria acontecido com a valorização posterior à fundação da Província, relegando a um segundo plano a importância do espaço como elemento formador da região, segundo Trintade (1997). O elemento indígena, nesse contexto, foi ignorado. Ao deixar de lado a história anterior do surgimento da Província, os “construtores” do Paraná procuravam impor uma nova verdade baseada em fatos e feitos essencialmente ocorridos no território paranaense e por iniciativa de seus habitantes. A ideia de evidenciar somente os acontecimentos ocorridos após a emancipação, seria uma forma, portanto, de legitimar a independência político administrativa do Paraná, ainda que fosse eliminando todo o seu desenvolvimento anterior a 1853. Essa questão revela a valorização da cultura lusobrasileira encarregada de forjar a história estadual.

De acordo com Pilotto (1954), a persistência para se obter a emancipação durou décadas, envolvendo membros representativos da sociedade. Durante o juramento das bases da nova Constituição portuguesa, em 1821, Paranaguá novamente foi cenário para uma investida, no episódio conhecido como a “Conjura Separatista”, mas sem sucesso. É compreensível que iniciativas como essa, não fossem adiante. O gesto isolado dessa vila, sem o apoio de outras localidades, tendeu ao fracasso. Esse momento da história brasileira, entretanto, apresentava-se propício a manifestações separatistas, devido às ideias liberais veiculadas, principalmente, em São Paulo e que chegavam até os habitantes de Paranaguá e de Curitiba. Com isso, o pensamento da independência do Brasil desenvolveu-se em várias partes do país, ainda que a Comarca de Curitiba, como era chamada a Quinta Comarca de São Paulo, não viesse a ter nenhuma participação de destaque no processo da independência.

As ligações entre a Comarca e a Província de São Paulo eram delicadas, não somente no aspecto administrativo como no econômico-fiscal, como sugere Holanda (1987). A mobilização pró-emancipação do território, que caberia ao Paraná, disseminou-se em outras regiões, interessando aos políticos e à imprensa de várias partes do país. Em 1853, surgiu um projeto do Senado para a criação da Província do Paraná. Por fim, em 20 de agosto daquele mesmo ano, a proposta foi aprovada. Transformado em lei, o documento definia a denominação oficial de Província do Paraná em relação ao território que antes compreendia a Quinta



Comarca; Curitiba transformou-se, automaticamente, em capital da Província. A Lei nº 704, sancionada em 29 de agosto de 1853, criando a Província do Paraná, teria inaugurado a história regional, transformando-se em ato fundador. Objeto de culto, a lei passou a ser celebrada, nas comemorações anuais que marcavam o aniversário de criação da Província.

Com relação ao desenvolvimento econômico, há que se destacar que o primeiro ciclo de exploração do Estado foi o ciclo da erva-mate, que segundo Oliveira (2001, p.28), já “no início do século XIX começou a ser explorada e passou a ser o principal produto de exportação do Estado”. A erva-mate gerou o desenvolvimento de um expressivo crescimento de atividades ligadas a seu suporte. Esse processo proporcionou forte impulso também ao conjunto da economia, perdurando até início do século XX (década de 1920) quando o ciclo do mate começa a entrar em declínio e, em consequência entram em decadência também os setores dedicados a seu suporte. A partir dos anos de 1930 o ciclo da erva-mate é substituído pelo ciclo da madeira que passa a ser o setor econômico mais importante da economia paranaense.

A extração da madeira e suas indústrias correlatas, papel, papelão mobiliário, dentre outros segmentos, segundo Oliveira (2001),

[...] passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses. A indústria madeireira e suas indústrias correlatas empregavam a maior parte dos trabalhadores do setor indústria e, ao mesmo tempo disseminava a industrialização pelo interior do Estado, mais ainda à medida que iam sendo colonizadas as terras das regiões Norte e Sudoeste do Paraná (OLIVEIRA, 2001, p.30).

Na década de 1940, com a colonização do chamado Norte Novo e o consequente aumento das lavouras de café, esse passou a ser o produto de maior importância da economia paranaense e desbancou os outros itens da pauta de exportação do Estado. Segundo Lopes (1982), com o “boom” cafeeiro iniciado na década de 1940, a indústria de uma forma geral perdeu o peso relativo que até então detinha no Estado.

O rápido crescimento dos cafezais paranaense de 1947 a 1959, segundo Padis (1981, p.193), “ocorreu, em grande parte, resultante da expansão da

cafeicultura paulista. Do estado de São Paulo se dirigiram para o Paraná grande contingente de mão-de-obra e parte do capital necessário à implantação da atividade cafeeira”.

A cafeicultura paranaense, no mesmo tempo em que foi a maior responsável pela rápida transformação econômica registrada no Estado, “[...] em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criou barreiras e limitações no aparecimento de outras atividades econômicas, especialmente industriais” (PADIS, 1981, p. 194).

No Paraná o café teve uma expansão diferente do que ocorreu no Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo a renda desnecessária para os reinvestimentos nas lavouras de café e, em outros produtos agrícolas eram investidos nos setores industriais do próprio estado. No Paraná, a renda excedente se direcionava para fora do Estado, principalmente para o estado de São Paulo.

[...] na época de maior importância da cafeicultura no Paraná (1947 - 1959), no Estado de São Paulo já havia se desenvolvido uma base industrial bastante diversificada e a demanda por produtos industrializados no estado do Paraná, especialmente os bens de consumo não duráveis já era plenamente atendida pela indústria paulista” (PADIS, 1981, p.195).

Segundo Wachowicz (2010), o interventor Manoel Ribas<sup>19</sup>, ocupou o governo paranaense por 13 anos consecutivos. Devido a seu modo prático de governar, tornou-se rapidamente muito popular apesar de ser algumas vezes ríspido. Foi no seu governo que solidificou-se a Companhia de Terras Norte<sup>20</sup> do

---

<sup>19</sup> Manoel Ribas, filho de Augusto Ribas e Pureza de Carvalho Ribas, nasceu em Ponta Grossa, Paraná, dia 08 de março de 1873. Herdou o nome do avô, o brigadeiro Ribas, que fez a expedição ao alto Paraná a fim de guarnecer as fronteiras durante a Guerra do Paraguai. Quando o interventor do Paraná, general Mário Tourinho, renunciou ao cargo, após a revolução de 30, o presidente Getúlio Vargas foi buscá-lo em Santa Maria, pois o considerava solução conciliatória para os confrontos políticos que se desencadearam com a vacância da interventoria. Veio governar com a autoridade e prestígio de uma bem sucedida carreira na área administrativa empresarial. Assumiu dia 30 de janeiro de 1932. Permaneceu durante treze anos à frente do governo paranaense, ora como interventor de 1932 a 1934, ora como governador de 1935 a 1937, e outra vez como interventor de 1937 a 1945. Com a deposição do presidente Getúlio Vargas em 1945, caiu também o interventor Manoel Ribas. Deixou o Palácio São Francisco, antiga sede do governo, em 06 de novembro, após o longo predomínio na administração e política do estado. Faleceu em Curitiba a 28 de janeiro de 1946, quando o país nascia para nova reconstitucionalização (CARNEIRO; VARGAS, 1994).

<sup>20</sup> George Craig Smith, paulista, descendente de ingleses, partiu no dia 20 de agosto de 1929, de Ourinhos-SP, chefiando uma caravana de mais ou menos doze pessoas com destino às terras do Norte do Paraná. A empresa era dona de 500.000 alqueires de terras cobertas com matas

Paraná, a maior aceleração da colonização do setentrião trouxe rápida supremacia econômica do estado para o café, que encontrou ali seu habitat natural.

Apesar da aproximação ideológica com as nações europeias, o governo de Vargas foi obrigado em 1942 a declarar o estado de guerra no país. As oscilações da política externa até aquele momento podem ser entendidas como uma hábil maneira encontrada para aumentar as exportações brasileiras, sobretudo para a Europa e conseguir capitais, mercadorias e equipamentos para a montagem de indústria de base. Na verdade, o movimento de nacionalização das escolas primárias nas regiões de colonização alemã e italiana só veio a efetivar-se com a entrada do Brasil na guerra ou seja, a partir de 1942.

Em 1943, sob o domínio da ditadura do Estado Novo e, em plena Segunda Guerra Mundial, Vargas cria novos territórios federais, nas regiões de fronteira, alegando a necessidade de fortalecer as mesmas e acelerar o progresso nos territórios limítrofes, para maior segurança nacional. O quadro político no país estava se reestruturando, e para a consolidação das relações econômicas pretendidas e almejadas pelos governantes do país, se fazia necessário a adesão dos governantes estaduais, uma vez que seria essa a possibilidade de se adaptar as novas medidas às suas realidades, impostas pelo momento político e administrativo do governo federal. As mudanças que estavam acontecendo no mundo também influenciavam o país, a exemplo, o fato do Brasil entrar na guerra, propiciou uma reabertura das discussões e uma revisão das posições de alguns membros das forças armadas. A taxa de matrículas passou de 8,4% da população matriculada em 1937 para 9.1% nos anos de 1945 (SILVA, 1980)

Os períodos de governo de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) se adequam a essa estrutura, o discurso passa a ser associado às novas demandas do mercado nacional, buscando efetivar as estruturas estaduais. Era preciso

---

virgens que impressionaram Lord Lovat em 1924. Em 1925 o Lord, escocês, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate e assessor de agricultura para assuntos de agricultura e florestamento foi constituído presidente da Paraná Plantations versão inglesa da Companhia de Terras do Norte do Paraná - CTNP. A Cia fundou 63 cidades e patrimônios. Em 1944 a Cia passou a chamar-se Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Para saber a ampliação desse assunto ver: Catálogo de Correspondência Ativa de George Craig Smith no Museu Histórico de Londrina.

equilibrar as ações. O objetivo principal do Estado, de acordo com o governador, era possibilitar e incentivar à imigração ao estado do Paraná, que por vezes deveria trazer principalmente “cultivadores úteis” para “povoar” o Paraná, uma vez que o Paraná na sua constituição apresentava uma tradicional vocação agrícola, mas junto a esses imigrantes que atravessaram o Atlântico também estavam europeus ligados ao mundo urbano. Ao longo do século XIX, muitos deles insatisfeitos ou inadaptados com a vida rural, se transferiram sozinhos ou com suas famílias para outras cidades do Paraná.

### 2.3.1 A Construção Histórica do Paraná e as primeiras aproximações com a educação

O objetivo dessa unidade é apresentar um panorama dos principais fatos históricos políticos e econômicos buscando as primeiras aproximações com as mudanças ocorridas na educação. O estado do Paraná se encontrava em uma posição estratégica de ligação entre o sul e as demais regiões do país, tendo em vista que o meio de locomoção era essencialmente terrestre, e os caminhos eram sempre aproveitados para os mais diversos fins, fossem para transporte de alimentos, gados ou outros.

Em território atualmente paranaense, os primeiros caminhos terrestres tiveram sua origem com os indígenas. Depois de utilizados largamente pelos bandeirantes em suas caminhadas, transformaram-se com o correr do tempo em caminhos de tropas, pelo menos em largos trechos (WACHOWICZ, 2010, p. 121).

Para sustentar e apoiar o aumento do crescimento da nação enquanto um Estado que caminhasse para o desenvolvimento social, econômico e político, seu fortalecimento precisava acontecer amplamente, e as estradas eram o meio comum de buscar essa promoção e integração da sociedade. As estradas paranaenses eram amplamente utilizadas.

Compondo esse cenário se destaca a figura política de Zacarias de Goes e Vasconcelos<sup>21</sup>, que governou de maneira dinâmica e eficiente o estado, que

---

<sup>21</sup> Político liberal, de atuação agitada e destacada durante o governo imperial, chega a estar à frente do Conselho de Ministros do Império. Formado em direito em Olinda, Pernambuco, ingressou na

também necessitava responder e cuidar de questões regionais e, de ordem nacional.

Após a Primeira Guerra Mundial várias correntes imigratórias foram dirigidas para o Paraná, nos anos de 1911, 1934 e, posteriormente em 1951, estes foram os períodos mais intensos, em geral assistidos, planejados e financiados por entidades internacionais. Evidente que esse fato contribuiu significativamente para a construção histórica do estado do Paraná, uma vez que a sua estruturação enquanto província se deu a passos lentos.

As políticas de governo, em especial a política agrária, continuava atrelada às expectativas geradas na esfera da conjuntura nacional, com seus aspectos técnicos, econômico, social e humano. A preocupação com o setor educacional vai aparecer no discurso e, na necessidade do governo também em atender as imposições do governo federal em atendimento aos acordos internacionais firmados, uma vez que naquele momento, a preocupação era, de acordo com o documento da UNESCO,

[...] debidamente en cuenta las características culturales de cada país o territorio, las medidas oportunas para la extensión de la enseñanza gratuita y obligatoria, especialmente en el grado primario, y para el desarrollo y mejoramiento de la educación escolar y extraescolar, tanto en sus territorios metropolitanos y de ultramar, como en los territorios no autónomos y los territorios en fideicomiso que administren; b) A promover en las escuelas, tanto oficiales como privadas, de sus territorios metropolitanos y de los territorios en fideicomiso y no autónomos administrados por ellos, la enseñanza acerca de las Naciones Unidas y los organismos especializados, así como la enseñanza acerca de los derechos humanos y las libertades fundamentales proclamados en la Declaración Universal de Derechos Humanos y a orientar en general su educación escolar hacia la comprensión y cooperación internacionales, a fin de liberar a la educación de todos los factores que pueden impedir el logro de los objetivos señalados en la Constitución de la Unesco (UNESCO, 1956, p.67).

A preocupação com a instrução primária foi um tema recorrente nos governos paranaenses. Em geral, apontava-se para a necessidade de uma

---

política pelo Partido Liberal. Foi nomeado presidente da recém – criada província do Paraná (1853) permaneceu cerca de dois anos no cargo (PARANÁ, 2011).

estruturação e ampliação física para o atendimento das demandas. Já nas primeiras mensagens de governo do Paraná, a educação primária, se apresentava constantemente com destaque para o número de matrículas e escolas suficientes para atender a demanda do estado, como expressou na sua mensagem o Presidente do Estado em exercício, Francisco Xavier Silva<sup>22</sup>, na 2ª sessão da 10ª Legislatura em 1911,

Em mensagem anterior eu disse que o ensino público, à despeito da solicitude que há sido dispensada pelos poderes legislativo e executivo, não tem tido desenvolvimento correspondente ao aumento da nossa população, convindo entretanto, se reconhecer que, neste particular, não temos ficado estacionários, porquanto existem escolas públicas em todas as cidades, villas e povoados em que há meninos carentes de aprenderem, mas que, sendo a nossa população disseminada pela vasta extensão do território do Estado, é natural que crianças, em crescente número, deixem de frequentar as escolas, por morarem a grande distancia das localidades em que ellas funcionam. Das 514 escolas públicas de instrucção primaria, que existem creadas, acham-se providas 288 e vagas 226 (PARANÁ, 1911, p. 8)

A educação se tornava uma preocupação relevante associada a questões econômicas. Associava-se ao desenvolvimento do Estado a relação das questões acerca do desenvolvimento econômico. No discurso, a educação passava a aparecer como uma conquista social e econômica para a sociedade.

---

<sup>22</sup> Francisco Xavier da Silva, nasceu em Castro em 1838. Estudou direito em São Paulo, onde se formou em 1860. Em 1900 e em 1908, em todos os governos realizou notáveis obras públicas, sobretudo escolas, pois a busca pela qualidade do ensino era sua obsessão. Construiu estradas estratégicas e duas pontes metálicas de grande porte para o seu tempo, sobre os rios Negro e Nhundiaquara. Em nenhum período de seu governo recorreu a empréstimos externos. Em onze anos de administração detinha-se em consolidar as dívidas flutuantes, heranças de administrações passadas. Embora eleito pelo Partido Republicano, advogava pela reconciliação dos interesses em conflito. Essa atitude de exata ética convenceu-o a desvencilhar-se do costume de indicar candidato a sua sucessão. No primeiro governo licenciou-se para tratamento de saúde, afastando-se do Paraná de 18 de abril de 1893 até 14 de julho de 1894. Estimulou a política de imigração, implantou escolas de artes industriais, incentivou o plantio do trigo e demonstrou sérias apreensões com a questão de limites com Santa Catarina. Líder carismático, manteve-se na liderança política do Estado durante muitos anos. Foi dos mentores da Coligação Republicana que, em 1908, Senador por seis legislaturas, Xavier da Silva ocupou amplos espaços na tumultuada história política da 1ª República. Juntamente com o senador Alencar Guimarães liderou o movimento de contestação dentro do Partido Republicano Paranaense, conhecido historicamente como “Concentração Republicana”, de frontal desafio à autoridade do presidente Carlos Cavalcanti e do chefe do partido, Affonso Camargo. Agora a fórmula se invertia. Ubaldino do Amaral era candidato da situação e Xavier da Silva da oposição. Venceu Ubaldino, mas a comissão de verificação de poderes do Senado, controlada pelo senador Pinheiro Machado, que manobrava a política nacional, invalidou dezenas de votos de urnas favoráveis a Ubaldino, revertendo o resultado em favor de Xavier da Silva (CARNEIRO; VARGAS, 1994).

A educação conforme apontava o presidente do estado, Affonso Alves de Camargo<sup>23</sup>, na mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado, fevereiro de 1920, apresentava um cenário de mudanças,

[...] O ensino primário foi remodelado sob novos métodos e difundido com muito aproveitamento em todo o Estado, que hoje tem bastante diminuída a sua porcentagem de analfabetos, com a organização de grupos escolares onde a instrução é ministrada pelo método analítico e com a criação de novas escolas isoladas, ambulantes e outras, nas colônias e bairros, subvencionadas pelos governos federal e estadual, as quais muito têm contribuído para a nacionalização do ensino. A matrícula no ano de 1919 foi de 25.433 alunos e a frequência média de 19.812 alunos, distribuídas pelos diversos anos do curso (PARANÁ, 1920, p. 4-32).

A questão da educação primária se apresenta sempre como argumento de governo que se posicionava para mostrar a gerência administrativa de suas ações, em especial, com relação ao número de matrículas e escolas ofertadas. Na década de 1930 o enfoque também continuava nessa direção.

[...] Sobre a Instrução Pública: uma das maiores preocupações do Governo, tem sido a de difundir o ensino de acordo com as possibilidades orçamentárias, criando escolas em todos os lugares em que são reclamados pelo aumento da população infantil. Todas as escolas primárias tem sido providas do material preciso, afim de que a ação dos professores não seja embaraçada. Prova disto, a estatística mostrou que no ano de 1934 a matrícula Geral do ensino foi de 74.901 inscritos, com matrícula efectiva de 58.588 e com a

---

<sup>23</sup> Affonso Alves de Camargo nasceu em Guarapuava a 25 de setembro de 1873, filho de Pedro Alves da Rocha Loures e Francisca de Camargo Loures. Depois de concluir o curso primário, transferiu-se para Curitiba, onde frequentou o Parthenon Paranaense, Colégio Arthur Loyola, terminando humanidades em São Paulo, em fase preparatória, com vista à Faculdade de Direito. Aprovado com distinção, cumpriu brilhantemente o período universitário, formando-se em 1894. Já estava a essa altura envolvido em política, por força de inegável vocação de liderança. Valeu-lhe muito o apadrinhamento do conselheiro Jesuíno Marcondes, oráculo do Partido Liberal e último presidente provincial do Paraná. Durante a Revolução Federalista, ainda adolescente, Affonso revelou seu pendor maragato, aliando-se aos correligionários do governador revolucionário João de Menezes Dória. Foi nomeado chefe de polícia e depois promotor público da Capital, ainda que por pouco tempo. Nas eleições parlamentares de 1897 disputou, com sucesso, pela oposição, lugar no Congresso Legislativo estadual. Cumpriu cinco legislaturas, sempre com destacada atuação graças à habilidade e competência na condução das questões político-partidárias. Eleger-se deputado federal em 1921, sendo 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados. No ano seguinte, com a vaga aberta por Xavier da Silva, chegou ao Senado, onde se manteria até 1927, mantendo sob controle a liderança que exercia na política paranaense, cada vez mais abrangente, já que a própria oposição não se aventurava aos enfrentamentos das urnas. Apesar dos desgastes característicos das oligarquias demasiado longas, seu domínio absoluto na política paranaense só foi interrompido em 1930, com a revolução liderada por Getúlio Vargas. Amargou terrível ostracismo e abandono, próprios dessas ocasiões passionais. Afastado das lides políticas, dedicou-se exclusivamente ao magistério, onde suas qualidades de professor realçaram cada vez mais seu perfil intelectual (CARNEIRO; VARGAS, 1994).

frequência média de 45.837 alunos naquele ano (PARANÁ, 1935, p.19-21).

Na mensagem de Manoel Ribas, retoma a questão do orçamento direcionado à educação básica, os números das matrículas e sua efetiva frequência denotam quão frágil era a manutenção e permanência desses alunos na escola primária. Chega-se a década de 1940, com mudanças no campo da educação ainda centradas na relação entre a questão da economia e das matrículas dos alunos nos anos referentes a instrução primária, como Moysés Lupion vai destacar em seu discurso,

[...] são muito grandes ainda nossas necessidades neste domínio. Começam elas com as clamantes exigências por um substancial aumento **do número de salas de aula**, pois por mais que tenhamos feito, as **nossas escolas estão muito longe ainda de comportar os alunos que solicitam insistentemente matrícula em nossos cursos primários** (MENSAGEM DE GOVERNO, APRESENTADA A ASSEMBLEIA LEISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p. 11 – grifos nossos – Anexo 1)<sup>24</sup>.

As necessidades da população não eram apenas no campo de moradia e estradas, também estava centrada na questão da instrução aos filhos. Evidente que era uma nova conjuntura social que se criou no estado que acabava por trazer a construção de uma identidade cultural híbrida, que trazia consigo traços de uma sociedade se ajustando a uma nova estrutura de organização do estado paranaense e de sua sociedade.

[...] todos os grupos, nas regiões de colonização e nas cidades, formalizaram, em algum grau, suas etnicidades, fundamentadas por identidades articuladas à origem nacional, portanto, de forte inspiração primordialista. As diferenças culturais e sociais produzidas ao longo do processo histórico de imigração ficaram mais evidentes nas colônias do Sul, onde o elemento nacional era pouco representativo, mesmo na década de 30, situação derivada do processo de ocupação controlado pelo Estado que privilegiou o imigrante (SEYFERTH, 1999, p. 202).

---

<sup>24</sup> Para dar ênfase as mensagens do governador Moysés Lupion, opto por colocar in box.



O estado do Paraná se estruturou numa sociedade tradicional com raízes no campo, e seus governos precisavam se atentar a esse fato. Concomitante a esse processo o Paraná passou a se constituir de forma diferenciada, o que significou para o estado uma transformação em sua sociedade, com relação específica a formação de uma classe média rural e urbana, reestruturação do trabalho e dos papéis sociais ocupados, tendo um aumento significativo no campo e nas cidades (WACHOWICZ, 2010).

Oferecia a população de imigrantes que chegavam a possibilidade de ascensão social, principalmente, por meio das atividades agrícolas, que no período se constituíam como sendo uma das grandes ofertas de trabalho para o imigrante,

[...] A qualificação do imigrante passava, em primeiro lugar, pela condição de agricultor: a natureza do trabalho no sistema de colonização e na grande propriedade cafeeira exigia lavradores e artesãos, profissões privilegiadas na legislação imigratória, inclusive no Estado Novo (SEYFERTH, 1999, p. 211).

O governo federal envia para administrar suas províncias interventores, que eram nomeados para exercer a função de governar o estado a partir das perspectivas e, políticas definidas pelo governo federal. Os interventores federais que atuaram no estado no período foram: Mario Alves Monteiro Tourinho (5 de outubro de 1930 a 29 de dezembro de 1931); João Pernetá (dezembro de 1931 a janeiro de 1932); Manoel Ribas (janeiro de 1932 a novembro de 1945). A configuração do cenário paranaense estava mudando.

No segundo período analisado os interventores federais foram: Clotário de Macedo Portugal, no período de novembro de 1945 a fevereiro de 1946; Brasil Pinheiro Machado, de 25 de fevereiro de 1946 a 6 de outubro de 1946; Mário Gomes da Silva, de 7 de outubro de 1946 a 6 de fevereiro de 1947 e, por fim Antônio Augusto de Carvalho Chaves no período de 6 de fevereiro de 1947 a 12 de março de 1947. Estes precisavam se adequar as novas demandas que se colocavam, principalmente, em relação a sociedade. Com a chamada às eleições a estrutura política do estado paranaense ganhava novo formato. O poder político passava a se mover por novas estruturas de organização, na qual o capital foi a principal estrutura de organização para o fortalecimento dos estados.

Para compreender a política aplicada no estado e, a base de reestruturação da sociedade paranaense, se faz necessário entender o processo de politização do Estado, especificamente, o conceito básico de política, o qual foi um termo usado durante séculos para designar, principalmente, obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado. Portanto, um governo deveria ser gerido por sujeitos que possuem uma emancipação política. Especificamente,

[...] a emancipação política, mesmo sendo um avanço, uma forma de liberdade superior a da ordem feudal, não é ainda a emancipação humana. Toda a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral. Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou ser genérico, só quando o homem reconheceu e organizou suas forças próprias [forças próprias] como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2002, p.71).

A política não é uma esfera neutra mediante os conflitos econômicos e sociais, o Estado acaba tomando partido de uma parte dos envolvidos na luta de classes. A relação estabelecida entre a ação normativa, e sua execução efetiva, consolida o poder do Estado por intermédio dos seus governantes, e o Estado pode assumir o conceito ou a menção de grande potência, uma vez que é,

[...] dado pela capacidade que um Estado tem de imprimir à direção estatal uma direção autônoma que influa e repercuta sobre os demais Estados. A potência hegemônica é chefe e guia de um sistema de alianças e acordos cujo valor da extensão territorial e potencial econômico. O elemento territorial e a posição geográfica são vitais combinado à distinção entre a força econômica (industrial e agrícola) e a financeira cujo elemento “imponderável” é a posição “ideológica” que o país ocupa no mundo. Todos esses fatores somados *são calculados na perspectiva de uma guerra* que poderão servir como instrumentos de pressão diplomática. Através dessa pressão seria obtida uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem a necessidade de um combate (GRAMSCI, 2002, p. 192).

Essa relação das ações políticas se entrelaçam com a sociedade civil paranaense. Uma vez que assumo a concepção de sociedade a partir do conceito marxista, no qual Marx (1982) compreende a sociedade civil como sendo todo o intercâmbio material dos indivíduos, em uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas como a da burguesia.

Para avançar nas análises, sobre a sociedade civil, chego ao conceito de Gramsci (2001), que a compreende como um conjunto de organismos formados tanto pela elaboração como pela difusão das ideologias, que provenientes do sistema escolar, das igrejas, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais e culturais. Para o autor, a sociedade civil, é considerada como uma esfera do Estado, que atua em conjunto com a sociedade política, entendida como o conjunto de mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal.

Este fato ocorre de acordo com Gramsci (2001), em função de que as formações econômicas e sociais são resultantes da relação entre esferas societárias que são reconhecidas como sociedade civil e sociedade política. Define o Estado como um complexo universo em que a classe dominante busca a manutenção e a sustentação de seu domínio, obtendo para esse fato o consentimento ativo das massas. Essa relação se sustenta, na regulação e manutenção da dominação de uma determinada classe dominante, que se efetiva pela ação hegemônica, dirigente.

Esse movimento orienta e normatiza as relações estabelecidas como pressupostos de uma interação de justaposição entre o Estado e a Sociedade Civil. É no antagonismo das classes que é possível compreender o processo de formação e desenvolvimento das diferentes propostas em disputa do poder dominante.

Existe uma realidade complexa no desenvolvimento histórico dos sujeitos sociais, que se efetiva na forma de hegemonia para Gramsci (1977), a qual é obtida a partir da consolidação das ideias. A relação dialética se estabelece entre o mundo

material e o mundo da ideologia, o que vai paulatinamente sustentando, enfatizando o papel da superestrutura na perpetuação das diferenças entre as classes. O Estado, assume o papel e a função repressiva, cuja tarefa central é a de promover a manutenção na superestrutura, permitindo a permanência e a manutenção do status quo.

Para o autor, é por meio da hegemonia, ou seja, do processo pelo qual uma parte da classe dominante exerce controle, fazendo uso da liderança moral e intelectual sobre as massas que se caracteriza e consolida a formação e noção de Estado. O Estado, é entendido como o espaço político em que a burguesia exerce a sua condição de classe dirigente. E, a Sociedade civil, é o conjunto de aparelhos, estruturas e processos sociais que seduzem e direcionam a intelectualidade e moralidade da sociedade.

A Sociedade Civil determina a hegemonia cultural e política de uma das classes (a classe dominante) sobre a massa. E, a sociedade política passa a ser uma extensão da sedimentação ideológica promovida pela sociedade civil, que se expressa por meio dos aparelhos e atividades coercitivas do Estado, visando adequar as massas a ideologia e à economia dominantes (MARTINS; GROppo, 2010, p. 106).

A sociedade constitui o Estado, uma vez que a Sociedade civil consolidada para Marx (1984), como parte dos acontecimentos que transitam do modo de produção feudal ao capitalista, no qual há o monopólio da política pela sociedade civil burguesa. As preocupações da sociedade civil residiam no campo de concepção de uma sociedade imanente organizada a partir da estrutura social, em decorrência da dinâmica concreta de funcionamento, a que lhe é aferida em cada momento da história em função dos processos econômicos que engendraram o movimento da sociedade. Essa é uma visão diferenciada da apresentada por Engels, pois o Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade, ou a imagem e a realidade da razão.

Destaca-se ainda nesse contexto, a existência de elementos essenciais da política ou de qualquer ação coletiva, sendo, a “existência real de governados e governantes, dirigentes e dirigidos; o partido político, enquanto o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção; e o espírito estatal (GRAMSCI, 1991, p.20).

É possível compreender as formações históricas determinadas e, sua consciência histórico-política a partir da análise dos partidos políticos. Claro que é preciso entender a existência dos partidos básicos que originaram os demais: os totalitários cujas “funções não são políticas, mais só técnicas, de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural - função política indireta” (GRAMSCI, 1991, p.23); e os tradicionais que possuem um caráter ‘educativo’. É claro que todo grupo social nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade tanto no campo econômico como no social e político. Na constituição do partido, independentemente da qualidade de seus intelectuais, é o partido que exerce a função diretiva e organizativa, ou seja, educativa e intelectual.

Uma nova situação estava se constituindo, de acordo com Almeida (1989), era preciso evidenciar alguns acontecimentos para elucidar essa afirmação: as eleições presidenciais de 1945; a convocação da Constituinte de 1946; a mobilização dos estados da Federação para sua organização legal, com base num novo sistema partidário. Destaque aos partidos políticos, dentre eles: o Partido Social Democrático - PSD; União Democrática Nacional - UDN; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Partido Comunista Brasileiro - PCB entre outros.

Essa estrutura social do estado passou a influenciar diretamente a educação este constituído com características de uma população europeia, suas necessidades e exigências passavam a ser outras. O papel da educação se estabelece pelo entendimento de que era preciso expandir as áreas de produção, levar aos demais estados a produção como um sustentáculo para a manutenção dos ideários do governo. Entre 1940 a 1960, pode-se perceber o crescimento dos ideais liberais no Brasil.

[...] É nesse contexto que desponta a figura insinuante de Moysés Lupion, o que se poderia chamar um paranaense novo em contraposição as lideranças herdadas das antigas oligarquias parentais. Sua geração não será exatamente a do ciclo do café, nascente no setentrião, mas de um empresariado apoiado na economia madeireira em geral, e do pinho em particular. Geração que enriqueceu durante a última guerra mundial quando os mercados se abriram para o Brasil, proporcionando aos serradores e exportadores o chamado lucros extraordinários que transformariam modestos empresários da noite para o dia em capitalistas poderosos, apoiados em grupos de banqueiros nascentes. Moysés Lupion apareceu no cenário político paranaense precedido de um derrame publicitário que o apresentava como um dos maiores bran-trust: senhor de múltiplas empresas. Sua candidatura foi articulada de tal forma que nenhuma força seria capaz de derrotar, com amplos recursos financeiros tinha o apoio do PSD-UDN e PTB (ALMEIDA, 1989, p. 28-29).

O entendimento das estratégias econômicas e políticas do Paraná, foram essenciais na configuração do período, bem como procurou-se identificar quem foram os principais líderes políticos responsáveis por tais mudanças, e, quais eram suas principais ideias e princípios políticos.

#### Quadro 4 - Os Governadores do Paraná no período de exercício de 1950 a 1961

Governador	Início do Mandato	Término do Mandato	Atuação no Estado
Moisés Lupion <sup>25</sup>	12 de março de 1947	31 de janeiro de 1951	governador eleito por sufrágio universal
Bento Munhoz da Rocha Neto	31 de janeiro de 1951	3 de abril de 1955	governador eleito por sufrágio universal
Antônio Anibelli	3 de abril de 1955	1 de maio de 1955	presidente da Assembleia Legislativa, governador substituto
Adolfo de Oliveira Franco	1 de maio de 1955	31 de janeiro de 1956	governador eleito pela Assembleia Legislativa
Moisés Lupion	31 de janeiro de 1956	31 de janeiro de 1961	governador eleito por sufrágio universal

Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná (PARANÁ, 2011).

O mapeamento dos governadores e sua forma de atuação no estado do Paraná, apresentados acima demonstram, como ocorreram os processos da

<sup>25</sup> A opção pela escolha dos governos de Moysés Lupion no período entre 1950 a 1960 no estado do Paraná deve-se a sua forma de eleição, esses governos foram eleitos de forma democrática pela sociedade do estado.

construção identitária deste, bem como elucida o fato de que as formas de escolha dos governos denotam as transformações ocorridas na sociedade daquele período.

No período republicano, a elite campeira foi obrigada a aceitar alianças com as famílias importantes de outras regiões do estado para manter-se no poder. A procedência dos principais dirigentes do estado no período (1889-1964) evidencia: Vicente de Machado de Curitibaanos; Francisco Xavier da Silva de Castro, Affonso Camargo de Guarapuava, Caetano Munhoz da Rocha de Antonina, Manoel Ribas de Ponta Grossa, Moysés Lupion de Jaguariaíva, Bento Munhoz da Rocha Neto, de Paranaguá e Ney Braga, da Lapa (WACHOWICZ, 2010).

Compreender o partido, é em primeira instância analisar a sociedade a partir da compreensão da teoria ampliada do Estado, a qual pressupõe a existência de esferas, compostas pela sociedade política, que detém o poder repressivo dos dominantes; e a sociedade civil formada pelas associações privadas, tais como escola, igreja, entre outras. A relação de hegemonia seria uma relação pedagógica e educativa na medida que práticas, pensamentos e ideologias disputam o predomínio do poder (GRAMSCI, 1991).

Segundo o autor é preciso entender o partido tendo como análise o pressuposto de que, nem sempre uma crise econômica promove uma crise política, mas privilegia as estruturas conjunturais, sustentando que é possível compreender a questão da autonomização do político na medida em que se compreende o conceito de bloco histórico, a partir do conceito distinto entre Estado, Sociedade Civil e Política.

[...] um partido de uma elite, de homens de cultura com uma função de dirigir; e um partido de não-elite (de massas) que tem como função política a 'conquista', sustentada numa fidelidade genérica, fazendo com que, de certa forma, a massa fosse simplesmente de 'manobra'.[...] Para existirem os partidos é obrigatório a confluência de três elementos: "uma massa de homens comuns", sem um potencial realmente criativo cuja participação dá-se pela disciplina e pela fidelidade; "um elemento de coesão", disciplinador e centralizado nacionalmente (o principal); e "um elemento médio" cuja característica é de articulação dos outros dois elementos, colocando-os em contato físico, moral e intelectual. Os partidos "não pode existir por força própria". Visto que eles "são exatamente os elementos das lutas internas", a história de um partido confunde-se com "a história de um determinado grupo social" e falar da

história de um determinado partido significa “escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico”. E ainda, “do modo de escrever a história de um partido resulta o conceito que se tem daquilo que é e deva ser um partido” (GRAMSCI, 1991, 24-27).

Para o autor não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, fatos políticos, um processo hegemônico não apenas como político-prático, mas também um progresso filosófico, que implica e supõe, necessariamente, uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Se a hegemonia é ético-política é também econômica, a qual surge da dupla perspectiva na ação política e na vida estatal, da força e do consentimento; da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilização; do momento individual e do momento universal [...] da agitação e da propaganda; da tática e da estratégia (GRAMSCI, 1991, p.41).

Essa estrutura, destaca o fato de que a constituição de um partido ocorre por meio das relações da política, considerando as peculiaridades nacionais, os fatores ideológicos, a própria consciência revolucionária que poderão possibilitar as transformações no pensamento de uma sociedade, em um determinado momento histórico, e para tanto, compreender o momento político é realizar uma análise acerca de,

[...] um movimento ou tendência de opiniões, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinadas capacidades. Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2002. p. 85).

Na sistemática orgânica dos partidos os intelectuais tomam para si a função normatizadora de concretizar o campo ideológico e hegemônico idealizado. Evidente que, a partir do pensamento gramsciano, entendo que, embora os partidos sejam as nomenclatura das classes, se considera que os partidos não são apenas



uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las e universalizá-las.

As classes expressam os partidos, os homens de Estado e de Governo. O Estado se apresenta em sentido amplo, composto por novas determinações, tais como a sociedade política que é formada pelo conjunto dos mecanismos repressivos do Estado, como as burocracias executiva e policial-militar; e, a sociedade civil, formada pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, e demais esferas de organização social (GRAMSCI, 2002, p.201). O Estado é formado pela sociedade civil e pela sociedade política, entretanto a função que ambas exercem na organização social se diferem, evidenciando a constituição ideológica dos partidos políticos que irão influenciar nas ações de um Governo de Estado.

O Estado é a própria sociedade organizada, e, a sociedade é vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico varia por meio das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se entrelaçam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses.

Na concepção ampliada do Estado em que a Sociedade civil em conjunto com a Sociedade Política, rompe com a ideia do Estado enquanto representante exclusivo da burguesia, identificando na hegemonia do aparato estatal a preocupação para garantir a legitimidade do governo. Nenhum poder se sustenta exclusivamente na sociedade política, mas também com a sociedade civil (constante paradoxo entre força e consenso). A legitimação e acumulação do capital não são funções que derivam de uma natureza instrumental do Estado para manter a ordem e harmonia, mas é essencialmente resultante do conflito entre as forças presentes na sociedade e dentro do próprio Estado/aparelho estatal.

Na carta<sup>26</sup> à sua cunhada Tatiana Schucht (Dezembro de 1931), Gramsci (2002), expõe de forma resumida seu novo conceito de Estado ampliado, afirmando que amplia a noção de intelectual e não se limita a noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Entende como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e a economia a um dado momento) ; e não como equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercidas por meio de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.).

O Estado, para o autor anteriormente citado, se compõe por dois segmentos distintos, porém com o mesmo objetivo que é o de manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica. Considerado assim a sociedade política (Estado em sentido restrito ou Estado-coerção) a qual é formada pelos mecanismos que garantam o monopólio da força pela classe dominante (burocracia executiva e policial militar) e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, composta pelo sistema escolar, igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais, organizações culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa, dentre outras fontes).

Para Gramsci (2002) o Estado é maior que a força produtiva de coerção da sociedade, pois entende que o seu papel não se limita à força; destaca que o Estado é também um organizador da hegemonia, não obstante o papel decisivo do aparelho repressivo. Considera como sendo a tarefa educativa e formativa responsabilidade do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção.

---

<sup>26</sup> Os Cadernos do cárcere depois da morte de Gramsci foram salvos e conservados graças à ação de Tatiana Schucht sua cunhada, e uma das pessoas com quem ele se corresponde na prisão, e foram publicados pela primeira vez, entre 1948 e 1951, pela casa editora Einaudi, em 6 volumes que organizavam as notas gramscianas em volta de grandes temas centrais, seguindo aliás indicações do próprio Gramsci (GRAMSCI, 2002).

A ideia de que essas organizações fazem parte do Estado, conclamando para o fato de que a sociedade civil como a auto-organização das associações e uma nova esfera social, isto porque nessa visão de Gramsci a sociedade civil transcreve-se como sendo a superestrutura (GRAMSCI, 2002). O que acontece pelo fato dele apresentar o entendimento de estrutura de um Estado ampliado.

[...] Gramsci visualiza uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denominava de sociedade civil. Essa esfera designaria o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

O Estado compreendido em sentido integral, com todos os seus aparelhos de hegemonia, é um Estado de classe. A ideologia dominante, sob a forma de existência dos aparelhos ideológicos, está diretamente implicada no sistema estatal, o qual constitui, simultaneamente, a expressão, a garantia e o local concentrado do poder político. Neste sentido, o aparato repressivo, o Estado em sentido estrito, é a condição de existência dos aparelhos ideológicos, não obstante, está sempre presente mesmo quando não intervém diretamente. O Estado, num sentido lato, deve ser compreendido como o aparato que reúne os aparelhos que têm por papel essencial a manutenção da coesão e da unidade de uma formação dividida em classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma certa relação útil e fecunda nestas manifestações e nestas funções (GRAMSCI, 2004). O Estado, em sentido amplo, o Estado ampliado, a superestrutura, é a junção de duas esferas, a

[...] **sociedade política** (Estado em sentido estrito, Estado-coerção): formada pelo conjunto dos mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias, se apoderando da sociedade política, as classes exercem sempre uma

ditadura, uma dominação mediante coerção; enquanto a **sociedade civil**, entendida como sendo gerida por um Estado ético composto por organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. Já na esfera da sociedade civil, as classes buscam se efetivar pela hegemonia e para tanto se apropria dos aparelhos privados de hegemonia, e dos organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (COUTINHO, 1996, p. 45-52).

Para Gramsci (2004) o partido político, é a primeira forma de aglomeração da vontade coletiva, que tendem a se tornar universais e totais, pois na sua visão o partido político é um dos elementos mais característicos da rede de organizações que forma a moderna sociedade.

Nessa relação de força, e ideologia de sustentação no poder, o partido passa a assumir uma função essencial na manutenção do sistema por meio de seus intelectuais.

[...] para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva; o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2004, p. 24).

O partido, exerce uma função “que é diretiva e organizativa, isto é, educativa e intelectual”. Para o autor, os intelectuais não são meros estudiosos, eruditos, membros de um estrato socialmente desenraizado. Considera-os como sendo os responsáveis pela organização dos partidos, são entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos intelectuais; realização de atividades que,

se mantém uma relativa subalternidade em relação à produção, não deixam de ser fundamentais à classe da qual são orgânicos. Toda esta estrutura partidária luta para o “desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política”, isto porque no partido, os intelectuais são “agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” condizentes às necessidades históricas de sua respectiva classe social (GRAMSCI, 2004, p. 24-25).

O intelectual não se resume à atividade intelectual, pois todos os homens são intelectuais e têm a capacidade de realizar atividades intelectivas, como ressalta o autor. O intelectual é aquele que organiza e educa, isto é, tem a função de dirigente.

Todo grupo social essencial, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior, encontrou categorias intelectuais preexistentes. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos. Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem como “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante (GRAMSCI, 2004, p. 16-17).

Dentre os diversos aparelhos “privados” de hegemonia, os intelectuais compõem o partido político e todos os membros do partido político devem ser considerados intelectuais, visto que estes têm uma função diretiva e organizativa, de construção da direção e do consenso na sociedade civil, de conquista da hegemonia, no processo de guerra de posição.

Um comerciante não ingressa no partido para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra [...]. Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês encontra seu quadro mais adequado (GRAMSCI, 2004, p.25).

Para o autor, no mundo moderno, a categoria dos intelectuais, ampliou-se enormemente. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da

produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante.

O Estado é a síntese da sociedade civil e da sociedade política, uma vez que Gramsci parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento (hegemonia). Como consequência os intelectuais assumiriam nesse processo um papel fundamental, isto é, difundir e conservar a concepção do mundo que atende aos interesses das classes proprietárias. Marx e Engels (1978) demonstraram a relação (dialética) entre infraestrutura (forças produtivas refere-se a sociedade civil) e superestrutura (Estado), sendo que a primeira funda a segunda.

A razão do Estado nada tem a ver, portanto, com a divisão da matéria do Estado em família e sociedade civil. O Estado provém delas de um modo inconsciente e arbitrário. Família e sociedade civil aparecem como o escuro fundo natural donde se acende a luz do Estado. Sob a matéria do estado estão as *funções* do estado, bem entendido, família e sociedade civil, na medida em que elas formam partes do Estado, em que participam do estado como tal. [...] A família e a sociedade civil são apreendidas como *esferas conceituais* do Estado (MARX, 2005, p. 29).

Na perspectiva de Marx e Engels fica evidente que o Estado é a forma pela qual os diversos interesses das diferentes classes dominantes que historicamente existiram encontram uma forma de unificação interna e se impõem, pelo uso da violência, como do convencimento por meio da ideologia, sobre todo o conjunto social.

Na formação do Estado ampliado, o movimento de constituição dos partidos se firma como a consolidação das ideologias latentes na sociedade. O papel do partido subjuga-se pela sua compreensão de que o Estado é consensual, pois em sua análise considera consenso utilizando pelos atores políticos nas associações políticas e sindicais, que, em geral são organismos privados deixados à iniciativa particular da classe dirigente (GRAMSCI, 1982).

No movimento histórico, tanto em Gramsci como em Marx a sociedade civil é a protagonista da história. Gramsci (2004) entende que a sociedade civil não está orientada em função do Estado, e que tampouco se reduz ao mundo das relações econômicas burguesas, mas é vista como o espaço da sociedade moderna em que se travam os enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia do grupo dirigente sobre a sociedade, em especial, nas massas.

Marx (1982) define a sociedade civil como todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Destaca a função do Estado, como possibilidade para garantia mútua sua propriedade e seus interesses, como uma forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época.

O grupo de intelectuais atua na esfera superestrutural do Estado, que é resultante da associação entre a sociedade política e a sociedade civil, isto é, o Estado assume a função de promover a hegemonia no âmbito das sociedades modernas, o intelectual orgânico<sup>27</sup> ou o dirigente. Nos escritos pré-carcerários, Gramsci (2002), discutiu por vezes a questão do poder de direção ou da função de dirigente e, a partir desta trata a construção da categoria de hegemonia, que corresponde ao poder de direção política, cultural e ideológica, materializada no consenso. Pensando, no consentimento geral e, não, no “contrato social” numa perspectiva liberal, em torno de um projeto de sociedade e cidadania, exercida, prioritariamente, na sociedade civil ou naqueles aparelhos privados, portanto, a função de dirigente é adequada à categoria de intelectual.

---

<sup>27</sup> Para Gramsci (1982), o intelectual orgânico se refere ao intelectual que está vinculado e comprometido com a classe trabalhadora. Está relacionado principalmente à sua profunda vinculação à cultura, à história e à política das classes subalternas que se organizam para construir uma nova civilização. Para Gramsci todos são intelectuais, uma vez que não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual. Para o autor até no trabalho mais mecânico e alienado há sempre um componente reflexivo, assim como todo ser humano tem uma cultura e forma-se uma concepção de mundo no interior do seu ambiente social e do seu grupo. A capacidade intelectual, portanto, não é monopólio de alguns, mas pertence a toda a coletividade, tanto no sentido diacrônico (quando se considera o acúmulo de conhecimento ao longo da história), como no sentido sincrônico (quando se busca compreender as interconexões que formam o mundo em que vivemos).

O Estado em sua totalidade (sociedade civil e sociedade política; hegemonia e coerção), para melhor estabelecer “o ponto de conexão entre a estratégia e a tática, seja na política, seja na arte militar”, sem subestimar a capacidade de conquista do adversário capitalista (GRAMSCI, 2002a, p. 257).

Essa relação de determinação não é direta, mas dialética, pois entre educação e base material se constitui uma série de mediações, resultando em relativa autonomia da educação para com os interesses da sociedade civil burguesa. A educação passa a atuar nesse contexto como um mecanismo de regulação hegemônica da conjectura e manutenção do sistema de uma determinada sociedade.

A educação sofre influências do Estado por meio direto das ações políticas, entrelaçadas aos objetivos esperados pelo Estado para a constituição da Sociedade e da formação do indivíduo como cidadão, segundo Ney (2008). A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento já que se refere ao curso de desenvolvimento da realidade. A realidade no seu todo subjetivo-objetivo é dialética e contraditória. A educação é uma totalidade de contradições atuais ou superadas, abertas a todas as relações, dentro da ação recíproca que caracteriza tais relações em todas as esferas do real. “A ação recíproca entre essas esferas do real se mediam mutuamente por meio das relações de produção, relações sociais e relações político-ideológicas” (CURY, 1992, p. 67).

Nessa relação entre a consolidação de um sistema de governo e o Estado, a educação aparece como uma mediação possível entre a sociedade civil e a política estabelecendo uma influência mútua nas relações existentes como forma de obtenção de resultados considerados como hegemônicos para a manutenção dessa forma de governo.

No estado do Paraná essa relação entre o papel do Estado e dos partidos políticos se efetivou a partir do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e União Democrática Nacional - UDN, que apoiavam o governo Munhoz de Melo, não



poderiam consentir que uma imobiliária ligada ao Partido Social Democrata - PSD colonizasse a região. Lupion voltou ao cargo de governador e o seu partido conquistou todas as prefeituras do sudoeste. “A hegemonia do PSD foi quebrada na eleição de 1958 e 1960” (WACHOWICZ, 2010, p.268).

Inúmeras foram as mudanças que aconteceram no estado, ao longo do período estudado, que buscaram instaurar uma política que seguiu as legislações definidas pelo governo federal, assim, como, seus interesses estavam centrados no atendimento dessas demandas. Tem-se um estado que se estabeleceu e ganhou espaço no cenário nacional e que para isso precisou atender as demandas da sua população. O que efetivamente aconteceu nas décadas de 1940 a 1960 quando o governo estadual busca consolidar a sociedade paranaense vislumbrando o seu crescimento econômico e civilizatório.

- O Paraná de 1940 a 1960

Ouçõ os passos dos brasileiros que convergem para o Paraná, através de todos os caminhos da Pátria Grande. Vem de Minas e de São Paulo, empurrados pela onda verde dos cafeeiros que descem para o Sul, vivendo seu ciclo e revolucionando a tradicional economia paranaense. Vêm do Nordeste, ressequido e superpovoado, com a intrepidez e a coragem dos que lutam sempre e se habituaram a lutar sem esmorecer, para abrir sertão e fazer o cafezal avançar. Vêm do Sul, transbordando do minifúndio colonial e fazendo sobreviver, aqui, os traços humanos que nos são característicos depois de mais de um século de imigração. Vêm de todas as angústias, de todos os desencontros, de todas as esperanças e de todas as coragens nacionais. O Brasil marcou encontro no Paraná (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1954, p.15 – Anexo 2).

O discurso de modernidade proferido acima, certamente já era resultado das relações sociais proveniente de outros momentos da história, mas que naquele momento, se fazia necessário para ampliar o ideário político e consolidar a aceitação do poder pela sociedade civil paranaense. Fatos estes, que eram consequência de uma política migratória e imigratória dirigidas.

Lupion (1947) acentuava em seu discurso que o Paraná deveria estar entre os primeiros da Federação e que,

**Mesmo apesar das divergências partidárias**, mesmo quando estas divergências se tornam ásperas por vezes, podemos dizer que, hoje, o nosso Estado está indo como um bloco espiritual único, pelo entusiasmo que atravessa o espírito de todos em torno do ritmo excepcional de trabalho, **de construção de aspiração de grandeza, de progresso que vive no Paraná em todos os seus quadrantes** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1947, p.11 – grifos nossos – Anexo 3).

Para garantir a posse da terra não seria suficiente e, para garantir a eficácia da política de colonização, o governo desenvolve diferentes estratégias de estímulo a produção. Além de obras infra estruturais, a instrução do homem do campo é apresentada como um problema fundamental, pois,

Em muitas destas nossas escolas, vem apenas alunos de primeiro ano, e os pais, menos avisados da importância de levar além dos estudos e a formação escolar a seus filhos, mal adquirem esses os primeiros elementos de leitura, escrita e cálculo, já consideram o bastante, **passando a ocupar os filhos como fator de produção**, dentro da habitual rotina, voltando estes, como é natural, e dentro de poucos, **ao analfabetismo de origem, pela falta de extensão da ação da escola e de oportunidade para a utilização do muito pouco que foi adquirido** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1949, p.11 – grifos nossos – Anexo 4).

Por isso Lupion, enquanto governo do Paraná, assinou convênios com prefeituras do interior para a construção de escolas primárias de modo a incrustar o problema de consciência do povo, resultando em inúmeras solicitações e edificações e iniciativas de amparo e proteção das populações locais (IPARDES, 1989). Pensando também na zona rural, o governo partiu para execução de outras metas, como a formação de seus professores. Era preciso se crer na escola, “dizia, no Paraná, se crê na Escola. Está criada uma verdadeira mística da escola” (PARANÁ, 1950, p. 144 – Anexo 5).

O discurso produzido sobre a necessidade das migrações nos anos de 1940-1950 aparece, como fio condutor de práticas administrativas que estabelecem um primeiro recorte na população e acaba por gerar outros.

Ao avaliar o contingente populacional do Paraná foi constatado um déficit de mão-de-obra, justificativa maior para incentivar a vinda de lavradores, na medida que o governo procura assentá-los colocam-se então as questões da saúde, segurança, educação e transporte (PARANÁ, 1989, p. 99).

A educação no estado do Paraná passou a ser compreendida, naquele momento, como uma possibilidade de tratar das relações de consolidação de um estado constituído por migrantes e imigrantes e, que efetivasse na prática a manutenção do sistema econômico e político que circunscrevia a sociedade da brasileira da época. Em 1947, Lupion após sua posse, convocou o povo paranaense para conhecer sua plataforma de governo, na qual planificaria metas. Naquele momento, a educação não aparece como tônica de seu discurso, não surgia como pauta. O foco era a organização da estrutura funcional de rodovias, o sistema elétrico, melhorias na saúde pública e organização administrativa do estado. Investir em educação não era prioridade política para aquele momento.

Em função da necessidade da sociedade o sistema educacional paranaense começou a se formar durante o primeiro governo Lupion. O crescimento populacional do estado exigiu uma estruturação do sistema de ensino, principalmente com a construção de escolas e contratação de profissionais. Com o aumento do número de escolas públicas, as primeiras reivindicações começaram a surgir. Em 1949, o magistério primário pediu ao governo a criação de um plano de carreira (PADIS, 1981).

O Plano Educacional de Lupion em 1948 priorizava, especialmente, as escolas rurais. Segundo Leite Junior e Escobedo (2006) pelo,

[...] Departamento de Cultura, estabeleceram-se medidas para a possibilidade de prosseguir, além da escola e durante toda a vida, o desenvolvimento de sua cultura intelectual, estética, profissional, civil e moral, partindo não apenas de planos escolares, mas dos interesses e aptidões. [...] a taxa de reprovação em 1949 acusava número baixo de alunos matriculados, pouco aproveitamento e grande êxodo escolar. As famílias mantinham seus filhos apenas no primeiro ano escolar para aprender os passos elementares da escrita, leitura e conta. Quando as crianças completavam 10,11 anos aprendiam a escrever o nome, os pais retiravam da escola para ajudarem no serviço (LEITE JUNIOR; ESCOBEDO, 2006, p. 200).

Em 3 de dezembro de 1949, a Lei nº. 312, é sancionada tornando gratuito o ensino secundário e normal. A instrução primária segundo a Lei Orgânica, compreendia os quatro primeiros anos do ensino primário: dos 7 aos 10 ou 11 anos. E, a instrução secundária iria até os 14 anos. Nesse mesmo período, o programa educacional se firmava na proposta de melhorar a vida dos alunos e integrá-los ao estado e ao país a partir da criação de núcleos educacionais especializados nos centros rurais para irradiação do ensino técnico e formação de quadro de professores competentes para a nova instituição.

Essas mudanças tornavam-se necessárias no período, pois

[...] o homem do Paraná vem de cem procedências diversas. Em números, essa multiplicidade de procedências exprime-se assim : segundo os dados do último recenseamento nacional, em 1950, a situação no Paraná, no que se refere ao problema da participação nela do elemento não nascido no Paraná, e, em particular, em relação ao elemento estrangeiro, era a seguinte: a) de cada três habitantes, um veio de fora do Estado; b) dos vindos de fora, em cada doze, um é estrangeiro; c) da totalidade dos habitantes, em cada trinta e cinco um é estrangeiro; d) dos habitantes de mais de 5 anos, em cada 17, um não fala habitualmente o português em sua casa (PILOTTO, 1954, p. 19).

Nos anos seguintes de 1951 a 1958 a grande preocupação do estado do Paraná com a Educação centrava-se na construção de edifícios públicos para o atendimento a essa demanda. Lembrou Pilotto (1954) em seu relatório que

Desde as suas origens, no Estado, a escola primária é uma escola para crianças de 7 a 14 anos. E essa situação permanece até o presente. Mas, contra isso, o melhor conhecimento de organização do sistema escolar recomenda que a criança, ao atingir a idade de 11 a 12 anos, seja transferida para um novo tipo de escola. Trata-se de um novo período da vida infantil, com novas e profundas necessidades peculiares, que devem ser atendidas em um novo tipo de escola (PILOTTO, 1954, p. 119).

A influência dessa transformação se apresentava, com maior destaque, pela preocupação do governo de Moysés Lupion<sup>28</sup> em expandir o mercado no Paraná,

---

<sup>28</sup> Neste trecho a referência centra-se especialmente ao governo de Moysés Wille Lupion de Troya, no seu primeiro mandato de governo, no período de 1947- 1950, que foi eleito pelo Partido Social Democrático-PSD, em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro- PTB, Partido Republicano Progressista-PRP e, parte da União Democrática Nacional-UDN (IZEPÃO, 2013, p. 53).

cujas propostas de governo eram direcionadas à construção de um estado progressista e inovador. Este ideal estava atrelado aos fatores políticos de estruturação político-partidária no país e no estado. E, no governo de Moisés Lupion se configurou pela coligação,

Moisés Lupion de Tróya, candidato a Governador do Estado pelos seguintes partidos: P.T.B., P.S.D., U.D.N., e P.R.P. (Partido de Representação Popular). Sócio e representante da firma comercial: Moisés Lupion & CIA. Autor das seguintes frases célebres: “a estrada que anda”, de Pascal e “o político é o técnico das ideias gerais”, de José Américo de Almeida. Fôra dessas originalidades não se conhece outras credenciais, a não ser a *simpatia irradiante* que lhe reconheceu o deputado Acir Guimarães, após o pagamento da importância de cinco mil cruzeiros destinados à “Gazeta do Povo”, de Curitiba, a título de publicidade para a sua campanha (GAZETA DE LONDRINA, 1947, p.1 – Anexo 24).

Esse extrato do texto publicado no Diário de Londrina, denota a configuração do governo por um membro da elite comercial do estado, que tinha como discurso artificioso proveniente do capital comercial, sustentado pela preconização da formação de um governo populista.

A necessidade apresentada pelo governo, não se centrava essencialmente no fator social, mas na preocupação com a necessidade de expansão econômica do estado. O principal atrativo nos anos de 1940, era o setor agrário, com destaque para a produção do mate e do café - principal atração econômica do estado. Entretanto o foco do governo centrava-se na ocupação territorial, sob a justificativa de que “sem a ocupação total do território do Paraná não se conseguiria expandir economicamente” (IZEPÃO, 2013, p. 54).

A centralidade das ações do governo de Moisés Lupion, no seu primeiro governo, estavam intimamente ligadas às políticas de integração do estado, que giravam em torno da sua ocupação territorial, que significava investimentos em infraestrutura, transporte e comunicação dentro do próprio estado. Naquele momento o Paraná, ainda sofria fortes influências do governo do estado de São Paulo.

Exemplo dessa relação no setor educacional foi apontado por Trintin (2006) ao afirmar que, nas primeiras décadas do século XX, professores do Estado de São Paulo ofereciam relatórios circunstanciais às autoridades públicas acerca do modelo da organização e métodos de ensino das escolas públicas paulistas que eram usados no Paraná, ação essa que para o governo iria dinamizar e modernizar a instrução pública do estado.

A educação surge no contexto apenas como atendimento ao governo federal. A preocupação era remodelar a sociedade agrária com vistas a uma sociedade urbana de produção e consumo. A necessidade de desenvolvimento industrial do Brasil refletiu-se na agricultura e na política agrária. Especialmente no Paraná, que se apoiou na busca por essa crescente industrialização na ocupação territorial do estado criando uma política migratória cuja ação interventiva governamental e política teve maior destaque, incentivando, em especial, a vinda dos imigrantes japoneses a ocuparem o Paraná.

A partir de meados da década de 30 do século XX, a indústria nacional se expandia e com ela se configurava uma nova articulação entre as regiões do país, num processo de forte integração do mercado nacional, que se tornou indispensável para a continuidade do desenvolvimento capitalista no país. “Problemas regionais gradativamente passaram a ser tratados como nacionais e a prioridade passou a estar voltada para o desenvolvimento do setor industrial” (TRINTIN, 2006, p.28). Nesse cenário, o governo buscava atender as necessidades da sociedade para fortalecer essa ocupação, e um meio encontrado é a oferta de escolas para a população. A preocupação não se centrava na educação, mas era considerado um fator preponderante para a política migratória e imigratória, no caso paranaense.

A economia paranaense ganhou importância no cenário nacional a partir da expansão cafeeira no território, mais precisamente a partir da década de trinta do século XX. O avanço da cafeicultura não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica nos limites territoriais do estado, representou o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento da economia paranaense. Esse

processo tomou impulso a partir de meados da década de 1940, seguido pelos anos de 1950, quando a economia cafeeira se expandiu e transformou o Paraná no mais importante produtor de café do Brasil (TRINTIN, 2006).

Segundo o autor o Paraná e os demais estados brasileiros foram preteridos no processo de industrialização da economia brasileira. Além dos obstáculos do desenvolvimento industrial, decorrentes da maior integração da economia nacional, o governo federal havia dado um tratamento diferenciado aqueles estados situados no polo dinâmico da economia nacional. O governo paranaense realizou uma política voltada para a melhoria da infraestrutura básica de transporte rodoviário, produção e transmissão de energia e telecomunicações, pois acredita-se que a precariedade nesses setores era um dos principais pontos que impedia o desenvolvimento industrial do estado do Paraná (TRINTIN, 2006).

O Paraná passava a oscilar seu ideário político e, buscava a sua efetivação enquanto estado, um estado promissor e desenvolvido política e economicamente, a partir da concepção de que, por meio da educação, era possível desenvolver sua hegemonia. Fato esse que será possível entender a partir da seção seguinte que irá analisar e discutir a contextualização do Estado do Paraná, suas ações de Governo. Salientando que as políticas centradas em ideologias político-partidárias empregadas nos decretos e leis expressavam as ações hegemônicas de consolidação do sistema, concretizadas por meio das políticas públicas educacionais.

Chego ao final dessa unidade, destacando o fato de que esse foi um momento essencial para a compreensão da constituição do estado Paraná, uma vez que sua localização no cenário nacional, corrobora de forma efetiva para se chegar ao campo da educação, isto porque a partir dessa análise histórica foi possível constatar que no Paraná até os anos de 1960 a sociedade paranaense transformou-se econômica e politicamente, mas atendendo as demandas dos fatores da mesma ordem que ocorriam em âmbito nacional.

E, nesse compasso a educação foi utilizada como ferramenta para promover esse avanço de expansão e ocupação territorial colocando o estado paranaense no cenário político e econômico de atuação nacional. A preocupação naquele instante com a educação se centrava, primeiramente, na construção e na permanência das crianças nos grupos escolares, pois somente assim seria possível garantir uma qualificação mínima para atender a nova demanda do Estado, que efetivamente era garantir a disponibilidade de mão-de-obra qualificada para atender a demanda do mercado pungente naquele instante. Fato esse que leva a uma busca efetiva da construção do ideário que vai marcar a sociedade nos períodos de governo de Lupion em seu primeiro (1947–1951) e, segundo mandato (1956–1961) de governo, em que as ações políticas marcadas pela legislação desse período iriam destacar fortemente a busca de uma ideologia hegemônica que buscava a manutenção do poder pelas ações de governo.





**Foto 3 - Da esquerda para direita, os interventores Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Mário Gomes e Moysés Lupion, recém-eleito, por eleições diretas, governador do Paraná, em março de 1947 (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2011).**

**3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO A PARTIR DA IDEARIO POLÍTICO DA  
SOCIEDADE DE 1947-1951 e 1956-1961: PERSPECTIVAS A PARTIR DA  
LEGISLAÇÃO**



# HINO DO Paraná

LETRA: de D. Mascimeto

MÚSICA: de B. Mossurunga

MARCELA # CÔRO

CANTO

PIANO

INTRODUÇÃO e CÔRO

*ff*

ab - - tros do Cru-zei - ro És o mais

no - - vo a ful - gir. Pa-ra-rá! Se - rás lu - -

para seguir

zei - ro! A - van - te! Pa-ra-rá por vir o teu ful -

para acabar

CANTO

PIANO

*ff* *pp*

vir got de mo-d - da - - de Terra! tem

CANTO

PIANO

*p*

br - thos de álvo - ra - da: Ru - mo - res de fe - li - ci - -

CANTO

da-de! Canções e flo - - res pela es - tra - da! Rumo-ree

PIANO

CANTO

se re - zi - ci - da - de! Can - ções e flo - res pe - la - da

PIANO

poco cresc.

CANTO

tra - da! En - tre os

PIANO

D.C. al  $\text{♩}$

CANTO

tra - da! En - tre os

PIANO

D.C. al  $\text{♩}$

## II

Outr' ora apenas panoramã  
De campos ermos e florestas  
-Vibras agora a tua fama  
Pelas clarins das grandes festas!

*Entre os astros do Cruzeiro, etc., etc. Entre os astros do Cruzeiro, etc., etc.*

## III

A glória!.. A glória! - Santuário! -  
Que o povo aspire e que idolatre-a:  
-E brilharás com brilho vério,  
Estrêla ríttila da Pátria!

## IV

Pela vitória da mais forte,  
Lutar! lutar! Chegada é a hora,  
Para o senit! - Bis o teu norte!  
Terra! Já vem rompendo a aurora!

*Entre os astros do Cruzeiro, etc., etc.*

A ideologia de um governo se evidencia pelo trato estabelecido por meio da interlocução com suas ações políticas governamentais. Os governos de Moysés Lupion no estado do Paraná nos anos de 1947-1951 e 1956–1961, se sustentam nesse modelo de governo, que se consolida por meio de instrumentos que levam a sociedade civil a assumir o discurso de governo como verdade e necessidade para o estado, que naquele momento era o de expansão e ocupação de um lugar de destaque no país.

Para garantir a incorporação do discurso e ideário político do governo, esse se apropria dos recursos de poder para fortalecer seus ideais de governo, um exemplo nítido dessa força está no **Hino do Estado do Paraná**<sup>29</sup>, se observa a ideologia e contexto do Estado no período. O Hino, representava a efetivação de um estado presente, importante no cenário nacional, cujo papel se acentuava na ocupação das terras e na produção agrária, mas que acima de tudo tinha em seu povo a intencionalidade de fazê-lo produtor de bens materiais para o país. Na letra do hino paranaense, o estado deve ocupar um importante papel junto à sociedade brasileira, por isso a importância do esforço conjunto da sociedade paranaense em ocupar o estado, tornando-o produtivo.

O mesmo sentido ideológico marcado no hino do estado, estava presente nas mensagens e discursos proferidas pelo governo, a exemplo, destaco o início do discurso de Moysés Lupion ressaltando em seu primeiro ano de governo: “Tudo por um Paraná melhor” (PARANÁ, 1947, s/n). É com esse discurso de um governo centralizador que vai buscar consolidar e hegemonizar o seu sistema de governo, buscando por meio de discursos populistas clamar as questões sociais e econômicas que compunham o ideário e os princípios da época, sem necessariamente marcar o autoritarismo, mas ao contrário colocar a sociedade civil como sendo um componente necessário ao desenvolvimento de todas as ações do seu governo, por essa razão os discursos eram sempre fortes e chamavam a sociedade, o povo, para também assumirem suas responsabilidades.

---

<sup>29</sup> O Hino do Estado do Paraná instituído com o Decreto-Lei nº 2.457, 31 de março de 1947, tendo como autores Domingos Nascimento, na letra e Bento Mossurunga na música.

Tendo essa compreensão, entendo que para tratar de um período específico do estado, é preciso compreender a produção paranaense, enquanto ações políticas governamentais, conforme afirma Oliveira (2001, 2000). Essas configurações levaram o Estado a criar políticas promotoras de desenvolvimento da infraestrutura econômica e, de aparelhamento urbano para o atendimento das demandas nacionais, que influenciaram fortemente no desenvolvimento de políticas para a educação no Paraná.

A ação do Estado e suas políticas são consequências de pressões, influências e compromissos com classes ou grupos de interesses da sociedade. Esta perspectiva se sustenta na afirmativa de Magalhães (2001), que alerta para a necessidade de se considerar o Estado como um ente provido de relativa autonomia decisória, que está inserido numa sociedade plural na qual diversos grupos procuram fazer com que ele responda às suas demandas por intermédio das políticas públicas.

A partir dessa compreensão a seção tem como objetivo, analisar as ações do governo e suas influências no campo educacional, com o intuito de promover a relação entre as ações do Estado e as políticas adotados pelo governo do Paraná no período de 1940 a 1960. O caminho percorrido traz a contextualização política e econômica do Estado que resultaram em ações efetivadas pelas políticas de governo no estado do Paraná.

### **3.1 Brasil de 1940-1960: O Panorama Político e Econômico do Estado**

Para iniciar a discussão acerca dos enfoques políticos que permeavam a ação brasileira no período de 1940 a 1960 do século XX, há que se destacar o fato de que aquele foi um momento marcado pela centralização do poder federal, tendo a ampla intervenção estatal na economia e na sociedade, a partir de pressupostos de um programa nacionalista de governo.

Panorama esse confirmado pela necessidade de ampliação do poder do governo, pois como lembra Gramsci (2002, p.331) "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só se justifica e

mantem seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”. Para a manutenção do poder e sua efetiva consolidação e aceitação, Vargas necessitava de uma estrutura de governo que enaltecisse seu poderio sem que houvesse uma excessiva exposição de seus ideários individualizados, era preciso destacar o coletivo, o bem comum, como contexto de nacionalismo para que a ordem demarcada pudesse ser mantida.

O período de mudanças e transformações da sociedade brasileira daquele momento, em especial, os de ordem socioeconômica não poderiam ser solucionados pela simples mudança de um regime que foi instituído para servir certos grupos e certas peculiaridades regionais. As mudanças posteriormente sofridas pelas instituições republicanas se mostraram incapazes de atender as transformações estruturais resultantes da modernização do país (SILVA, 1980).

Para entender qual a relação efetiva entre a ação do governo estadual é importante compreender o cenário da política nacional, que naquele momento se configurava, tendo no governo os seguintes presidentes:

**Quadro 5 - Presidentes do Brasil no período de 1930 a 1961**

Presidente	Período de Governo
Getúlio Vargas	1º mandato: 03.11.1930 a 20.07. 1934 2º mandato: 20.07. 1934 a 10.11.1934 – Golpe do Estado Novo (1937) que vai até 1945.
Eurico Gaspar Dutra	1946 a 1951
Getúlio Vargas	1951 a 1954
Café Filho	08/1954 a 11/1955
Carlos Luz	8/11 a 11/11/1955
Nereu Ramos	11/1955 a 01/1956
Jucelino Kubtschek	1956 – 1961

Fonte: Ministério da Fazenda – Arquivo Público (PARANÁ, 2011)

Esse delineamento dos governos do país, que antecederam e que marcaram o período de 1947 a 1961, são essenciais para a análise da conjuntura política que permeava naquele instante, as questões ideológicas que marcavam as relações entre o Estado e a sociedade civil, pois as ações político governamentais estavam

atreladas aos interesses dos partidos - que em geral possuía ideias liberais, e das necessidades da sociedade, como se confirma nos governos federais, em que essa relação se construiu no período por meio do governo de Getúlio Vargas. Este assume o poder pela Aliança Liberal - AL (D'ARAÚJO, 1992), na sequência após o presidente interino José Linhares, assume Eurico Gaspar Dutra, representando o Partido Social Democrático-PSD. De volta ao governo em 1951, Getúlio Vargas, é eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro-PTB; seu sucessor Café Filho, chega ao governo representando o Partido Social Progressista- PSP; Carlos Luz e Nereu Ramos (presidentes interinos) são filiados ao Partido Social Democrático-PSD e, Juscelino Kubistchek, eleito em 1956 assume o cargo de presidência da República pelo Partido Social Democrático<sup>30</sup>.

Essa organização de partidos direcionam as ações do Estado, uma vez que a legislação marcada em um governo, a priori se mantém nos governos. Consequentemente, os princípios ideológicos também. Para se ter uma sociedade consolidada a partir das relações sociais de produção era preciso que o Estado se organizasse, para que houvesse o convencimento consubstanciado da necessidade de um regime federativo. Nesse momento, “a República é referência para a história da educação como o período em que o poder público assume a tarefa de organizar integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino para toda a população” (SAVIANI, 2004, p. 18).

O período de 1940 a 1960, foi objetivado por uma construção que refletia o pensamento do ideário no qual o governo do estado paranaense organizou a educação. Influenciado pelo movimento em defesa da democratização do ensino no país, a visão da educação passava a ser uma possibilidade da ascensão social, de acordo com os discursos.

Esse discurso se alastrava colocando em prática no país, a ideologia nacionalista, em que rumar ao progresso era uma necessidade nacional, mas também um ajuste à conjuntura proveniente da crise mundial que afetara a economia a economia de todos os países naquele momento. Em razão dessas

---

<sup>30</sup> Para ampliar a discussão acerca dos partidos políticos no país, sugiro a leitura de Rogério Schimtt: Partidos Políticos no Brasil (1945 a 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zaher Ed. 2005.

mudanças era preciso considerar o campo econômico e suas transformações, pois esse afetava a sociedade civil na sua estrutura de formação básica, ressaltando a necessidade de buscar no campo da educação uma estratégia de fortalecimento da ideologia do governo, por meio de ações que tratavam de amenizar os problemas sociais, dando a sociedade civil perspectivas de desenvolvimento e melhoria econômica, por meio do discurso do trabalho e da educação.

De acordo com Xavier (1990, p. 15) “esses anos foram propícios à rearticulação do ideário educacional, tendo como base o nacionalismo”. O período que vai de 1930 a 1960 foi importante tanto para a consolidação do capitalismo no Brasil, por meio da imersão na industrialização, bem como, a inserção efetiva de uma nova ideologia educacional. Esta proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando a necessidade de reorganização do ensino, de tal forma que,

[...] A modernização econômica dependente implicou uma modernização cultural e institucional que, assim como a econômica, tendeu a se dar dentro dos limites necessários à incorporação da economia nacional ao conjunto da economia capitalista mundial a que se subordinava (XAVIER, 1990, p. 58).

A mudança na ideologia do governo e, a conseqüente transformação da sociedade brasileira, na qual os grandes latifúndios agrários passam a dividir espaço com a expansão da vida urbana, também vai gerar conseqüências no sistema educacional brasileiro, em especial. Essa mudança hegemônica do governo pode ser destacada no período de 1930 até 1937, com a Reforma Francisco Campos (1931) e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Em seguida entre 1937 até 1945, a educação exerceu um papel importante, são assinados Decretos-Lei que buscaram efetivar a necessidade de uma educação com foco na formação de mão-de-obra qualificada para a demanda do mercado. E, de 1946 à 1961, quando a educação no país é discutida a partir do nacional-desenvolvimentismo, os debates culminam na aprovação, no Congresso, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 4.024/61.

Toda a discussão da educação nos princípios republicanos, gira em torno de ter a instrução como um dos pilares para o progresso e a cidadania, como parte de um projeto civilizatório. “Na década de 1930, um novo conceito de cidadania,



diferente do início da República se anunciava: cidadania regulada pela estratificação ocupacional do trabalho, que passa a ocupar o lugar da cidadania abstrata, pautada no liberalismo clássico” (NORONHA, 2004, p. 16). Nas décadas seguintes, até os anos de 1960, a busca de um cidadão que corrobore com o progresso do Estado se consolida no discurso dos governos federais e estaduais.

Como consequência, a mudança na perspectiva de sociedade altera a relação da vida dos sujeitos envolvidos, tendo em vista que passa a gerar um novo modo de agir social. Os pressupostos ideológicos passam a ser regulados por mecanismos de ação distantes de outrora, para que o sistema possa se configurar e garantir uma ampla continuidade.

Para que uma nova ordem social se efetivasse, o nacionalismo e o pensamento autoritário passaram a caminhar juntos no Brasil daquele período. O liberalismo era apontado como uma ideia exótica, que refletia campanhas políticas europeias e norte-americanas e que, no Brasil, não significava nada além do caudilhismo local ou regional (VIANNA, 1952). O modelo social brasileiro não se resumia apenas a uma mera transposição ideológica para o país.

[...] o liberalismo é um sistema de ideias construído por pensadores ingleses e franceses, nos séculos XVII e XVIII, utilizado como arma ideológica da burguesia nas lutas contra a aristocracia. Este sistema de ideias baseava-se em princípios como: o individualismo, a liberdade, a prosperidade, a igualdade e a democracia (CUNHA, 2007, p. 229).

No Brasil, esses princípios acabam sendo adotados e expostos na construção ideológica dos governos, o que implicou na identificação de ações de governo que buscavam concretizar seus ideais por meio do discurso da necessidade da civilização moderna para o país. O que significava que o movimento de reprodução ampliada da sociedade capitalista chegava ao país, trazendo consigo como uma das implicações a supremacia dos princípios da racionalidade técnica se sobrepondo às demais demandas sociais. Fato este que acaba implicando no redimensionamento da função social da educação e da escola no país, naquele momento, pois esta passa a ser entendida como uma possibilidade de atender às suas exigências da relação entre o Estado e a sociedade nesse sistema social.

As ideias do liberalismo, estavam presentes nos governos; a efetivação do sistema se sustentava na divisão de classes. Como salienta Sartori (1994), o regime democrático produz minorias, no plural, que executam funções de liderança e direção no sistema político.

[...] as democracias são caracterizadas pela difusão do poder, em que diversos grupos, antagônicos ou não, por meio de procedimentos de seleção e escolha, podem alcançar a capacidade de mando. A democracia pode ser descrita como um modelo de liderança de minorias caracterizado pela multiplicidade de grupos de poder entrecruzados e envolvidos em manobras de coalizão (SARTORI, 1994, p. 203).

Prova deste fato, é que ao analisar o perfil das carreiras políticas dos deputados federais brasileiros, do período compreendido a partir de 1946, destaca-se a reconstituição de trajetórias políticas como pista para revelar a dinâmica da representação política (SANTOS<sup>31</sup>, 2000). Isso significa, apontar indicadores que permitissem avaliar a intensidade dos vínculos e experiências político-partidárias dos indivíduos que ingressam profissionalmente no mundo da política. Pode-se exemplificar como: tempo de filiação no partido pelo qual o parlamentar se elegeu, filiações partidárias anteriores ao cargo, ocupação de algum cargo político ou eletivo, entre outros.

Esse fato resulta numa análise preliminar em que há uma constância nos partidos que assumem o governo dentro do mesmo sistema. As mudanças se configuram naqueles que passavam a ocupar o governo, mas em geral, a ideologia que regia e sustentava o governo acabava mantida, pelo fluxo de troca de partidos eleitos e os cargos que seus filiados assumiam.

De acordo com Santos (2000), durante o período analisado, se apresentou evidências de um padrão de ingresso lateral à carreira legislativa. Este se caracterizava por trajetórias rápidas e descontínuas, nas quais os candidatos não dependeriam do apoio emprestado, exclusivamente, pelas organizações partidárias, podendo acionar recursos gerados fora de uma atividade estritamente

---

<sup>31</sup> Santos (2000) trata desta discussão em sua pesquisa dos anos de 1946 até os anos de 1998.

política ou legislativa, como a notoriedade associada a certas atividades profissionais ou relações pessoais.

Considero que a existência de uma conexão direta entre partidos políticos e democracia tenham sido amplamente difundida e aceita. Estudos têm apontado, que os partidos políticos são uma condição necessária, embora não suficiente, para o funcionamento do regime democrático<sup>32</sup>. Sua importância para o funcionamento da democracia pode ser explicada pelas funções que desempenham, ou seja, são eles que estruturam a competição política na arena eleitoral. Entre outros fatores, fornecem aos cidadãos ofertas na agenda pública e opções em termos de políticas públicas, dão inteligibilidade ao sistema político, são atores fundamentais na formação e sustentação de maiorias governantes. Desse modo, as agremiações partidárias são essenciais, tanto por sua atuação no âmbito da representação quanto na arena governamental (MAINWARING, 1999).

No Brasil essa conjectura ficava em destaque por centrar-se nas ações que desencadearam as revoluções e crises no campo político e econômico do Estado.

O Golpe militar de 1964 pôs fim à primeira experiência importante de sistema partidário no Brasil. Mas a instauração do novo regime não levou à extinção dos partidos do regime de 1946. Estes iriam continuar a funcionar, mas já depurados de suas figuras mais combativas. Na verdade, o regime militar-autoritário que se instalou tinha características singulares: combinação de mecanismos de cunho marcadamente autoritário, repressivo e desmobilizador com mecanismos de uma estrutura democrático representativa. O novo regime manteve em funcionamento o Congresso, o Judiciário e a Constituição de 1946. Isto fez emergir um processo complexo, heterogêneo, marcado por períodos de compressão e descompressão política, o que era consequência tanto da dinâmica de interação dos atores relevantes no interior do círculo dominante como também da interveniência de atores políticos que, embora diminuídos em sua capacidade de ação efetiva, em determinadas conjunturas assumiram relevância na definição do curso político seguido. Daí que, a preservação dos atores partidários, do Congresso, do Judiciário, e mais tarde da oposição representada pelo MDB, acabou tendo um papel mais importante do que aquele caráter formal/inautêntico a que estava associado inicialmente (BRAGA, 2009, p. 119).

---

<sup>32</sup>Para aprofundar a discussão ver: La Palombara, Weiner (1966); Eldersveld (1982); Sartori (1982).

A compreensão de que os embates políticos, estabelecidos no discurso partidário influenciam significativamente as ações e demandas de uma determinada sociedade civil e política efetivando e garantindo a manutenção do sistema.

A concepção de sociedade, que se originava do nacionalismo e do antiliberalismo, levava à responsabilização do Estado pela formação da nacionalidade e pela direção do povo. Este era considerado simplesmente como massa que deveria ser orientada a seguir as elites, verdadeiro motor das transformações pelas quais o Brasil deveria passar para chegar ao desenvolvimento (TORRES, 1933). Para que houvesse a consolidação de tal argumentação, a educação passa a ser entendida naquele momento como garantia da consolidação do poder hegemônico do Estado. A ação do governo, procedeu no sentido de normatizar e sistematizar o ensino, para garantir a efetivação e aceitação desse novo modelo que iria gerir aquela sociedade.

Era necessário dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e o outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública (ROMANELLI, 1986, p. 135).

No Brasil houve a transição de uma sociedade oligárquica para urbano-industrial, redefinindo as estruturas de poder e o esforço para a industrialização resultou em mudanças substantivas na educação. A questão da educação centrava-se no fato de que a Constituição Federal de 1934, foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Nesse documento, observava-se o trato para com as formas de financiamento do ensino oficial em cotas fixas para a Federação, os Estados e os Municípios, fixando-se competências dos respectivos níveis administrativos. A implantação da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, bem como a notoriedade para o fato de que o ensino religioso deveria tornar-se optativo, foi viabilizado pela constituição de

1934. Demarcou assim, um novo contexto de ruptura entre a ideologia do Estado e a imposição e influência da Igreja.

Fernandes (2006), afirma que entre 1950 e 1960, houve no país as maiores taxas de expansão da alfabetização. Fato derivado de que, a partir de 1947, foram instaladas classes de ensino supletivo na maior parte dos municípios, o que resultou no incentivo à matrícula em cursos profissionais ou pré-profissionais de nível primário. As classes de supletivo e as de ensino complementar (pré-profissional e profissional) em conjunto foram frequentadas por mais de 400 mil alunos cada ano, por treze anos consecutivos.

As mudanças ocorridas podem ser observáveis quando se realiza uma análise na Constituição Federal de 1937, que reafirmava princípios tais como: a proposta acerca do Conselho Nacional de Educação, cuja função seria traçar um Plano Nacional de Educação para o País, a ser aprovado pelo Poder Legislativo; determinou aos estados federativos a organização de seus respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinos superior e secundário. Com relação às questões dos investimentos no campo educacional, em especial para a organização e manutenção de suas escolas, estados e municípios deveriam investir 10% de seus tributos, cabendo ao governo federal o investimento de 20%. Declarava, em suma, que a educação deveria ser entendida como direito de todos, acentuando sua gratuidade.

No período de 1937 a 1945, observava-se no país uma nova configuração política, retratada pelos historiadores como sendo o advento do Estado Novo. Neste, a pasta do Ministério da Educação e Saúde, ocupada por Gustavo Capanema, desde o ano de 1934, passava a refletir as adequações necessárias à nova fase do país, iniciando um momento em que se torna latente um novo conjunto de reformas educativas. Estas conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema, evidenciando o “[...] ordenamento da educação; a definição de competências entre os diferentes estratos de governo (Municípios, Estados e União); a articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino profissionalizante” (CUNHA, 1981, p. 122).

A Reforma Capanema, teve seu início por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei nº. 4073, de 30 de janeiro de 1942, instituído, em dois ciclos. O primeiro ciclo previa quatro modalidades de ensino, sendo estes, o ensino industrial básico<sup>33</sup>; o ensino de mestria<sup>34</sup>; os ensinos artesanais e de aprendizagem<sup>35</sup>. O segundo ciclo do ensino industrial, considerado de grau médio, previa o ensino técnico industrial, a ser concluído em três anos, e o ensino pedagógico, que visava formar os professores responsáveis pelas escolas deste ramo de ensino. A Reforma Capanema em 1942, empreendida pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, abrangia o curso secundário e o ensino técnico-industrial. “Essa reforma deve ser entendida enquanto formulação legal da ideologia educacional do Estado Novo” (SILVA, 1980, p. 30).

A Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei nº. 8529, de 2 de janeiro de 1946 visava, regular a participação do governo federal neste grau de ensino. Destacava que o curso fundamental deveria ser de quatro anos, sendo que o quinto ano deveria ser voltado para a preparação aos exames de admissão nos graus médios de ensino. A Lei instituía que o curso supletivo, com duração de dois anos, deveria ser direcionado à escolarização da população analfabeta, adulta e jovem, que nesse momento formava um grande contingente. Tinha os pressupostos de uma sociedade democrática escolhida e elegida por meio do voto. Seria interessante e oportuno que essa parcela da população pudesse ingressar nesse novo modelo de sociedade, daí a necessidade de um ensino direcionado a esse grupo específico.

De acordo com a Lei Orgânica, o funcionamento das escolas em termos administrativos, deveriam ser compreendidos enquanto denominadas por escolas

---

<sup>33</sup> Ensino industrial: com duração de quatro anos

<sup>34</sup> Ensino de mestria: com duração de dois anos

<sup>35</sup> Ensinos artesanais e de aprendizagem: aplicado aos aprendizes das plantas industriais instaladas no país.

isoladas<sup>36</sup>, as escolas reunidas<sup>37</sup>, os grupos escolares<sup>38</sup> e, a escola supletiva, todas estas na rede pública de ensino.

No contexto da Reforma Capanema, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os papéis atribuídos às classes ou categorias sociais. Apresentando-se a educação superior, educação secundária, educação primária, educação profissional e a educação feminina. Preconizava que, a educação deveria estar antes de tudo, a serviço da nação, realidade moral, política e econômica a ser constituída.

Explicitava que seria necessário transformar a mentalidade da sociedade e, por meio da educação moral e cívica se completaria o ciclo da educação individual e coletiva. No documento, ressaltava-se que por ela que se forma o caráter dos cidadãos, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades. Enfatizava-se a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, a clareza nos propósitos, a presteza na ação e a exaltação patriótica.

Segundo Giles (1987), as reformas que se realizaram sob o ministro de Vargas, Gustavo Capanema, assumem o nome de Leis Orgânicas do Ensino, atingindo o ensino elementar ou primário e o médio.

Em 1942 destacam-se a Lei Orgânica do ensino Industrial, e a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. No ano seguinte promulga-se a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Quanto ao ensino técnico, a legislação estipula que o ensino industrial das escolas de aprendizagem seja organizado e funcione, em todo o país. [...] a indústria deve colaborar ativamente na formação dos quadros que ela e a Nação precisam para o desenvolvimento. A formação comercial se reduz a um curso básico de quatro anos [...] O curso agrícola será organizado em dois ciclos (GILES, 1987, p. 294).

---

<sup>36</sup> Escolas Isoladas: escolas com atendimento a apenas uma turma

<sup>37</sup> Escolas reunidas: escolas que podiam apresentar de duas a quatro turmas

<sup>38</sup> Grupos Escolares: escolas que comportavam cinco turmas ou mais, por isso eram consideradas já grupos escolares, pois completava o ciclo de escolarização a que se propunham.

Em 1942, promulga-se a Lei Orgânica do Ensino Secundário. O caráter específico deste, para Capanema, encontra-se na função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de acentuar e elevar sua consciência patriótica e humanística (GILES, 1987).

O ano de 1942, foi intenso para o campo da educação, sendo um momento que teve destaque o Convênio Nacional do Ensino Primário, entre a Federação e os Estados. O Convênio obrigava os estados a uma elevação de suas contribuições para o ensino primário. Nesse mesmo ano foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário - FNEP, estabelecendo a cooperação financeira entre a União e as partes da federação com os recursos do Fundo.

Essas ações sustentavam as bases de formação ideológica do Governo, pela educação, pelos partidos políticos, sindicatos, e outras ações o Governo buscava controlar as inquietudes da sociedade civil, enquanto mantenedor da Nação e representação máxima vontade dessa sociedade. A ação seria mostrar quantitativamente o avanço da sociedade por meio da promoção de situações de igualdade a todos os cidadãos, para consolidar esse fato houve nesse período uma grande expansão na criação de cursos e escolas primárias no país.

[...] para uma população de 12.703.077 pessoas, em 1920, ocorreram 1.033.421 matrículas nos cursos primários; em 1940, a população representava 15.530.819 pessoas e as matrículas para esse grau de ensino foram 3.068.269, ou seja, as matrículas triplicaram em 20 anos bem acima da proporção do aumento da população (ROMANELLI, 1978, p. 64).

Essa valorização na sociedade, por meio do setor educacional, serve para demonstrar como o Estado passou a entender a educação como uma ferramenta de consolidação ideológica de um Estado, de um governo e de uma sociedade.

Para tratar das políticas da educação de um determinado momento histórico é preciso entender os acontecimentos nos diversos campos da sociedade que contribuíram para consolidar a hegemonia do pensamento político. Logo, há que se entender que a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os estratos que detinham o poder econômico e político utilizavam-na como distintivo de classe. As camadas médias procuravam-na como



a principal via de ascensão social, prestígio e integração com os estratos dominantes. A oferta de escola média, por exemplo, era incipiente, restringindo-se, praticamente, a algumas iniciativas do setor privado (ROMANELLI, 1983).

Esse fato pode ter sua ocorrência em função das questões que pressupunham a economia do país, como afirmou Fernandes (2008), ao destacar que a economia de substituição de importações, iniciada em 1930, acelera-se e, diversifica-se entre 1945 e o início da década de 1960.

As próprias bases estruturais em que o Estado Novo se fundamentam inspiram a legislação orgânica referente ao processo educativo. Estas bases são o autoritarismo centralizante e o populismo. O Estado intervêm diretamente neste processo quando afirma que a infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários, a educação em instituições particulares é dever da Nação, dos estados e dos municípios, assegurar pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (GILES, 1987, p. 294).

A Constituição Federal de 1946 havia fixado a necessidade de novas leis educacionais que substituíssem as anteriores, consideradas ultrapassadas para o novo momento econômico e político que o país passou a viver. O final da Segunda Guerra imprime ao país novas necessidades, destacando que a educação deveria ser parte essencial desse novo contexto. O país adentrava um período de transitoriedade em que havia intensa manifestação a respeito dos rumos do sistema educacional.

A mudança na reformulação do sistema não se restringiu ao campo econômico ou educacional, era preciso modificar também as estruturas políticas da nação. Para firmar a ideologia do sistema, a Constituição de 1946 reproduziu um artigo da Constituição Federal de 1934, em que determinava o número de que deputados seria fixado em Lei, de acordo com a seguinte proporção: um para cada 150 mil habitantes até 20 deputados e, além desse limite, um para cada 250 mil habitantes. Aboliu-se a representação oficial e, institui-se a igualdade de homens e mulheres nos direitos políticos.

Com relação à estrutura política, o Brasil, pela Constituição Federal de 1946, foi definido como uma República Federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estado e Municípios. Fixaram-se as atribuições dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ficou estabelecido que o voto seria direto e secreto e o mandato presidencial seria de 5 anos. A eleição para a Câmara deveria ser realizada segundo princípio da representação proporcional; ou seja, os deputados seriam eleitos na proporção dos votos dados a eles no âmbito de cada partido a que pertenciam. A eleição para o senado obedeceria ao princípio majoritário. Seriam eleitos os que tivessem a maioria dos votos, sem se considerar o partido (ROMANELLI, 1999).

A Constituição Federal de 1946, inspirada em ideais liberais e democráticos, estabelecia garantias de direitos individuais, como a livre manifestação do pensamento, proclamando-se a inviolabilidade da liberdade de consciência e crença. Estes direitos diretamente ligados ao processo educativo, se tornaram na Carta Magna, mais específica quando afirma que é garantida a liberdade de cátedra. O artigo nº 174 garante o amparo à cultura enquanto dever do Estado, fato este que mostra uma certa ambiguidade na forma e na ideologia.

Com relação ao campo educacional, a Constituição Federal de 1946 estipula que a União deveria legislar acerca das diretrizes e bases da educação nacional, resultando na afirmação de que a educação é direito de todos e deveria, portanto ser ministrada no lar e na escola. Destacava,

[...] a exigência de concursos de títulos para os cargos no magistério como também à organização do sistema de ensino e à descentralização, porém sem que o governo central se desinteressasse pelo assunto em suas linhas gerais, pois é em torno destas que o programa de educação nacional deve organizar-se. Também fixa a responsabilidade do poder público pelos recursos necessários para a execução desse projeto, pois a legislação estipula que a União aplicará pelo menos dez por cento, e os estados, Distrito Federal e os municípios nunca menos que vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (GILES, 1987, p. 296).

No aspecto cultural, as reformas no ensino foram empreendidas no nível federal, por meio da implantação de um ensino técnico, cujos reais interesses estavam voltados à obtenção e qualificação de mão-de-obra para a industrialização do país, segundo Fausto (1966). Nessa época, o Brasil passava a ser palco de inúmeras outras transformações na educação, as quais resultam em melhor qualidade e padronização do ensino. Apesar das divergências entre governo e Igreja Católica, que imbuída da ideia de tornar o ensino religioso obrigatório, pressionava o governo getulista.

Essas mudanças são pautadas na necessidade de tornar todos os cidadãos providos do saber. Esse discurso, acentuava o populismo do governo que era apregoado pela necessidade de se conclamar o povo para junto de seu governo, por isso a necessidade de se investir na educação. De acordo com Lourenço Filho<sup>39</sup> (1970), o ensino supletivo era composto por duas séries escolares, entre 1947 e 1959, alfabetizou cerca de 5,2 milhões de alunos. A taxa de analfabetos que, em 1950, era de 50%, atingiu 33,1% em 1970. As mudanças foram sensíveis, a população total quase atingiu a casa dos 100 milhões, de acordo com Lourenço Filho (1970), a população urbana cresceu e o índice de alfabetização acompanhou a modificação do perfil populacional.

Se a pressão popular sobre as estruturas do Estado pode ser apenas sentida pelas minorias dominantes na etapa anterior a 1930; na etapa posterior, ela se tornará rapidamente um dos elementos centrais do processo político, pelo menos no sentido de que as formas de aquisição ou de preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular (WEFFORT, 1978, p. 67).

---

<sup>39</sup> Lourenço Filho foi professor de Pedagogia e Prática de Ensino na Escola Normal de Piracicaba, São Paulo; esteve por dois anos regendo essas cadeiras na Escola Normal de Fortaleza, Ceará; de volta, foi transferido para a Escola Normal de São Paulo (a da Praça da República), na qual lecionou por seis anos. Em março de 1932, a convite de Anísio Teixeira, diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, é nomeado diretor do Instituto de Educação, o qual se transformara na antiga Escola Normal do Rio de Janeiro. Nesse posto, em que permanece até fins de 1937, reorganiza e dirige a transformação do Instituto de Educação em Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal – UDF (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 5). Lourenço Filho foi um educador de renome, ocupou em 1938 a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, colocava também a questão do culto da pátria que deveria, segundo ele, animar todas as disciplinas dos cursos primários e secundário: a educação primária deve ter como fito capital homogeneizar a população dando a cada nova geração instrumento do idioma, os rudimentos da Geografia e da História pátria, os elementos da arte popular e folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e ideais coletivos, em que afinal, o senso da unidade e da comunhão nacional repousam (SILVA, 1980, p. 37-38).

Essa conjuntura, no entanto, não vai se desvincular do modelo de governo que tem como base a centralização do poder, que busca disciplinar as ações políticas e econômicas da sociedade. A mobilização da sociedade é considerada como um fator de atenção pelos governos o que causa uma mudança na estrutura de organização das classes dentro de uma mesma sociedade.

Conforme aponta Paiva (2003), a segunda metade do século XX, assistiu a maior revolução educacional de todos os tempos, em especial no Brasil: nos anos 1920 contava com apenas um milhão de matrículas no denominado ensino primário (quatro primeiras séries) e, 680.000 alunos em efetiva frequência; dez anos depois em 1930, alcançavam apenas 1,7 milhões de matrículas iniciais. Nos anos seguintes de acordo com os dados do IBGE, em especial, no estado do Paraná, apresentou as seguintes taxas de matrículas:

**Tabela 1 - Ensino primário geral (comum e supletivo) - Matrícula efetiva — 1932 / 1935**

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Anos	MATRÍCULA EFETIVA									
		No ensino supletivo					No ensino complementar				
		Crianças	Adolescentes	Adultos	Sem discriminação	Total	Menos de 13 anos	13 a 15 anos	Mais de 15 anos	Sem discriminação	Total
Paraná	1932	—	—	—	—	—	633	235	45	—	913
	1933	—	806	567	—	1 373	314	562	93	—	969
	1934	46	559	868	—	1 473	312	707	164	—	1 183
	1935	78	406	1 021	—	1 505	365	847	204	—	1 416

FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1937.

Ao observar a tabela acima, acerca do efetivo número de matrículas no período de 1932 a 1935 nota-se que, existiu uma grande defasagem de crianças matriculadas nas séries correspondentes ao ensino primário. O estado do Paraná apresentava taxas muito baixas dessa frequência. No ano de 1932, o efetivo de matrículas de crianças no ensino complementar com menos de 13 anos, passa de 633 para o ano de 1935 a acolher 365 crianças, o que significa ao estado que era preciso ampliar o número de vagas e, promover a oferta de cursos primários em todo o território paranaense.

**Tabela 2 - Matrículas no período de 1938 a 1948 no ensino pré-primário e Fundamental no Paraná**

Ano	Matriculados	Ensino pré-primário		Ensino Fundamental	
		Maternal	Infantil	Comum	Supletivo
1938	94.492	38	2 360	87 617	2 747
1939	98.576	41	2 643	91 232	2 819
1940	108.885	41	3 177	100 562	3 462
1941	123.776	38	3 155	114 892	3 720
1942	127.003	33	3 137	119 184	4 649
1943	110.895	30	3 159	105 042	2 664
1944	105.824	22	3 082	99 162	3 558
1945	103.648	46	2 800	96 920	3 878
1946	140.580	160	3 503	130 584	6 333
1947	113.904	54	3 500	102 252	7 979
1948	145.218	74	4 650	141 601	9 224

Fontes: Serviço de Estatística da Educação e Saúde: Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947. Anuário estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v.10, 1950. Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1948. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, 1949. Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951. Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1953.

Nos períodos seguintes, aos anos de 1930 e 1940 o estado do Paraná, aumentou significativamente o número de matrículas no ensino primário. A taxa de matrículas que se apresentava com um número de 94.492, alunos inscritos no ano de 1938; uma década após em 1948, essa taxa tivera um aumento de mais de 50% em sua taxa de matrículas, passando a um quantitativo de 145.218 matrículas.

O maior aumento foi percebido entre os anos de 1946 quando se teve uma média de 140.580 alunos matriculados, essa taxa cai em 1947 para 113.904, passando por uma recuperação, 1948 que disponibilizou 145.218 vagas. Uma mudança que refletiu na década seguinte, na qual as ações do governo se centraram na construção de prédios destinados ao ensino primário no estado.

**Tabela 3 - Matrículas do Ensino primário de 1952 a 1953 no Estado do Paraná**

Ano	Total	Ensino primário
1952	198 795	156 437
1953	202 273	156 437

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1955. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, 1955.

No início da década de 1950, os números demonstravam que o Estado eleva suas taxas de matrículas, mas mantiveram-se nos anos seguintes apresentando o mesmo quantitativo de vagas sendo preenchidas no ensino primário. A observação do quantitativo das vagas vai apontar a especificidade do trabalho do governo, que naquele período centrava as ações político-governamentais na ampliação e atendimento à população, que se encontrava fora da escola, segundo dados apresentados e, que serão reforçados pelas mensagens a serem analisadas posteriormente.

**Tabela 4 - Ensino primário: principais resultados por unidades da federação — 1955/56 - matrícula efetiva, segundo o sexo dos alunos, a dependência administrativa e a localização**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	MATRÍCULA EFETIVA						
		Total	Segundo o sexo dos alunos		Segundo a dependência administrativa			
			Masculino	Feminino	No ensino público			No ensino particular
					Federal	Estadual	Municipal	
Paraná.....	1955	225 729	119 900	105 829	—	129 065	78 587	18 077
	1956	272 338	144 751	127 587	—	161 425	91 630	19 283

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1958.

As tabelas apresentadas demonstram estatisticamente o aumento do número de matrículas no período dos anos 1932 a 1935; 1938 a 1948; 1952 a 1953 e, 1955 a 1956, dentre os dados apresentados pode-se destacar que houve um aumento significativo do número de ingressantes nos anos iniciais do ensino primário. Essas alterações foram decorrentes das políticas efetivadas pelo governo federal que visava atender as necessidades da sociedade civil e política atreladas às necessidades econômicas. Como trato na seção que se apresenta a seguir, com a análise das principais ações do governo de Vargas que influenciaram no setor educacional da sociedade brasileira e, por consequência na paranaense e, principalmente, nas ações efetivas do segundo mandato de governo de Moysés Lupion.

### 3.2 As Ações dos Governos Vargas e JK para o setor educacional

O governo de Vargas teve atuação na sociedade brasileira, primeiro como chefe de Estado, no período de 1930 a 1934, como presidente eleito por uma Assembleia Nacional Constituinte, no período de 1934 – 1937 e com o Golpe até 1945 e, posteriormente, como presidente eleito por sufrágio, ficando no governo entre 1951 a 1954. Esses períodos foram marcados pelo autoritarismo político e pelo desenvolvimento econômico e político do país,

[...] nos dois períodos de governo, apesar de o Brasil conhecer imensas restrições nos terrenos da cidadania civil e política, o país experimentou políticas públicas que o tornaram mais moderno economicamente, e menos excluyente socialmente, embora não menos desigual (GOMES, 2005, p. 69).

As relações desenvolvidas ao longo da história da educação brasileira no período de governo de Vargas, apresentaram de forma atenuada a nova estruturação da elite do Estado brasileiro, que passaram a configurar o cenário da representação de uma democracia evidente e necessária. No cenário brasileiro, o significado da palavra democracia foi associada aos aspectos sociais, gerando uma democracia autoritária

O Estado brasileiro pós 1930 pode então se proclamar, franca e claramente, um Estado forte, centralizador e liberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, justo e protetivo. A segunda ideia articula duas dimensões de qualificação desse novo Estado. Tratava-se pela primeira vez no Brasil, de edificar uma arquitetura de Estado nacional moderno que ampliava suas funções de intervencionismo econômico e social, ao mesmo tempo que montava uma democracia tecnicamente qualificada e impessoal [...]. Porém nesse mesmo movimento, esse Estado se personalizava na face de Vargas, a figura carismática encarregada de conduzir o processo de mudança e assumir as novas tarefas que cabiam ao Executivo, ante as crescentes críticas do Legislativo. Nesse sentido preciso, o Estado autoritário e democrático é tanto uma modernização das tradições do poder privado e do personalismo caros à sociedade brasileira, como uma afirmação do poder público, por meio da democracia e de um modelo alternativo de representação política (GOMES, 2005, p. 71).

Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais são retomados e, consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviado ao Congresso Nacional em 1948 que, fica em tramite durante um longo período, sendo aprovado somente em 1961, consolidando-se por meio da Lei nº 4024. Há que se observar que no período que vai da queda do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugura um novo período autoritário, o sistema educacional brasileiro passa por mudanças significativas. Destacando-se o surgimento, em 1951, da atual Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior - CAPES; a instalação do Conselho Federal de Educação – CFE; em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior. Na fase que precedeu a aprovação da LDBEN de 1961, o movimento girou em torno da defesa da escola pública, universal e gratuita.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 1982, p. 77-78).

A educação de base era entendida como um processo educativo destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura, como a leitura, escrita, aritmética elementar, noções de ciência, vida social, civismo, higiene, e com as quais de acordo com as suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISIEGEL, 1989, p. 14).

Essas mudanças na educação refletiram nos anos seguintes numa transformação da sociedade brasileira, nos anos de 1950, que demonstraram a Vargas que havia outro cenário político e econômico no país que deveria ser considerado. O poder público e parte do Congresso Nacional, se encontravam influenciados tanto ideologicamente como em suas práticas com uma atitude



política no campo econômico voltada para um anti-intervencionismo, com forte tendência à internacionalização da economia nacional, passava a considerar a educação como um forte influenciador ideológico.

Os arranjos postos em prática na esfera econômica no decorrer da era Dutra não caracterizaram efetivamente uma política econômica, mas antes uma política cujo objetivo maior era o de responsabilizar-se pelas condições que permitissem a regularidade e o favorecimento do setor privado (nacional e estrangeiro). Mesmo com as transformações (recuos e reorientações) quase impuseram tanto ao Congresso Nacional quanto ao Governo era ainda dominante a influência exercida por certa tendência “neoliberal” junto a estas instâncias do poder (IANNI, 1963, p. 119).

As mudanças sociais no país, nos anos de 1950, com ênfase no processo de industrialização e urbanização intensamente implementado pelos governos. O discurso populista do governo, marcava as questões ideológicas de desenvolvimento nacional, como principal pilar para a estabilização social, por isso, a legislação para a educação estava centrada fortemente na preparação e formação do homem para o trabalho.

Para a compreensão dos documentos é preciso que se retome o fato de que no período antecedente, a 1940, o país passou por um momento de instabilidade política ocorrida no período entre 1930 e 1937, onde Vargas assumiu o poder por meio de um golpe de Estado, instaurando-se em 1937 o Estado Novo. A educação passou a ser tratada como um significativo veículo ideológico, assumindo o discurso estratégico para o equacionamento das questões sociais.

A política educacional direcionava a formação de uma força de trabalho moldada para as necessidades da modernização da economia brasileira e para a participação na vida política, de maneira regulada pelo Estado populista. Passou-se a ter como enfoque a preocupação com o ensino que fortalecesse os ideais do Estado por meio de mecanismos de disciplina, controle corporal e ideológico. O ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, tornou-se referência obrigatória nos discursos oficiais. Este ensino passou a ser considerado como primeiro dever do Estado e deveria ser cumprido com o apoio dos sindicatos econômicos e das indústrias (ROMANELI, 1999).

Enfatizava-se nesse desenho da sociedade, a necessidade de modernizar o país. E, para que este fato ocorresse era preciso dedicar esforços para a formação de um contingente de mão de obra técnica especializada. Fato esse que ocorre em razão do contexto histórico de formação do Estado-Nação brasileira, como afirmava Fernandes (2006).

Na década de 1930, o modelo econômico agrário exportador, que predominou por todo o Período Colonial (1500-1822) e Imperial (1822-1881), perdurando até a Primeira República (1881-1930), cedeu lugar ao modelo de substituição das importações, por meio do processo de industrialização. Estas mudanças demandavam a efetivação do ensino industrial. Para tanto, o governo recorreu à Confederação Nacional da Indústria - CNI, para criar um sistema de ensino paralelo ao oficial, como forma de prover a formação profissional em larga escala, como exigia o movimento de modernização do país.

Estas leis possibilitaram o estabelecimento da organização de todos os níveis da educação nacional, ampliando a proposta de reforma do Ministro Francisco Campos, de 1931, que se atinha ao ensino superior, secundário e comercial. Com a Reforma de Capanema em 1940, repensa-se a educação no âmbito geral, garantindo a atuação e a intervenção do Estado.

Entretanto, o Sistema S ainda deveria ser mantido com recursos dos filiados da CNI que assumiria como incumbência a organização e administração das escolas de treinamento e aprendizagem industrial. Dessa maneira, os industriais poderiam, além de fornecer a formação técnica necessária para gerar maior eficiência nos processos produtivos, para consolidar nos trabalhadores em formação, os valores e ideais do sistema capitalista, orquestrados pelos pressupostos da industrialização. A alfabetização e a instrução primária, principal instrumento formador do operariado, permanece como responsabilidade do poder público, isto porque naquele momento a preocupação era a constituição de mão de obra para o país.

**Quadro 6 - Leis Orgânicas de Ensino no Brasil nos anos de 1940**

<b>Leis Orgânicas do Ensino – Decretos</b>	
Lei Orgânica do Ensino Industrial	Decreto-Lei n. 4.048 de janeiro de 1942
Lei Orgânica do Ensino Secundário	Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942
Lei Orgânica do Ensino Comercial	Decreto-Lei n. 46.141 de dezembro de 1943

Fonte: Ministério da Educação. Elaborado pela autora.

Como estratégias do governo em vigência, as Leis Orgânicas destacadas no quadro 3, denotam a preocupação do Governo com a formação e profissionalização do sujeito para atender as necessidades de demanda do mercado capitalista que se configura pela necessidade de expandir a industrialização no país. Garantia-se na forma de lei, criando-se naquele momento espaços de ensino, especificamente, o atendimento da população com foco no ensino profissionalizante. Os decretos, sustentavam a perspectiva de formação com a preocupação de oferecer o ensino profissionalizante; firmava-se acordos entre o setor industrial/comercial e o Governo para garantir o atendimento desse quadro.

**Quadro 7 - Decretos da Educação no Brasil no período de 1946**

<b>Leis Orgânicas do Ensino – Decretos</b>	
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Decreto-lei 4.048, de janeiro de 1942
Serviço Nacional de Aprendizagem Comércio (SENAC)	Decretos-leis 8.621 e 8.622 de janeiro de 1946

Fonte: Ministério da Educação. Elaborado pela autora

As Leis Orgânicas, e os decretos do Governo Federal, aprovadas entre 1942 e 1946, garantiam que o sistema fosse assegurado pelo controle da economia, ao regulamentar e garantir o ensino técnico-profissional industrial, comercial e agrícola. Abarcaram, os ensinamentos primário e normal, que, haviam sido relegados à alçada dos governos estaduais.

**Quadro 8 - Leis Orgânicas de Ensino no Brasil nos anos de 1946**

<b>Leis Orgânicas do Ensino – Decretos</b>	
Lei Orgânica do Ensino Primário	Decreto-Lei n. 8.529 de janeiro de 1946
Lei Orgânica do Ensino Normal	Decreto-Lei n. 8.530 de janeiro de 1946
Lei Orgânica do Ensino Agrícola	Decreto-Lei n. 9.613 de agosto de 1946

Fonte: Ministério da Educação. Elaborado pela autora.

O conjunto das Leis Orgânicas e sua legislação complementar não asseguravam ao sistema educacional a unidade desejável. Permitiu e reforçou o dualismo do sistema educacional brasileiro. Considerava que as camadas mais favorecidas pertencentes à classe burguesa, buscavam o ensino secundário a fim de se preparar para o nível superior e, para o proletariado as escolas profissionais, ofereciam uma formação especializada e técnica para o trabalho.

Essas medidas não conseguiram evitar o Golpe contra Vargas, que foi deposto por forças civis e militares de oposição em dois de outubro de 1945. Este golpe marcou o fim do Estado Novo e o início de uma fase conhecida como democracia populista<sup>40</sup>.

No Brasil, o Estado, promovia um projeto de industrialização que satisfazia o anseio pelo crescimento econômico. O país passava por um significativo crescimento da indústria nacional, estimulada por meio de restrições às importações e por um regime cambial desfavorável às exportações. Entretanto, para incentivar e apoiar este crescimento econômico eram necessários investimentos em energia, transporte, infraestrutura, que eram realizados com o apoio do capital externo.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, tornou-se necessário a promulgação de uma Constituição, que regulasse o processo de redemocratização do país, e como consequência o campo educacional passa a sofrer modificações com relação a seu objetivo e aplicabilidade.

<sup>40</sup>Segundo Fernandes (2006) deve-se entender que a democracia populista do pré-64 não procedia de qualquer pluralismo real, constituindo-se em uma aberta manipulação consentida das massas populares, implicando, na verdade, uma autocracia burguesa dissimulada.

A Carta Magna de 1946 orientava-se por princípios liberais e democráticos, assegurando o dever do Estado em garantir, na forma da lei, a educação em todos os níveis, continuando a parceria com a iniciativa privada. A gratuidade do ensino primário oficial foi assegurada para todos, mas apenas para aqueles que provassem insuficiência de recursos. No texto constitucional, estabelecia-se a liberdade de ensino e abertura para a participação da iniciativa particular na oferta de ensino em todos os níveis e ramos, devendo, porém, serem respeitadas as leis que o regulavam. A laicidade não foi, porém, garantida. O ensino religioso teve seu espaço assegurado naquela Constituição da República. Embora se estabelecesse que este ensino devesse ser ministrado de acordo com as confissões respeitando as individualidades de crenças de cada homem e, que sua matrícula fosse facultativa. Vieira e Freitas (2003) afirmam ser impossível assegurar que religiões não católicas pudessem ter penetrado livremente nas escolas oficiais.

No que se refere à organização do ensino escolar, a orientação seria garantir pela legislação nacional que os estados, Distrito Federal e municípios seriam responsáveis pela organização de seus sistemas e à União caberia organizar o Sistema Federal de Ensino, podendo, em caráter de suplência, estender-se a todo o país, de acordo com as deficiências locais (BRASIL, 1946).

O destaque, daquele momento, era para a vinculação dos recursos para a educação, fixando que caberia à União aplicar nunca menos de 10% e os estados, municípios e Distrito Federal, nunca menos de 20% das receitas provenientes de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Deliberava que o Estado deveria colaborar com o desenvolvimento dos sistemas de ensino, com auxílio pecuniário, que no caso do ensino primário teriam origem no Fundo Nacional.

O projeto de lei, que se tornaria a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n. 4024/1961. O projeto, presidido por Lourenço Filho, foi apresentado ao Congresso Nacional em 1948, ficando em tramitação até 1961.

O processo de desenvolvimento industrial e urbano de algumas regionais do país influenciaram as ações de governo, em relação aos princípios ideológicos e políticos da economia no país, que definiram os caminhos da educação brasileira nas décadas seguintes, principalmente por meio do discurso do nacional-desenvolvimentismo, ou do discurso da força do trabalho para o avanço econômico. Na educação esses princípios ideológicos de governo marcavam as ações de ampliação do número de vagas e, investimentos, nessa área no país como possibilidade de se disponibilizar mão-de-obra para o trabalho, que era tido como base de desenvolvimento nacional.

O governo de Juscelino Kubitschek no período de 1956 a 1961, levantava novamente, a bandeira PSD-PTB, sob a égide da imagem de Vargas. O governo JK pautava-se em um projeto de crescimento econômico baseado no setor industrial por meio do Plano de Metas, que, em resumo, buscariam o desenvolvimento da energia, transporte, alimentação, educação, construção civil a expansão do parque industrial.

Essa política de incentivo industrial foi chamada de Nacional-Desenvolvimentismo. O governo JK entendia por nacional o fato de o programa econômico ser coordenado pelo Estado, enquanto o desenvolvimentismo reconhecia a necessidade do investimento estrangeiro no Brasil. De acordo com Fausto (1999), dentro dessa estratégia, o Estado incumbia-se de investir na criação de usinas hidrelétricas, na indústria de base, como siderúrgicas com maior capacidade produtiva, na construção de estradas e da nova capital do país - Brasília. Cabia ao Estado desenvolver a parte menos lucrativa e de maior emprego de capitais.

O governo JK concedia à iniciativa privada e ao capital estrangeiro os setores econômicos de menores despesas e de lucratividade mais atraente: a expansão de bens de consumo duráveis<sup>41</sup>. Esse projeto nacional desenvolvimentista complicava

---

<sup>41</sup> Bens de consumo duráveis: eletrodomésticos, automóveis, tratores, produtos químicos dentre outros.

a substituição das importações. Isso significava, após períodos de constantes ajustes<sup>42</sup>, dar o passo definitivo para a internacionalização da economia.

De acordo com Fausto (1999) a essa perspectiva corresponde uma outra: não há dúvida de que a adoção dessa política corresponde também a outra determinação externa, a da nova etapa de expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto dos países subdesenvolvidos, configurando a nova fase do imperialismo. Para essa busca crescente do desenvolvimento, a criação de mercados barateou o fornecimento de matérias-primas e impulsionou os investimentos do Estado.

Para o presidente era possível garantir "50 anos em 5", expandindo a economia com essa dinamização econômica. Como em 1930, relacionava-se a emancipação do Brasil com o processo de industrialização. Para consolidar a ideia de um bem geral para toda a sociedade, o governo populista de JK construiu a nova capital do país, Brasília, tornando-a o símbolo da prosperidade sem limites do nacional-desenvolvimentismo.

Esse desenvolvimento econômico implicou a permanência da associação do capital estrangeiro com o nacional. A política desenvolvimentista criava laços com os setores internacionais, por meio da importação, de tecnologias para produtos farmacêuticos, automóveis, máquinas, produtos químicos dentre outros; e, de capital para o pagamento dessas tecnologias, dos empréstimos e juros (FAUSTO, 1999).

Imaginava-se que, com esse programa, o Brasil apresentaria um crescimento em cadeia, ou seja, ao se investir em um setor, a evolução deste ia se refletir e ser utilizada em outro. Também estava no Plano de Metas a substituição da importação. Um bom exemplo que mostra os dois casos é a mecanização da agricultura, que ocorreu graças à implantação da indústria de tratores, diminuindo os gastos com importação de máquinas.

---

<sup>42</sup> Períodos de ajustes ocorridos no período de Governo de Vargas e de Dutra.

Para coordenar e auxiliar na execução do plano, no dia 1.º de fevereiro de 1956, JK criou o Conselho do Desenvolvimento, subordinado diretamente à Presidência da República e ao qual foi dada autonomia suficiente para a realização de projetos. A concessão de incentivos ao setor privado também fazia parte do poder desse novo órgão, o setor público estava subsidiado pelo BNDE. A educação foi colocada em segundo plano na política brasileira. No Censo de 1940, foram registrados 56,17% de analfabetos entre a população com idade superior a 15 anos.

A concepção desenvolvimentista do então presidente não consagrou a educação, que recebeu apenas 3% da verba para investimentos no país. O orçamento era direcionado principalmente à educação técnica, considerada como base para o crescimento industrial. E, somente no ano de 1959, a discussão acerca da instrução básica é retomada. Apesar do baixo investimento na educação, o Censo de 1960 indicou uma diminuição no número de analfabetos com mais de 15 anos (39,35%).

Baseados em padrões tecnológicos do capitalismo europeu e norte-americano, os novos rumos industriais, na produção de automóveis, eletrodomésticos, têxteis, sintéticos e de outros setores que absorviam limitadamente a mão-de-obra disponível e acentuavam o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira.

Naquele governo, segundo Fausto (1999) as classes proletárias tiveram participação bastante inferior em relação às classes médias. De 1955 a 1959, enquanto os lucros industriais aumentavam 76% e a produtividade 35%, o salário mínimo elevava-se apenas 15%. Isto evidenciava o caráter limitado do desenvolvimento econômico. No final do governo de JK, os problemas mostravam novos impasses na economia, com o aumento da inflação, provocado pelas emissões de papel-moeda para financiar os investimentos estatais e de créditos. Os organismos internacionais exigiram do presidente um controle inflacionário (FAUSTO, 1999). Negou-se a fazer uma política de contenção financeira, pois isso implicaria na redução dos salários e a diminuição dos créditos estatais às importações de mercadorias essenciais.



A ideologia na medida em que centram o foco na constituição/reprodução da dimensão comunitária e soberana de uma sociedade de classes claramente territorializada, se volta para a celebração do Estado, visto justamente como a expressão desta soberania (ALMEIDA, 1995). O Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS foi substituído pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, órgão que estaria subordinado diretamente à presidência. Surgiu ainda a Companhia Urbanizadora da nova Capital do Brasil - Novacap, órgão para construir Brasília. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, ganhou importância, pois o Poder Executivo procurou fazer com que ele funcionasse como órgão de assessoria e de apoio ao Programa de Metas.

A demora na aprovação da LDB/1961 ocorreu em função de conflitos de interesses, entre polêmicas sobre centralização e descentralização, que depois se deslocou para a disputa entre os defensores do ensino público e do privado (AZEVEDO, 1952). Naquele período Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, por meio do Movimento em Defesa da Escola Pública insurgiram-se contra as pressões conservadoras e privatistas que permearam o processo de tramitação da LDB. Em 1959, este movimento divulgou um novo Manifesto<sup>43</sup> endereçado à nação e ao governo, assinado por 189 intelectuais, professores e estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº.4.024 de 1961, firma-se como uma conciliação em favor dos interesses privatistas. Evidenciava um retrocesso na questão da gratuidade do ensino oficial, pois dentre outros aspectos deliberou que seriam permitidas escolas públicas mantidas por fundações,

---

<sup>43</sup> O Manifesto de 1959, dá sequência ao Manifesto de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica mais de vinte anos depois. As rupturas que se fariam com o movimento civil-militar de 1964. Estes anos tinham, contraditoriamente, a presença do passado pré-1930, a sua temporalidade própria e o futuro, o pós-64 em construção. O Manifesto de 1959 é também uma versão da história. Ele expressa um ponto de vista da história com o qual os seus signatários se envolviam, contemplado desde um mirante muito próprio, mas não necessariamente comum entre eles (SANFELICE, 2007, p. 545).

autorizadas a cobrar mensalidades e, ofertar de bolsas de estudo e outras formas de cooperação, como subvenção e assistência técnica ao ensino particular.

O Governo apresentava-se numa nova forma e, por isso, criava novas reformas, que foram superiores as previstas para a educação pela Aliança Liberal<sup>44</sup>. Com o Estado Novo, instaurado em 1937, a educação passava a ser alvo de cuidados especiais por parte do governo, como meio de veiculação da ideologia do regime que se implantava (NUNES, 1992). Para o autor ainda, na reforma do ensino de 1942, acentuava-se no projeto nacionalista do governo Vargas a ênfase à questão do ensino patriótico.

Apesar dos renovadores conseguirem finalmente afirmar na Constituição o direito a educação, ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública. Ao contrário de toda e expectativa dos renovadores, o que ali se abriu foi uma imensa brecha para o que Anísio Teixeira chamará mais tarde de publicização do privado, referindo-se ao processo de elevação do interesse privado ao plano do interesse público (ROCHA, 2000, p. 54).

A educação passava a ser tratada a partir dos princípios liberais para a sustentação do sistema. Segundo Ozga (2000), os governos usam a educação com fins específicos como: melhoramento da produtividade econômica; treino de mão-de-obra; mecanismo de escolha e seleção para as oportunidades existentes; um meio de transmissão cultural, por meio da qual as identidades nacionais podem ser promovidas ou alteradas e, por fim, como lugar de preservação e valorização de ideias e heranças relativas à identidade nacional como evidenciado nas leis e decretos promulgados naquele período.

A ação do governo deveria ser a de justificar a necessidade de uma política que acolhesse a todos no modelo democrático, mas que ao mesmo tempo incitasse na sociedade civil, os princípios e valores que marcam o sistema capitalista. Em nenhum momento, a educação é vista como uma preocupação pedagógica do governo ou do Estado, mas que para a manutenção da sociedade precisa alicerçar-se na políticas para que os envolvidos passem a crer na hegemonia suscitada.

---

<sup>44</sup> A Aliança Liberal recebeu a adesão de todas as oposições estaduais, destacando-se o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Democrático do Distrito Federal (NUNES, 1992).

De acordo com Saviani (1986), educação e política são práticas distintas; no entanto, mantém uma íntima relação,

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos (SAVIANI, 1986, p.89).

Tratar de política educacional implica considerar que “a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, em cada conjuntura, correspondendo ao referencial normativo global de uma política” (AZEVEDO, 2001, p. 60). As leis e decretos que se referiam à educação, traduziam uma mudança nos princípios ideológicos da sociedade, entretanto, emerge a mesma necessidade ao sujeito de pertencer e integrar-se naquele modelo posto, o que tornava a educação uma necessidade latente e necessária para que o sujeito pudesse também sentir parte integrante da constituição do Estado-Nação.

Na afirmação de Candeias (1995, p. 167), “o que se percebe é que para as massas, para o comum das pessoas, aprender a ler, escrever e contar é mais do que suficiente para o papel que delas se espera: o de subordinados”. Há portanto, uma distorção evidente entre a função escolar, a formação do intelectual e a legitimação da educação escolarizada por meio das ações políticas e governamentais.

Subordinar-se naquele momento, significava estar preparado para atender as solicitações e demandas do mercado. De acordo com o discurso populista, era preciso ter o mínimo de instrução para poder ajudar o país a progredir na economia, e para isso era preciso colaborar com o crescimento da indústria, conforme pretendia o Governo daquela época.

Segundo Lourenço Filho (1940) a educação é apresentada como uma questão de Estado, em que

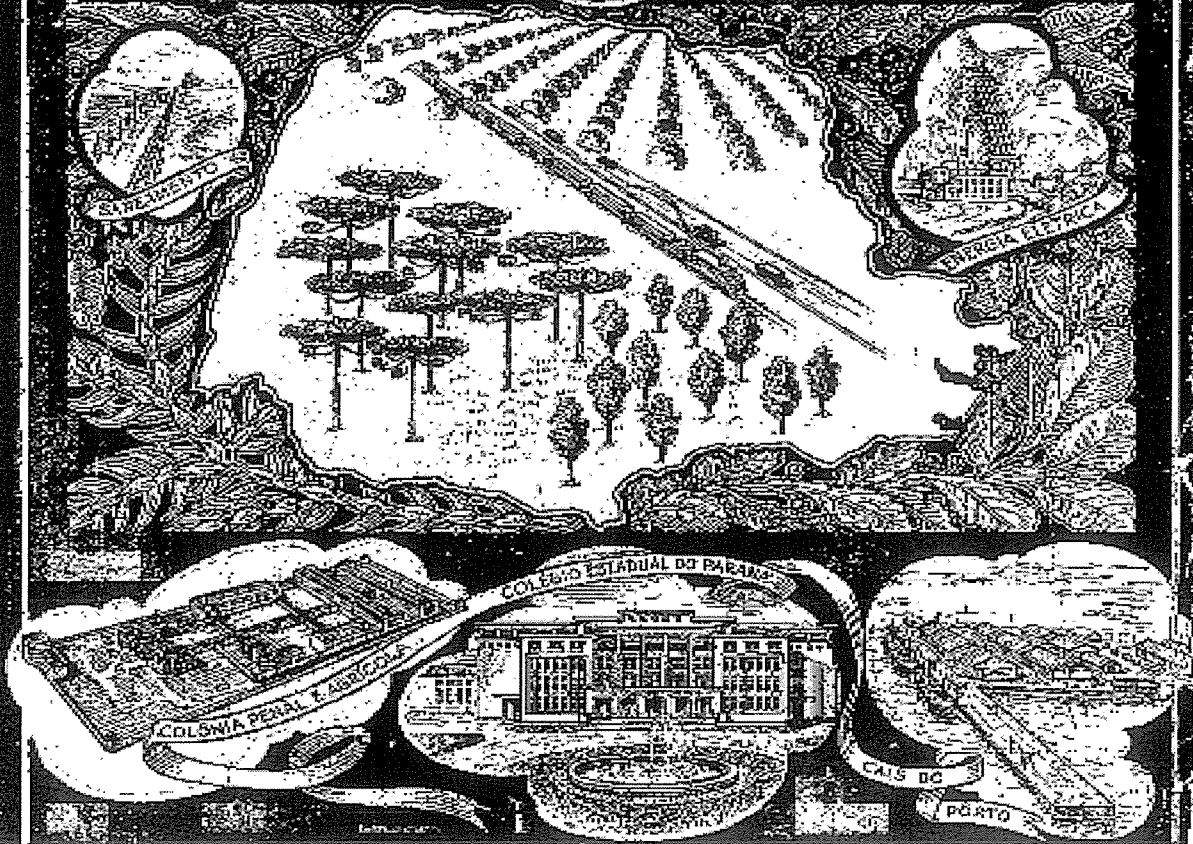
[...] a educação é antes de tudo, um fato de ação coletiva, pois que resulta da influência da comunidade sobre as novas gerações. É certo que podemos apreciar os seus efeitos num só e determinado indivíduo. Nem por isso, o caráter social desaparece. O fenômeno passa a ser apreciado, e plano favorável à análise dos meios, métodos ou processos, numa atuação individual (LOURENÇO FILHO, 1940, p.71).

A educação era percebida como uma necessidade da sociedade civil em todas as esferas. O Estado passava a ser o mantenedor, aquele que oportunizaria o acesso à educação, entretanto, não assumiria sozinho essa função, firmaria acordos com os interesses privados e, colocaria no sujeito a responsabilidade para com o fazer produtivo.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a dominante; são as ideias do seu domínio (MARX; ENGELS, s/d., p.55).

A educação assume a forma do governo, sua ideologia e, por conseguinte suas ações. Estas orientadas em especial, aquelas ligadas intimamente com o contexto socioeconômico do Estado. O Estado é o responsável por suplantar e garantir a efetivação do sistema e, é nesse contexto, que a educação assume o papel preponderante na forma de organização social que pode influenciar o desenvolvimento da sociedade. É preciso investir na educação para que o ideário político seja acatado pela população e as realizações do governo possam ser aceitas e entendidas como necessários aos avanços do mesmo. Esse aspecto será tratado na seção a seguir. Nela apresento as mensagens do governo Lupion e a legislação, na qual, seu governo garante a efetivação de um ideário centrado na base do populismo e do nacionalismo, em benefício ao desenvolvimento do Estado.

# ESTADO DO PARANÁ



A CONCRETIZAÇÃO DO  
PLANO DE OBRAS DO  
GOVERNADOR MOYSES LUPION  
1947 - 1950



Estado do Paraná



# MENSAGEM

APRESENTADA A

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1956

PELO

**SENHOR MOYSÉS LUPION**

GOVERNADOR DO PARANÁ

CURITIBA — PARANÁ

1956

4. AS MENSAGENS DE MOYSÉS LUPION: 1º GOVERNO (1947 - 1951) e 2º  
GOVERNO (1956 - 1961)

Os documentos oficiais que regem a política educacional, do Paraná nas décadas de 1940 a 1960, demonstram de maneira significativa a intencionalidade das ações em um determinado período e tempo histórico. A partir desta compreensão, esta seção tem como objetivo analisar os documentos de Governo do Paraná, que se apresentam na forma de Mensagens de Governo, dirigidas a Assembleia Legislativa e das Leis estaduais, nas quais busco as aproximações com as leis federais do período, para apreender a construção e efetivação da educação paranaense, bem como sua relação com o contexto das necessidades delineadas naquele momento para o país.

De acordo com Shiroma; Moraes; Evangelista (2002), as políticas educacionais situam-se no âmbito das políticas públicas de caráter social e, como tal, não são estáticas, mas dinâmicas, encontram-se em constante transformação. Compreender, como são constituídas é, portanto, um caminho reconhecido por meio do entendimento do projeto político do Estado, bem como em seus interesses econômicos, sociais e políticos em dado momento da história.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a tônica do discurso presente nas mensagens e relatórios dos governantes foi marcada pela retórica do moderno. O discurso da modernidade certamente não é uma característica única dos governos do período. Estava presente, por exemplo, nas mensagens e relatórios de Manoel Ribas, em que foi possível perceber que já havia uma preocupação com a modernização na organização das escolas, que era por sua vez fruto do discurso de modernização do governo federal.

As ações político governamentais para com as políticas educacionais, como qualquer outra política pública, implicam em escolhas e decisões, que envolvem indivíduos, grupos e instituições e, portanto, não são fruto de iniciativas abstratas, constroem-se a partir da correlação entre as forças sociais, que se articulam para defender seus interesses. Portanto, para compreender como se elaboraram as políticas públicas do Paraná no período de 1940 a 1960, retomo o questionamento acerca de qual a preocupação do Governo de Moisés Lupion com o ensino primário?

A opção pelas mensagens constitui-se por entender que “a ideologia faz parte, ou melhor é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2001, p.47). E, nas mensagens escritas para serem disponibilizadas à compreensão de todos os sujeitos da sociedade política e civil do Estado. Marca-se por meio da oratória, o discurso na forma de um texto redigido pontualmente para que as ideias sejam incorporadas como forma de estabelecer a hegemonia na sociedade, a educação, ensino primário é enaltecido nos textos como uma necessidade evidente de toda a população.

É possível pensar os textos políticos como contando-nos uma história sobre o que é possível ou desejável conseguir-se através da política educacional, é possível lê-los como se lê qualquer outro tipo de narrativa: podem ser escrutinados relativamente ao retrato das personagens e à ação, ao uso de determinadas estruturas de língua de modo a provocar determinadas impressões ou respostas; podem ter uma voz autoral ou tentar transmitir uma impressão de múltiplos pontos de vista (OZGA, 2000, p. 171).

As mensagens retratavam as ideologias do governo, suas ações e suas atuações para o fortalecimento, do ideário político daquele momento. Por essa razão as narrativas eram apresentadas enaltecendo os esforços do governo e sua preocupação com a sociedade.

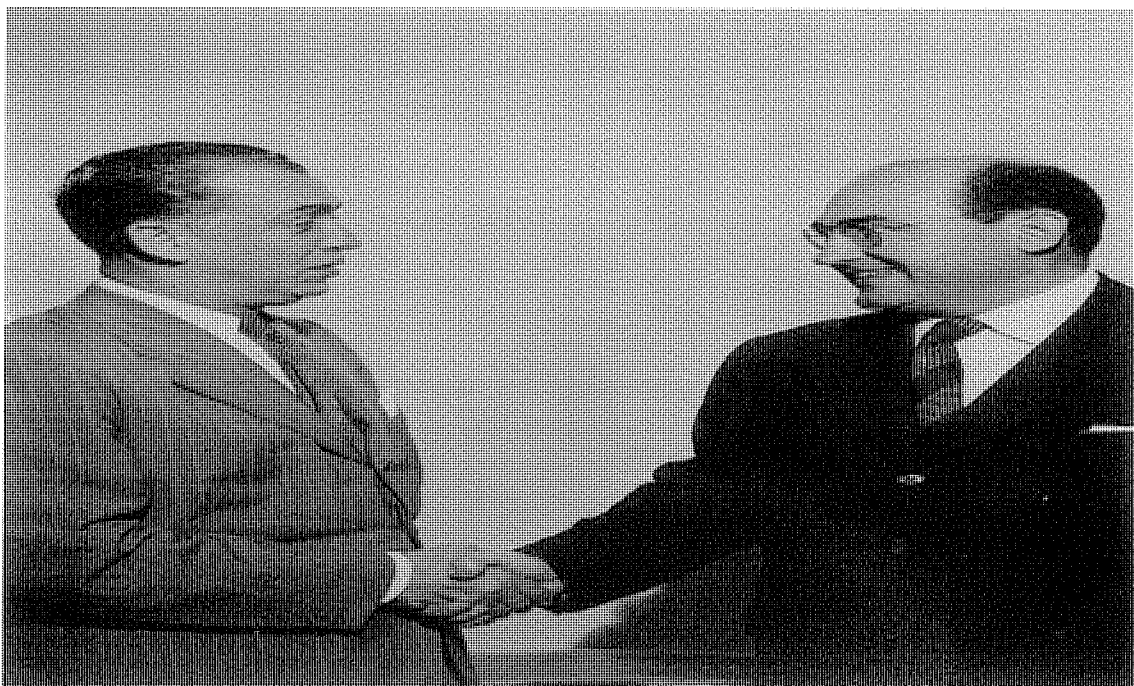
A partir da estruturação política ressaltada na seção anterior pude entender que, a organização da educação do estado do Paraná, um estado que na década de 1940, passou da intensificação da ocupação de seu território, com conseqüente aumento populacional, para também ter que se preocupar com as questões relacionadas à educação. O que vai se evidenciar na década seguinte, no qual contava com 162 municípios, que careciam de infraestrutura para atender as necessidades da sociedade que cobrava para os filhos o acesso à escola, segundo dados do IPARDES (1997).

O Paraná, um estado em ascensão no cenário nacional precisava se adequar as mudanças que aconteciam nacionalmente, conforme exposto na seção 3, nos anos de 1940 a 1960, o país passou intensas mudanças na sua estrutura



social, política e econômica, tendo sido acelerado o processo de industrialização e monopolização da economia pelo Estado. Lembro, que até o final do governo Vargas, a economia brasileira apresentava um caráter centralizador pelo Estado, que vai assumir nos período seguinte no governo JK a conotação desenvolvimentista.

Esse processo influenciava significativamente as questões educacionais no país. O estado do Paraná, recebe forte influência do governo federal e, essas aproximações são marcadas pelos encontros entre os governos.



**Foto 4 - Juscelino Kubitschek e Moisés Lupion – encontro (sem data) realizado na Secretaria do Palácio do Governo (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANA, PARANÁ, 2011)**

A educação no Paraná, atendendo às demandas nacionais, passou a assumir a função de qualificar para o trabalho, conforme o modo de produção capitalista. Evidenciava-se nas mensagens proferidas pelo Governo, que a preocupação centrava-se na questão dos custos e gastos com a educação, uma conotação presente tanto nas ações do governo federal quanto estadual.

É importante para o desenvolvimento da presente tese, revelar que entendo que as ações do governo estadual estavam centradas no plano econômico, em destaque para os convênios entre governo federal, estados e municípios, as concessões de crédito e os gastos referentes a construções de prédios e infraestrutura para atender a demanda de ampliação de vagas por meio de construção de escolas prioritariamente primárias e rurais, relegando a segundo plano as questões de ordem pedagógicas conforme se demonstrará nos documentos<sup>45</sup> que analiso na tese.

#### **4.1 O que o Governo Moysés Lupion tinha a dizer sobre a Educação do Paraná**

Para analisar a situação e o enfoque dado à educação no Paraná no governo de Moysés Lupion, a análise na tese se dá por meio da utilização dos textos e mensagens de Governo direcionadas a Assembleia Legislativa do Estado, que se encontram no Arquivo Público do Paraná<sup>46</sup>, bem como as leis estaduais para o diálogo das ações com a efetivação das políticas educacionais na prática cotidiana das ações do Estado. Para tanto, apresentamos a seguir no quadro abaixo, a síntese dos principais enfoques do governo de Moysés Lupion no período de 1948 a 1958 trazidos nas mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em seus dois mandatos de governo.

---

<sup>45</sup> A pesquisa das fontes primárias foi realizada a partir do banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, do Grupo de Estudos em História, Sociedade e Educação do Brasil - Histedbr, do Scientific Electronic Library Online - Scielo, do Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologias - Ibict ; do Google e Google acadêmico, para verificar a existência de trabalhos que investigavam o tema abordado por essa tese. Para tanto, utilizou-se como descritores: ensino primário no Paraná de 1940 a 1960; Políticas Educacionais no Paraná de 1940 a 1960; educação no Paraná de 1940 a 1960; Moysés Lupion; ensino primário no Paraná de 1940 a 1960 + Políticas Educacionais no Paraná de 1940 a 1960; educação no Paraná de 1940 a 1960 + Moysés Lupion; ensino primário no Paraná de 1940 a 1960; Políticas Educacionais no Paraná de 1940 a 1960 + Moysés Lupion.

<sup>46</sup> Destaco que as mensagens de governo utilizadas para a realização da tese, a partir da coleta e busca de dados para a solidificação da tese foram disponibilizadas **na íntegra** a partir do ano de 2011 no site após a categorização das mesmas. Estão disponíveis no site: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>.

**Quadro 9 - Mensagens apresentadas por Moysés Lupion no período de 1948 a 1950 e 1956 a 1958**

<b>Mensagem / Ano</b>	<b>Governador</b>	<b>Debates do Período</b>
1 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1948 (Anexo 1)	Moysés Lupion	- <b>Resultados dos gastos com professores</b> <sup>47</sup> ; - <b>Repetência - evasão no primeiro ano/associando a gastos;</b> - <b>Custo aluno/ano</b> - <b>Educação secundária;</b> - <b>Formação profissional;</b> - <b>Ensino profissional/investimento em cursos vocacionais;</b> Educação especial/instituições para anormais
2 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1950 (Anexo 5)	Moysés Lupion	- Gastos com a Educação Pública - <b>Rede escolar rural</b> - <b>Formação de professores/magistério</b> - Escola primária urbana; - <b>Ensino secundário;</b> - <b>Criação de escolas Normais / gratuidade do ensino secundário e normal</b> - questão da universidade - educação de adultos - <b>Gastos com edificações</b> - inserção de programas de ensino - assistência escolar - <b>Rendimento escolar</b>
3 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1956 (Anexo 6)	Moysés Lupion	- Ensino Primário: construção/abertura de unidades escolares - <b>Gastos com a educação</b> - Distribuição de alunos atendidos - <b>Ensino Normal</b> - <b>Gastos com construções/edifícios escolares</b>
4 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1957 (Anexo 7)	Moysés Lupion	- <b>Gastos com educação: ensino primária</b> - Déficit de vagas nos grupos escolares - <b>Ensino Normal: magistério normal sem formação secundária especializada – criação de cursos</b> - <b>escolas técnicas</b>
5 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1958 (Anexo 8)	Moysés Lupion	- <b>Escolas Rurais;</b> - <b>Necessidade de incentivo para o exercício do magistério;</b> - <b>Edificações Públicas: Concluídos ou em construção: 35 grupos escolares; 6 ginásios o colégios;</b> - <b>Matrículas-reprovação/evasão – conclusão dos cursos primários</b>

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Elaborado pela autora (PARANÁ, 2011)

A apresentação das categorias apresentadas acima, denota uma linearidade da ideologia do governo, centrada principalmente nas preocupações com as

<sup>47</sup> Nas mensagens apresentadas, coloco em evidência as categorias que serão analisadas.

questões orçamentárias, retratando sinteticamente as preocupações do governo com a educação.

No contexto das políticas educacionais destaco que os dados e as categorias da tese são discutidos a partir das mensagens de Governo, sendo elegidas as ações efetivadas nos dois governos de Moysés Lupion. Ressalto que nos anos de 1948 a 1959 há uma constância no que se refere aos tipos de investimentos na instrução pública, tais como: **gastos com edificações escolares; gastos aluno/ano e gastos com formação do magistério para atuação no ensino primário.**

Na sua mensagem dirigida à Assembleia em 1948 Lupion, destaca com recorrência na sua explanação, o fato de que a educação carecia de uma preocupação maior, e que estava associada às questões de ordem, tais como: gastos com professores; e, os altos índices de repetência, que no estado do Paraná, se centravam especialmente no primeiro ano o que onerava os cofres do Estado, sendo preciso buscar as causas que geravam tamanhos gastos. Valorizava a questão custo aluno/ano, e, destacava a preocupação com a necessidade de melhorias na educação secundária, em especial, para a formação profissional ou o ensino profissionalizante.

Essa preocupação, presente no discurso de Lupion, não se fazia exclusivamente pela pauta de preocupação de seu governo, o que significa dizer que este discurso não era uma preocupação única do estado do Paraná. Naquele mesmo ano entrava em pauta a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal por meio da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948, resultando dos estudos elaborados pela comissão de educadores presidida por Manoel Lourenço Filho, Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde. O projeto de Lei, apresentado propunha a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e gratuidade da escola pública em seus vários níveis de ensino. Colocava as obrigações e responsabilidades do Estado relativo ao sistema de ensino, em atendimento à Constituição Federal de 1946, que reafirmava o dispositivo que

conferia à União o dever de legislar sobre as Leis, as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional em seu Capítulo II, Título VI. Entretanto, esse projeto não foi aprovado naquele período.

Mesmo não sendo aprovado expunha a necessidade de reconfiguração do ensino no país. Essa discussão forçava o Estado a agir em razão da necessidade de atendimento à Constituição Federal de 1946, em que cabe a organização dos Sistemas de Ensino nos Estados e no Distrito Federal fixada pelo Art. 171, o subsídio da União, sendo que “cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional” (BRASIL, 1946). Logo, o estado paranaense precisava de uma reorganização nessa direção para com a educação.

O que acontecia com frequência nas mensagens apresentadas por Lupion era a coerência do discurso associado ao que estava acontecendo no cenário nacional. Em seu discurso de 1948, a grande preocupação aparece com relação aos índices de repetência, alunos fora da escola, o que era uma preocupação de ordem federal. Essa discussão já aparecia em 1947 na mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra (que assume o período de 1946 a 1951) em sua Mensagem de abertura apresentada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1947, na qual afirmava que

[...] no aparelhamento e na qualidade do seu sistema educativo é que os povos civilizados encontram o mecanismo seguro para a valorização do seu potencial humano e a sua integração produtiva na vida da coletividade. **Quase 50% de nossa população está, pela sua idade, a exigir que o Estado atenda ao seu direito a uma educação sadia e construtiva, que os habilite, de futuro, a colaborar eficientemente para a prosperidade e grandeza do País** (BRASIL, 1987, p.157 – grifos nossos).

Esse contexto vai colocar o Estado numa situação de atuação ao atendimento das demandas e pressões daquele momento, principalmente aquelas causadas pelas definições de políticas econômicas e de desenvolvimento do governo federal, como sendo prioritárias. E, nessa relação de prioridades, a questão educacional precisava passar por um processo de organização, uma vez

que o governo estava marcado ainda pela ideologia nacionalista em que o Estado é o principal responsável pelas ações de desenvolvimento, dentre elas, a educação.

A questão da evasão escolar e da repetência, eram recorrentes no discurso do governo federal e estadual. A preocupação se referia a questão do número de evasão dos alunos e, da diminuição do número de matrículas realizadas nos anos de 1940, o que acabou por culminar com a necessidade de intervenção do Estado junto ao setor educacional.

Para corrigir essa situação, foram expedidos os atos necessários, ficando 75% da arrecadação prevista destinada ao **Fundo Nacional de Ensino primário, para a ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o País**, mediante convênios por firmar entre a União e os Estados. Foi recuperado para o **Fundo Nacional de Ensino Primário, a adoção de 31 milhões**<sup>48</sup> de cruzeiros, com o fim de se dar início imediato aos acordos previstos pelo **Convênio Nacional de Ensino Primário**, que deverão ser destinados a criação de escolas normais para a **formação de professores rurais**. A **falta de professorado primário**, recrutado entre as próprias populações rurais e preparado especialmente para enfrentar os problemas do meio (BRASIL, 1987, p. 158-159 – grifos nossos)

A partir desta constatação do governo federal, no estado do Paraná evidenciava-se a necessidade de ampliação de vagas e qualificação de professores para atuação. Na mensagem dos anos de 1950, o destaque era para a ampliação da rede escolar rural; a formação de professores/magistério, para isso era necessário investir na criação de escolas que ofertassem os Cursos Normais e Ginasiais gratuitamente, sendo essa uma ação necessária para que se pudesse ter no estado um melhor rendimento escolar, tanto primário quanto secundário. Neste caso, seria possível um ensino secundário mais eficiente e, para isso era preciso que investir em edificações, o que ampliaria os gastos no setor. Essa necessidade de mudanças na educação paranaense, se justificava pelo Art. 3º do Decreto-Lei federal nº. 4.958. Este definia que os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário se destinarão à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo

---

<sup>48</sup> Valores aproximados em julho de 2013 equivalentes a R\$11.272.76,00 (Dados obtidos por meio da planilha do Excel, e valores atualizados pelo Banco Central do Brasil – CONVERSÃO DE MOEDAS, disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>).

o país. O estado do Paraná, precisava adequar a sua demanda para receber os recursos destinados pelo Fundo.

Em sua mensagem de 1950, Eurico Gaspar Dutra, enfatizava

[...] na distribuição e administração dos fundos, cabe a responsabilidade ao Governo estadual, mediante a **cooperação do prefeito de cada Município, que, notificado no momento em que se efetua a transferência do crédito, adquire autoridade para dirigir-se ao Governo estadual**, exigindo que os termos de Convênio sejam sincera e cabalmente respeitados (BRASIL, 1987, p. 188 – grifos nossos).

Todas às transformações no setor da educação paranaense estavam atreladas às expectativas e demandas nacionais decorrentes das relações de produção que geraram a qualificação para o trabalho, ao mesmo tempo em que a oferta de instrução básica se tornava uma necessidade da população pelo consumo que essa produção requer. Em decorrência das exigências dessa nova forma de produzir e de consumir, tornava-se necessário conceber a educação a partir dos princípios ideológicos e hegemônicos do Estado, por isso esse passa a ser o principal fomentador das políticas educacionais.

As ações de Lupion, continuavam em seu segundo mandato respondendo às demandas nacionais, em que o discurso de modernização se fazia presente, como nos discursos proferidos pelo governo federal. O continuísmo das ações em prol de uma sociedade que tem no Estado a segurança de manutenção do sistema, que vai colocar a educação como alicerce primordial a esse desenvolvimento nacional são efetivas no governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951 a 1954) que trazia em sua mensagem na abertura da sessão legislativa a preconização de que

[...] A escola é instrumento insubstituível na formação dessas duas qualidades, **sobretudo a escola que vá além da simples alfabetização e prepare o homem para a solução dos problemas do meio onde vive**. Sem esse instrumento, ou com sua existência em grau escasso, ocorre a desigualdade de oportunidades, alarga-se a área de injustiças e de insatisfações (BRASIL, 1987, p. 199 – grifos nossos).

Essas ações político-governamentais no país, tiveram caráter ideológico, assumindo, no campo educacional, características provenientes da pressão popular para expansão do ensino, pois essa era uma das necessidades sociais advindas do desenvolvimento das relações do sistema capitalista assumido no país. Esta marcava a necessidade de poder e controle das elites, que buscavam estar representadas no poder e, que para isso utilizavam, mecanismos sustentados na legislação do ensino, buscavam fazer a contraposição entre as necessidades da sociedade civil e, da elite política do país.

Esse fato se evidencia na Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1956, quando Lupion se torna recorrente ao afirmar que era preciso investir no Ensino Primário: construção/abertura de unidades escolares, ampliar os gastos com a educação; dando ênfase ao Ensino Normal, pois somente com o investimento nessa categoria de ensino e, ampliando as construções/edifícios escolares é que a sociedade paranaense poderia rumar ao progresso.

De acordo com o discurso do então Presidente do país, Juscelino Kubitschek, era preciso,

**[...] antes de tudo, investir na multiplicação das escolas elementares, normais e urbanas, que constituem, indiscutivelmente, as bases do sistema de educação popular. Completava ainda que, caberia ao Governo Federal a função precípua de, pela assistência técnica e financeira, assegurar condições para que os Estados, os Municípios e os particulares possam dar a máxima contribuição para a melhoria do nível educacional do povo. Os recursos para tal obra devem resultar da colaboração da União, dos Estados e dos Municípios, numa convergência perfeita de esforços (BRASIL, 1987, p. 200 – grifos nossos).**

O governo do Estado se empenhava em concretizar as metas direcionadas pelo governo federal. No modelo desenvolvimentista, estava associado a ideia de construção de uma economia nacional que, respondesse às diversidades sociais causadas pela expansão do capitalismo que se firmava por meio de uma hegemonia no setor educacional. As transformações na economia do país



resultaram em transformações relacionadas aos aspectos estruturais da sociedade brasileira.

Esse discurso era acentuado por JK que afirmava que,

[...] O vigoroso e crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País vem criando novas **condições de vida social**. Consequentemente, **impõe-se a adoção de novos processos educativos, afim de que encaminhe novas gerações ao estágio de comportamento sócio-cultural, requerido por esse progressivo e acelerado desenvolvimento. Só assim educada, poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil.** Urge, pois, que o Governo se empenhe em assistir a todos os tipos de escolas necessárias à formação do homem, seriamente integrado na realidade nacional, **quer em termos de cultura humanística, quer de cultura técnica, quer, sobretudo, de cultura técnico-humanística** (BRASIL, 1987, p.253 – grifos nossos).

Esse direcionamento dado pelo Presidente aponta a situação vivenciada pela sociedade, que passa a ter um modo de viver gerenciado pela produção de bens manufaturados em que para participar era preciso se integrar, dedicar esforços para a construção de uma identidade nacional moderna e desenvolvida. O Estado promoveria ações em que as prioridades para sua execução política seriam aquelas que direcionassem para a construção de um país mais próspero, com igualdade de condições a toda a sociedade, e por isso a educação passava a integrar de forma veemente os seus discursos.

A questão do ensino passou a ser uma vertente importante para essa implementação e sustentação do sistema produtivo no país, era preciso ter mão-de-obra, mas também consumidores para esses bens de consumo agora produzidos. O discurso, sempre iniciado pela carência de espaços, formação adequada de professores e, os grandes gastos para com esses déficits, marcavam de maneira sutil a questão ideológica do governo, em que a educação deveria melhorar para que a sociedade pudesse responder às demandas econômicas do cenário moderno a que o país se propunha. Afirmava o Presidente JK, que:

[...] Os dados estatísticos mais recentes, que se referem ao ano de 1954, revelam que a matrícula nas escolas primárias atingiu, aproximadamente, 4.700.000 alunos e que, por conseguinte, dos 8

milhões de crianças em idade escolar, **cerca de 40% não recebem instrução**. Esse déficit de matrícula apresenta agravantes, por deficiências quantitativas e qualitativas: **a escolaridade média da criança brasileira é das mais baixas do mundo, não vai além de um ano e quatro meses**-, funcionando as aulas em reduzido número de dias por ano e em períodos diários de curta duração; **a evasão escolar é acentuadíssima, bastando mencionar que, em média, de cada 100 alunos que se matriculam na primeira série, apenas 16 atingem a quarta série**; **as instalações e equipamentos das escolas são muito deficientes**; **o preparo dos professores é, em geral, bastante precário, e os currículos, programas e métodos de ensino não estão ajustados às condições de nossa época e às peculiaridades de cada meio**. Sendo o ensino primário problema eminentemente nacional, que pode o Governo ficar indiferente a estas duas graves afirmações: **as oportunidades de instrução primária são insuficientes**, em contradição como dispositivo constitucional que a declara obrigatória; **a instrução ministrada não satisfaz, dado o pouco rendimento escolar**. Urge, portanto, que **o ensino primário eduque também para o trabalho, transmitindo o que o indivíduo precisa aprender para cobrir as necessidades do trabalho em sua variada forma, atendendo, assim, à real integração na economia e na sociedade modernas** (BRASIL, 1987, p. 264-265 – grifos nossos).

O discurso do governo federal influenciava as relações propagadas no estado do Paraná. A Assembleia Legislativa em 1957, tinha como princípio orientar as ações políticas no campo da educação no sentido de minimizar o déficit de vagas nos grupos escolares e, para isso, retomava a afirmação realizada nos anos anteriores em que se preconizava a ampliação do ensino Normal, por meio da criação de magistério normal sem formação secundária especializada, o enfoque se voltava para as escolas técnicas.

O governo do estado demonstrava sua atenção para as necessidades locais, mas focalizado nos direcionamentos federais, o conjunto das ações políticas de governo se centravam nessa relação de um discurso composto por uma característica populista em que o desenvolvimento estadual era a prioridade para o respectivo avanço econômico, e por isso sustentava-se nas ações do governo federal. A relação de gastos com o setor da educação é ampliado pelos convênios firmados entre a União, estados e municípios por isso as ações do governo precisavam refletir essa mútua relação para garantir a participação do estado nesses convênios firmados, e para tal, era preciso minimamente garantir a efetivação da instrução primária a sociedade paranaense daquele momento.

**A cooperação técnica e financeira da União com os estados, municípios e particulares, para ampliação e melhoria da rede escolar primária, se realizou através de numerosos convênios, com a aplicação total de Cr\$112.678.480,00.** Através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foram, em 1956, concedidos aos responsáveis pela execução dos programas as seguintes importâncias: a) para Escolas Normais Cr\$41.058.310,00; b) para Grupos Escolares Cr\$ 58.039.502,00; e c) para Escolas Rurais Cr\$13.580.668,00 (BRASIL, 1987, p. 283 – grifos nossos).

Essa preocupação demonstra o que o governo do estado vai buscar manter o “momento da hegemonia, da direção política, do consenso, na vida e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil”, conforme apontava Gramsci (1978, p. 217). As relações de governo para o campo da educação buscavam efetivamente garantir essa base hegemônica, mas buscando associar e integrar as demandas entre campo e cidade, entre agrarismo e industrialismo, afinal o estado tinha como características a oferta de desenvolvimento agrário, mas precisava fazer parte do cenário tanto nacional quanto internacional, pois essa era a demanda do momento.

**Para essa obra de recuperação e expansão da escola primária, vem o Governo Obtendo a cooperação da UNESCO, do Ponto IV e da Organização dos Estados Americanos.** Associa-se, deste modo, ao esforço comum de todo o Continente Sul-Americano, no programa de ação traçado pela Conferência de Ministros da Educação, realizada em Lima, no Peru. O apelo que se fez, nesse conclave, a todos os governos sul-americanos, em prol **da implantação do sistema escolar primário de seis anos para toda a população, obedeceu a um imperativo do ciclo econômico em que ingressa a América do Sul, com a sua crescente industrialização.** Nosso País ocupa, nesse movimento, posição de vanguarda. **Com relação a formação do magistério a assistência da União ao magistério primário consistirá na extensão da escolaridade, ampliação das escolas normais e na concessão de bolsas de estudo a professores** (BRASIL, 1987, p. 293-294 – grifos nossos).

Moysés Lupion trazia consigo a perspectiva de um governo inovador, que traria o progresso ao estado. Especificamente com relação a educação as maiores preocupações centravam-se o lócus dos gastos com as questões educacionais, como fica explícito em seu discurso, ao afirmar que,

[...] Paralelamente aos problemas de saúde pública devemos colocar os de educação. Ainda que **o Estado do Paraná tenha gasto, no ano de 1947, com educação, as cifras mais altas de suas verbas**, atingindo a casa dos cem milhões de cruzeiros si incluirmos as despesas com **edificações escolares, material, pessoal** – apesar disso, são muito grandes ainda as nossas necessidades neste domínio. Começam elas com as clamantes exigências por um substancial aumento do número de salas de aula, por mais que tenhamos feito, as nossas escolas estão muito longe ainda de comportar os alunos que solicitam insistentemente matrículas em nossos cursos primários. [...] Neste capítulo do rendimento, os resultados não são mais animadores. Como estamos ainda forçados a contar com um magistério composto em parte demasiado considerável **de professores extranumerários, sem nenhuma preparação pedagógica** e frequentemente sem mesmo preparação geral bastante, muitas vezes, até com uma preparação geral **quási ridícula**, em consequência disso, são ainda demasiado altos os números para exprimir as reprovações e para indicar os nossos alunos repetentes, **encarecendo sobremaneira o preço do ensino primário, por aluno em nosso Estado**. Isso, para tocar apenas no lado mais material do problema sem ir discutir da formação **da personalidade da formação moral e da formação da sociabilidade que ficam ainda mais comprometidas** [...] (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p. 14 – grifos nossos)

Esse direcionamento apontava para o fato de que as políticas educacionais do Paraná nos Governos de Moysés Lupion, encontravam-se vinculadas às questões econômicas. Ao analisar as Leis e Decretos do período, as ações político-governamentais se sustentavam para consolidar o ideário político que perpassava aquele momento histórico, sendo que a preocupação com os gastos, os recursos e com a educação era a premissa básica da ação do governo, mas não exclusivamente do estadual estava ligado as questões no campo macro da política estabelecida pelo governo federal.

As intervenções, construções e ações políticas do governo de Lupion, para com a educação se ligavam de maneira sutil, pelo discurso exacerbado de construção de um estado produtivo, no campo agropecuário, rumando em prol do desenvolvimento urbano, tendo na educação a sustentabilidade da hegemonia do sistema marcado como sendo o ideal para a solidificação do estado no cenário nacional. Era preciso o esforço da sociedade civil para a mudança no estado e, para tanto o governo promovia ações para lhes colocar em situação de igualdade de desenvolvimento.

Nos discursos marcados pelo populismo e o nacional-desenvolvimentismo, o governo Moysés Lupion evidenciava sua preocupação com os gastos/custos com a educação que o governo dispndia naquele período para o setor. Trazia para a sociedade civil a responsabilização em cumprir com suas funções para com o acesso e permanência nesses espaços. O governo já fazia sua parte e a sociedade deveria acatar respondendo a contento as deliberações e realizações, preocupação essa que toma lugar de destaque. O que parecia preocupar aquele governo, era uma formação qualificada para minimizar os gastos com repetência dos alunos nos anos iniciais do ensino primário.

[...] **no setor da educação, medidas tomadas no campo de ensino primário e ensino médio.** O que se refere ao ensino primário, é sabido de todo o nosso profundo déficit em unidades escolares, em todo o Estado. Evidentemente, tal déficit não pode ser sanado no primeiro instante e as medidas adotadas para enfrentá-lo tinham de ser medidas de emergência. Com essa preocupação, **determinamos que, a abertura das aulas das escolas daquele grau, se procurasse recolher ao em nossos grupos e escolas isoladas existentes todas as crianças que batessem as suas portas.** [...] É certo que, dela resultou uma sobrecarga de nossas classes primárias, mas, de qualquer modo, parece-nos que é mais justo dar um pouco a todos, do que recusar a muitos e muitos o que se dá a alguns. Naturalmente, **a providencia que adotamos, força, na maioria dos casos, a um aproveitamento mais racional do espaço, do tempo e dos professores, e, assim, deveria trazer um proveito indireto de diminuir um pouco os nossos imensos desperdícios** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p. 12 – grifos nossos)

Entendendo a economia como responsável pelas ações governamentais, encontro nas mensagens apresentadas no período entre 1948 a 1958, as ideologias de governo marcadas para a manutenção e garantia da efetiva implantação do sistema de produção no estado, especificamente, com referência a atuação de Moysés Lupion.

Nas Mensagens de Governo de Lupion apresentadas à Assembleia Legislativa, denotam-se a preocupação com o ensino público, em especial, com as questões de ordem financeira, que eram colocadas em destaque. Colocava de forma significativa a preocupação dos gastos com edificações escolares, material e professores; com destaque a demanda por aumento do número de salas de aula, em função de não serem suficientes pela demanda e, principalmente, com o

rendimento escolar dos ingressantes no ensino primário. Destaca-se o fato pela ausência da capacitação de profissionais para desempenhar um trabalho com a educação. Para pormenorizar e atenuar os gastos com aluno/ano a necessidade de se capacitar o professor para atender a demanda do ensino primário no estado.

As mudanças na história paranaense, em relação a educação, foram garantidas pelo governo, para amenizar os custos e gastos com os anos iniciais do ensino fundamental. E, nesse contexto o então governador do Estado do Paraná, em 1949, chama Erasmo Pilotto<sup>49</sup> a assumir a pasta de diretor do Departamento de Cultura, segundo Leite e Escobedo (2006),

[...] as carências do setor eram gravíssimas. Erasmo Pilotto comandou a reforma com atenção à construção de escolas, contratação e aprimoramento de seus profissionais para suprir a falta de instalações e professores. O secretário enfrentou o problema chamando antigos alunos, que exerciam o magistério em vários pontos do Estado, delegados de ensino e inspetores auxiliares para formular propostas e diretrizes educacionais (LEITE; ESCOBEDO, 2006, p. 188).

O Plano Educacional do Estado apresentava grande destaque para o ensino básico primário, rural e normal, renovando as práticas de magistério para atender as demandas da sociedade. O foco de seu governo era a abertura de novas escolas, pois a sua preocupação era garantir um número maior de salas de aula, conseqüentemente, ampliando o número de matrículas. Esta razão se constituía na

---

<sup>49</sup> A análise da tese apresentada não tem como foco a discussão da atuação de Erasmo Pilotto, mas como esse foi um importante secretário do Estado, vale destacar que esse homem nascido em 1910, participou ativamente do processo de afirmação do *Movimento pela Escola Nova*. A sua trajetória como professor, escritor, político e crítico de arte é caracterizada por uma ampla interlocução e intervenção em diversos campos da cultura: da pedagogia às artes plásticas, da filosofia à literatura. Leitor e intérprete de filósofos e literatos como Spinoza, Nietzsche, Tolstói, Rousseau, Goethe, entre outros, Seus estudos foram marcados pelas intervenções que realizou sobre o campo da cultura paranaense, particularmente sobre os processos de organização da escola pública e sobre os processos de formação de professores. A fundação do Instituto Pestalozzi, para alunos de pré-primário, a criação dos Cursos Normais Regionais no interior do Estado, a atuação como Secretário de Estado da Educação, de 1946 a 1949, são algumas das iniciativas desse intelectual no âmbito da organização do sistema escolar paranaense. Pilotto, no plano do debate sobre a formação humana, mostrou-se profundamente interessado em demonstrar os limites do método positivista e da concepção de homem e de cultura presente no pragmatismo. Para saber mais sobre essa discussão, ver Maria Elizabeth Blanck Miguel. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. In: MIGUEL, M. E. B. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. Educar. Curitiba, n. 10, p.81-89, Editora UFPR, 1995.

construção de escolas rurais e municipais, neste sentido buscava “convênios” entre o governo e os municípios, conforme o discurso de Lupion.

[...] assim, é de se mencionar o serviço de **assistência escolar aos municípios**, por meio de **convênios**, que possibilitaram às comunidades do interior a **manutenção e abertura de considerável número de classes primárias** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p.160-grifos nossos).

As preocupações do governo de Moysés Lupion estavam centradas na normatização do pensamento e organização das necessidades político partidárias do governo, mas estavam, também, associadas com outras demandas de cunho nacional e internacional postas naquele período. O que significava que suas ações deveriam estar ligadas as orientações e normatizações externas que se configuravam na sustentação e efetivação do sistema. E, naquele momento, proclamava,

[...] como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (UNESCO, 1948, p. 2)

Moysés Lupion respondia tanto as necessidades da sociedade civil quanto as impostas pela sociedade política. Evidente que as leis estavam centradas naquelas necessidades ideológicas preconizadas, isto porque como já afirmava Montesquieu (1973, p.36), que as leis “devem ser elas tão adequadas ao povo para o qual foram feitas que, somente por um grande acaso, as leis de uma nação podem convir à outra”. É por meio da educação e, de acordo com as leis, que os homens imprimem os caracteres de sua coletividade em cada um de seus membros, tornando sempre conflitantes quaisquer leis que não guardam relação com a

história dos povos a que se destinam. Garantia essa, também, estabelecida pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948,

[...] Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. [...] A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto (UNESCO, 1948, artigo 21, p. 6).

A observação dessas relações me permite assegurar que as ações do Estado estavam sempre sustentadas pelas necessidades ideológicas marcadas pela classe política dominante. O Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados (GRASMCI, 1991).

A dominação política não é vista apenas como coerção verticalizada por parte dos aparelhos de poder, numa via de mão única, mas como uma relação difundida pelo conjunto da sociedade civil, pela qual os dominados não aparecem como meros agentes passivos. Em diversos momentos, assumem como sua a ideologia dominante ou, pelo contrário, organizam resistência e oposição a ela. Sendo assim, os aparelhos privados de hegemonia não podem ser identificados apenas como reprodutores do discurso dominante, pois em seu seio dá-se, mesmo que em escala reduzida, a mesma luta ideológica que se trava no conjunto da sociedade.

A democracia pode ser descrita como um “modelo de liderança de minorias caracterizado pela multiplicidade de grupos de poder entrecruzados e envolvidos em manobras de coalizão” (SARTORI, 1994, p. 203). Entretanto, são as relações entre as políticas e as ações sociais serão sempre normatizadas pelo cumprimento de tarefas legais estabelecidas, como era o caso da educação na década de 1940.

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno



desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (UNESCO, 1948, p. 5).

A relação com os organismos internacionais já apareciam de maneira a exercer influência no campo das políticas, em especial, no Brasil e, por consequência no estado do Paraná, pois a discussão em pauta, seria atender as demandas do estado ao contexto internacional.

Naquele instante, segundo Fonseca (2004), era possível perceber a influência dos organismos internacionais. As mudanças na sociedade estavam aparecendo era preciso para isso organizar o letramento exigido pela ascendente sociedade contratual e para a adequação dos comportamentos à lógica fabril, a escola, na modernidade, se expande, chegando a segmentos de trabalhadores, especialmente, aqueles que atuam nas áreas estratégicas da produção; especializa-se em funções, subdivide-se em classes de aprendizagem e amplia seu papel social. Nos meados dos anos de 1940, os recursos do FMI e do BIRD foram concentrados na reconstrução dos países europeus devastados pela guerra. Terminada a primeira tarefa, as duas instituições passaram a fomentar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, mediante programas conjuntos de assistência técnica e financeira aos países<sup>50</sup>.

Nessa relação de implementação das políticas educacionais naquele período da história as relações estavam centradas no estabelecimento da manutenção do sistema, pois o período era marcado pela expansão do capitalismo, para tanto era preciso que,

---

<sup>50</sup> Sobre esse assunto ver: O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro, Marília Fonseca. Rev. Fac. Educ. vol. 24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998, ou FONSECA, Marília. A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004. p.13-44.

[...] o Estado – o contrato, o pacto, o Soberano – erguia-se, pois, como a antinatureza que, de fato, deveria regular, dirigir, controlar a natureza humana. E, ainda que paradoxalmente, competiria a esse Estado exatamente assegurar direitos cuja origem derivaria da natureza (vida, liberdade, propriedade). Do pacto decorreria a sociedade civil, como uma entidade antitética ao estado de natureza. Os termos sociedade civil, Governo e Estado seriam quase equivalentes (FONTES, 2010, p.125).

As políticas públicas para a educação nos governos de Moysés Lupion estavam atreladas as questões econômicas, sendo os custos o principal argumento de necessidades de preocupações em seus discursos. Isto significava que era preciso assegurar as necessidades provenientes da sociedade civil, entretanto era preciso que as ações fossem relativas as ideologias do governo. É preciso entender que,

Política Econômica referem-se a um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. O alcance e o conteúdo de uma política econômica variam de um país para outro, dependendo do grau de diversificação de sua economia, da natureza do regime social, do nível de atuação dos grupos de pressão (partidos, sindicatos, associações de classe e movimentos de opinião pública). [...] depende da própria visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade (SARDRONI, 1999, p.477-478).

A intensificação das ideologias ficaram marcadas no período por uma relação de representatividade da necessidade promover a efetivação do sistema no estado, transformando-o em um estado produtor ocupando lugar de destaque no cenário brasileiro, como afirmava Lupion, que **“só se alcança a elevação dos níveis de vida pela produtividade e, por consequência, da riqueza nacional”** (PARANÁ, 1950, p. 7 – grifos nossos – Anexo 5).

Essa prerrogativa era frequentemente retomada nos discursos do governador. Como afirma Gramsci (1972), a repetição é o melhor meio didático para influenciar a mentalidade popular. Ressalta ainda que, é o movimento de concepção desse modelo de sociedade para se sustentar deve trabalhar incessantemente para proporcionar uma personalidade ao elemento amorfo da massa. Isso significa trabalhar para produzir elites de intelectuais de um novo tipo, que se originam diretamente das massas, mas permanecem em contato com elas para se tornarem, a estrutura de sustentação que lhes dá forma. E, era isso, que o

governo pretendia, dar uma forma ao seu governo cujo populismo que aparecia em suas mensagens suprimisse as reais ideologias de um sistema de produção para o estado em seu governo.

Pairava, no estado do Paraná a necessidade de industrialização, um estado basicamente formado pela economia agrária. O movimento de industrialização que acontecia chegava tardiamente no país e, por consequência os seus estados, em especial, o Paraná, teve durante muito tempo sua economia baseada na produção agrária. O estado paranaense precisava se adequar as demandas nacionais que estavam ligadas às questões econômicas e de desenvolvimento de acordo com os parâmetros internacionais.

A educação no estado do Paraná, não poderia se distanciar dessas prerrogativas do governo federal. As políticas educacionais estavam centradas nas ações político-partidárias de governo, mas com foco especial em cumprir com as metas e com os anseios econômicos de progresso do estado.

[..] É de nítida evidencia que os índices da vida paranaense, em seu maior número, apontam no sentido da **prosperidade presente** e da **prosperidade no futuro** imediato. Aí está, por exemplo, o fato de que, entre os recenseamentos de 1940 a 1950 a população do Estado aumentou anual de 5,5% e essa taxa é a mais alta do Brasil. **As oportunidades estão abertas no Paraná** – Mas simultaneamente, cada oportunidade faz-nos deparar problemas. **Cada oportunidade parece um desafio** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p.5 – grifos nossos – Anexo 6).

Aquele era um período em que o governo passava a lidar com os confrontos e contradições postas na sociedade paranaense dos anos de 1940 a 1960 provindas das imigrações, principalmente buscando a ocupação do território paranaense por brasileiros de outros estados e imigrantes vindos de outros países.

Isto acontecia porque, o estado do Paraná, deveria, naquele instante adequar-se aos eixos de modernização burocrática do Estado Novo, iniciado nas ações político governamentais com foco na industrialização. Àquela década de

1940 para o estado, também, é o momento onde a agricultura, em especial o setor cafeeiro, passa a substituir a burguesia da erva-mate tendo a necessidade de um representante no governo que promovesse esses ajustes sociais e econômicos. “[...] As forças que operaram no Estado Novo paranaense continuariam no poder por intermédio de Moysés Lupion, vindo do PSD, a partir de 1946” (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

No governo de Moysés Lupion, a educação passava a ser vista em seu discurso como sendo um dos pilares para alcançar o desenvolvimento do estado. Era preciso promover condições para que a sociedade integrasse os ideais de governo. A grande expansão da rede de estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná, ocorre a partir do primeiro governo de Moysés Lupion (1947-1951), num contexto de modernização do Estado.

Ainda que o Estado do Paraná, tenha gasto, no ano de 1947 com educação, as cifras mais altas de suas verbas atingindo a casa dos cem milhões de cruzeiros **si incluímos as despesas com edificações escolares, material e pessoal, apesar disso, são muito grandes ainda as nossas necessidades nesse domínio.**[...] Nesse período são gastos com Edificações Públicas da Secretaria de Educação e Cultura: 46 grupos escolares - 19 casas escolares - 6 ginásios - Colégio Estadual – Museu Paranaense (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p.116 – grifos nossos – Anexo 1).

O seu segundo mandato de governo de 1956 a janeiro de 1961, Moysés Lupion deliberou que,

[...] **A Secretaria de Educação e Cultura, a cujo encargo de Governo está a administração do ensino público básico e médio (ramos do secundário e normal),** do estímulo e desenvolvimento da cultura sob todos os aspectos, além das obrigações de **presença, controle e fiscalização das instituições privadas,** ainda no ano de 1957 sofreu os efeitos do rápido crescimento populacional do Estado. Detêm este órgão da Secretaria de Educação e Cultura as atribuições de manter em funcionamento os estabelecimentos de ensino, fiscalizá-los, **dar-lhes o animo das técnicas pedagógicas, controlar-lhes as tarefas extra e paracurriculares, ademais do planejamento para abertura para novas unidades escolares** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p.142 – grifos nossos – Anexo 8).

Essa deliberação ressalta as ações do governo federal, em que no período passava aos estados a responsabilização para com o ensino primário e médio, era preciso adequar o crescimento populacional do estado com as necessidades e imposições do governo federal. Com isso a latência com os gastos com as construções foram as maiores preocupações do governo, que passou a buscar ajuda do governo federal, para tal efetivação de suas ações. Em sua mensagem ao legislativo no ano de 1948, afirma que, “[...] Referente a educação, conseguimos do Governo Federal verbas no valor de Cr\$ 4.080.000,00<sup>51</sup> para a construção de 68 unidades escolares rurais, a serem distribuídas” (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p.145).

Naquele período estava em vigência a Lei Orgânica do Ensino Primário, criada pelo Decreto-Lei nº. 8.529, de 1946, que regulamentava a participação do Governo Federal no ensino primário. Dentre outras especificidades explicitava que ficava a cargo da Federação a delimitação de programas e diretrizes mínimos e essenciais para o funcionamento do ensino primário e, que aos estados, dentre outras obrigatoriedades, caberia a manutenção do ambiente escolar, concursos para o provimento do corpo docente e orientação pedagógica, no ensino público, e a fiscalização dos estabelecimentos, no caso do ensino privado. Estava, o governo de Lupion atendendo as especificações da legislação nacional para com a educação.

O quadro abaixo construído a partir dos dados das mensagens de governo de Moises Lupion demonstram os gastos relativos a educação e, seus avanços em seu período inicial de governo.

---

<sup>51</sup> Convertido de cruzeiros para real em maio de 2013, equivalente a R\$148.363.64.

**Quadro 10 - Gastos com educação nos anos de 1947 a 1949**

1944-1946	1947-1949	%Para Mais
Cr\$ 105.227.950,20 <sup>52</sup>	Cr\$ 215.883.143,30 <sup>53</sup>	105%

Fonte: PARANÁ, 1950, p. 172

No início do seu segundo mandato os investimentos com a educação foram concedidos por “Créditos especiais e extraordinários, Educação Pública – Cr\$ 8.711.714,00<sup>54</sup>, sendo o orçamento em 1956: Secretaria de Educação e Cultura: Cr\$ 533.263.586,40”<sup>55</sup>(PARANÁ, 1956, p.193- 194). Esses valores de créditos e suplementos econômicos direcionados a educação pública indicavam ainda uma necessidade de organização e reorganização econômica do estado paranaense, o planejamento para o orçamento ainda estava demonstrando uma necessidade de estruturação para atender as necessidades tanto sociais quanto políticas do estado.

A preocupação do estado com as questões da economia, dos gastos com a educação paranaense passam a aparecer de maneira significativa nas mensagens de Lupion, confirmando a ação de um estado que exerce uma forte relação entre o social e o político, fortalecendo a afirmativa gramsciana, a qual entende que essa relação é atravessada pelo princípio da totalidade. Essas duas esferas não são tratadas desvinculadas do fator econômico, ou seja, da relação entre infraestrutura e superestrutura, isto porque Gramsci não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e da cultura. Não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos. A ideologia do favor passa a direcionar as relações entre o Estado e a classe burguesa, pois o poder daquele preocupou-se apenas com o desenvolvimento, mesmo doentio, do capital industrial: proteções, prêmios,

<sup>52</sup>Convertido de cruzeiros para real em maio de 2013, equivalente a R\$3.826.470,92.

<sup>53</sup> Convertido de cruzeiros para real em maio de 2013, equivalente a R\$7.850.296,12.

<sup>54</sup> Convertido de cruzeiros para real em maio de 2013, equivalente a R\$316.789,60.

<sup>55</sup> Convertido de cruzeiros para real em maio de 2013, equivalente a R\$19.391.403,14.

favores de todo tipo e de toda medida. O poder do Estado defendeu de maneira selvagem o capital financeiro (GRAMSCI, 2002).

Como consequência dessa relação da situação econômica e dos ajustes e reajustes necessários do governo do estado do Paraná em atender as demandas da economia nacional, passa a existir no estado uma preocupação e uma necessidade de legitimação das medidas governamentais no campo da educação em expressaram nitidamente que os avanços nesse campo fato esse que seriam possíveis a partir dos investimentos e gastos que o estado paranaense estava dispendendo para alavancar o do processo de inserção econômica do estado atendendo a demanda nacional, respondendo também a Lei Orgânica do Ensino Primário, uma proposta do governo federal.

#### 4.2 Matrículas: a preocupação do governo de Moysés Lupion

O estado paranaense enfrentava no setor educacional outros problemas que não de ordem exclusivamente econômica, mas que afetavam de maneira significativa os investimentos do estado no campo da educação, que era o fato do ingresso e permanência com resultados satisfatórios nas escolas públicas ofertadas pelo Estado. Essa necessidade ou preocupação estava presente nas discussões do governador Lupion em seus dois mandatos. Para o governo havia a preocupação com a ampliação da oferta do ensino no estado, mas também era preciso se preocupar com a permanência desses alunos nas escolas, uma vez que os dados da evasão mostravam-se alarmantes,

[...] no que se refere aos ensino primário, deixemos que os números falem. A matrícula geral, isto é, a dos alunos que se apresentam, no início do ano (1947), para a matrícula, foi de 108.158 alunos. E a matrícula efetiva, isto é, a dos alunos que passaram a frequentar regularmente as classes foi de 78.955 alunos. Uma diferença, pois, de 29.203 alunos, ou seja, **27% sobre o total.** [...] **Dos 78.955, matriculados efetivamente, foram aprovados 41.179, ou seja, a média de 52,3% do total. O melhor índice apresenta Curitiba com 68,7% das aprovações, seguindo-se a zona norte do Estado, com uma média de 60%** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p. 84- 85 – grifos nossos – Anexo 1).

A situação da educação paranaense, evidenciava-se na efetividade das ações políticas, tais como a oferta educacional ou a ampliação do número de vagas. Existia um distanciamento entre a oferta e as necessidades da sociedade naquele momento. As ações governamentais ainda precisavam suprir os interesses e necessidades educacionais da população, mas em favor da educação da criança da zona rural, pela ação direta da escola, pois era ali que a maior fragilidade se encontrava.

**[...] A criança da zona rural é, inquestionavelmente, das que mais precisam de uma profunda influência criadora da escola, e, infelizmente, a escola da zona rural é a mais deficiente de todo o sistema. E, por anos e anos limitamo-nos a abrir tais escolas, entregando-as a professoras apenas com o curso primário. A nossa escola rural não tinha nada daquele caráter que se lhe exige imperativamente de uma força capaz de influir para melhorar a vida do ambiente a serviço do qual havia sido criada. Em primeiro lugar, foi o esforço para suprir o nosso déficit em classes em funcionamento para a criança da zona rural. Sem nenhuma dúvida o nosso sistema educacional primário não cresceu numericamente na proporção do vertiginoso crescimento do Estado. [...] Enquanto em 1947 só conseguimos atingir 47% na média geral de aprovações no Estado, em relação a matrícula efetiva no fim do ano, e em 1948, ficávamos ainda, na cifra de 52%, conseguimos em 1949, atingir a substancial melhoria expressa no fato de havermos atingido a 62% (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p. 143-153– grifos nossos – Anexo 5).**

O governo afirmava suas conquistas educacionais em seus discursos. Havia o reconhecimento da necessidade e o direito das sociedade civil ter acesso ao atendimento educacional público, uma vez que o período foi marcado pela Declaração dos Direitos Humanos e, outras ações que buscavam firmar o sistema vigente. A análise apresentada nos discursos ressalta a existência da relação íntima entre a oferta de vagas-demanda-funções da escola, não bastava para considerar o crescimento de matrículas. Via-se, também a necessidade de associar as possibilidades de atendimento educacional na perspectiva de trabalhar o ideário político que passava a ser a ordem vigente do estado. A produção era o ponto central no discurso para ampliar e promover o progresso do estado, por isso os esforços do governo no seu discurso hegemônico se faziam presentes



constantemente, levando para a escola a responsabilidade de apoio a essa nova estrutura da sociedade.

[...] próximos, já de aberto mil classes novas na zona rural. Estamos satisfazendo a uma das solicitações mais vivas que encontramos sempre na alma do povo: a escola. Na verdade, para felicidade nossa, a escola vem cada vez mais se incrustando na consciência do povo. É de ver, nesse sentido, não só a insistência da solicitação, mas, igualmente, **a força da cooperação e da boa vontade** com que populações locais primeiro pedem a escola, e depois a amparam e protegem. Podemos dizer que hoje, no Paraná, se crê na escola. **Tem-se fé na escola.** Está criada uma verdadeira mística da escola. **No momento da criação das escolas municipais, pelo regime de acordo a que nos estamos afirmando.** Repetiu-se inúmeras vezes o fato de que **a população local, interessada na escola, construiu a sala de aula com os seus próprios recursos, frequentemente com os seus próprios braços**, e, antes que pudessem chegar melhores carteiras, **construiu ou improvisou os assentos, as mesas para o trabalho escolar que ia principiar.** [...] aproximadamente vinte mil crianças, de um só impulso, em um só momento, passaram a ter acesso a escola primária que lhes faltava. Devemos manifestar aqui, de público, que tem sido altamente valioso a **colaboração** que, nessa batalha para darmos escolas a todas as crianças do Paraná, **tem prestado os nossos Municípios** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p.144-145 – grifos nossos – Anexo 5).

À relação entre a ideologia de governo e a nova forma de entender os papéis do estado e do município estavam expostos no discurso sobre a educação. Era preciso enfatizar que ela era de responsabilidade do Estado, mas também dos municípios e, que, por isso os acordos eram tão essenciais.

O governo do Paraná já empregava com frequência o termo “acordos”, como aparece na mensagem acima, uma vez que a preocupação era minimizar os gastos dispendidos a esse setor, e buscava quantitativamente aumentar o número de ingresso e permanência nas escolas. Os acordos efetivariam essa ação sem grandes onerações aos cofres do Estado.

[...] Em 1948, para 32.000 alunos matriculados no primeiro ano, em todo o Estado, nas escolas públicas, inclusive nos grupos escolares tínhamos apenas 7.000 alunos, aproximadamente, no segundo ano, ou seja uma porcentagem de 22% de alunos de 2º ano em relação a matrícula do 1º ano. Encerramos o ano de 1949, encontramos que conseguimos atingir a 32% naquele sentido. **A influencia educativa da escola como força modificadora do meio – influencia que estamos longe de menosprezar, - é**

contudo, pelas circunstâncias que estivemos referindo, ainda, mais uma possibilidade do que uma realidade (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p. 148 – 49 – grifos nossos – Anexo 5).

As matrículas haviam demonstrado melhora em seus números, entretanto, ainda haviam limitações nesse setor. Estes decorrentes das questões da política econômica que apresentaram uma reorientação significativa para com o trato da educação, mas que não promoveram as mudanças necessárias na educação paranaense daquele período. O números apresentados pelo governo centravam-se sempre nos avanços quantitativos, numericamente mostrava-se que a ampliação das escolas e respectivamente o seu número de vagas, mas as preocupações com a questão pedagógica ainda não apareciam como peça central das discussões.

[...] o número atual de alunos nos nossos jardins da Infância atinge 4.489, assim distribuídas: Nos Jardins de Infância Oficiais:- da Capital: 1.969 - do Interior: 2.230 Nos Jardins de Infância subvencionados pelo Estado –290. Nessa atividade empregam-se **230 professores**, dos quais 101 na Capital, 109 no Interior e 20 nas escolas particulares. Ensino primário: **O ensino primário é ministrado em 226 grupos escolares e 1712 escolas isoladas** oficiais com uma matrícula aproximada de **154.286 alunos**. Afora essas escolas o Estado ainda manteve **1.036 escolas primárias**, com uma matrícula de 22.148 crianças, escolas essas concernentes de **acordo firmado com 116 municípios** para a ampliação da rede de Ensino Primário Rural. Com esses acordos foi dispendido a importância de Cr\$5.194.420,00<sup>56</sup> (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p. 157 – grifos nossos – Anexo 6).

O embate marcado nas políticas educacionais no governo de Moisés Lupion (em seu 1º e 2º mandato), estavam sempre atrelados as questões econômicas, os limites, avanços e fracassos no setor educacional em seus discursos se efetivavam como novos desafios a serem superados, sempre chamando a sociedade civil para participar dessa responsabilidade. Nesse contexto o governo passava a garantir a implementação de uma ideologia hegemônica de governo que pudesse sustentar o sistema produtivo tanto no estado do Paraná, quanto garantir sua efetivação

<sup>56</sup> Valor convertido R\$188.888,00

nacional. Segundo Gramsci (1995), a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de ideias. É a concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção.

Essa conduta ideológica aparece de maneira significativa nas mensagens de Lupion. Era preciso marcar a ideologia de governo, por meio de ações governamentais que colocassem os interesses do Estado como necessidades da sociedade civil, necessidades de avanços, progressos econômicos e sociais que iriam legitimar a sociedade paranaense e consolidar as imposições do governo federal.

#### **4.3 Gastos gerais com a educação paranaense nos governos de Moysés Lupion**

Como já dissemos, a educação que se consolidava no estado do Paraná, nos governos de Lupion, se mostraram ao longo das ações políticas governamentais, uma relação direta com as políticas federais para a educação, por essa razão Lupion segue com maior força no segundo mandato na década de 1950. As deliberações de seu primeiro governo, ganham força a partir da propagação da ideologia de governo centrada na afirmação da importância da sociedade civil para a consolidação de uma economia forte que colaborasse em colocar o país presente cenário internacional, para tanto a educação era utilizada como instrumento de ação política.

Prova deste fato é que segundo Azevedo (1952, p.199), “dever-se-ia realçar o papel da educação enquanto elemento fundamental na “formação de elites”, ou seja, é através dela que torna-se possível a alocação dos indivíduos na nova ordem social em conformidade com suas “capacidades” ou “dons””. O discurso era pautado na construção de uma nova sociedade, sendo a educação o caminho para tal ascensão, pois por meio da educação seria possível que o processo de diferenciação levasse a uma coesão do todo social, uma vez que, ao tornar consciente o papel social de cada indivíduo na sociedade envolvente, facilitaria a

consolidação de uma ideologia condizente com a reconstrução social almejada pelo governo naquele instante da história.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1995 p. 62-3).

A educação, era tida como um instrumento desenvolvimento do país, e ganhava força no discursos e ações políticas de Lupion como sendo uma possibilidade de inserir no estado paranaense uma perspectiva de governo cuja aceitação da sociedade civil deve ser incorporada. Ou mesmo uma solução para os problemas e, mazelas sociais que afligem a sociedade daquele momento, portanto, o governo centrado num discurso populista busca impor sua ideologia de governo de maneira sutil e não impositiva. Esta construção se efetiva quando,

Essa ideologia vai sendo impregnada nos discursos do Lupion, e, nos anos de 1947 a 1959 no estado do Paraná, acabam marcando as políticas educacionais sob forte influência das relações econômicas vividas pelo estado, nas quais a concretização das metas passam a ter como ênfase a ampliação e oferta de vagas para a instrução primária no estado.

O governo de Lupion precisava agir de tal maneira que seu discurso populista colocasse também a sociedade civil como a responsável por esse desenvolvimento. Era necessário reorganizar as estruturas do estado no que diz respeito a educação e, por isso, surgiram os acordos entre estado e os municípios para que as ações e políticas educacionais pudessem promover uma participação econômica de ambos com relação ao setor educacional. Por essa razão os “acordos” financeiros entre o governo do estado e dos municípios passou a ser um importante instrumento de consolidação das propostas estaduais para a educação.

[...] o sistema que adotamos, de assinar acordos com os municípios, para abertura de mais e mais escolas. Já se sabe que, mediante tais acordos, o Estado fornece ao município um auxílio financeiro para a abertura de novas escolas, e se compromete a prestar as unidades que são desse modo abertas, toda a assistência material e técnica necessária (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p.144 – Anexo 5).

As leis criadas no primeiro período de governo de Moysés Lupion estavam centradas sempre nas ações econômicas, explicita-se aqui as leis:

**Quadro 11 - Leis para a educação no Paraná de 1947 a 1951: destaques para o fator econômico**

Ano de Exercício	Documento/Ano	Valores e gastos dispendidos com o setor da educação
1947	Lei 6 - 20 de novembro de 1947 - Publicado no Diário Oficial n. 228 de Dezembro de 1947- Gastos: Estima a receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1948 (Anexo 9)	O art. 1 define que o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1948 estimava-se em Cr\$382.114.775,60 <sup>57</sup> , deste o Art. 4 destinaria a Secretaria de Educação e Cultura Cr\$ 67.038.678,00 <sup>58</sup> ficando atrás apenas do definido para a Secretaria de Viação e Obras Públicas Cr\$ 171.322.622,00 <sup>59</sup>
1948	Lei 132 – 10 de novembro de 1948 (Anexo 10) Lei 137 – 18 de novembro de 1948 (Anexo 11) Lei 144 – 18 de novembro de 1948 (Anexo 12) Lei 145 – 18 de novembro de 1948 (Anexo 13) Lei 149 – 18 de novembro de 1948 (Anexo 14) Lei 153 – 23 de Novembro de 1948 (Anexo 15)	Lei 132 - Cr\$ 80.000,00 destinado a pagamento de pessoal Lei 137 - Cr\$423.000,00 – gastos com construções e outras subvenções da Secretaria de Educação e Cultura Lei 144 - Cr\$115.000,00 destinado a reforço de verbas da Secretaria de Educação e Cultura

<sup>57</sup> Valor convertido R\$ 13.895.082,75

<sup>58</sup> Valor convertido R\$2.437.770,11

<sup>59</sup> Valor convertido R\$6. 229.913,53

	<p>Lei 167 – 02 de dezembro de 1948 (Anexo 16)  Lei 127 – 18 de novembro de 1948 (Anexo 17)  - As leis sancionadas nesse período autorizassem créditos suplementares a Secretaria de Educação e Cultura</p>	<p>Lei 145 - Cr\$200.000,00 pagamento da contribuição do estado para a realização dos IX Jogos Universitários.  Lei 149 - Cr\$ 140.000,00 destinado a atender com as despesas com o transporte de funcionários quando em inspeção escolar.  Lei 153 - Cr\$25.200,00 destinado a atender as despesas do pessoal fixo do Museu Paranaense.  Lei 167 - Cr\$600.000,00 destinado a subvencionar ginásios municipais de algumas cidades (Rolândia, Morretes, Apucarana, Malé, São Mateus do Sul e Ribeirão Claro)  Lei 127 - Autoriza a importância de Cr\$ 80.000,00 destinado ao pagamento de despesas diversas do quadro auxiliar do Departamento de Cultura e Divulgação.</p> <p>No ano de 1948 foram gastos com a Secretaria de Educação e Cultura uma verba de Cr\$1.663. 200,00<sup>60</sup></p>
	<p>Lei 130 – 07 de Dezembro de 1948 –  Aprovação do Orçamento para o exercício de 1949 – destaque a Secretaria da Educação e Cultura</p>	<p>Fica aprovado para o ano de 1949 orçamento de Cr\$415.910.606,80 <sup>61</sup></p>
<b>1949</b>	<p>Lei 270 – 12 de outubro de 1949  Lei 278 - 31 de Outubro de 1949  Lei 296 – 30 de novembro de 1949  Lei 305 - 01 de dezembro de 1949  Leis referentes a Gastos: autorização de crédito suplementar a Secretaria de Educação e Cultura</p>	<p>Lei 270 – autoriza crédito suplementar no valor de Cr\$965.540,00 para reforço nas verbas da Secretaria.  Lei 278 – autoriza Cr\$ 25.200,00 para a contratação de um técnico em Botânica  Lei 296 – autoriza crédito de Cr\$250.000,00 para reforço do orçamento vigente  Lei 305 – autoriza crédito de Cr\$800.000,00 para reforço do orçamento.</p>

<sup>60</sup> Valor convertido equivalente a R\$60.480,00

<sup>61</sup> Valor convertido equivalente a R\$15.124.022,07

		No ano de 1949 são gastos um valor de Cr\$2.040,74 <sup>62</sup>
<b>1950</b>	Lei 337 – 20 de maio de 1950 Lei 437 – Lei 24 de novembro de 1950 Lei 452 – 29 de novembro de 1950 Lei 487 – 13 de dezembro de 1950 Lei 514 – 26 de dezembro de 1950 Leis referentes a Crédito especial e autorização de crédito suplementar a Secretaria de Educação e Cultura	Lei 337 – autoriza crédito especial de Cr\$299.900,00 despesas com desapropriação de prédio (Escola Museu de Arte); Lei 437 – autoriza crédito suplementar de Cr\$3.000.000,00 a Secretaria. Lei 452 – autoriza crédito suplementar para auxílio ao Centro Paranaense no valor de Cr\$3.500.000,00. Lei 487 - autoriza crédito suplementar de Cr\$4.700.000,00 reforço a verbas com gastos com pessoal fixo e subvenções e auxílio Lei 514 - autoriza crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00 e Cr\$1.600.00,00 destinados a reaparelhar técnica e materialmente o Instituto de Química do Paraná. No ano de 1950 além do orçamento previsto os gastos com a educação forma na forma de lei no valor de Cr\$13.899.900,00 <sup>63</sup>

Fonte: Arquivo Público do Paraná – Diário oficial do Paraná: Legislação. Elaborado pela autora.

As legislações paranaenses no período de 1947 a 1950, buscavam garantir na forma da lei os acordos efetuados entre o governo do estado e dos municípios, o que acarretou em leis que tinham como enfoque central os gastos destinados a pagamentos de despesas com reformas, construções, materiais e pessoal fixo do setor educacional. Uma observação importante é, que, naquele momento, a preocupação do governo se centrava primordialmente na Secretaria de Viação e Obras Públicas, entretanto na Lei nº. 6 de 20 de novembro de 1947, a Secretaria de Educação e Cultura surge como uma das prioridades de gasto do governo, com o segundo maior orçamento do estado proposto para aquele momento.

<sup>62</sup> Valor convertido equivalente a R\$74.208,73

<sup>63</sup> Valor convertido equivalente a R\$505.450,91

As determinações legais no exercício de 1948 a legislação destinada a educação no Paraná, esbarraram com problemas vinculados em especial ao pagamento do setor educacional, como exemplo das Leis nº. 132, nº.149, nº. 153 e nº.167 de 1948; e, destinadas a construções e reformas por meio das Leis nº.137, nº.144 e nº.167 de 1948 (PARANÁ, 1948). Essas legislações evidenciavam a realidade socioeconômica a que a educação estava associada.

A constatação de que eram as questões com os gastos com a educação que se faziam presentes na legislação do período é que essa que se torna uma ação recorrente nos anos seguintes de 1949 e 1950, em que as legislações apresentam destaque para os gastos com construções prediais e pagamento de pessoal, sendo necessário concessões de reforços financeiros para o orçamento inicial destinado a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, como mostra as Leis nº.270, nº.296, nº.305 de 1949 (PARANÁ, 1949) e, as Leis nº.337, nº.437, nº.487, nº.514 de 1950 (PARANÁ, 1950).

O governo precisava finalizar seu primeiro mandato de governo (anos de 1951) chegando a quantitativos significativos. Os acordos foram a forma de estabelecer uma responsabilidade entre estado e municípios, no que dizia respeito com a educação. Essa visão firmou de forma estratégica nos anos de 1956, quando Lupion retorna ao governo do estado e, tem em seu discurso, a convicção de que a educação precisa ser resultado do esforço de todos.

[...] Palavra de ordem: **o restabelecimento do equilíbrio, é marcado por duas linhas imperativas: 1ª rígida disciplina dos gastos; 2ª – restrição das iniciativas com obras apenas ao que fosse estritamente fundamental.** Passando do domínio da política econômica para o da política cultural, desejo referir o **esforço para superar o déficit de vagas em nossos grupos escolares**, logo no início do ano letivo em 1956. Depois disso, deve-se salientar a **intensiva criação de unidades de ensino de grau médio, isto é, ginásios, colégios, escolas normais e cursos normais regionais** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p. 148 – grifos nossos – Anexo 6).



Os gastos com a educação deveriam seguir as metas orçamentárias conforme estabelecidas para o ano. No segundo mandato do governo de Moysés Lupion, cumpriu minimamente a legislação que suplementava a educação conforme demonstra quadro 12.

**Quadro 12 - Leis para a educação no Paraná de 1956 e 1961: destaques para o fator econômico**

Ano de Exercício	Documento/Ano	Valores e gastos dispendidos com o setor da educação
1956	Lei 2585 – 30 de janeiro de 1956 (Anexo 18)	Crédito especial a Secretaria de Educação e Cultura
1958	Lei 3843 – 09 de dezembro de 1958 (Anexo 19)	Crédito especial a Secretaria de Educação e Cultura.

Fonte: Arquivo Público do Paraná – Elaborado pela autora.

A nova abordagem do governo a partir do segundo mandato (1956-1961), sustentava-se na ampliação do ensino secundário. Embora o atendimento às instituições particulares tenha sido mantido, a política educacional teve um novo direcionamento, com a ampliação da rede pública e a criação de novos estabelecimentos voltados ao ensino secundário. Esse fato estaria no grande crescimento demográfico paranaense e, em consequência, no aumento da demanda escolar, ocasionados pelo aumento da migração, “[...] que pressionava o Estado a ampliar o número de estabelecimentos escolares de nível secundário” (BOSCHILIA, 2002, p. 65).

Destaco que as Mensagens do Governo de Lupion, apresentadas no período entre 1948 a 1958, à Assembleia Legislativa, enfatizavam, a preocupação com o ensino público, em especial, com as questões de ordem financeira. Colocava de forma significativa a preocupação com: os gastos com edificações escolares, material e professores; a demanda por aumento do número de salas de aula, em função da sua insuficiência; o rendimento escolar dos ingressantes no ensino primário; ausência de capacitação dos profissionais que desempenhavam o

trabalho com a educação; os gastos com aluno/ano e a necessidade de se capacitar o professor para atender a demanda do ensino primário no estado. Essa preocupação, se evidenciava no período de governo de 1947 a janeiro de 1951, em razão do novo cenário estadual e federal. Como enfatizamos, no segundo mandato de governo de março de 1956 a janeiro de 1961 o foco passou a ser o ensino secundário.

O Plano Educacional do estado apresentara grande destaque para o ensino básico primário, rural e normal, renovando as práticas de magistério para atender as demandas da sociedade. O estado atenderia o ensino secundário, enquanto os municípios se dedicavam ao ensino primário, atendendo ao foco de seu governo que ainda era a abertura de novas escolas. A sua preocupação era garantir um número maior de salas de aula, conseqüentemente, ampliando o número de matrículas. Esta razão se constituía na construção de escolas rurais e municipais, neste sentido buscava “acordos” entre o governo e os municípios, conforme o discurso de Moysés Lupion, “[...] é de se mencionar o serviço de **assistência escolar** aos municípios, por meio de **convênios**, que possibilitaram às comunidades do interior a manutenção e abertura de considerável número de classes primárias” (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p. 1960 – grifos nossos – Anexo 8).

Em 1958 a presidência da república se importava sobretudo com os 10 mil prédios edificadas até aquele momento de sua gestão por meio do Fundo Nacional do Ensino Primário (VIEIRA, 2001). Importava a ampliação da escolaridade para 6 anos, com melhoria na formação dos professores de nível primário e, com, o aperfeiçoamento deles.

O Plano de Metas do governo federal, que foi elaborado com base em estudos realizados pelo BNDE, Cepal e Comissão Mista Brasil/EUA – que resulta posteriormente no Acordo MEC/USAID e, enumerava os problemas urgentes a serem solucionados no país, assim todas as ações foram marcadas naquele período como uma forma de acolher as demandas que haviam sido destacadas pelo governo federal (CUNHA, 2002). O estado do Paraná não poderia se eximir

dessa função, principalmente, porque havia um Plano de Metas lançado no segundo mandato de governo de Moysés Lupion que deveria ser cumprido.

As análises desencadeadas nessa pesquisa, demonstraram as tentativas de implantação de uma política hegemônica no estado, sendo que as ações político-governamentais se sustentavam para consolidar o ideário político que perpassava aquele momento histórico, evidenciou-se nos documentos a preocupação com os gastos/custos com a educação eram priorizados relegando a um segundo plano o caráter pedagógico, fato este verificado tanto no período de 12.03.1947 a 31.01.1951, quanto no período de governo de 31.01.1956 a 31.01.1961, em que Moysés Wille Lupion de Troia governou o estado do Paraná.

É verdade que em nossa sociedade tudo está impregnado de ideologia, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal – conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar - suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como normalidade (MÉSZAROS, 2004, p. 57).

“A ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirmar fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado” (MÉSZAROS, 2004, p.59). De fato, há muitos modos pelos quais os diversos níveis do discurso ideológico se intercomunicam. O que explica a questão de que a ideologia dominante controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade.

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classes. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstruída) como consciência prática inevitável das sociedades de classes, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZAROS, 2004, p. 65).

A estrutura de organização de governo de Moysés Lupion, mediou as relações sociais necessárias para manutenção de um estado forte que contemplasse as necessidades de um determinado grupo político e sua manutenção no poder. Nos anos 1940 a 1960, foi um período definido por traços e tendências particulares, as bases da educação nacional foram influenciadas pelo movimento renovador<sup>64</sup>. Esse movimento destaca a necessidade da reconfiguração da educação brasileira, atentando para as necessidades da sociedade que compunham o cenário brasileiro daquele momento.

Isto nos remete à questão da hegemonia, ou seja, à capacidade de uma classe fundamental criar uma concepção de mundo própria, autônoma e realizá-la, de constituir-se em Estado. E, esse estado paranaense foi se afirmando por meio ações políticas. Lembrando que, a hegemonia também coloca-se num novo campo de lutas, de alianças, de construção/desconstrução de saberes e experiências, pois, antes de mais nada, "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica" (GRAMSCI, 1977, p. 1.331-1.332).

Esse fato se confirma nos anos de 1950 e 1960, os quais marcaram mudanças constituídas por meio das reformas educacionais no país. Estas postularam concretizar o novo ideário, operando as transformações necessárias a adequação do sistema educacional à ordem que se consolidava. As aparentes mudanças de rumo ou desvios do pensamento e da política educacional, desde então refletiram e refletem as contradições inerentes e o próprio avanço do

---

<sup>64</sup> O Movimento Renovador aconteceu em defesa da escola pública, quando lançaram o "Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados" assinado por 185 educadores e intelectuais, estavam presente entre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Esse Manifesto considerou o momento do país em que a industrialização estava com bases consolidadas, havendo maior diversificação do mundo da produção e do trabalho. Um ampliação dos limites de ação e participação política da sociedade civil na defesa dos interesses das classes em luta resultantes, do processo de constituição de uma sociedade democrático-burguesa e do projeto nacional-desenvolvimentista, em especial geradas nos governos de Vargas e JK. As questões educacionais, manifestavam suas preocupações em torno do descompasso entre o avanço do sistema educacional no Brasil, em relação a concretização de uma política educacional considerável, e a ordem social em estabilização. Para aprofundar essa discussão sugiro a leitura do manifesto de 1959, em Demerval SAVIANI, História da ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 292-296

processo de rearticulação dos princípios doutrinários que acompanham as mudanças concretas nas relações econômicas no país (XAVIER, 2005. p. 75).

Considerando que a escola pública tem sido foco e alvo de relações implícitas de situações institucionalizadas a partir de relações dialógicas com o campo das políticas, centraliza-se mudanças no período delimitado que segundo Saviani (2005, p. 12), se concretiza no período de 1931 a 1961, um momento na história marcado pela regulamentação, em âmbito nacional das escolas superiores, secundárias e primárias.

Nas palavras de Paiva (2005, p. 164) a história é uma conjugação de necessidades estruturais e conjunturais com o acaso e a desordem que rege a vida subterrânea dos povos. No governo de Lupion desencadearam-se políticas de construção dos edifícios destinados às escolas. Sua ação enquanto governo em seu primeiro mandato, foi destinar leis para a implantação de escolas primárias em todo o Estado e a reorganização das escolas de Trabalhadores Rurais.

Paralelo a este fato sentiu-se a necessidade de organizar Escolas Normais Rurais, pois havia a necessidade de ter professoras formadas que pudessem assumir aulas em sua região de origem, fato esse que no início do governo de Lupion e motivo de preocupação. Não bastava apenas ter escolas construídas era preciso contratar professores que apresentassem minimamente uma formação pedagógica adequada, já que a ideia era de que fosse formado uma nova sociedade que conseguisse além da alfabetização e do cálculo contribuir para as ações e a vida das comunidades.

[...] no campo da educação, segundo cálculos bastante otimistas, **precisamos de instalações** para perto de 120.000 crianças em idade escolar. Vamos reexaminar estatisticamente o quadro das nossas **necessidades em números de sala de aula**, vamos estudar a sua **melhor localização**, para realizarmos, **em seguida em esforço total para obter estas salas de aula em funcionamento** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1947, p. 18 – grifos nossos – Anexo 3).

A proposta de governo de Lupion não estava, totalmente, considerando a ação de seu antecessor. Nos discursos iniciais de Moysés Lupion destacava a concretização de obras outrora iniciadas no setor da educação, como por exemplo

a conclusão da reforma do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. A reforma foi iniciada no governo de Manoel Ribas, em 1944 e, concluída no governo de Moysés Lupion, em 1950.

Lupion elaborou e apresentou discursos sobre a modernidade, relacionando-os com a sociedade, a partir do pressuposto de que a educação fosse o pilar básico para o desenvolvimento do estado. Nos discursos de Moysés Lupion, é possível perceber que o governo atuou no período de redemocratização, utilizando do partido (PSD) para estabelecer uma comunicação com a sociedade civil. Promoveu uma imediata associação entre o partido e a corrente de pensamento moderno que deveria estabelecer no estado, por isso esses sempre suscitavam as necessidades do povo e, um trabalho orientado, politicamente, para suprir a elas.

No discurso Moysés Lupion, trouxe sua vertente conservadora, no entanto, buscava dinamizar o estado e moderniza-lo por meio do trabalhador. Este teria na educação uma ferramenta para ascender socialmente e corresponder as demandas de produção e modernização do estado, como analiso e apresento no decorrer dos documentos.

#### **4.4 Gastos com edificações escolares**

O trato específico com as questões de edificações e construções se fez presente nos discursos e ações de políticas de governo com foco na educação do governador Moysés Lupion. Evidente que as ações do governo, tiveram como consequência as propostas do seu antecessor. O governo daria continuidade e finalizaria as ações iniciadas, principalmente, porque foi um governo que se dedicou as políticas arquitetônicas na construção de instituições de ensino, especialmente no final, da segunda gestão do interventor do Estado Novo Manoel Ribas<sup>65</sup> (1942-1945)

---

<sup>65</sup> Manoel Ribas ficou no Palácio São Francisco (antiga sede do governo) durante treze anos, primeiro como interventor (1932-1934) e depois como governador (1935-1937). Em 1937, Manoel Ribas retornou como interventor e saiu em 1945, com o fim da ditadura Vargas. Na fase de redemocratização, anterior à convocação de eleições para o governo do estado, governaram o Paraná os seguintes interventores transitórios: Clotário de Macedo Portugal (05/11/1945-25/02/1946), Brasil Pinheiro Machado (25/02/1946-07/10/1946), Mário Gomes da Silva

O principal argumento inserido no meio político do período estudado é o da modernização e a educação representava uma das ferramentas para o desenvolvimento do estado do Paraná. Portanto, é no interior desses argumentos, no espírito modernizador dos governos paranaenses, que se ambienta o objeto deste estudo. Enfim, esta pesquisa investigou o modo como as escolas públicas tornaram-se laboratório e apropriaram-se das ideias do projeto de modernização dos governadores do período e, as influências teóricas de modernização dos espaços escolares

No relatório apresentado pelo interventor do estado Manuel Ribas, de 1937 a 1942 apresenta-se como dados os seguintes números,

[...] no Ensino Primário geral, haviam em 1932, 1.136 unidades escolar, e em 1942 atingiu 1.966 unidades. Com relação aos grupos escolares, em 1932 haviam 50 grupos, e, em 1943 atingiu a 87 grupos. O número de professores que era de em 1932 de 1.816 apresenta em 1942 o número de 3.587 professores. O número de matrículas que era de 63.895 em 1932 atingiu em 1942 a 123.776 alunos. Com relação a frequência em 1932 a média era de 38.735, e em 1942 alcançou a cifra de 75.025. Concluíram o curso em 1932, 3.313 alunos cujo número se elevou em 1942 para 7.465 (PARANÁ, 1943, p. 15).

De acordo com o interventor do estado Manuel Ribas, nos anos de 1940 a 1941 deu-se prosseguimento a execução do programa para construção de edifícios públicos. Em continuação ao grande plano que o governo do estado desenvolveu, com o apoio e auxílio financeiro do governo federal e, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde a construção, nos anos de 1940 e 1941, de vários prédios de grupos escolares rurais, conforme apontam os dados do relatório do governo para o Presidente da República (PARANÁ, 1940, p. 7-8).

[...] Desenvolvendo o programa altamente patriótico traçado pelo governo federal, tudo temos feito para solucionar no Paraná o problema número um da nossa Nacionalidade, que é o educacional sem nenhuma contestação. Temos incrementado a campanha de alfabetização e educação integral para a nossa mocidade, para o

---

(07/10/1946-06/02/1947) e Antonio Augusto de Carvalho Chaves (06/02/1947-12/03/1947), (PARANÁ, 2011).

bem do nosso país. [...] No ano de 1940 foram gastos com o ensino público 11.856:068\$000 e, no ano de 1941, 12. 392:100\$000. Nos 49 municípios existentes no estado, estão localizados 85 grupos escolares, 16 escolas agrupadas, e 1.865 escolas isoladas. Dessas unidades, 1837 funcionavam em um só turno, 122 em dois turnos e, 7 em três turnos. Segundo a natureza de ensino, temos 1 unidade de ensino pré-primário maternal (creche), 53 pré-primário infantil, 1.802 de ensino fundamental comum, e, 45 de ensino fundamental supletivo e 65 de ensino complementar. O número de professores em exercício nas diversas unidades escolares do Estado subiu a 3.587, sendo, 2.913 ensino estadual, 290 do ensino municipal e 384 no ensino particular. Sendo que 1.495 são normalistas e 2.092 não normalistas contratados ou efetivos (PARANÁ, 1940, p. 35 -36).

Os dados que são apresentados corroboram com os fatos nacionais que estavam perpassando por aquele instante no governo federal. De acordo com Vieira (1983), durante o período compreendido entre 1930 e 1945, as camadas mais humildes da população brasileira tinham visto surgir a possibilidade de reclamar perante o Estado o cumprimento de seus direitos. A chamada questão social tornara-se questão legal, sobretudo em virtude do aparecimento da legislação trabalhista.

[...] as manifestações do Presidente da República, referentes à política social, ganhavam normalmente a designação de progressão social ou de bem estar social, numa evidente preocupação com a chamada paz social. No que diz respeito a valorização da condição humana no Brasil, a educação para Vargas era o ideário para as realizações de seu plano (VIEIRA, 2001, p. 53).

Investir na educação significava, responder aos anseios da sociedade civil, e fortalecer os pactos firmados com o governo federal com relação a ampliação do número de vagas a serem ofertadas. As construções dos edifícios escolares passaram a ser a consolidação dos discursos de um governo que preconizava um estado com potencialidade e ação modernizadora daquele governo.

A escola era a materialização de um espaço de poder que iria fortalecer, a ideia preponderante do governo, trazendo para junto de si a sociedade civil, por meio de uma interlocução com medidas que se apoiavam do discurso de um governo moderno, democrático, capaz de atrair migrantes e recursos para o estado. Portanto, o discurso modernizador enfatizava que o progresso estava vinculado à educação, tornando-se a base dos discursos proferidos na Assembleia Legislativa pelo governador Moysés Lupion.



[...] é o plano de aumento e ampliação da rede de ensino primário rural, que puzemos em execução estabelecendo um regime de acordo com municípios, mediante o qual o Estado assumiu a responsabilidade financeira pela abertura de escolas na zona rural, pagando os professores, datando-as de material e assistindo-as tecnicamente. No ano de 1949 pudemos abrir perto de quinhentas novas escolas na zona rural do Estado e em 1950 esperamos atingir às 1.200 unidades que estão previstas no plano. Salienta-se o fato de que o total das escolas da zona rural ao assumirmos o governo não atingia em seu conjunto a 1.100 unidades. [...] perto de quinze mil crianças foram beneficiadas com as escolas desse plano de ampliação da rede escolar rural do Estado (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p. 163 – grifos nossos – Anexo 6).



Foto: O governador Moysés Lupion acompanha crianças em desfile escolar em local não identificado. Nos cartazes que as crianças seguram aparece a foto de Juscelino Kubitschek e o nome do governador (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO, PARANÁ, 2011).

Não eram apenas essas as obras educacionais que o governo se sustentava, mas como empreendedor Moysés Lupion, trazia em seu discurso o essencial do empresário, que iria promover uma transformação na sociedade paranaense. De acordo com Miranda (1999), naquele período com a nova cultura

os governantes passaram a mostrar um século moderno e civilizado, foi a constante do chamado período modernizante no Brasil. O país não poderia ficar alheio a essas mudanças e, para isso era preciso ampliar significativamente o número de escolas ofertadas. Em especial, no foco das construções de escolas rurais, uma vez que a maioria da população, naquele período, ainda era agrária.

[...] Em 1956 o foco para construções era: em 16 de junho, foi firmado entre o Ministério de Educação e Cultura e o Estado do Paraná mais um **acordo para a construção de 16 escolas rurais, e 2 grupos escolares** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p. 163 – grifos nossos – Anexo 6).

A conjuntura política e econômica centravam-se no setor agrário, mas destaca a carência de um planejamento de governo com foco nas questões da educação, para que a ideologia político partidária pudesse se efetivar. A atuação da elite política no poder via, principalmente, na agricultura paranaense o principal atrativo para a população migrar para o estado, logo era preciso ofertar condições e, as edificações escolares, era um grande atrativo.

[...] No setor da educação, no ritmo das edificações escolares rurais não tem paralelo anterior. Nosso plano de governo até 1.960 é da construção de 1.000 Casas Escolares Rurais. **A expansão da rede de professores primários, tantas vezes descurada, tem de ser um dos títulos do nosso governo, apesar dos encargos que isso nos traz;** é um grande esforço para nos pormos em dia com as necessidades do Estado (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p. 11 – grifos nossos – Anexo 8).

Em meio ao seu discurso o governador Lupion colocava em questão, em seus dois mandatos de governo, a preocupação com a realização de obras públicas, investimentos que para o governador se faziam presente e oneravam significativamente os cofres do estado, em especial, em relação aos gastos com alunos por ano letivo.

#### 4.5 Gastos aluno/ano

A materialização do projeto de governo de Moysés Lupion, estava centrada no cumprimento de metas relacionadas a educação, ligadas às construções de edificações públicas para abrigar a demanda por vagas escolares, principalmente, do ensino primário. Outros problemas se tornaram latentes, dentre estes se destacava a questão com os gastos com aluno/ano pelo estado. Se a meta era levar o estado a um progresso perante o cenário nacional, era preciso ajustar esse déficit apresentado em relação ao rendimento dos alunos que frequentavam as escolas, como afirma em seu discurso,

[...] Neste capítulo de rendimento, os resultados não são mais animadores. Como estamos ainda forçados a contar com um **magistério composto por parte demasiado considerável de professores extranumerários, sem nenhuma preparação pedagógica e frequentemente sem mesmo preparação geral bastante, muitas vezes até com uma preparação geral quase ridícula**, em consequência disso, **são ainda demasiado altos os números para exprimir as reprovações e para indicar os nossos alunos repetentes, encarecendo sobremaneira o preço do ensino primário, por alunos, em nosso Estado**. Isso para tocar apenas no lado mais material do problema, sem ir discutir o aspecto mais subjetivo do rendimento escolar em quanto ao problema da formação da personalidade, da formação moral, da formação da sociabilidade, da formação cívica, de tudo isso, enfim que, na educação, transcende a simples aquisição de conhecimentos (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p. 11 – grifos nossos – Anexo 1).

O governo apresentava, intencionalmente, a necessidade de desenvolvimento da educação no estado, mas transferia a responsabilidade para o deficitário processo de formação dos professores. Sua declaração expõe a intenção de realização de profundas reformas, como a foi a implantação de novas escolas primárias em todo o seu território, mas não apresenta indicadores para suprir as necessidades ali expostas. Uma das preocupações se relacionava ao índice de reprovação e desistência, que naquele momento oneravam-no. Os dados demonstravam que não bastava ampliar o número de estabelecimentos escolares no estado.

[...] Deve-se considerar que **tais reprovações incidem, fundamentalmente, nas classes iniciais dos curso primário, sobretudo no 1º ano**. Si se somar esse fato ao outro, de que só uma bem reduzida parte da população escolar que iniciou o curso primário conclui, diminuindo, sensivelmente, o número de alunos na média em que nos aproximamos dos últimos anos primários - verifica-se a **conclusão inafastável de que, mesmo do número de alunos que acorrem a escola, apenas uma porção bastante reduzida chega a termo mesmo um aproveitamento de grau primário** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p.85 – grifos nossos – Anexo 1).

As condições de frequência e permanência nos bancos escolares passava a se tornar então uma preocupação para o governo uma vez que os registros escolares, demonstravam que a produção dos alunos, a frequência e por consequência os índices de analfabetismo explicitavam que os gastos com a educação não estavam trazendo os resultados esperados de acordo com o prometido no plano de governo. Os investimentos com prédios escolares não supriam as deficiências dos números de alunos que davam continuidade aos estudos uma vez que apresentavam um grande quantitativo de reprovação, principalmente, nos anos iniciais do primário, dados observados tanto no interior do estado como na capital.

[...] O custo anual por aluno aprovado importa, neste caso, na média para o Estado, em Cr\$504,00<sup>66</sup>, **preço que deve se considerar elevadíssimo**. No entanto, o aluno de Curitiba é o mais caro do Paraná, aos cofres públicos podendo-se estimar o seu custo em, no mínimo Cr\$1.000,00<sup>67</sup> (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1948, p.85 – grifos nossos – Anexo 1).

A efetividade das políticas educacionais daquele governo demonstravam ineficiência para a manutenção de grupos escolares, escolas primárias que promovessem a educação de qualidade para subsidiar o progresso produtivo que se esperava para o estado. O impacto produzido pelas ações de governo no campo

<sup>66</sup> Valor equivaleria em 27/05/2013 a R\$18,33.

<sup>67</sup> Valor equivalente em 27/05/2013 a R\$36,36.

da educação não estavam atingindo as necessidades reais do atendimento da sociedade civil, isto porque, as reprovações demonstravam índices alarmantes, “passam dos 52% atingidos em 1948, para 67%, em 1949 (PARANÁ, 1950, p. 53).

Era preciso investir para além dos edifícios, o governo de Moysés Lupion passa a se preocupar também com a necessidade de criar estratégias de governo para minimizar os índices de reprova. Passa-se a pensar na formação do magistério, o “professorado” que viesse a atuar com essa população, bem como ampliar o debate sobre a formação dos professores que iriam trabalhar com os anos iniciais escolares. O movimento do governo centrar-se na revitalização da escola normal, principalmente, para atuar no interior do estado e nas escolas da zona rural.

**[...] A nossa deficiência no que se refere a cursos pré-primários é absolutamente evidente em número e em qualidade [...] as escolas da zona rural, com uma frequência alarmante, era escolas apenas de 1º ano primário e as nossas crianças da zona rural só tinham, na maioria das vezes, assim, uma formação de 1º ano primário. Assim é que em 1948 ainda, para 32.000 alunos matriculados no primeiro ano em todo o Estado na zona rural tínhamos apenas 7.000 alunos aproximadamente, no segundo ano, ou seja uma porcentagem de menos de 22% de alunos de segundo ano em relação à matrícula no 1º ano. Encerrando o ano, é de 32% naquele mesmo sentido. Leve-se em conta que a criação de numerosíssimas classes em lugares onde se abria a escola pela primeira vez ou onde de há muito não havia escola, forçando a matrícula no primeiro ano exclusivamente, diminuindo aquele tão importante índice, fazendo com que ele apenas em parte exprima a realidade do que foi atingido tão auspiciosamente (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p.64 – grifos nossos – Anexo 5).**

Estava o estado do Paraná, na figura do governador Moysés Lupion, empenhado em alavancar o estado na sua representação nacional, mas para tanto era preciso que se efetivasse encaminhamentos para que a sociedade paranaense se adequasse a esse novo modelo. No entanto, os dados em relação à educação no Paraná, demonstravam que as ações do governo tiveram influência das medidas educacionais tomadas pelo governo federal.

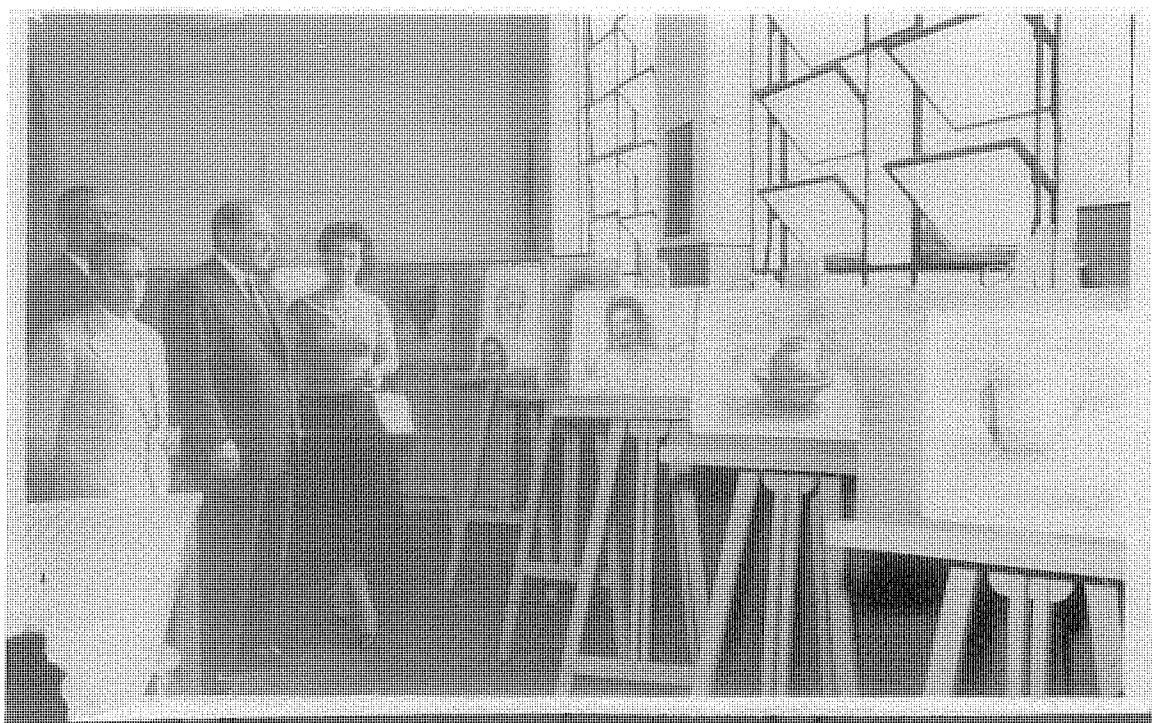
Ora o estado do Paraná carecia da ampliação do mercado industrial e comercial, uma vez que naquele momento, tinha-se um estado cuja economia era centrada basicamente na questão agropecuária. Tornava-se necessidade do

governo promover a criação de novos setores de produção no estado, e para tanto se exigia, a retomada de posições em relação à educação, os déficits nesse campo demonstravam que havia um alto custo para o governo com os alunos que ingressavam nos anos iniciais, que tendo a instrução básica, ou muitas vezes sequer ter o domínio da escrita, leitura e cálculo, abandonavam as escolas, onerando ainda mais os gastos para o estado.

Para minimizar esse aspecto, o governo do estado passa a se preocupar e a investir na questão da formação do magistério, cujo enfoque se justificava por ser um gasto necessário em razão da constatação da precariedade e das condições físicas e materiais que se encontrava a educação paranaense. Fazia-se necessário na busca de dirimir os gastos com alunos/ano na educação paranaense, não bastava apenas investir na construção de prédios escolares, era preciso também investir na formação do professorado, na tentativa de atenuar o grande índice de evasão escolar naquele momento. Em geral, por descredito da sociedade civil na própria educação, em especial nas escolas rurais, que as crianças deveriam abandonar o ensino nos períodos de colheita, mas também em grande medida pela falta de professores habilitados, estrutura e instalações adequadas que estimulassem o ingresso e permanência nos espaços escolares. Na busca por minimizar os gastos com alunos/ano as providências do governo naquele período passaram a se centrar em ações de incentivo à formação de professores por meio da ampliação das escolas normais além das construções dos prédios escolares.

#### **4.6 Gastos com formação do magistério para atuação no ensino primário**

Lupion constatou em seu primeiro mandato que para ampliar a educação no estado e promover uma redução com os custos gerados pelas reprovadas e desistências dos alunos nos anos iniciais, fatores que oneravam de maneira significativa e preocupava o governo do estado, era preciso considerar a formação das normalistas no estado. Se os custos com a educação estavam sendo elevados era preciso normatizar as ações que pudessem garantir o mínimo de retorno para os investimentos na educação, conforme as leis orçamentárias estabelecidas em nível nacional, por meio da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, conforme descrito na tese na página 163.



**Foto 5 - Visita de Moysés Lupion a Escola normal secundária em Londrina (s/d). O governador Lupion visita a sala de artes, onde estavam expostos cavaletes com obras de arte (Fonte: PARANÁ, 2011).**

Outro aspecto, é que o governo do estado deveria ampliar seu atendimento ao ensino primário, pois a educação era uma preocupação também do governo federal. No primeiro governo as leis sancionadas de forma a atingir a formação dos professores foram as seguintes:

**Quadro 13 - Leis do período de governo de Moysés Lupion de 1948 a 1949 relativas a formação de professores**

Ano de Exercício	Documento/Ano	
1947	Lei 5 - 05 de novembro de 1947 - Publicado no Diário Oficial n. 228 de Dezembro de 1947 - Criação de cargos em grupos escolares – remuneração (Anexo 20)	Passam a receber no estado 19 funções gratificadas de Diretor de Grupo escolar, sendo: 5 de 1ª classe com Cr\$ 3.000,0068 anuais; 3 de 2ª classe com Cr\$ 2.400,0069 anuais; 3 de 3ª classe com Cr\$

<sup>68</sup> Valor equivalente a R\$ 109,09

<sup>69</sup> Valor equivalente a R\$ 87,27

		1.800,0070; 8 de 4ª classe com Cr\$ 1.200,0071.
<b>1948</b>	Lei 119 – 15 de Outubro – Publicado no Diário Oficial n. 194 de 19 de outubro de 1948: Institui a carreira de professor normal e secundário do Estado (Anexo 21)	Estabelece para o Ensino Normal: Art. 1º - para o magistério secundário e normal será exercido por professores catedráticos, por professores auxiliares e por professores suplementaristas.
<b>1949</b>	Lei 194 – 21 de janeiro de 1949. Publicada no Diário oficial n. 271 de 24 de janeiro de 1949 – Cria tabela I do Quadro de Ensino, a Categoria de Regente de Ensino Primário (Anexo 22)	Estabelece em seu Art. 1 que os cargos da categoria de Regentes de ensino primário serão promovidos por portadores de certificado de conclusão dos cursos de Normais Regionais e, no art. 2 que as despesas decorrentes da execução desta lei serão atendidas pela verba própria da Secretaria de Educação e Cultura.

Fonte: Arquivo Público do Paraná – Elaborado pela autora.

As leis do período foram sancionadas com o foco nos gastos. Era preciso que as escolas destinadas à formação de professores para atuar no ensino primário vinculassem a institucionalização da instrução pública, no sentido de possibilitar e colaborar para levar o estado a consolidar a implementação das ideias liberais de um estado moderno. Para isso era necessário garantir, minimamente, a extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

O discurso do governo se pautava na construção de uma sociedade com oportunidades a todos de uma ascensão social, segundo Trindade e Andrezza (2001) a instrução pública do Paraná tornou-se sinônimo de progresso social. Entretanto, aquela ainda não era a escola que atendia às demandas pedagógicas,

<sup>70</sup> Valor equivalente a R\$ 65,00

<sup>71</sup> Valor equivalente a R\$ 44,00



isto porque, os professores que muitas vezes atuavam nas escolas nos anos iniciais não tinham uma formação suficiente.

A escola contava com muitos leigos ministrando aulas às crianças, em especial, na zona rural do estado. As escolas normais que estivessem a cargo do estado, deveriam favorecer as ideias do governo.

[...] Na batalha do rendimento dessas mesmas escolas, organizamos para as professoras das escolas isoladas da zona rural cursos com o objetivo de comunicar-lhes técnica muito simples para o ensino fundamental da leitura, da escrita e do cálculo do 1º ano, e para que elas alcancem fazer a sua escola mais agradável e mais profundamente educativa. Esses cursos foram assistidos em todo o Estado, por mais de 1.000 professores, e foram ministrados nas sedes dos municípios pelos inspetores de ensino, segundo um plano que estes aprenderam, por sua vez, em cursos, nas sedes das regiões, lecionados pelo próprio Secretário de Educação e Cultura. **Procuramos formar o mestre rural na própria região onde reside, como a única solução para se chegar a possuir um corpo de professores rurais tecnicamente preparados para a sua formação. Criamos dezenove Cursos Normais Regionais.** De par com a sua criação baixamos os programas respectivos, que são uma verdadeira orientação para a sua vida e o seu espírito, e, nesse sentido, talvez tenhamos nos adiantado alguma causa sobre o que de melhor possa estar feito no Brasil (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p.46 – grifos nossos – Anexo 5).

Outras estratégias foram adotadas pelo governo, as ações passavam a ser estabelecidas na forma de políticas educacionais, por isso assume a obrigação de criar e legalizar um projeto de lei educacional. “E, num sentido de organização e atualização de nosso aparelhamento educacional, enviamos a Assembleia Legislativa o anteprojeto da Lei Orgânica da Educação do Estado” (PARANÁ, 1950, p. 32 – Anexo 5).

Para o governo paranaense era preciso que a educação nos anos de 1950 se transformasse numa educação de melhor qualidade, em que os resultados pudessem promover uma diminuição nos custos e nos gastos educacionais. Portanto, era na formação de professores que o discurso do governo assegurava minimamente essa nova perspectiva de avanços. A partir dos anos de 1949, ao assumir a Secretaria da Educação e Cultura, Erasmo Pilotto, passou a colocar o

campo pedagógico em pauta, pois o problema da alfabetização precisavam ser amenizados.

[...] **Não basta abrir mais escolas.** O mais frequente era que uma criança gastasse aproximadamente três anos para alfabetizar-se e somente alfabetizar-se. Pode-se bem imaginar quanto será insuficiente a simples alfabetização para atingir um novo nível de vida. Fora de toda dúvida, si não queremos enganar o povo naquela sua sede de escola, **é preciso que consigamos elevar o rendimento, em força educativa, de nossa escola isolada da zona rural.** Si há sinceridade em nosso esforço abrindo mais escolas, precisamos apurar-nos no labor de que essa escola seja efetivamente eficiente e não apenas a convenção de uma entidade em que o povo crê, mas que não o serve. A nossa, há de ser uma escola para servir realmente ao povo. É bem verdade que a modificação do estado atual das nossas escolas da zona rural tem de ser um trabalho lento, que só a continuidade do esforço, no sentido de planos persistentes e bem delineados, pode conseguir realizar. **A primeira visa melhorar o rendimento do mestre atual,** esse professor que, sem dúvida com a maior boa vontade, vem dando o que é possível, em favor da criança de nossa terra, na zona rural (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p.145 – grifos nossos – Anexo 5).

O seu discurso enfatizava a premissa de um quadro de professores que atendessem as metas do governo, eram necessários investimentos na formação dos professores para atender as demandas do interior do estado e da zona rural. Esses locais se encontravam em situação de carência e maiores índices de reprovação nos anos iniciais. O governo buscou estratégias para suprir essas necessidades e mostrar à sociedade civil que tinha preocupação com a situação educacional. Promovia em seus discursos a necessidade de sua responsabilização na formação regional de professores para que pudessem atuar atendendo as demandas locais.

[...] **A segunda parte do plano, é uma medida mais profunda visando a formação de mestres especialistas para o seu mister e destinados a zona rural.** Mas não podemos esperar que tais mestres sejam filhos e moradores das nossas maiores cidades. É inútil, neste sentido, que esperemos que os mestres formados na Capital ou em nossas Escolas Normais Secundárias de nossos maiores centros urbanos vão preencher as imensas deficiências que temos na zona rural. **Precisamos formar o mestre de cada região em sua própria região. Do contrário continuaremos a assistir a essa situação de permanente precariedade de mestres formados, no interior do nosso Estado** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p.146 – grifos nossos – Anexo 5).

Era preciso repensar o tipo de ensino que se aplicava nas escolas, em especial, dos anos iniciais. Essa poderia ser uma das causas do grande número de abandono/desistência dos bancos escolares, começava aparecer uma “certa” preocupação com as questões do ensino nessas escolas,

**[...] era imperativo que aquela situação que estava obrigando as nossa crianças da zona rural a frequentar por três anos a primeira série para alfabetizar-se, fosse superada.** Depois disso, pensamos que a introdução de certas atividades, bem simples, de acordo com os impulsos mais profundos da criança, de acordo com as necessidades biológicas do desenvolvimento infantil, introduzindo, por isso mesmo, mais alegria na escola fazendo, por isso mesmo, a escola mais amena para a criança, e, ao lado disso, **fazendo-a mais educativa pela força de ativar as forças criadoras do espírito, enriquecendo, assim, a vida, pensamos, dizíamos, que a introdução de atividades muito simples, dessa natureza, deveria ser o segundo dos objetos de nossa imediata atenção** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p. 147 – grifos nossos – Anexo 5).

No discurso o apelo frente a sociedade civil, enfatizava que as ações realizadas eram necessárias para o avanço e progresso do estado. Buscava e preocupava-se em atender a necessidade de transformação social e econômica, também, pela educação.

**[...] A nós que essa culpa há-se caber si não lhe dermos a assistência necessária. Mas o funcionamento de uma unidade escolar exige o complexo de condições entre as quais se sobressai a existência de professores capazes, a instalação predial adequada, o fornecimento de material didático e pessoal subalterno, e tudo depende dos recursos financeiros.** Iguamente como reflexo do progressivo aumento de habitantes, há a consolidação de cidades que ontem se acomodavam com estabelecimentos de ensino básico, e hoje exigem funcionamento de ginásios, colégios e escolas profissionais e superiores (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p. 147 – grifos nossos – Anexo 8).

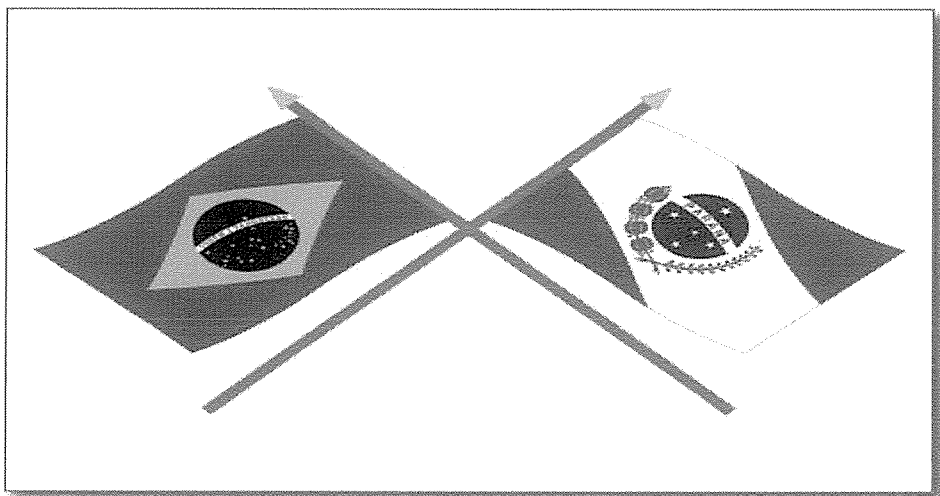
No segundo mandato, não percebeu-se ênfase na legislação do processo de formação e atuação do professor do ensino primário. Naquele período o destaque foi para a efetivação na forma de lei do quadro de ensino dos professores da rede pública do estado.

**Quadro 14 - Leis do período de governo de Moysés Lupion de 1956 a 1961 relativas a formação de professores**

Ano de Exercício	Documento/Ano	
1957	<b>Lei 308 – 04 de setembro de 1957</b> - Publicado no Diário Oficial n. 151 de 9 de setembro de 1957 - Criação de quadro de Ensino (Anexo 23).	São criados no Art. 1 o Quadro do Ensino, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, cargos de Professor normalista, regente do Ensino Primário e Professor Substituto.

Fonte: Arquivo Público do Paraná – Elaborado pela autora.

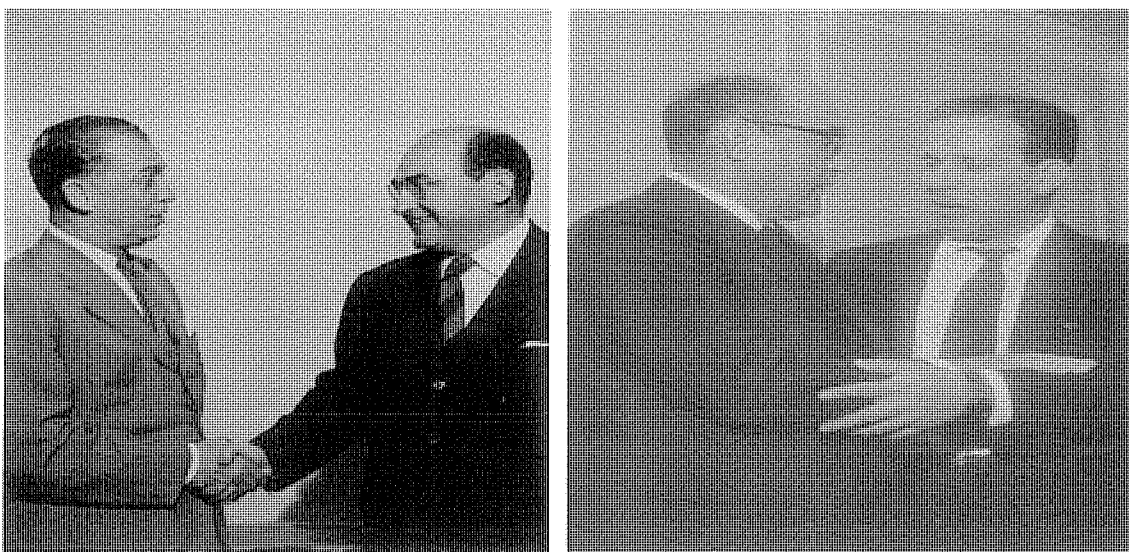
O governo demonstrava que as ações de construções e edificações para ampliação das vagas necessárias à expansão da educação no estado do Paraná naquele período não estavam suprimindo as necessidades e carências do setor educacional, era preciso suprir as lacunas referentes à formação do magistério que atuavam com a instrução básica. Outra razão para o desenvolvimento das ações político-governamentais com foco na educação paranaense estava centrada no cumprimento das demandas e orientações do governo federal, conforme trato na seção a seguir, a legislação do estado do Paraná, bem como a ideologia de governo marcada nas mensagens ao legislativo, sempre estiveram atreladas às demandas enunciadas pelas preocupações e metas do governo federal.



**5 APROXIMAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E O GOVERNO DO PARANÁ (1947-1951) E (1956 – 1961)**

As discussões acerca das mensagens de governo e a legislação do estado do Paraná nos períodos de governo de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), apontaram ao longo desta pesquisa, a expressão de um governo centrado em ações que tinham como foco o atendimento à população em geral, oportunizando a oferta da instrução básica a todas as classes para que se pudesse promover um desenvolvimento integral dessa sociedade paranense.

Ao longo das análises, apresento parâmetros que levam à compreensão de que os períodos delimitados ao estudo, mesmo sendo períodos de governos marcados pela ascensão ao governo por meio do voto por sufrágio, as ações políticas e legais se legitimaram em função de metas e propostas federais. O discurso do governo de Lupion representava o momento de transição e mudanças sofridas pela sociedade brasileira, as necessidades estavam alicerçadas na intencionalidade, nas propostas, metas e programas do governo federal, conforme apontam as fotos de Moysés Lupion ao lado dos presidentes.

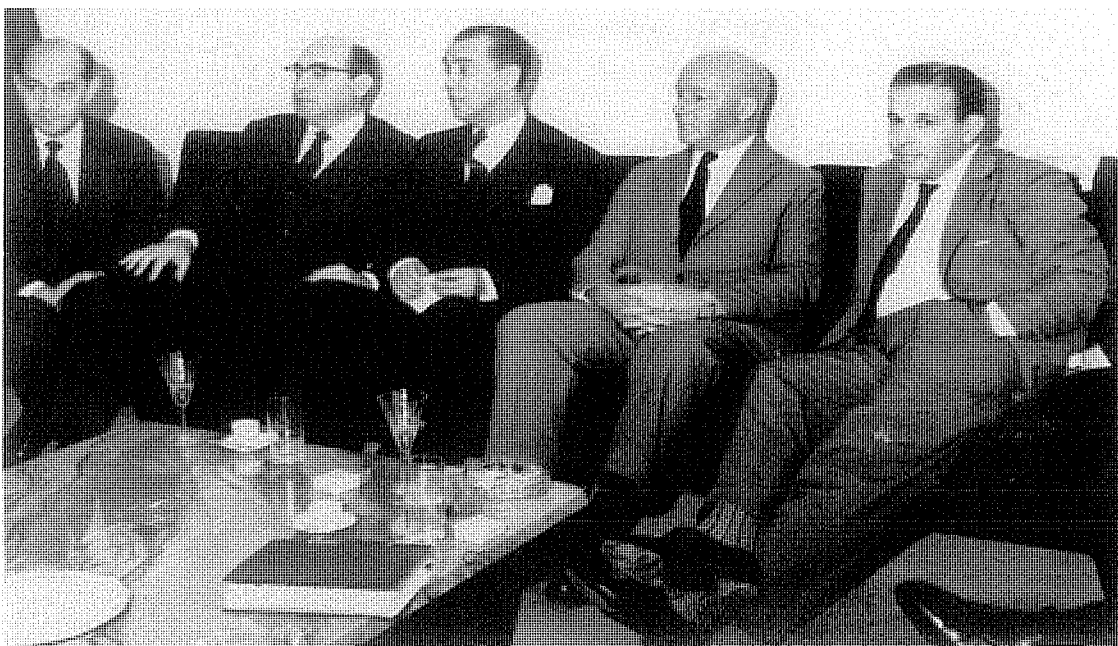


**Foto 6 - A esquerda Juscelino Kubitschek e Moysés Lupion se cumprimentam. À direita o governador com João Goulart (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO, PARANÁ, 2011, s/d).**

Por essa razão, a seção que trago na sequência, tem como objetivo apresentar as aproximações legais das ações políticos-governamentais que se consolidaram no período de 1947-1951 e 1956-1961, com enfoque nas questões

legais da educação que se consolidou no Paraná naquele governo, atendendo às demandas e/ou metas estabelecidas e, divulgadas pelo governo federal.

O governo do estado do Paraná, inicia suas ações nos anos de 1940, refletindo as estratégias de governo lançadas nos anos anteriores, ou seja, para retratar as ações legais que se encontravam em andamento no início dos anos 1947 se orientavam na ordem e na abrangência do atendimento das orientações e normativas estabelecidas pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro de 1946. Em verdade, o Estado regido por esta Constituição passava em seus anos seguintes deliberar ações na forma de lei para minimamente garantir a efetivação de seu cumprimento. Ressalto que as ações do governo do Estado estavam centradas nas ações do governo federal, como demonstram as fotos dos encontros de Lupion junto às autoridades de governo.



**Foto 7 - Da esquerda para a direita, estão Tancredo Neves, Moysés Lupion, Juscelino Kubitschek, Henrique Teixeira Lott e João Goulart em encontro não identificado (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2011, s/d).**



**Foto 8 - Da esquerda para a direita: Moysés Lupion, Juscelino Kubitschek, Marechal Lott e João Goulart em encontro não identificado (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2011, s/d).**

Lupion estava sempre associado às figuras políticas do governo federal, enquanto governador. Era portanto, preciso seguir as metas estabelecidas, de acordo com a ideologia política do período. Com relação ao campo educacional, a situação não se fazia contrária, seguia-se as determinações da Constituição Federal de 1946, que definia em seu artigo 5º, nº. XV, letras d, que dentre suas responsabilidades ficaria a de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional; entretanto, na continuidade da sua leitura, na sequência do artigo 6º, explicita-se “que essa informação não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar”.

Caberia aos estados a participação com ações legais que se concretizava nas deliberações federais no campo educacional. Evidenciava-se com frequência, na preocupação nos governos de Lupion, referia-se especificamente a questões com gastos com o setor educacional. O Art. 15, o qual delibera que compete à União decretar impostos: - A União entregará aos Municípios, excluídos os das



Capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o nº IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural.

A Constituição do Brasil de 1946, em seus artigos 167 a 172, definia as seguintes proposições:

Art. 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: **I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores; V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável; VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. **Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;** VII - é garantida a liberdade de cátedra.**

Art. 169 - Anualmente, a **União** aplicará nunca **menos de dez por cento**, e os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios** nunca **menos de vinte por cento** da renda resultante dos impostos na **manutenção e desenvolvimento do ensino**.

Art. 170 - A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios. Parágrafo único - O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 171 - **Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino**. Parágrafo único - Para o desenvolvimento desses sistemas a **União cooperará** com auxílio pecuniário, o qual, **em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional**.

Art. 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços **de assistência educacional que assegurem aos alunos**

**necessitadas condições de eficiência escolar** (BRASIL, 1946, p. 191 – grifos nossos).

De acordo com Oliveira (2001), a Constituinte de 1946 refletiu um momento histórico entre e social vivenciado pelo país e pelo mundo. Era preciso adequar as necessidades sociais do país, mas sem deixar de adequar-se as estruturas econômicas que o cenário mundial estava passando. Logo as transformações seriam representadas no campo educacional brasileiro, uma vez que, essas relações estavam ligadas.

Nessa organização, a educação passa a ser considerada um dos pilares do sistema em que o Estado se sustenta, as ações políticas e governamentais firmam a busca da hegemonia da sociedade por meio das relações com a educação nas esferas federais e estaduais. Entendo que essa busca de uma sociedade, que no discurso do governo do estado, rumo ao progresso está associada à efetivação de um sistema hegemônico por parte do Estado. Esse fato passa a acontecer pois considero aqui a noção de hegemonia gramsciana, que entende a hegemonia como sendo relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Considero que a sociedade civil desempenha um papel central para a garantia e manutenção desse sistema, por meio das relações sociais que passam a se efetivar por meio da propagação de uma determinada ideologia.

Gramsci (1978) afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva. Para o autor “não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo que são, também elas, fatos políticos” (1978, p. 15).

Essa dinâmica, entre a ideologia do Estado e, a necessidade de uma hegemonia política, leva o governo de Lupion a buscar na educação uma estruturação de fortalecimento do seu governo. Esse fato vai ser um dos responsáveis pelo governo direcionar e associar naquele momento as preocupações com o campo da educação em primeira instância com as questões de ordem econômica, uma vez que a economia era o ponto central das políticas e da sociedade daquele período.

Por essa razão, o enfoque à questão do financiamento na educação, naquele período se torna necessário, criaram-se impostos específicos destinados ao seu custeio e, a destinação desse recurso para a sua realização. A arrecadação de impostos, destinados para a educação passa a ser o ponto central das discussões federais, destinando no percentual de 10% que ficaria para a União e os gastos de 20% para os Estados, Distrito Federal e Município de sua arrecadação, essa definição implicaria em ações específicas do governo estadual e, municipal era preciso a adequação para o atendimento e cumprimento da legislação.

Um fator que chama atenção nesse contexto da legislação daquele período, é o destaque para o fato de que competia à União legislar sobre a educação, mas que essa também seria de responsabilidade dos estados para a realização dos ensino primário e médio. Por essa razão vamos ver nos governos a legislação específica do estado para essa manutenção. De acordo com Boaventura (2005, p. 196), o movimento de descentralização do ensino começa a ser evidenciado, em especial, com a forma de orientação da destinação de recursos oriundos dos impostos destinados à educação.

Um destaque válido a ser ressaltado, é o fato de que com as mudanças no campo da educação, as transformações indicaram orientações a serem seguidas, dentre elas, com maior destaque foi o trato com a necessidade de uma legislação própria, ou seja, nesse momento o país passou a discutir o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o trabalho de Lourenço Filho, em 1948, que vai intervir nas discussões da educação daquele momento, mas que somente vai ser legalizada nos anos de 1961, quando a LDB é promulgada.

Essas orientações e mudanças, que antecedem aos períodos 1947-1951 e 1956-1961, e as que acontecem durante esse processo provocam mudanças significativas nas ações governamentais, ou seja, as discussões de ampliação de vagas para o anos iniciais da escolarização, o investimento na formação das escolas normais e das escolas rurais, difundidas e orientadas com maior enfoque nas ações de governo de Lupion, são na verdade reflexos de um contexto nacional, no qual sua prática precisa sustentar e garantir a efetividade do sistema.

- A BASE LEGAL DA LEGISLAÇÃO PARANAENSE E SUAS APROXIMAÇÕES COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL NOS PERÍODOS DE 1947-1951 E 1956-1961

O discurso de governo de Lupion, esteve atrelado às realizações e ações político-administrativas orientadas pelo governo federal. As demandas e orientações do Estado não poderiam estar distanciadas daquelas definidas como alicerce de desenvolvimento do país. Por essa razão, vejo ao longo das leis e discursos proferidos que a ideologia do governo se encontrava atrelada ao atendimento das imposições e demandas das leis federais, no campo educacional.

As preocupações do governo estadual do período em construir e ampliar os grupos escolares; gastos com a educação; ampliação do números de vagas; estender e expandir o atendimento às escolas rurais; qualificar e preparar os professores para atuarem de acordo com suas realidades regionais; criação de uma Secretaria de Educação e Cultura do estado; entre outras ações, destacadas com frequência nas mensagens de governo de Lupion, na verdade, eram apontamentos ao cumprimento das orientações do governo federal e às recomendações da UNESCO.

As preocupações tanto do governo federal quanto do estadual para com o campo educacional estavam atrelados às questões da economia, em especial, com os gastos, que derivavam das novas demandas e necessidades. Com essa imposição econômica regendo as ações governamentais, no ano de 1947, uma lei deu destaque central às questões dos gastos com a educação, a Lei nº 59 de 1947,

a qual, “autoriza o Executivo a cooperar financeiramente com os Estados, Municípios, Distrito Federal e particulares, na ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais”.

Por essa razão, neste mesmo ano, o estado do Paraná centrou suas leis com gastos gerais com a educação, em especial, a Leis nº 5 e nº 6 de 1947, cujo enfoque estavam nas questões do investimento de pagamento de professores e na relação de ampliação das salas de aula. Ainda, o Decreto Federal de nº. 24.191, de 10 de Dezembro de 1947, em seu Art. 4º, estabelece que os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, seriam aplicados nos termos seguintes:

I - A importância correspondente a **70% do auxílio federal destinar-se-á a construções reconstruções de prédios escolares**, e á aquisição de equipamento didático, observados os termos do plano que fôr elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aprovado pelo Ministro de Estado. As obras serão executadas pela unidade federativa interessados ou, quando conveniente, a critério do Ministro Estado, pela administração federal. Correrão a conta dessa parcela as despesas referentes execução do plano e fiscalização das obras. II - A importância correspondente a 25% do auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos do plano de ensino supletivo que for aprovado pelo Ministro de Estado. III - A importância correspondente a **5% do auxílio federal será aplicada na concessão de Bolsas de Estudo, na manutenção de cursos destinados á formação e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico - especializado de ensino primário e normal e no funcionamento de classes de ensino primário destinadas à demonstração de prática pedagógica, na forma do plano que for organizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aprovado pelo Ministro de Estado** (BRASIL, 1947, art. 4 – grifos nossos).

Para o atendimento dessa determinação federal, o governo estadual deliberou a Lei nº.119 de 1948, que estabeleceu que para o magistério e normal será exercido por professores catedráticos. Delibera nas Leis de nº. 132, 137, 144, 145, 149 153, 167 e 127 de 1948 (PARANÁ, 1948), que vão autorizar os gastos específicos com construções e pagamentos de professores, conforme apresentado no quando 12.

As legislações sancionadas por Lupion, se mostraram próximas ao atendimento das demandas de ordem federal, em especial, ao Decreto Federal nº 25.667, de 15 de Outubro de 1948, o qual vai expedir instruções para a execução da Lei nº 59, de 11 de agosto de 1947 - Instruções para a execução dos serviços de cooperação financeira com os estados, territórios, municípios, distrito federal e particulares, destinada à ampliação e melhoria da rede escolar primária, secundária e normal do país.

**Art. 1º. A cooperação financeira do Govêrno Federal para a ampliação e melhoria da rêde escolar primária, secundária e normal do país, será concedida aos Estados, Territórios, Distrito Federal, Municípios e particulares, mediante a assinatura de têrmos de Acôrdos especiais firmados com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, dêste Ministério.**  
**Art. 2º. Na concessão do auxílio federal serão atendidas as maiores e mais urgentes necessidades das zonas carentes de recursos educacionais. *Parágrafo único. Entende-se pela expressão "zonas carentes" as regiões menos dotadas de recursos educacionais, quer em estabelecimentos de ensino público, quer de ensino privado,* verificados de modo objetivo.**  
**Art. 3º. Na celebração dos Acôrdos especiais, a que se refere o artigo 1.º destas instruções, serão fixados os seguintes pontos: a) responsabilidade efetiva do beneficiário pela exata aplicação do auxílio recebido; b) observância dos projetos e normas de construção a serem previamente estabelecidos; c) divisão do auxílio em parcelas cuja utilização será feita à medida que forem progredindo os trabalhos de construção; d) exercício de função de fiscalização e controle dos recursos financeiros concedidos (BRASIL, 1957, Artigos 1º-3º).**

Nos artigos nº.1º ao nº. 3º da Constituição Federal de 1946 o governo federal delegava aos estados e aos municípios a responsabilidade na participação efetiva para com a ampliação e melhoria do sistema escolar. Passava a compreender que a educação deveria atingir, especialmente, as demandas dos municípios e dos estados que mais necessitavam desse apoio. O governo federal passava a controlar os acordos financeiros efetivados com os estados e municípios visando garantir minimamente que as demandas estabelecidas possam ser cumpridas de acordo com os artigos supra citados, essa relação, é executada de maneira efetiva pelo governo do estado do Paraná naquele momento.

Segundo Freitag (1980) é possível observar que desde o período agroexportador que compreende o Período Colonial, Império e Primeira República,

reproduziu-se e, consolidou-se no Brasil um modelo seletivo de educação que se articulava às necessidades do modelo social dominante na época.

Esse fato vai aparecer com maior intensidade no governo de Vargas, no seu período presidencialista (1951-1954) adota uma política com postura nacionalista, que também se torna o discurso de governo de Lupion acerca da educação, nos anos de 1952 a 1956, volta-se para outros aspectos fundamentais a centralização e a descentralização, os acordos com os municípios no governo de Lupion tornarem significativos. O que significava também com esses acordos era que o governo paranaense também se adequava ao Decreto-Lei nº. 4.958, de 14 de novembro de 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário - FNEP.

[...] **Ensino primário:** O ensino primário é ministrado em 226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas oficiais com uma matrícula aproximada de 154.286 alunos. Afóra essas escolas, **o Estado ainda manteve 1.036 escolas primárias, com uma matrícula de 22.148 crianças, escolas essas concernentes ao acordo firmado com 116 municípios para ampliação da rede do Ensino Primário Rural. Com esses acordos, foi dispendida a importância de Cr\$5.194.420,00** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p. 157 – grifos nossos – Anexo 6).

As ações do governo estadual, em especial na figura de Lupion, atuaram acordo com as mudanças sociais que acontecem na nação. A ideologia do governo foi marcada pelas contradições da sociedade moderna e, as orientações desse governo passam a exprimir o papel do Estado que apresenta em seu contexto legislativo relações capitalistas na sociedade civil, sendo essas contradições que passam a orientar suas ações de governo.

O Estado, impossibilitado de superar as contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio, portanto -, administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela, estranhando-se cada vez mais em relação a ela. As políticas públicas emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p.8).

Sustentado no discurso da democracia, Moysés Lupion, representando o Estado moderno buscou incorporar as demandas educacionais dos diferentes grupos sociais e necessidades regionais do estado. No entanto, administração pública ainda estava centrada nas questões de ordem estruturais e não pedagógicas. A primazia básica era promover visibilidade para as ações desenvolvidas e ao atender as demandas federais o governo estadual vai investir com maior intensidade na construção de prédios escolares.

A publicação *Novos prédios escolares para o Brasil*, editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) junto com o Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1949, assim formulava a questão:

Os prédios que se contam na rede, em número muito inferior ao necessário, **carecem de acomodações apropriadas** e não apresentam, em sua maioria, os requisitos essenciais para o funcionamento de uma escola pública. [...] A **grande maioria** podemos dizer **dessas escolas são instaladas em porões ou salas, em casas muitas vezes destinadas a precárias residências familiares, ou então construídas para fins outros, muito diversos e sempre inadequáveis** (BRASIL, 1949, p. 5-6 – grifos nossos).

Um outro fator importante, a ser analisado refere-se ao ingresso dos alunos nas escolas, naquele período. Os números apresentados pelo INEP demonstraram precariedade do setor educacional: das 6.700.000 crianças em idade escolar, apenas 3.200.000 estavam matriculadas; das 44.000 unidades escolares em funcionamento, somente 6.000 foram construídas para a função de escola e pertenciam ao governo. Toda a argumentação, entretanto, sinalizava para um divisor de águas: ensino urbano e rural. Os melhores edifícios e a maioria das matrículas encontravam-se nas cidades. O campo era apresentado como lócus da carência. De fato, afirmavam que praticamente toda a população em idade escolar (7 a 12 anos) não acolhida pela escola localizava-se nas zonas rurais. Na tentativa de sanar esses problemas, em 1948 na mensagem a apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, deixa claro que,

[...] No tocante ao ensino primário, incentivou-se o desenvolvimento da rede escolar, visando diminuir o déficit de matrículas que de ano para ano mais se acentuava, tendo chegado mesmo à elevada percentagem de **90% em alguns municípios, onde faltam, na**



**maioria dos casos, professores, prédios, material didático e conseqüentemente estímulos para a aprendizagem.**[...] o governo desenvolve largo programa de construções escolares, que constituiu inicialmente no financiamento de mais de **2.2.70 prédios para escolas rurais.**[...] No corrente ano, com os recursos já destinados a esse fim serão construídas, cerca de 2.000 classes, com residência para professores, beneficiando diretamente as zonas que delas carecem (BRASIL, 1987, p. 164 – grifos nossos).

Com relação a construção de escolas rurais, no estado do Paraná, já na mensagem apresentada em 1948 à Assembleia Legislativa do Estado afirmava essa colaboração do governo federal com o estado para o investimento nesse setor, afirmava que “[...] referentemente a educação, conseguimos junto ao govêrno federal verbas no valor de Cr\$ 4.080.000,00, para a construção de 68 escolas rurais [...]” (PARANÁ, 1948, p.145 – Anexo 1). A proposta para a construção de escolas rurais baseava-se no ideal de construções simples, sem padrão definido, reguladas por um conjunto de requisitos essenciais, tais como salas de aula, pátio coberto para recreio, banheiros e casa para o professor, contendo sala, cozinha e dois quartos. Vale apresentar outro dado dos 6.160 prédios previstos, entre 1948 e 1949, apenas 1.216 escolas haviam sido construídas. As edificações eram fruto de acordos estabelecidos entre o INEP e os territórios e estados brasileiros, utilizando recursos provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, sob a forma do Decreto-Lei nº. 4.958, de 14 de janeiro de 1942.

Essa relação vai ficar distinta já no Relatório da plataforma de governo de Moysés Lupion, onde o governador vai afirmar: “estamos certos que precisamos **planificar o trabalho**, partindo de dados rigorosamente objetivos, se **desejamos melhorar a vida e construir um PARANÁ MELHOR**” (PARANÁ, 1947, s/n - grifos nossos – Anexo 3).

No período o governo de Moysés Lupion passa a investir de maneira significativa na construção de edifícios-prédios públicos para que pudesse atender a demanda da instrução básica do ensino, sua política passa a ser a de atendimento a expansão das taxas de matrículas e número de vagas ofertadas conforme descrito nos quadros 12 e 13.



**Foto 9 - Moysés Lupion plantando uma magnólia em comemoração à inauguração da escola rural de Apucarana (FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, PARANÁ, 2011)**

No ano de 1949 o enfoque permaneceu centrado na questão da instrução básica, a observação do governo passava a ser com a construção de prédios para as escolas e, com a formação de professores aptos ao exercício da docência nesses espaços. O destaque, daquele momento, do governo federal centrava-se na garantia de execução dos acordos com o governo estadual. Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra afirmava que,

[...] no setor do ensino primário, **inaugurou-se mesmo uma forma de empreendimento conjunto, para melhorar atacar o problema**, que não mais poderá ser esquecida ou relegada: a **cooperação administrativa dos dois níveis de governo** – o federal e o estadual. [...] sobre o **ensino normal** a ação supletiva da União no campo do ensino primário, além da ampliação da rede nacional de estabelecimentos dedicados a esse fim, projeta-se também, no **plano do ensino formal** e completa-se com as oportunidades de **aperfeiçoamento e especializações** que oferece a professores e diretores de escolas nos Estados. Não desconheceis, por certo, que o **déficit de professores diplomados** é especialmente elevado: das **escolas normais existentes**, mais de 80% são mantidas por instituições privadas; assim, **não basta construir o prédio para a escola, cumpre também auxiliar os Estados nos seus programas de formação de professores** (BRASIL, 1987, p. 178-179 – grifos nossos).

Permanecendo a preocupação com a educação ministrada nas escolas rurais, em 1940, o governo federal cria a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER e do Serviço Social Rural - SSR que preparava técnicos para atuar no meio rural em várias áreas, tais como: educação de base ou alfabetização, melhoria de vida, saúde, associativismo, economia doméstica, artesanato, entre outros.

[...] o binômio Democracia-Educação tornou-se, por um lado, imperativo, e obra empreendida no interior do Brasil, quer nos domínios de **ensino primário-rural, nos do ensino normal**, visa, confessadamente, acudir a essa necessidade. [...] enquanto nas grandes cidades ou centros mais populosos do litoral apenas 16% da população em idade escolar ficavam à margem dos sistema educacional, os números relativos a todo o Brasil indicava que cerca de **60% dessa população não eram atingidos pela rede escolar existente**. Em verdade, até 1945, condições tão precárias advinham, principalmente, do fato de **não possuir o Brasil escolas rurais**. Estas, quando existiam, eram pobres e mal instaladas, operadas por professores desprovidos de formação pedagógica [...] (BRASIL, 1987, p. 186 – grifos nossos).

Havia a preocupação do governo federal com relação ao atendimento da população escolar, mas essa era uma preocupação que atrelava outras demandas, pois uma das grandes constatações do governo naquele momento era que as instituições de ensino público no país estavam na sua grande maioria a cargo de leigos. Isso significava onerar o orçamento do Estado, uma vez que a retenção do aluno na série aumentaria significativamente o custo aluno/ano matriculado numa instituição primária de ensino público. O governo federal procurou minimizar o problema, investindo em cursos de formação de professores, e para tal, firma novos acordos com estados e municípios.

[...] Pouco valor teria **o grande esforço do Governo Federal em prol do ensino primário, se, além da base física do sistema, que é o prédio escolar seu equipamento material, não favorecesse ainda o conjunto de qualidade e condições pedagógicas que resultam do professor e da orientação educacional dos sistemas regionais de ensino**. Assim, como **os prédios escolares, conquanto ofereçam certas características comuns, devem adaptar-se às condições regionais também os processos de ensino, embora tenham um substrato nacional e pedagógico comum, devem atentar na localidade e na região a que se destinam**. [...] O exame dos dados estatísticos dos últimos anos ressalta um acentuado déficit de professores diplomados. Antes de 1945, as estatísticas demonstravam que cerca de **35% dos professores primários em exercício não eram formados**. Estados havia, como o Amazonas, Goiás, Maranhão, Ceará, Pará, **Paraná**, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujo número de professores não diplomados excedia o de diplomados (BRASIL, 1987, p. 190-191 – grifos nossos).

Para contemplar essas ações o governo federal desencadeou uma série de campanhas no setor da educação entre 1947 e o final dos anos de 1950, visando

à extensão do ensino primário de quatro anos, para o atendimento especial da população que não teriam o acesso idade apropriada: Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos - CNAA<sup>72</sup>, Campanha Nacional de Educação Rural-CNER<sup>73</sup> e, posteriormente, Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo - MNEA. Simultaneamente a essa última, foi organizado também o Sistema Rádio Educativo Nacional-SIRENA (BRASIL, 1987).

No estado do Paraná as ações de Lupion e, constantemente os seus discursos, aproximavam das ações federais, uma vez que o governo passava a investir na construção de escolas rurais e, na formação de professores, por meio da ampliação do número das escolas normais, cujo discurso tratava das exigências de se ter uma educação que suprisse as necessidades da sociedade, respeitando as necessidades regionais.

[...] **Ensino Normal:** Foram criadas, em 1955, Escolas Normais Secundárias em Maringá e em Cornélio Procópio. [...] Por meio do Decreto nº. 18.891, de 28-11-55, foi aprovado o **Regulamento das Escolas Normais do Estado**. Resultante do fato de que contava o Estado ao final de 55, com uma rede de 39 cursos Normais Regionais, cuja matrícula aproximada era de 1.424 alunos. Das Escolas Normais Regionais, o aluno mais barato foi o da Escola Normal de Quatingá, que custou por ano ao Estado Cr\$908,52 e o mais caro foi o da Escola Normal Regional de União da Vitória, que custou Cr\$8.806,08. **O preço médio por aluno foi de Cr\$3.980,64, por aluno (MENSAGEM**

<sup>72</sup> A implantação da rede de escolas supletivas feita pela Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CNAA) foi acompanhada de uma série de providências com a finalidade de garantir um mínimo de qualidade dos trabalhos docentes. Entre elas: um currículo especial, cartilhas, jornais, folhetos e textos de leitura diversos elaborados pelo Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde (MES), distribuídos em larga escala por todo o país. Entre eles sobressaia o *Primeiro livro de leitura – Ler*, até 1958 consta terem sido impressas dez edições, totalizando 4.450 mil exemplares. Organizado por uma comissão composta pelas professoras Dulcie Kanitz Vicente Viana, Helena Maudron e Ormindá Isabel Marques, esse *Primeiro livro* resultou de estudos realizados no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, de 1942 a 1945, sobre o vocabulário de adultos e baseou-se no Sistema Laubach. Missionário protestante norte-americano, Laubach criou um método de alfabetização de adultos inicialmente para as Filipinas, em 1915, posteriormente estendido para vários países da América. Esteve no Brasil em meados dos anos de 1940, desenvolvendo palestras em Recife, divulgando seu método basicamente fonético. Esta cartilha diferia dos materiais até então utilizados, sobretudo porque elaborados para o público infantil (BRASIL, 1987).

<sup>73</sup> A CNER nasceu em 1952, como fruto remoto do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Brasil em 1949, sob patrocínio da UNESCO e da OEA, e como fruto próximo de uma série de reuniões que aconteceram no Ministério de Educação e Saúde, congregando especialistas de várias áreas profissionais, no início de 1951, com o objetivo de debater o problema das populações rurais e fazer um balanço do que estava sendo realizado nesse setor (BRASIL, 1987).

APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1956, p.159-161 – grifos nossos – Anexo 6).

Essas ações governamentais ainda na década dos anos de 1950 vão orientar as políticas de “Educação de Base de Adultos”, precedidas das medidas localizadas de “Educação Popular” para jovens e adultos analfabetos no curso dos governos províncias (regime imperial) e dos governos estaduais (regime republicano) e, que seguiam as orientações delineadas na década anterior. Com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a partir da criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (1942) e da instalação do Serviço de Educação de Adultos (1947), no Departamento Nacional de Educação, destinado à orientação e à coordenação dos planos anuais de ensino supletivo para alfabetização de adolescentes e adultos. Já no ano de 1947, no discurso do Presidente Gaspar Dutra na Introdução à Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947, o então presidente afirma que,

**[...] Não menos importante que o problema econômico-financeiro é o da educação. [...] Cinquenta e cinco por cento da população de maiores de 18 anos carecem dos benefícios da alfabetização. Dois milhões e trezentas mil crianças, em idade escolar, não dispõem de matrículas, enquanto as escolas existentes, por falta de adequado aparelhamento, ou por não se poderem subtrair a determinadas condições do meio social, não conseguem fixar, senão por um período de todo insuficiente, uma parte insignificante dos que necessitam de aprender. [...] O problema terá de ser atacado pelas duas extremidades, estimulando-se o florescimento das instituições universitárias, sob o regime de autonomia, embora apoiadas financeiramente, de maneira substancial, pelo Poder Público, e marchando-se ao encontro das necessidades populares de ensino primário, com largo programa custeado pelo Fundo Nacional de Educação [...] (BRASIL, 1947, p.26-37 – grifos nossos).**

O governo federal passava a se preocupar, ainda com os gastos provenientes das demandas das necessidades de investimento no campo da educação. Para suprir esses gastos, o governo federal deliberou para os anos de 1950 que, por meio do Decreto nº 37.082, de 24 de Março de 1955, a regulamentação da aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário:

Art. 1º Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, serão anualmente aplicados, sob a forma de auxílios federais, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria dos sistemas escolares de ensino primário de todo o país. Art. 2º Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, serão aplicados nos termos seguintes: I - A importância correspondente a **70% do auxílio federal destinar-se-á a construções e reconstruções de prédios escolares, e à aquisição de equipamento didático, observados os termos do plano que fôr elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aprovado pelo Ministro de Estado.** As obras serão executadas pela Unidade federativa interessada ou, quando conveniente, a critério do Ministro de Estado, pela administração federal. Correrão à conta dessa parcela as despesas referentes à execução do plano e fiscalização das obras. II - A importância correspondente a 25% do auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos do plano de ensino supletivo que fôr elaborado pelo Departamento Nacional de Educação e aprovado pelo Ministro de Estado. III - A importância correspondente a **5% do auxílio federal será aplicada na concessão de Bôlsas de Estudo, na manutenção de cursos destinados a formação e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-especializado de ensino primário e normal, e no funcionamento de classes de ensino primário destinadas à demonstração de prática pedagógica, na forma do plano que fôr organizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aprovado pelo Ministro de Estado.** Art. 3º O auxílio federal para o ensino primário será concedido a **cada um dos Estados e Territórios**, e, bem assim, ao Distrito Federal, de conformidade com suas necessidades. § 1º A distribuição de recursos de que trata o item I do artigo anterior, entre as Unidades da Federação, obedecerá aos seguintes critérios: **45%, inversamente proporcionais aos recursos disponíveis para a educação popular; 30%, diretamente proporcionais ao progresso verificado no índice de alfabetização apurado para a Unidade, segundo os últimos dados disponíveis; e 25%, diretamente proporcionais ao empenho da Unidade no cumprimento dos convênios anteriores de auxílio federal** (BRASIL, 1955, Decreto nº 37.082 – grifos nossos).

Ao analisar a questão da distribuição com os gastos direcionados à educação, verifico o descompasso entre o investimento entre o pedagógico para com o estrutural. No governo do estado do Paraná, naquele momento, a preocupação com os gastos estavam sempre presentes nas ações legislativas de Moises Lupion. Em seus mandatos de governo as leis mostraram continuidade nesse fato, destaque para o acréscimo no gasto com a educação paranaense no

período de 1944 a 1949, cujos investimentos tiveram aumento de mais de 105% (conforme discutido no Quadro 10). E, efetivamente, nas Leis nº. 337, nº.452, nº.514 de 1950 (PARANÁ, 1950) referentes a concessão de créditos especiais e suplementares para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. E, ainda, em 1956 a Lei nº. 2585 (PARANÁ, 1956) e, no ano de 1958 a Lei nº. 3843 (PARANÁ, 1958) que autorizavam créditos especiais a Secretaria de Educação, destinados em geral a construção e reformas de prédios escolares, com preferência as escolas primárias, e para a formação e qualificação de professores. Em se tratando da delimitação federal da qualificação de professores em 1949 a Lei nº.194 (PARANÁ, 1949), vai atender a especificidade do governo federal criando a tabela I do Quadro de ensino, conforme discutido e apresentado no Quadro 13.

O governo do Estado precisava adequar-se às normativas federais, considerando que as delimitações do governo federal acerca dos gastos se davam na ordem específica de destinação para as construções de prédios públicos que pudessem dar suporte à demanda da população. Por essa razão 70% do auxílio federal estava diretamente ligado às construções e reconstruções de prédios escolares, e à aquisição de equipamento didático. Para além das construções era preciso ainda investir na alfabetização de adolescentes e adultos que não tiveram a escolarização cumprida, por isso destinava 25% do auxílio federal a serem aplicados na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos.

E, desse montante de auxílio do governo federal apenas 5% poderia ser aplicada na concessão das chamadas “Bolsas de Estudo”, para a manutenção de cursos destinados a formação e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-especializado de ensino primário e normal, e no funcionamento de classes de ensino primário destinadas à demonstração de prática pedagógica, fato esse que vai evidenciar o descaso com as questões de ordem pedagógica. Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, na abertura da sessão legislativa, em 1951, esse fato era evidente,

**[...] sobretudo a escola que vá além da simples alfabetização e prepare o homem par a solução dos**

**problemas dos meio onde vive. Sem esse instrumentou, ou com sua existência em grau escasso, ocorre a desigualdade de oportunidades, alarga-se a área de injustiça e insatisfação. [...] importa, antes de tudo, na multiplicação das escolares elementares e normais, rurais e urbanas, que constituem, indiscutivelmente, as bases do sistema de educação popular. [...] Jugo caber ao Governo Federal a função precípua de, pela assistência técnica e financeira, assegurar condições para que os Estados, os Municípios e os particulares possam dar a máxima contribuição para a melhoria do nível educacional do povo. Os recursos para tal obra devem resultar da colaboração da União, dos Estados e dos Municípios, e, mesmo, de entidades particulares para a melhoria do nível educacional do povo. Apreciable avanço, neste particular, foi a criação em 1942 do Fundo Nacional de Ensino Primário, que, desenvolvido por lei em 1946, possibilitou a efetiva cooperação com os Estados na construção de prédios para escolas, principalmente rurais, em todo território nacional (BRASIL, 1987, p.199-200 – grifos nossos).**

A mudança da administração do governo do Paraná, na década de 1950, não tem um discurso controverso com relação aos direcionamentos para com a educação, conforme afirmava Lupion, na Mensagem à Assembleia Legislativa de 1950,

[...] Educação Pública: Passando a educação pública, mencionaremos: I – O primeiro fato ponderável que desejamos citar é o planejamento e **ampliação da rede de ensino rural**, que puzemos em execução estabelecendo um **regime de acordo com os municípios**, mediante o qual **o Estado assume a responsabilidade financeira pela abertura de escolas na zona rural, pagando os professores, dotando-as de material e assistindo-as tecnicamente** [...] (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1950, p. 29 – grifos nossos – Anexo 5).

Nessa organização, o governo de Lupion atenderia a demanda de ampliação do ensino rural e primário no estado, colaborando com as expectativas federais, e iniciava o processo de descentralização dos recursos junto aos municípios por meio dos **acordos** firmados. Nos governos que assumiria a educação na transição o enfoque se manteve vinculado aos gastos e a descentralização dos recursos, prova desse fato está na Mensagem apresentada



ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa de 1956, na qual afirmava que,

[...] Urge, pois, que o Governos desempenhem assistir a todos os tipos de escolas necessárias á formação do homem, seriamente integrado na realidade nacional, quer em termos de cultura humanística, quer de cultura técnica, quer, sobretudo, de cultura técnico-humanística.[...] Dois princípios alicerçam, pois, essa reestruturação: **a descentralização administrativa, que lhes dará autonomia funcional, facultando-lhe a integração regional; e a flexibilidade dos currículos que, assim, poderão atender aos interesses regionais e às tendências vocacionais de cada indivíduo.** Assim, reestruturadas, radicarão elas as populações locais e propiciarão, ainda, a convivência das diferentes espécies de escolas, reclamadas pelos mais diversos interesses nacionais, em termos de formação humana e de trabalho produtivo. **O esforço deve ser feito, com a mobilização dos elementos capacitados e todos os recursos técnicos recrutáveis** (BRASIL, 1987, p. 253 -254 – grifos nossos).

Essa indicativa do governo federal com relação ao atendimento das necessidades regionais e apoio às carências foi formalizada e implementada no estado do Paraná, por meio das Leis nº 2942 e nº 2910 de 1956 (PARANÁ, 1956) que autorizavam a concessão de créditos para reforçar as verbas em vigor destinadas à Secretaria de Educação e Cultura do estado de acordo com as necessidades locais apresentadas. Com relação ao atendimento em termos de formação e produção com foco no desenvolvimento do trabalho produtivo a Lei nº 2882 de 1956 (PARANÁ, 1956) contempla essa obrigatoriedade, uma vez que vai legislar sobre as aulas no ensino normal e secundário no Estado, trazendo essa perspectiva para as aulas ministradas nesse ensino. E, as Leis nº 2581 e nº 2580 de 1956 (PARANÁ, 1956) buscavam justamente apresentar uma forma de promover a capacitação dos recursos técnicos necessários para o trabalho escolar por meio do ajustamento funcional dos cargos específicos nos estabelecimentos de ensino de ensino normal e secundário no estado.

Outro fator preponderante referia-se à preocupação de Lupion com o cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas pelo governo federal. Em seu discurso em 1956, ressaltou que “[...] O Estado mantém nos serviços de educação e cultura mais de 8.000 funcionários, a grande maioria constituída de professores.

Para atender os encargos com a educação e para a manutenção desse pessoal e aquisição de material, a Secretaria de Educação e Cultura figurou no orçamento do Estado com mais de 15% da sua renda global e com mais de 21, 57% da renda tributária [...] (PARANÁ, 1956, p. 157). Esse orçamento descrito por Lupion, vai demonstrar que o Estado estava cumprindo minimamente com as determinações federais no que se referia aos recursos financeiros que deveriam ser destinados à educação. Isto porque, a determinação federal para os recursos destinados deliberava que,

[...] os meios financeiros estão previstos na própria Constituição, que, não descurando da relevância da matéria, estipulou as percentagens mínimas das rendas tributárias que a União (10%), **os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (20%) devem reservar aos serviços educativos, instituindo, em fundos de educação, quotas da receita pública que se não devem aplicar em outros empreendimentos** (Art.169). No Brasil, porém, a evolução das necessidades sociais não foi acompanhada da evolução do sistema escolar. **A educação primária é considerada uma ampliação da capacidade normal das pessoas verem e sentirem as coisas. Limita-se, praticamente, aos rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo.** Urge, portanto, que o ensino primário **edueque também para o trabalho, transmitindo o que o indivíduo precisa aprender para cobrir as necessidades do trabalho em sua variada forma, atendendo, assim, à real integração na economia e na sociedade modernas [...]** (BRASIL, 1987, 264-265 – grifos nossos).

O conceito de educação daquele período estava atrelado à formação de uma nova sociedade, com princípios hegemônicos que sustentassem o sistema capitalista que passava a assumir a estruturação do modelo de sociedade que o governo buscava por meio do discurso populista e desenvolvimentista. Essa responsabilização do governo em colaborar com a formação do sujeito ficava evidente no discurso de Lupion, ao afirmar que era latente a necessidade de preparação de magistério para atenuar e minimizar a situação da educação no estado. Considerava que para que a mudança na educação ocorresse era preciso que o magistério estivesse preparado.

[...] se sabe que mais da metade de **nosso magistério primário não tem formação secundária nem formação profissional especializada**, e que as nossas exigências,

nêste campo, crescem dia a dia, em grandes proporções. Pois bem, até o ano de 1946, ao início do nosso primeiro governo, havia no Estado, 5 estabelecimentos oficiais de ensino normal. De 1947 a janeiro de 1951, criamos 30 unidades pra a formação do magistério. E, no ano de 1956, criamos mais 48 unidades, além de termos instalado 2, criadas em 1955. Enquanto isso, de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956, foram criadas 7 unidades dessa natureza. Dos cursos criados em 1956 já estão em funcionamento 17 secundárias e 15 **regionais** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1957, p. 13 – grifos nossos – Anexo 7).

Preparar e qualificar o magistério para a atuação com a instrução básica no estado tornava-se uma necessidade, tendo em vista o aumento na procura por vagas nas escolas. Essa era outra dificuldade encontrada no governo de Lupion (1º e 2º governo) à questão do atendimento as demandas de vagas para o ensino primário, as dificuldades eram tanto relacionadas ao magistério, quanto a estrutura física. Lupion (1957) afirmava que,

[...] a **Secretaria de Educação e Cultura** senhora da situação do ensino, da maneira a mais completa possível possibilitará o encaminhamento correto de planos para o aperfeiçoamento do ensino, **quer na parte material, quer na parte pedagógica**. Há entretanto, que **lastimar dede já o congestionamento nos prédios** escolares do interior, onde geralmente funcionam concomitantemente, num mesmo prédio, vários estabelecimentos de ensino: **o Grupo Escolar, o Ginásio, o Curso Normal Regional, a Escola Norma, e, às vezes, a Escola de Comércio** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p. 148 - grifos nossos – Anexo 8).

No país, essa também, era uma preocupação do governo Federal, uma vez que o país não tem ainda nos anos de 1950 a estrutura física tampouco humana para atender a demanda da população que se encontrava em idade escolar.

[...] A escola primária, incapaz de atender à crescente procura de mais educação por parte do povo, se multiplica **indiscriminadamente** ou apenas amplia seu corpo discente pela multiplicação dos turnos de aulas, perdendo por isso em substância e eficiência. Os dados estatísticos mais recentes, que se referem ao ano de 1954, revelam que a matrícula nas escolas primárias atingiu, aproximadamente, **4.700.000 aluno se que, por conseguinte, dos 8 milhões de crianças em idade escolar, cerca de 40% não recebem instrução**. Esse déficit de matrícula apresenta agravantes, por deficiências **quantitativas e qualitativas**: a escolaridade média da criança brasileira é das mais baixas do mundo, não vai além de uma no e quatro meses -

,funcionando as aulas em reduzido número de dias por ano e em períodos diários de curta duração; a evasão escolar é acentuadíssima, bastando mencionar que, em média, de cada 100 alunos que se matriculam na série, apenas 16 atingem a quarta série; as instalações e equipamentos das escolas são muito deficientes; **o preparo dos professores é, em geral, bastante precário, e os currículos, programas e métodos de ensino não estão ajustados às condições de nossa época e às peculiaridades de cada meio** (BRASIL, 1987, p. 264-265 – grifos nossos).

Naquele momento, a escola primária era apenas um local em que a instrução primária deveria ser ministrada com a intencionalidade de suprir as expectativas e necessidades da sociedade local e as necessidades de atendimento das demandas de ordem econômica do país. O país estava se modernizando, era preciso que a população acompanhasse esse progresso incentivar a permanência da população rural, oportunizando-lhes condições de contribuir para com esses avanços. Essa é uma das afirmações que encontro de forma incisiva na Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa em 1957,

[...] **A escola** é o instrumento social capaz de realizar essa tarefa. A isto não se presta, porém, a escola tradicional com a sua formação puramente intelectualista. **É mister enfrentar o problema, em suas bases, ministrando às populações camponesas, desde a escola primária, educação apropriada àquele fim.** Mas há também que atender à situação do **jovem que deixa o campo e procura trabalho nas cidades**, oferecendo apenas um esforço braçal que não lhe assegura nível de vida adequado (BRASIL, 1987, p. 272 – grifos nossos).

O discurso desenvolvimentista do governo federal, que buscava promover a incorporação e adequação dessa nova estrutura de sociedade que se formava, que era primariamente agrária, que vai ao longo nos anos de 1950, tomando outras perspectivas e adotando necessidade de desenvolver-se industrial e comercialmente de maneira mais efetiva, transfere-se como necessidade também no Estado do Paraná, no mesmo período.

Os embates acerca da educação, sua finalidade e função social, a partir dos anos 1950 vão sendo ampliados, uma vez que a discussão acerca da educação

passa a ser atrelada à questão do desenvolvimento nacional, com base no desenvolvimento econômico do país, por meio da ampliação de mão-de-obra qualificada para o trabalho. No discurso presente tanto nas mensagens de Lupion quanto nos discursos do governo federal de JK, baseados na política nacional-desenvolvimentismo tratava em geral de articular a educação com a possibilidade de desenvolvimento da consciência nacional, pois seria a educação, a escola uma das responsáveis pelas transformações político e sociais do estado e do país. No discurso em 1958, Lupion afirmava que,

[...] no setor da educação, o ritmo das edificações escolares rurais não tem paralelo anterior. Nosso plano de governo até 1.960 é da construção de 1.000 Casas Escolares Rurais. A **expansão da rede de professores primários** tantas vezes descuidada, tem de ser um dos títulos do nosso governo para nos pormos em dia com as necessidades do Estado. Simultaneamente com isso estamos realizando esforços como nunca anteriormente se fizeram, pela sua regularidade, planejamento e insistência, no sentido do contínuo **aperfeiçoamento do pessoal** em serviços na educação em todos os graus. E, cremos ter sido em nosso governo que o **magistério** do Paraná alcançou **a justa remuneração a que lhe dá direito a sua alta função** (MENSAGEM APRESENTA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PELO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION. PARANÁ, 1958, p. 11 – grifos nossos – Anexo 8).

Na perspectiva de governo passa a mudar lentamente, começa-se a ter a preocupação com o tipo de formação a que se pretende ministrar nas escolas de ensino primário. De acordo com a Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa em 1958,

[...] **Senão nos quisermos iludir com as cifras da matrícula**, que na aparência se afiguram aceitáveis, temos de reconhecer que, dos 12 milhões de crianças entre 7 e 14 anos, ou dos 7 milhões entre 7 e 11 anos, apenas se educam razoavelmente os que chegam à quarta série. Não passam estes de cerca de 480.000 (320.000 de escolas estaduais e 160.000 nas demais escolas), ou seja, **menos de 10% dos que se matriculam na escola**. Na realidade, se se matriculassem em nossas escolas todas as crianças de 7, 8 e 9 anos, só teríamos lugares, com as atuais disponibilidades de matrícula, para cerca de **30% das crianças de 10 anos de idade**. A situação não é esta, porque, na realidade, matriculamos crianças de 7 a 14 anos, encontrando-se em cada série alunos de quase todas as idades (BRASIL, 1987, p. 291 – grifos nossos).

Naquele período de governo de JK ficou notório a questão da descentralização do ensino. Busca delegar e definir a obrigatoriedade do cumprimento com as metas de ensino para os governos estaduais, firmando novos acordos, pois divulga que essa seja a possibilidade mais coerente de se conseguir alcançar um ensino que possa acolher as necessidades regionais,

[...] **Temos de estabelecer definitivamente escola primária e incrementar a sua difusão e aperfeiçoamento.** Embora esse tipo de ensino esteja sob a responsabilidade básica dos **governos dos estados**, com a **colaboração dos governos municipais**, a **União** vem prestando ampla ajuda financeira à sua recuperação e extensão. Até o presente, esse auxílio se tem limitado aos recursos do **Fundo Nacional do Ensino Primário**, que não chegam a constituir **5%** do total despendido pelo Governo Federal com a educação. Por iniciativa nossa, tal auxílio deverá elevar-se a **20%**, no mínimo, a fim de custear, em parte, as duas séries que serão acrescentadas ao ensino elementar. Já na Lei de Meios de 1958, a soma das dotações destinadas ao **ensino primário e à alfabetização de adultos representa 15%** do orçamento global do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1987, p. 292-293 – grifos nossos).

Outra preocupação no discurso do governo federal centrava-se na necessidade de cumprimento das demandas internacionais afinal o Brasil precisava cumprir com o firmado na proposta de cooperação com a Unesco no país. E, para tal, era preciso que o ensino primário atendesse a essas expectativas, ou seja, de acordo com o governo federal para tanto,

[...] já foram construídos mais de 10 mil prédios com o subsídio do Fundo Nacional do Ensino Primário. [...] na política adotada em 1957, estenderemos o auxílio federal a outras atividades, tais sejam: **ampliação da escolaridade a seis anos; melhoria da formação do magistério; e aperfeiçoamento de professores já diplomados.** Para essa obra de recuperação e expansão da escola primária, vem o Governo obtendo a cooperação da UNESCO, do Ponto IV e da **Organização dos Estados Americanos.** [...] O apelo que se fez, nesse conclave, a todos os governos sul-americanos, em prol da implantação do sistema escolar primário de seis anos para toda a população, obedeceu a um imperativo do ciclo econômico em que ingressa a **América do Sul**, com a sua crescente industrialização. [...] Ressente-se, porém, de graves falhas, entre as quais assinalaremos: matrícula de alunos de todas as idades escolares em cada série; **repetição**, várias vezes, de cada série, pelos mesmos alunos; desdobramento do dia letivo em turnos; e **precariedade de formação do magistério.** Tudo isso

significa ausência de sistematização e grave desordem em nossa escola fundamental (BRASIL, 1987, p. 293 – grifos nossos).

Os anos de 1950 para o governo federal no setor educacional mostraram avanços na infraestrutura, mas as mazelas que causavam grandes déficits ainda no final da sua década estavam abertas: o quantitativo de crianças que abandonavam o ensino primário; o número de repetências e a quantidade de alunos que conseguiam avançar os estudos primários eram alarmantes, o que mostrava uma ineficiência do ensino público ministrado, causando preocupação do governo com esses aspectos. Pode-se explicitar na Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa em 1959,

[...] a maioria dos matriculados abandona a escola antes de dominar as técnicas elementares da leitura, da escrita e da contagem. Em 1958, concluíram a quarta série primária apenas 18,2% dos matriculados quatro anos antes. E, fato igualmente sombrio: para 2,9 milhões de matriculados, em 1957, na primeira série, compareceram à segunda, em 1958, apenas 1,2 milhões, inclusive os repetentes, ou seja, somente 44%. Mais da metade dos alunos, portanto, abandona os estudos no decurso do primeiro ano e só um quinto dos que ingressam no curso primário chega à quarta série. **Mesmo esse índice tão baixo só se alcança por serem toleradas, na escola pública, formas de funcionamento que lhe retirem quase toda a eficácia.** Referimo-nos ao regime de turnos múltiplos, que nas metrópoles chegam a cinco e seis diários por escola; **ao despreparo do professor improvisado**; às deficiências de equipamento; e à proliferação de escolas alojadas em galpões de emergência, cuja utilização se eterniza. [...] A todas essas deficiências, soma-se ainda, a vigência de critérios de promoção já obsoletos, que conduzem a **reprovações e repetências em massa**, o grupamento heterogêneo das idades de matrícula, a tumultuar o funcionamento da escola; por fim, o conceito, entre nós tão arraigado, de que **a escola primária é uma instituição sem finalidade própria, mero estágio introdutório ao curso secundário** (BRASIL, 1987, p. 310 – grifos nossos)

No discurso apresentado acima, evidencio que o ensino primário era repleto de falhas, lacunas que impossibilitavam o avanço das relações que pudessem promover uma mudança da sociedade, uma vez que a escola primária não atingia a toda população. Conforme demonstra a tabela abaixo,

Tabela 5 - Taxa de Matrículas nos anos de 1940-1950 no Brasil

Ano	População de 5 a 19 anos	Matricula no ensino primário
1940	15.530.819	3.068.269
1950	18.826.409	4.366.792

Fonte: Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970. INEP/MEC: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.101.

No Paraná, a taxa de matrículas e a evasão escolar também eram fatores considerados por Lupion, que buscava demonstrar em seus discursos os dados estatísticos que pudessem revelar que essas limitações estavam pormenorizadas. “[...] Considerando a escola primária, procurando melhorar seu rendimento e evitar, o desperdício, fizemos uma verdadeira batalha contra as reprovações. E, conseguimos passar de 52% atingidos em 1948, para 67%, em 1949” (PARANÁ, 1950, p. 31).

Entre os anos de 1940 e 1950 havia, conforme demonstrado na tabela 5, a situação de uma educação que não chegava a abrangência de toda a criança em idade escolar. Ainda, cabe ressaltar, que aqueles que a frequentavam nem sempre concluíam o curso iniciado. Buscando pormenorizar essa situação o governo federal passa em 1958 e 1959 a direcionar atenção ao processo de formação do magistério, na busca de melhorar os índices alarmantes de reprovadas e desistências que tanto oneravam o Estado.

[...] a assistência da União se vem fazendo, também, no **aperfeiçoamento do magistério, pela ampliação das escolas normais, bem como por meio de convênios com os governos estaduais, para instalação de cursos primários complementares.** [...] Em suma, o estabelecimento de um sistema escolar público primário universal, por sua gratuidade e obrigatoriedade; nacional por sua amplitude; e plenamente eficaz, por sua organização funcional, será obra da conjugação de esforços dos poderes públicos em sua órbita municipal, **estadual e federal** (BRASIL, 1987, p. 312 – grifos nossos).



No ano de 1959 a grande preocupação ainda estava na formação de mão-de-obra qualificada para atender a demanda que se apresentava naquela sociedade. Uma das grandes preocupações do governo era para com a preparação e instrução para o trabalho, por essa razão o foco do ensino nos anos de 1959 era com o ensino industrial. O governo federal assinou dois decretos que orientaram a base dessa educação: o Decreto nº. 47.038, de 16 de Outubro de 1959, que aprovava o Regulamento do Ensino Industrial, e o Decreto nº. 47.251, de 17 de Novembro de 1959, que prescrevia sobre as campanhas extraordinárias de educação no Ministério da Educação e Cultura.

[...] Art. 4º **a Campanha Nacional de Educação Rural** terá por objetivos: a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos meios de educação das populações rurais; e, b) a formação e a preparação pedagógica, em caráter de emergência, dos professores primários leigos das áreas rurais. Art. 5º **A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo** terá por objetivos: a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum em áreas municipais pré-estabelecidas; b) a aplicação intensiva dos métodos e materiais utilizados pelas outras duas **Campanhas nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; e, a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação dos analfabetismo** (BRASIL, 1959, Decretos nº. 47.038; nº. 47.251 – grifos nossos).

No estado do Paraná, na década de 1950 efetivamente o governo legitima as ações do governo federal por meio da consolidação da Lei nº. 644 de 1951, que prescrevia sobre a composição do quadro do ensino primário e profissional do Estado. Lei nº 2.481 de 1955 que dispunha sobre a estruturação do magistério primário, profissional e do ensino médio e, a concretização da ação contra o analfabetismo por meio da Lei nº 28 de 1959 que estabelecia normas para a realização da Campanha Permanente de Abolição do Analfabetismo. Efetivamente as ações políticas do governo do estado estavam focadas em responder a demandas que aconteciam nacionalmente e, que eram vistas como prioritárias pelo governo federal.

Naquele período de mudanças na sociedade brasileira, na qual era preciso atender aos discurso de modernização do país, o ensino primário tornou-se um impasse, uma vez que a ordem do discurso era possibilitar o acesso a toda população a instrução básica para garantir o progresso. Entretanto, a preocupação do governo federal estava centrada na ampliação de gastos com construções prediais, esses custos a priori preocupavam o governo, que chegava nos anos 1960, ainda com as mesmas preocupações que já estavam colocadas ao final da década de 1940. Esse fato fica explícito quando analiso a Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa em 1960,

Conquanto o ensino elementar esteja sob **a responsabilidade dos estados e municípios, cabendo à União mera assistência supletiva** [...] Sua contribuição constitui, assim, **fator relevante no progresso alcançado, quer quanto ao aumento das matrículas, que de 1956 a 1959 foi da ordem de 1,5 milhão**, quer quanto à ampliação da rede, que, no mesmo período, cresceu **em 30%**. **Mantido este ritmo, teremos atingido, em 1960, mais de 8 milhões de matrículas e cerca de 100 mil unidades escolares** [...] No período de 1956 a 1959, como resultado de convênios firmados, foram concluídas 1.114 escolas primárias, com um total de 2.635 salas. Se considerarmos que cada uma das salas de aula construídas pode acolher 80 alunos em 2 turnos, verificaremos que o plano desenvolvido pelo Governo possibilitou, até fins de 1959, o acréscimo de quase 210 mil vagas em escolas primárias. Avalia-se a importância de tal acréscimo pelo cotejo com o incremento da matrícula nesse período e pela qualidade das instalações (BRASIL, 1987, p. 332 - grifos nossos).

As ações político-governamentais direcionadas ao ensino primário, tanto na escola federal como estadual, sempre estiveram ligadas diretamente as questões de ordem econômica. Centradas nas especificidades para a ampliação ao atendimento das demandas do modelo de sociedade que se instaurava no país, mas as ações dos governos em prol de uma educação pública de qualidade eram escassas, com a valorização do magistério e o atendimento pedagógico adequado.

Ao analisar as ações do governo federal com relação ao setor educacional observo que todas as ações e preocupações do governo de Moysés Lupion estavam na direção de cumprir as metas estabelecidas pelo governo federal, seja

com relação a construção de prédios, preocupação com o número de taxas de matrículas, ingresso e permanência na instrução básica e, conseqüente preocupação ao atendimento as necessidades regionais vão ao encontro das bases nacionais estipuladas como metas do governo, portanto, a legislação do período estudado se sustentou na possibilidade de colocar em prática as demandas emanadas do governo.

As ações políticas para a educação no governo de Moysés Lupion com especificidade da instrução primária no estado do Paraná, indicou ao longo da legislação do estado analisadas, nos períodos do 1º e 2º governos, direcionadas ao ensino primário, que estas ações caracterizavam-se por apresentar as especificidades do fortalecimento da ideologia do governo federal. Atendimento as demandas da sociedade no que se referia ao atendimento educacional, suas realizações, bem como as implicações que as ações do Estado e do atendimento educacional da escola primária pode contribuir para as mudanças sociais no estado do Paraná e os encaminhamentos daquele momento histórico.

As políticas educacionais no estado do Paraná seguiram nos anos de 1940 a 1950 as orientações delineadas por meio das campanhas e ações para a educação nacional. Uma evidencia significativa em relação à mudança da perspectiva da educação pelo governo e, pelo Estado naquele período, vai se dar efetivamente na busca de formação de uma sociedade preparada para o trabalho, que estivesse então qualificada para atender a nova demanda da sociedade brasileira que se instituía. Por essa razão a educação passa a sofrer influência da economia sobre as políticas educacionais naquele período, uma vez que a dinâmica dos discursos, garantiam na legislação a efetivação da instauração da dinâmica do capitalismo na sociedade brasileira e paranaense. Isto porque, nos textos oficiais na forma das mensagens e legislações expressaram a articulação entre as regulações do governo estadual em atender as orientações de ordem nacional.

Nas análises e discussões acerca da construção histórica no qual se deu o ensino primário no estado do Paraná, nos anos de 1947 a 1951 e 1956 a 1961,

constato que o ideário político, aplicado à educação foi se constituindo e, se transformando ao longo do processo de consolidação da sua efetiva ação quer seja para a construção de um homem voltado para o mundo do trabalho, quer seja para a atuação que venha a contribuir com o continuísmo das ideologias político-partidárias a frente do governo.

As ações políticas do governador Moysés Lupion, no 1º Governo (1947 a 1951) e no 2º Governo (1956 a 1961) foram marcadas em seus discursos, pela ideologia político-partidária, demonstrava a constituição explícita pela busca do pensamento hegemônico perante a sociedade civil. A educação aparece como um instrumento político para realizar as ações do governo, justificando e apontando o governo do Paraná, como o “realizador” dos interesses da sociedade civil.

Em suas mensagens e atos legislativos Lupion, não se constituía apenas na forma de apresentar ao legislativo e a sociedade civil os seus resultados, estes apareciam como possibilidade de fortalecimento de uma ideologia política. Sua ação, seu discurso e plataforma de governo, buscavam garantir a condução do Estado rumo a modernização, cujo desempenho produtivo viesse a ser referência nos demais estados da nação. E, nesse contexto, a educação, se configurou como a estratégia de aproximação entre o governo e a sociedade civil.

O governo de Lupion efetivou, ações intimamente ligadas ao desenvolvimento econômico atreladas as expectativas e demandas do governo federal. Por essa razão as estratégias de governo, como a ampliação do número de escolas, oferta de vagas e reestruturação do quadro de professores do estado, estavam ligadas á necessidade de governo em promover mudanças no setor educativo do estado, contribuindo com cenário nacional.

As leis promulgadas entre 1947 a 1951 e 1956 a 1961 que tiveram como ponto central a educação, com enfoque nas questões econômicas, as preocupações com os custos/gastos com o setor educacional. Constatei que as questões pedagógicas não eram a preocupação central do governo, mas o foco estava nas discussões educacionais atreladas à economia, como sendo o patamar de sustentação da educação.

As leis promulgadas naquele período, afetas ao setor educacional estavam em geral ligadas as demandas de verbas para suprir as necessidades de custeio com a educação, o que se afirmou nos discursos que fundamentaram os pressupostos educacionais no Paraná. A preocupação com as questões pedagógicas surgem apenas quando as metas de ampliação de vagas ofertadas, número de escolas, e oferta do ensino primário para a zona rural atendem minimamente as demandas sociais, tanto nacionais como metas internacionais. Entretanto, um fator preponderante se referia ao fato de onerar o estado com altos índices de reprovos e desistência já nos anos iniciais do ensino primário. A formação de professores se torna foco, como necessidade de alterar o quadro econômico e, não, como forma de garantir a educação de qualidade ao filho do trabalhador, seja ele rural ou urbano.

Os documentos relacionados à educação paranaense nos governo de Moysés Lupion demonstraram com grande ênfase a questão dos gastos, o que demonstrou que a economia que alicerça todas as relações políticas deste em relação a educação. As preocupações do governo com a formação do magistério para atender às necessidades da instrução básica, estavam ligadas primariamente ao fato e que haviam altos índices de reprovos, desistências e abandono dos alunos naquele nível de ensino, o que causava gastos significativos para o governo estadual. Era portanto preciso preparar o magistério para atuar, pois no modelo de sociedade que passa a configurar a sociedade paranaense, é preciso que tanto a criança da zona rural quanto da zona urbana tenha uma instrução mínima para que possa atender a demanda de mão-de-obra e contribuir para o desenvolvimento de industrialização a que o país é submetido, em especial, a partir dos anos de 1950.

Intencionalidade está presente no discurso nacional-desenvolvimentista de Lupion. A ênfase foi dada na estruturação da escola garantida minimamente na ampliação da estrutura física de ensino para que a instrução básica fosse ministrada em espaços ofertados pelo poder público. Na década de 1950 este mesmo governo vai apresentar avanços estruturais, com ampliação do número de escolas e, ao número de vagas, destinadas a instrução básica para atender a sociedade paranaense. Ainda demonstrava que suas ações eram sempre vinculadas

e centralizadas de maneira a responder as normativas e metas estabelecidas pelo governo federal.



Foto 10 - Estudantes esperando a chegada de Lupion no ano de 1947 (Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2011)

6 CONCLUSÃO

Quando me propus a pesquisar e discutir a história das políticas educacionais no Estado do Paraná, não tinha em mente a complexidade que poderia encontrar para realizar uma pesquisa sustentada em documentos históricos. As dificuldades em encontrar material disponível para tratar da história do Paraná, possibilitaram-me estabelecer uma relação para com o campo educacional do Estado. Descobri que era preciso que estudos com essa característica fossem realizados, a partir de um déficit percebido ao levantar as pesquisas relacionadas ao Estado do Paraná e quão necessária se torna a análise dos documentos para a compreensão da estruturação da sociedade e da educação paranaense.

O desejo de entender a realidade educacional do Paraná nos anos de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960, especificamente com foco na instrução básica, a partir do governo de Moysés Lupion, direcionou esta pesquisa para o estudo das políticas educacionais que influenciaram a constituição da educação escolar também no País. Para se constituir em um objeto de reflexão direcionado as inquietudes lançadas, inicialmente, questionou-se como e qual seria a preocupação do governo no período de 1940 a 1960 no estado do Paraná com a Instrução Básica; quais seriam as questões econômicas ou pedagógicas que alicerçavam os discursos e ações político-governamentais daquele período; quais eram os pressupostos que orientaram as diretrizes da educação no Paraná, enquanto ações políticas; e qual a preocupação do governo de Moysés Lupion com o ensino primário no Estado do Paraná.

Essas reflexões iniciais desencadearam uma pesquisa que carecia de uma análise, tanto para as ações realizadas no Estado como nas medidas educacionais lançadas nacionalmente. Para apreensão das políticas educacionais daquele período, havia a necessidade de compreensão da estruturação e consolidação da sociedade que se instauravam no Brasil e, que, inevitavelmente, influenciariam o Estado do Paraná.

Tendo essa compreensão, entendo que a pesquisa guarda sua importância no sentido de verificar que os encaminhamentos dados à educação no Paraná, em



razão das mudanças no regime político do país que, naquele momento histórico com a implementação de reformas, para a educação, tiveram influência nas medidas educacionais tomadas pelo governo do Estado do Paraná.

Ao analisar a influência das ações do governo federal nas ações de Moysés Lupion, pude compreender que os procedimentos político-administrativos redirecionaram as atividades dos diferentes setores da vida pública, dentre eles a educação, com base numa nova perspectiva de formação escolar, para o enfrentamento de nova conjuntura política e econômica que se instaurava no País. A política nacional de educação, nos anos de 1940 a 1950, em especial nos anos de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960, demonstrou acentuadamente o controle da União, levando os Estados ao cumprimento das determinações federais.

A questão educacional foi um dos pontos centrais das preocupações do Governo de Lupion, aproximando-se das preocupações com o setor das obras de construção de estradas e saúde no Estado. Atendeu-se, desta maneira, as reivindicações da sociedade paranaense, que também não se distanciavam da realidade brasileira que, tanto em âmbito federal como estadual, estavam dirigidas por meio dos princípios de um governo marcado por um discurso centrado numa ideologia nacional-desenvolvimentista.

A discussão central nos discursos de Moysés Lupion giravam na sustentação de que as ações, voltadas à base de/da implementação legal da legislação educacional paranaense, tinham o intuito específico ao atendimento das demandas preconizadas para a educação no cenário nacional. Essas demandas eram marcadas pelas necessidades de ampliação de escolas, número de vagas ofertadas para o desenvolvimento da instrução básica da sociedade civil para que essa pudesse sustentar a nova demanda econômica em que o País se inseria. A preocupação com o ensino rural, com o índice de analfabetismo no Estado, os gastos provenientes dos altos índices de reprovação e a desistência dos alunos que frequentavam a instrução básica nas escolas públicas do Paraná foram preocupações recorrentes nos discursos de Lupion, mas que, como trato nas

unidades anteriores da tese, também estavam respondendo as demandas do cenário nacional.

A criação e ampliação de vagas e escolas rurais primárias, a necessidade de um professorado que estivesse no mínimo preparado, com qualificação para o atendimento das demandas locais também tiveram grande destaque no governo de Lupion, pois o governo entendia que essa seria uma forma de atender ao Decreto-Lei Federal nº. 8.529 de 1946, além de pormenorizar os custos despendidos com a instrução básica no Estado. Essa preocupação do governo expressava na sua prática a insuficiência do poder público para o atendimento da realidade educacional do estado.

Para Lupion, em seus períodos de governo, a educação sempre esteve atrelada às preocupações com as questões de ordem econômica, principalmente, por ser esse período de governo em que a sociedade civil estava vivendo um momento de transição do modelo econômico para outro, ou seja, a partir da segunda fase do desenvolvimento industrial. Identificou-se uma discrepância entre educação e desenvolvimento, consequência do modelo econômico vigente nas primeiras décadas do século XX, que, por sua vez, foram responsáveis pela pequena demanda educacional. Porém, a partir dos anos de 1940, um novo modelo de educação escolar passa a ser exigido como forma de alavancar o desenvolvimento econômico na conjuntura do País e do Estado, buscando condições para o desenvolvimento e fortalecimento da industrialização, bem como a urbanização no país que, vai influenciar o Estado do Paraná, mesmo que naquele momento o Estado paranaense apresentasse características econômicas sustentadas na base agropecuária.

Como consequência o Estado paranaense foi despertando para a necessidade de ampliação e expansão da escolarização da sua sociedade. Isto acabou resultando no início de uma política de incorporação de um contingente cada vez maior de alunos frequentando a escola que, mais uma vez, as demandas estabelecidas pelo governo federal estavam também sendo atendidas. Ressalto que, no primeiro mandato de 1947 a 1951, o governo paranaense precisava atender a essas metas, como por exemplo, efetivar a implementação instituída por meio do

Decreto-Lei nº.4.958, de 14 de novembro de 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário - FNEP, que tinha a finalidade de melhorar o nível de ensino em todo o País.

De acordo com o Decreto-Lei acima citado, era concedido ao município o auxílio financeiro de acordo com o déficit de matrículas do mesmo e, cerca de setenta por cento deste auxílio deveria ser destinado às construções escolares que, naquele período, representavam uma das grandes carências do sistema educacional. Portanto, Lupion precisava promover junto aos municípios do Estado essa ampliação das construções e edificações escolares para que pudesse atender a regulamentação do Fundo Nacional o qual deliberava sobre a participação dos estados e municípios em relação ao financiamento das despesas educacionais para o ensino primário.

Outra ação do poder público influenciou a educação paranaense foram as Leis Orgânicas do Ensino que, no período dos anos de 1942 a 1946, normatizaram o Ensino Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal e Agrícola em todo Brasil. Por meio desse conjunto de leis ficou reorganizado naquele período o Ensino Primário e Médio, representando uma interferência mais concreta do Estado na organização do sistema educacional brasileiro. Outro destaque foram as disposições regulamentares por esses Decretos-Lei destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. Essas leis tiveram início na gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema e se completaram em 1946, sendo que a última das reformas de ensino na sua gestão foi a de Ensino Primário, por meio do Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946.

O ensino ficava a cargo dos Estados e, portanto, era o Paraná responsabilizado pela implementação de ações educacionais necessárias ao atendimento da sociedade no Estado. Foi, portanto, o modelo econômico e ideológico do País que passou, particularmente nos anos de 1950, no período do 2º mandato de governo de Lupion, a buscar efetivamente estratégias que pudessem levar o Estado do Paraná ao seu desenvolvimento industrial. Logo, as políticas educacionais passaram a ter a necessidade de priorizar a formação da

sociedade civil, possibilitando o desenvolvimento de mão de obra para o mercado de trabalho que passava a existir no Estado.

Passava a ser finalidade do Ensino Primário, legalmente, não mais só o ler e o escrever que a escola primária oferecia, mas também a formação e o desenvolvimento integral da criança, preparando o indivíduo para o mundo do trabalho. A legislação federal do período organizou o Ensino Primário em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar, sendo o último destinado à preparação do exame de admissão para inserção no ginásio. Lupion, com base nessa deliberação legal, passa a apontar em suas mensagens de governo e legislação do período ações políticas direcionadas ao desenvolvimento da instrução básica.

O governo estadual do período analisado se empenhou em conservar o crescimento das matrículas do ensino primário. A questão da instrução básica aparecia como preocupação do governo em suas mensagens nas quais o desenvolvimento de ações a proporcionar a expansão do Ensino Primário do Estado e viabilizar o programa de alfabetização que estava em desenvolvimento no País. Assim, o Ensino Primário ganhava atenção por parte de Moysés Lupion que cada vez mais se empenhava em aumentar as matrículas primárias, ofertadas pelo ensino público, pois para o governo estadual, em diversos momentos, a instrução básica era considerada um elemento importante para o seu governo.

O Estado do Paraná, tendo sua base econômica centrada na agricultura, nos anos de 1940 a 1960, precisava realizar investimentos no Ensino Primário, devido à demanda de matrículas e, também, em consequência das diferentes reformas educacionais e políticas que aconteceram nesses anos, ainda que uma parte da população acreditasse que, para exercer atividades nesse ramo, não necessitaria de um nível educacional maior.

Respondo à primeira questão ao afirmar que a preocupação do governo de Lupion, no 1º e 2º mandato de governo estadual, estava direcionada ao atendimento das demandas nacionais, impostas pelos decretos e demandas nacionais, importas pelos decretos-lei, a exemplo das necessidades de

atendimento estabelecidas pelo Decreto-Lei nº. 8.529 de 1946. A ideologia política do Estado paranaense estava centrada na manutenção e deliberação dos interesses do governo federal daquele período.

Tal fato vai acompanhar a prerrogativa que questionei inicialmente: Seriam as questões econômicas ou pedagógicas que alicerçavam os discursos e pressupostos político-governamentais no período que Lupion governou o Estado do Paraná? Isto significou compreender que a legislação do período destinada ao campo educacional girou em torno das questões econômicas em detrimento das expectativas sociais, ou seja, a grande preocupação do governo era promover o atendimento das demandas da esfera federal, mas minimizando os encargos e gastos com a educação no Estado.

O governo de Moisés Lupion esteve sempre atrelado à política nacional-desenvolvimentista. O favorecimento do desenvolvimento econômico da agricultura, comércio, e indústria do Paraná se tornou significativo para que as mudanças estruturais na sociedade paranaense acontecessem e, para tanto, a educação se tornou uma possibilidade de viabilização das propostas do governo. A educação vai ser influenciada por essa configuração político-econômica, na qual a diversidade da constituição paranaense passa a ser considerada, para que os avanços possam ser significativos.

As políticas educacionais no período de governo de Moisés Lupion, sucumbiram ao continuísmo das necessidades do Estado que atrelavam suas ações por meio de decretos-lei que, em geral, dispunham acerca das distribuições de recursos que deveriam ser aplicados na educação. Assim, foram consolidando as relações entre as propostas de governo e as demandas do governo federal, porém atendendo minimamente as carências educacionais de desenvolvimento da educação paranaense como esperava a sociedade civil; conforme apontaram os decretos-lei, as mensagens e os relatórios provenientes dos governos em estudo.

Reitero que as análises dos documentos demonstraram que as preocupações do governo de Lupion estavam empenhadas em realizar as conquistas almejadas, em especial, ao cumprimento das metas presente na tônica

de seu discurso, “**construir um Paraná maior**”. Efetivamente, posso analisar que a intenção era a sua ampliação quantitativa (aumento nos números) na oferta de mais escolas, mais vagas, mais contratação de professores para que pudessem responder as demandas do governo federal. A preocupação com o pedagógico acontece como consequência da necessidade de minimizar os custos com os déficits oriundos das reprovadas e desistência nos primeiros anos da instrução primária. O que acarreta no segundo governo de Lupion é a necessidade de investimento na formação de professores para atender a essa demanda, ou seja, a preocupação com as questões pedagógicas não aparecem no governo de Lupion como prioridade, apenas como necessidade de atenuar as questões econômicas.

Chego ao final das análises afirmando que foram as questões econômicas que fundamentaram os pressupostos educacionais no Paraná naquele período. Ainda há muito que se estudar sobre a História das Políticas da Educação no estado do Paraná. Entretanto, entendo que, desvelar esse período possibilitará uma compreensão do quão importante foi considerar os fatores econômicos no desenvolvimento e ações político-governamentais quando se trata do desenvolvimento da educação.

E, assim concluo esta tese com outras inquietudes que os estudos me impuseram: Será que a estruturação das políticas direcionadas ao campo da educação apresenta outras características, distanciando-se das questões econômicas nos governos da atualidade? O que mudou efetivamente no campo da educação dos anos de 1940 e 1950 para o ano 2014? Será que a base da preocupação do governo, em esfera federal ou estadual ainda se centra na ampliação de oferta de vagas do ensino público direcionadas ao ensino primário? Ainda existe a preocupação com o índice de analfabetismo no País e no Estado, ou seja, as necessidades apontadas naquele período estudado, como construção de escolas, investimento na formação de professores, na atualidade, já foram sanadas? Essas são apenas algumas reflexões com as quais encerro esta tese, mas já disposta a continuar com o assunto.



**Foto 11 - Lupion cumprimenta o povo no dia da posse, em 31 de janeiro de 1956, eleito pelo PSD, sua principal plataforma de governo era anunciada com a intenção de finalizar as obras de infraestrutura empreendidas em seu primeiro mandato (Fonte: ARQUIVO PÚBLICO, 1956)**

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC. 1995.
- ALMEIDA, P. W. de. **Paraná Político**. 3ª edição. Curitiba: Editora Folha Econômica, 1989.
- APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- AZEVEDO, F. de. **A Educação e seus problemas**. 4. ed. v. 8. São Paulo: Melhoramentos: Obras Completas, 1952.
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular: a teoria de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- BEISIEGEL, C. Educação e Sociedade no Brasil após 30. In: HOLANDA, S. B. (Dir.) **O Brasil Republicano: economia e cultura**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, v. 4
- BELOTO, D.L. **A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora**. 1990.
- BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e história da cultura**; trad. Sérgio Paulo Rouanet, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, obras escolhidas, v. 1, 1987.
- BOITO JÚNIOR, A. **O golpe de 1954 a burguesia contra o populismo**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Org. Dulce Pandolfi: Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- BOSCHILIA, R. T. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba – 1925-1965)**. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- BOTTOMORE, T (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista**. RJ: Jorge Zahar, 2001.



BRAGA, M.S.S. A. **Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público**. Revista Perspectivas, São Paulo. v. 35, jan./jun. p 117- 148. UNESP. 2009.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**, decretada pela Assembleia Constituinte. Constituição de 1946. <http://www2.camara.gov.br/> Acesso em 08/03/2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**, decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/> Acesso em 08/03/2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/> Acesso em 08/03/2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra na abertura da sessão legislativa de 1947. In: **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)**. V.I. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, na abertura da sessão legislativa de 1950. In: **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)**. V.I. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas na abertura da sessão legislativa de 1951. In: **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)**. V.I. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa de 1956. In: **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)**. V.II Brasília, 1987.

BOAVENTURA, E. M. **A educação na Constituinte de 1946: comentários**. In: FÁVERO, Osmar (Org.). Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 2001.

BUFFA, E. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A educação negada, introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991.

CANDEIAS, A. Políticas educativas contemporâneas: críticas e alternativas. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n.1, jan/jun. 1995.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e contração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

- CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1982.
- CARNEIRO, D.; VARGAS, T. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.
- CASTANHA, A.P. **O USO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL COMO FONTE: orientações a partir do marxismo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 309-331, abr2011 - ISSN: 1676-2584.
- CHAUÍ, M. **A história no pensamento de Marx**. Problemas e perspectivas. São Paulo: CLASCO, 2007.
- CORSI, F.L. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2000.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia a Era Vargas**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CUNHA, M.V. **A educação no período JK: os centros de pesquisa do INEP**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 127-140, jan./dez. 2002. - Publicado originalmente na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 72, n. 171, p. 175-195, maio/ago. 1991.
- CURY, C.R. J. **Ideologia e Educação brasileira: Católicos e Liberais**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- CUNHA, L. A. **A universidade crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- D'ARAUJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- EVANGELISTA, E. **A UNESCO e o mundo da cultura**. 1999. 222 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, SP, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhaes (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAORO, R. **Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: Eliane, Marta Teixeira; FARIA FILHO Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed.1, Belo Horizonte, Autentica, 2003.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

FÁVERO, M.L.de A.; BRITTO, J. M. **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep Comped, 2002

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política Brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Org. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, J.C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In.: LIMA, Júlio C. F e NEVES. M. L.. (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006, v. 1, p. 241-288.

GAZETA DE LONDRINA. **Traços biográficos dos candidatos**. 1 de janeiro de 1947.

GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, C. A. **Educadores brasileiros do Século XX**. Brasília: Líber Livro Ed. Universidade Católica de Brasília, 2005.

GONÇALVES. S. R. **O Estado Burguês na Visão de Marx**. Cascavel: ASSOESTE, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, Vol.2, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos: 1921-1926**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. V. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel; notas sobre o Estado e a Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 428 p. (Primeira edição, 2000).

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. **Lettere dal carcere**. Palermo: Sellerio, 1996.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 244 p., 1982.

\_\_\_\_\_. **Scritti giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi, 1972.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1977.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, pp. 30-41, nov. 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Arranjos Produtivos Locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90. Curitiba: **IPARDES**, 1989, 95p. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>.

IZEPÃO, R. I. O planejamento Governamental no Paraná: economia, Estado e política econômica. Maringá: Eduem, 2013.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário de Sociologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: As relações de produção e educação do trabalhador**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1985.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LEITE JÚNIOR, H. T.; ESCOBEDO, M. L. **Moysés Lupion: Civilizador do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006

LEMINSKY, P. Criação Intersemiótica. Revista **Qorpo Estranho**. N. 2-set-out-nov-dez. São Paulo, 1976.

LÉNINE, V.I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: Lenine. **Obras escolhidas em seis tomos**. Lisboa, Moscovo: Avante, Progresso, 1984.

LEVINE, R. M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

LINS, I. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. **História da escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 1-29.

LOPES, A.Y. D. P. **Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná**. 1982. Dissertação – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. p.22.

LOURENÇO FILHO M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas. Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970.

\_\_\_\_\_. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970.

\_\_\_\_\_. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação** / Manoel Bergström Lourenço Filho, organização: Ruy

Lourenço Filho. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. 2ª. ed. rev. Trad. Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Editora Nacional. 1963.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado - USP.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná, Política e Governo**. Coleção História do Paraná – Textos introdutórios. Curitiba-PR: SEED, 2001

MAINWARING, S. **Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization**: The case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MARTINS, M.F.; GROPPPO, L.A. **Sociedade civil e educação**: fundamentos e tramas. Campinas-SP: Autores Associados; Americana-SP: Unisal, 2010.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre o fenômeno da aculturação no Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198p.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 1991

\_\_\_\_\_. **O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. revista por Leandro Konder. 3a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978. 255p.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. Seleção de textos realizados por José Arthur Giannotti; Traduções conduzidas por José Carlos Bruni (et al.). 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1968.

MARX, K. ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã: 1º capítulo seguido das teses de Feuerbach.** São Paulo: Moraes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Moraes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas.** Volume I. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

\_\_\_\_\_. **Prefácio de 1859.** In: MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 25.

\_\_\_\_\_. **Crítica da educação e do ensino.** Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer.** 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MÉSZÁROS, I. "Revolução social e divisão do trabalho". In: MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial. p. 327-357. \_\_\_\_\_ (2004). "A constituição da solidariedade". In: MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial. p. 359-458.

MIGUEL, M.E. B. A escola normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAUJO, Jose Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil: Do Império à República.** Campinas, SP: Alínea, 2008.p. 145-161.

MIGUEL, M.E. B.; VIEIRA.A.M.D.P. A escola nova no Paraná: Avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional,** Curitiba, v. 5, n.14, p.93-100, jan./abr. 2005.

MIGUEL, M. E. B. **A Formação do Professor e a Organização Social do Trabalho.** Curitiba, ED. da UFPR, 1997.

MIRANDA, W. M. **Narrativas da modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez Edita, 2011.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis.** Coleção Os Pensadores. Livro XI, capítulos I-VI. São Paulo, Abril, 1973.

MOTA, S.V. **Urbanização e Meio Ambiente.** 3 ed. Rio de Janeiro, ABES, 2003.

MUZZILLO, C. **1001 ruas de Curitiba.** Organizado por Camila Muzzillo. Curitiba. Artes & Textos. 2011.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, **Catálogo da Correspondência Ativa de George Craig Smith,** Londrina, 2012

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro, 2001.

NEVES, L.M.W. **Educação e política no Brasil de Hoje**. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez, 1994.

NEY, A. Formação de profissionais da educação. In: **Política Educacional: organização e estruturada educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak. 2008. Cap. 8, p.169 - 184.

NISKIER, A. **Educação Brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NOGUEIRA, M.A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NORONHA, O. **Ideologia, Trabalho e Educação**. Campinas, Alínea, 2004

NUNES, C. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: Seed, 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p. 15-30.

OLIVEIRA, R. P. de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de, ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. Análise da LDB e Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001, p. 15-43.

ORLANDI, E. P. **linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OZGA, J. **Investigação em políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto: Porto, 2000.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**. 6ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PAIVA, V. A escola Pública Brasileira no início do Século XXI: Lições de História. In: **A escola pública no Brasil: História e historiografia**. Org. José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005



PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado**, pelo Dr. Francisco Xavier da Silva. Presidente do Estado. Curitiba, 1911.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado**, pelo Dr. Affonso Alves de Camargo. Presidente do Estado. Curitiba, 1920.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado**, pelo senhor Manoel Ribas, interventor do Paraná. Curitiba, 1935.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório apresentado ao Sr. Getúlio Vargas**, presidente da República, pelo senhor Manoel Ribas, interventor do Paraná. Curitiba, 1937.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado na abertura da sessão Legislativa de 1947**, pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1947.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado na abertura da sessão Legislativa de 1947**, pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1947.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1948 pelo Sr. Moysés Lupion**. Governador do Paraná. Curitiba, 1948.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1950 pelo Sr. Moysés Lupion**. Governador do Paraná. Curitiba, 1950.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1951 pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Neto**. Governador do Paraná. Curitiba, 1951.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1956 pelo Sr. Moysés Lupion**. Governador do Paraná. Curitiba, 1956.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1957 pelo Sr. Moysés Lupion**. Governador do Paraná. Curitiba, 1957.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1958 pelo Sr. Moysés Lupion. Governador do Paraná. Curitiba, 1958.

\_\_\_\_\_. Casa Civil do Paraná. 2011. Acesso: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>

\_\_\_\_\_. Lei 5 – 20 de novembro de 1947. Publicado no Diário Oficial nº. 210 de Dezembro de 1947.

\_\_\_\_\_. Lei 6 – 20 de novembro de 1947. Publicado no Diário Oficial nº. 228 de Dezembro de 1947.

\_\_\_\_\_. Lei 132 – 10 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 212 de Novembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 137 – 18 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 218 de Novembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 144 – 18 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 220 de Novembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 145 – 18 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 220 de Novembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 149 – 18 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 220 de Dezembro de 1948.

PARANÁ. Lei 153 – 23 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 222 de Novembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 167 – 02 de dezembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 232 de Dezembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 130 – 07 de dezembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 235 de Dezembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 127 – 18 de novembro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 218 de Novembro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 119 – 15 de outubro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 194 de outubro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 64 – 21 de fevereiro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 297 de fevereiro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 194 – 21 de janeiro de 1948. Publicado no Diário Oficial nº. 260 de janeiro de 1948.

\_\_\_\_\_. Lei 28 – 09 de janeiro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 271 de janeiro de 1949.

PARANÁ. **Lei 270** – 12 de outubro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 194 de outubro de 1949.

\_\_\_\_\_. **Lei 278** – 31 de outubro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 210 de novembro de 1949.

\_\_\_\_\_. **Lei 282** – 4 de novembro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 221 de novembro de 1949.

\_\_\_\_\_. **Lei 289** – 17 de novembro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 244 de dezembro de 1949.

\_\_\_\_\_. **Lei 296** – 30 de novembro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 233 de dezembro de 1949.

\_\_\_\_\_. **Lei 305** – 01 de dezembro de 1949. Publicado no Diário Oficial nº. 233 de dezembro de 1949.

\_\_\_\_\_. **Lei 337** – 20 de maio de 1950. Publicado no Diário Oficial nº. 65 de maio de 1950.

\_\_\_\_\_. **Lei 437** – 24 de novembro de 1950. Publicado no Diário Oficial nº. 221 de novembro de 1950.

\_\_\_\_\_. **Lei 452** – 29 de novembro de 1950. Publicado no Diário Oficial nº. 226 de dezembro de 1950.

\_\_\_\_\_. **Lei 487** – 13 de dezembro de 1950. Publicado no Diário Oficial nº. 234 de dezembro de 1950.

\_\_\_\_\_. **Lei 514** – 26 de dezembro de 1950. Publicado no Diário Oficial nº. 245 de dezembro de 1950.

\_\_\_\_\_. **Lei 529** – 03 de janeiro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 250 de janeiro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 532** – 03 de janeiro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 250 de janeiro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 620** – 27 de janeiro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 271 de janeiro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 637** – 30 de janeiro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 272 de janeiro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 644** – 20 de abril de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 41 de abril de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 698** – 14 de setembro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 157 de setembro de 1951.

PARANÁ. **Lei 717** – 04 de outubro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 174 de outubro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 720** – 15 de outubro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 183 de outubro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 761** – 30 de outubro de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 206 de novembro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 644** – 20 de abril de 1951. Publicado no Diário Oficial nº. 41 de abril de 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei 892** – 06 de setembro de 1952. Publicado no Diário Oficial nº. 11 de abril de 1952.

\_\_\_\_\_. **Lei 1074** – 11 de dezembro de 1952. Publicado no Diário Oficial nº. 229 de dezembro de 1952.

\_\_\_\_\_. **Lei 1476** – 01 de dezembro de 1953. Publicado no Diário Oficial nº. 219 de dezembro de 1953.

\_\_\_\_\_. **Lei 1229** – 18 de setembro de 1953. Publicado no Diário Oficial nº. 161 de setembro de 1953.

\_\_\_\_\_. **Lei 1277** – 12 de outubro de 1953. Publicado no Diário Oficial nº. 178 de outubro de 1953.

\_\_\_\_\_. **Lei 1358** – 24 de outubro de 1953. Publicado no Diário Oficial nº. 189 de outubro de 1953.

\_\_\_\_\_. **Lei 1414** – 16 de novembro de 1953. Publicado no Diário Oficial nº. 233 de dezembro de 1953.

\_\_\_\_\_. **Lei 2112** – 23 de julho de 1954. Publicado no Diário Oficial nº. 116 de julho de 1954.

\_\_\_\_\_. **Lei 2585** – 30 de janeiro de 1956. Publicado no Diário Oficial nº. 270 de fevereiro de 1956.

\_\_\_\_\_. **Lei 3308** – 04 de setembro de 1957. Publicado no Diário Oficial nº. 151 de setembro de 1957.

\_\_\_\_\_. **Lei 3843** – 09 de dezembro de 1958. Publicado no Diário Oficial nº. 231 de dezembro de 1958.

PAZ, F.M. **Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PERONI, V. **Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PICHELI, V. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 – 1944)**. Tese Doutorado, FE/Unicamp, Campinas, 1997.

PILOTTO, O. **A criação da Província do Paraná**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, v.43, p.15, 1954.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. 7ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

ROCHA NETO, B.M. da. **O Paraná: Ensaios**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

ROCHA, M.B.M. **Educação Conformada: a política pública de Educação (1930-1945)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

RODRIGUES, R. P. **O colapso da URSS: um estudo das causas**. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil**. 13.ª edição - Petrópolis: Vozes, 1999.

SALLES, J. O. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial na década de 1940-1950: o caso do Grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo da Costa de (org.). **A Construção do Paraná Moderno: políticos e política de governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004, p. 35-140.

SANFELICE, J. L. **O Manifesto dos Educadores (1959): à Luz da História**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007

SANTOS, A.M. dos. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. **Tese de Doutorado**, 2000.

SANTOS, F. **Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3. 1997

SARDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SARMENTO, D.C. **Sistemas de Ensino no Brasil: formação da identidade nacional e efeitos da globalização**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007.

SARTORI, G. A teoria democrática revisitada. In.: **O debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SAVIANI, D. História da Escola Pública no Brasil: Questões para Pesquisa. In: **A escola pública no Brasil: História e historiografia**. Org. José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara.** 32ª edição. Campinas, Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** Campinas, Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1986.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema.** 2ª ed. São Paulo Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, M. D. **A educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945).** Panorama, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.

SHIROMA, E.; CAMPOS, R.F.; GARCIA, R.M.C. **Decifrar textos para compreender política educacional: subsídios teórico – metodológicos para análise de documentos.** Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 472-446, jul./dez.2005.

SHIROMA, E.O; MORAES, C.M.M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, G.B. **Educação e Desenvolvimento Nacional. Revista brasileira de história da educação** n° 6 jul./dez. 2003.

SINGER, P. **Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento.** In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1984.

SKIDMORE, T. **De Getúlio a Castelo.** São Paulo: Paz e Terra, 1969.

SEYFERTH, G. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo.** In: **Repensando o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

THIESSE, A.M. **A criação das identidades nacionais.** Lisboa: Temas e Debates, 1999, p.15-16.

TORRES, A. **O problema nacional brasileiro.** São Paulo, Ed. Nacional, 1933, p.179

TRINDADE, E.M. de C. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República.** Curitiba: Farol do Saber, 1996.

\_\_\_\_\_. **Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional.** In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH).** Curitiba, 1997.

TRINDADE, E.M. C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná. Coleção História do Paraná – textos introdutórios.** Curitiba-PR: SEED, 2001

TRINTIN, J.G. **A nova economia paranaense: 1970-2000.** Maringá, Eduem, 2006.

UNESCO. **Conferencia General Novena Reunión Nueva Delhi, Resoluciones,** 1956.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948.

VIANNA, F. J. de O. **Populações meridionais do Brasil: História, organização e psicologia.** 5ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio Ed., 1952

VIEIRA, C. E. **O movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. Educar em Revista,** Curitiba, n. 18, p. 53-73, 2001.

VIEIRA, S.L.; FREITAS, I.M.S.de. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica.** Brasília: Plano Editora, 2003.

WACHOWICZ, R.C. **História do Paraná.** 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WACHOWICZ, R.C. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 2002.

WACHOWICZ, R.C. **História do Paraná.** 6 ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

WEFFORT, F. C. **O populismo na Política Brasileira.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por que Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

XAVIER, M.E.S.P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961).** Campinas: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. O debate historiográfico da escola pública no Brasil. In: **A escola pública no Brasil: História e historiografia.** Org. José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – MENSAGENS DO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION (1º E 2º GOVERNO) E LEGISLAÇÃO UTILIZADAS COMO FONTE PRIMÁRIA**



**ANEXO 1 e 2 - MENSAGENS APRESENTADA À ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO  
LEGISLATIVA DE 1948 PELO SENHOR MOYSÉS LUPION, GOVERNADOR  
DO PARANÁ, CURITIBA, PARANÁ, 1948.**

# MENSAGEM

APRESENTADA À  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA Sessão LEGISLATIVA DE 1948  
PELO  
SENHOR MOYSES LUPION  
GOVERNADOR DO PARANÁ



CURITIBA — PARANÁ  
1948

353 03/3  
2223  
1948

## EDUCAÇÃO E CULTURA

### I

Num sistema escolar, temos de considerar a existência de instituições de educação ordinária, de educação emendativa e de educação supletiva, entendendo-se como ordinária a que é dada aos indivíduos normais, na época apropriada; como emendativa, a que é dada a anormais, e aqui teremos de considerar, sobretudo, os anormais dos sentidos, os anormais da inteligência e os anormais do caráter; e entende-se como supletiva, a educação dada a indivíduos que, ainda que normais, não receberam a formação comum na época adequada.

**EDUCAÇÃO ORDINÁRIA** — Devemos destacar, aqui, dois níveis fundamentais: o da formação geral e o da formação especializada ou profissional.

No nível da formação geral, devem ser colocados os cursos pré-primários, ordinariamente jardins da infância, os cursos primários e o atual primeiro ciclo do curso ginásial.

A nossa deficiência no que se refere a cursos pré-primários é absolutamente evidente, em número e em qualidade.

De outra parte, cremos que o nível técnico do nosso ensino pré-primário é ainda bastante baixo. Concorre para isso a falta de professores especializados. As nossas Escolas Normais não têm cursos de especialização neste sentido e só agora a organização do Instituto de Educação de Curitiba capacitou esse centro de formação do magistério para a formação de professores especializados.

Até aqui, as nossas Escolas Normais ministraram apenas o necessário para a formação geral do professor.

No que se refere ao ensino primário, deixemos que os números falem.

A matrícula geral, isto é, a dos alunos que se apresentam, no início do ano, para a matrícula, foi de 108.158 alunos. E a matrícula efetiva, isto é, a dos alunos que passaram a frequentar regularmente as classes foi de 78.955 alunos. Uma diferença, pois, de 29.203 alunos, ou sejam

27,2% sobre o total. Como não temos elementos estatísticos para saber quantos desses alunos procuraram escolas particulares, e nos faltam elementos de julgamento das causas daquela diferença, aquêles dados não tem mais valor do que simples ponto de partida para estudos posteriores.

Dos 78.955 alunos matriculados efetivamente, foram aprovados 41.179, ou seja, a média de 52,3 % do total. O melhor índice apresenta Curitiba, com 68,5 % de aprovações, seguindo-se a zona norte do Estado, com uma média de 60 %. O índice mais baixo oferece a zona de Guarapuava, Prudentópolis e Pitanga, com u'a média de 35,5 %. 23 Municípios assinalam 44 a 47 %. Os demais entram na casa dos 50 %.

Deve-se considerar que tais números de reprovações incidem, fundamentalmente, nas classes iniciais do curso primário, sobretudo no 1.º ano, de modo que a porcentagem, aí, toma bem maior vulto. Si se somar esse fato ao outro, de que só uma bem reduzida parte da população escolar que iniciou o curso primário o conclui, diminuindo, sensivelmente, o número de alunos na medida em que nos aproximamos dos últimos anos primários, — verifica-se a conclusão inafastável de que, mesmo do número de alunos que acorrem à escola, apenas uma porção bastante reduzida chega a ter mesmo um aproveitamento de grau primário.

Apreciando a questão do ponto de vista econômico, e considerando apenas as despesas com o pessoal e material, mesmo sem computar as despesas com edificações escolares, encontramos que o custo anual por aluno aprovado importa, neste caso, na média, para o Estado, em Cr. \$ 504,00, preço que se deve considerar elevadíssimo. É de considerar-se que esse preço médio decorre de valores extremamente oscilantes pelos diversos municípios.

Acréscenariamos que esse cálculo teria de ser retificado em alguns casos, como no da Capital. Como êle foi feito na base de vários vencimentos dos professores primários, que podem pertencer a níveis bem diferentes, teríamos de fazer uma correção para o caso em que, como no Município de Curitiba, lecionam apenas professores normalistas, cuja remuneração é, naturalmente, mais alta. E assim, e ainda pelo fato de-mais conhecido da exagerada e desnecessária concentração de professores na Capital, terminaríamos por verificar que o aluno de Curitiba é o mais caro do Paraná aos cofres públicos, podendo-se estimar o seu custo médio em, no mínimo, Cr. \$ 1.000,00.

Sem nos demorarmos mais na análise dos números que compõem a nossa estatística escolar primária, — vemos bem indicado que teremos de procurar maior rendimento por um preço mais baixo, de vez que devemos considerar como insatisfatórios, os pontos atuais atingidos nesses dois sentidos.

No que se refere à situação do ensino secundário do primeiro ciclo, desde que, como é sabido, a sua organização está subordinada a padrões e fiscalização federal, visivelmente cabe ao Estado, apenas, manter a normalidade do funcionamento dos seus estabelecimentos.

A vulgarização bastante ampla de tal ciclo secundário, que, nas cidades mais importantes do Estado, já se vai fazendo um ponto obrigatório da formação de cada jovem, representa um inegável progresso na conquista de níveis mais altos para a cultura geral popular.

É certo que o rendimento, por vezes, de tais cursos, está abaixo do

que devemos desejar. Mesmo assim, na formação de uma mentalidade exigente de um grau mais alto de formação geral da juventude, devemos considerar que realizamos um bem avançado passo adiante.

O capítulo da formação profissional não é para nós muito animador. As nossas instituições estaduais, neste sentido, carecem, por completo, de ser ordenadas em um sistema. São simples unidades isoladas, sem articulação entre si e, muitas vezes, sem correspondência com as necessidades do ambiente e a feição psicológica de cada uma das idades dos escolares que as frequentam, além de terem algumas delas uma estrutura bem apartada dos atuais conhecimentos sobre formação profissional da juventude.

Tendo a Constituição estadual estabelecido que o Estado promoverá o estabelecimento de cursos vocacionais junto às escolas e a criação de cursos de orientação e formação profissionais, nas zonas urbanas e rurais, de acordo com as peculiaridades de cada região, — precisamos chegar, agora, a um plano administrativo neste sector.

O que temos realizado até agora, neste sentido, as unidades que possuímos, são as nossas Escolas de Trabalhadores Rurais, as nossas Escolas de Pesca, a Escola Profissional Feminina, as Escolas Normais e o Instituto de Educação da Capital, e as Escolas Superiores de Agronomia, Veterinária e Química.

Nada temos em relação ao ensino propriamente vocacional, como não temos nada que seja da ordem da orientação profissional.

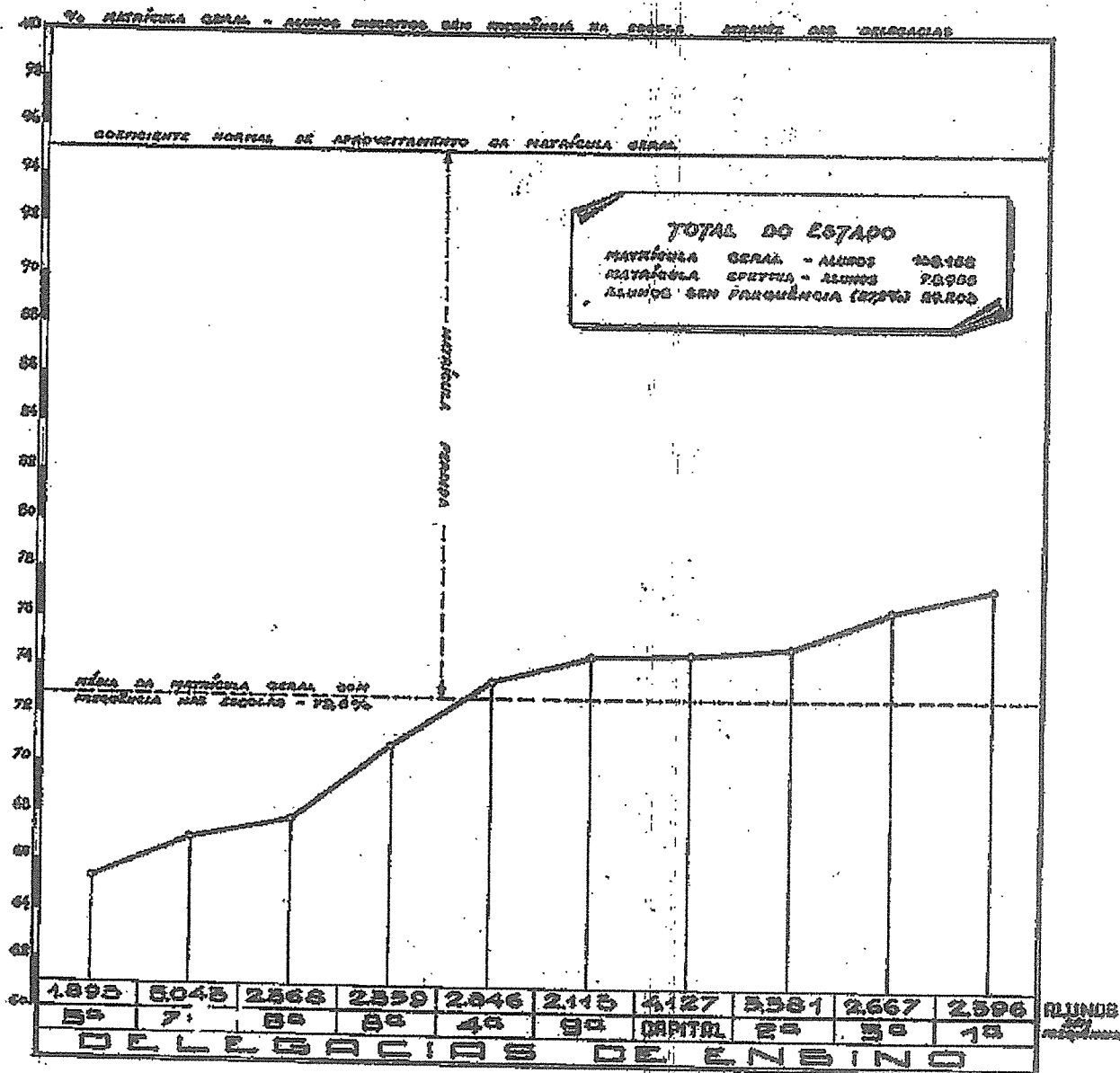
Assim, pois, o trabalho a realizar consiste, primeiro, em obter um plano orgânico de instituições do Estado para educação profissional — um plano articulado com o sistema da União, — que principie com a educação vocacional, e dar, depois, às unidades desse conjunto, uma estrutura em dia com os conhecimentos atuais sobre a matéria.

É este um capítulo em que, por assim dizer, temos tudo para realizar ou sistematizar e racionalizar ao menos.

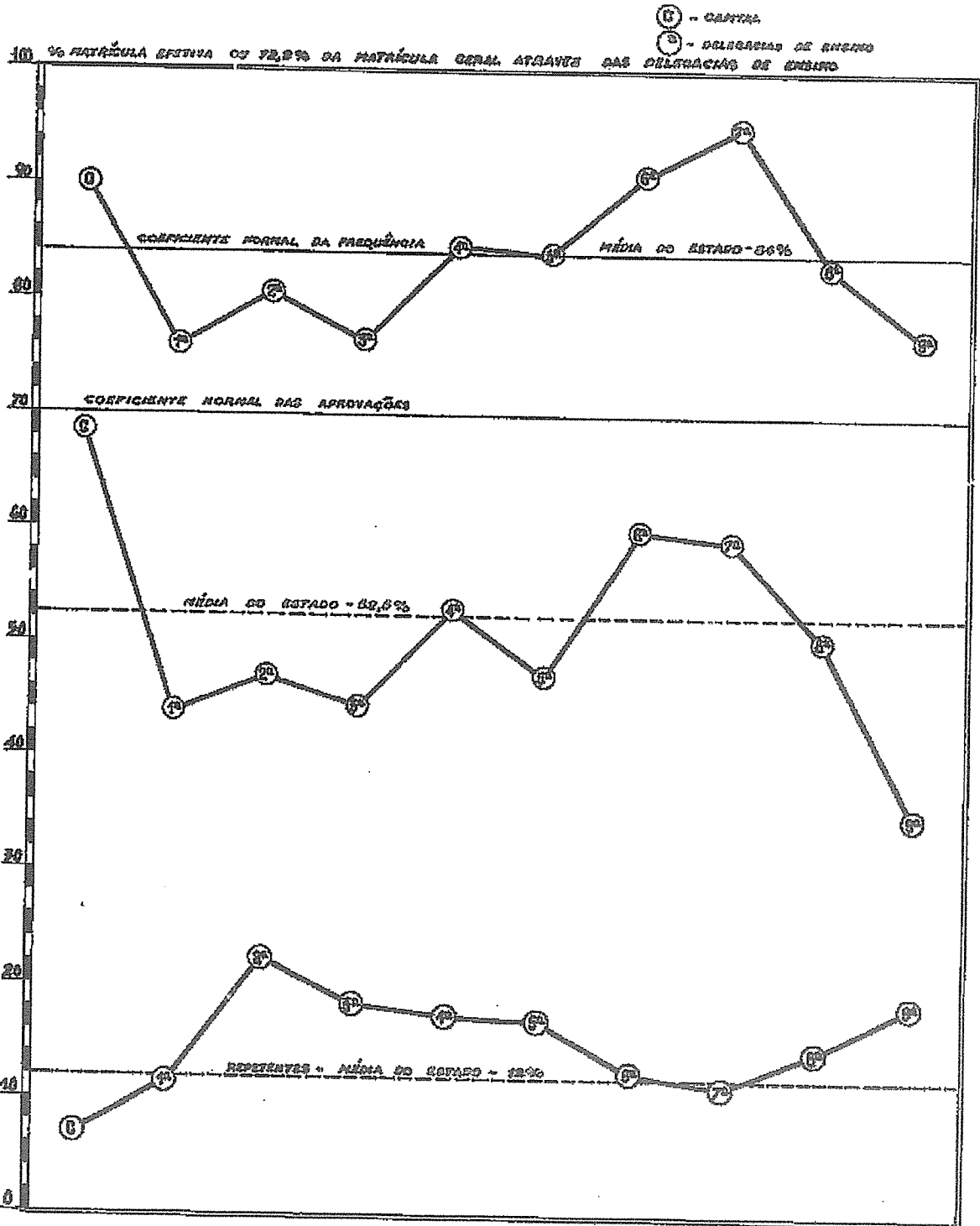
**EDUCAÇÃO EMENDATIVA E EDUCAÇÃO SUPLETIVA** — No que à educação emendativa se refere, já fizemos menção de que um sistema, neste sector, deve prever a existência de um aparelhamento para a educação de anormais do caráter, anormais da sensibilidade e anormais da inteligência, e o aparelhamento para cada um dos casos deve conter, muitas vezes, um conjunto largo de unidades, corretamente articuladas em uma estrutura orgânica, visando, como no caso das anormalias do caráter, não apenas corrigi-las, mas sobretudo preveni-las e evitá-las.

A Escola Correccional da Ilha das Cobras, escola de pesca, é a única unidade que possuímos para os menores delinquentes. Está, é bem evidente para quem a conheça, absolutamente fora de tudo que se tem preconizado sobre esse assunto. Não há, nela, nada de um estudo científico do menor delinquente, fundamental para qualquer trabalho correctivo, nada de classificação dos menores segundo os casos que apresentam, nada de técnico na educação ou reeducação, — e, ao lado disso, uma orientação profissional unilateral e viciada, pois que nenhum talvez dos menores aí formados irá se destinar às atividades da pesca, de modo

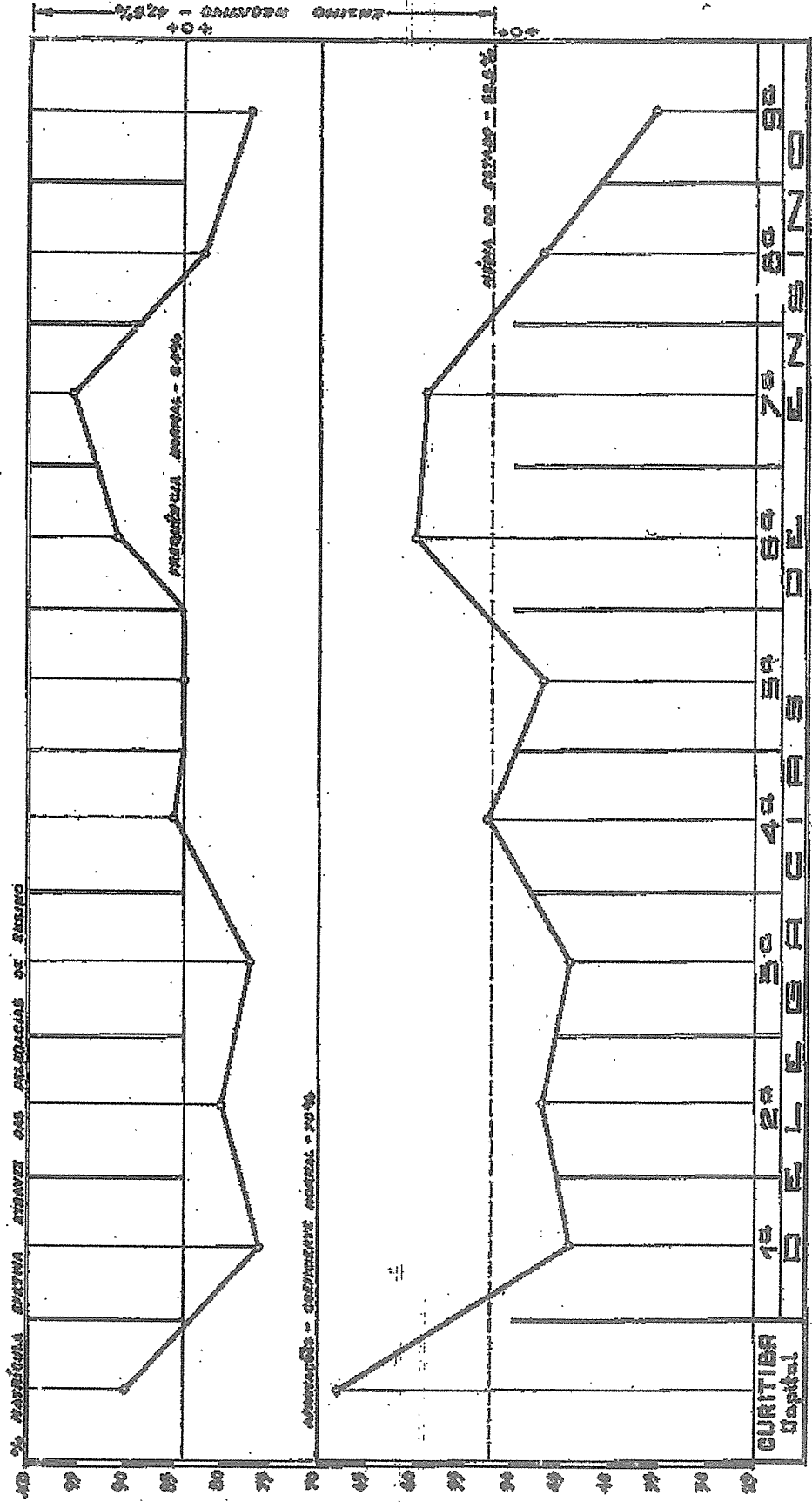
# Estadística Escolar do Ensino Primário



# ESTADÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO



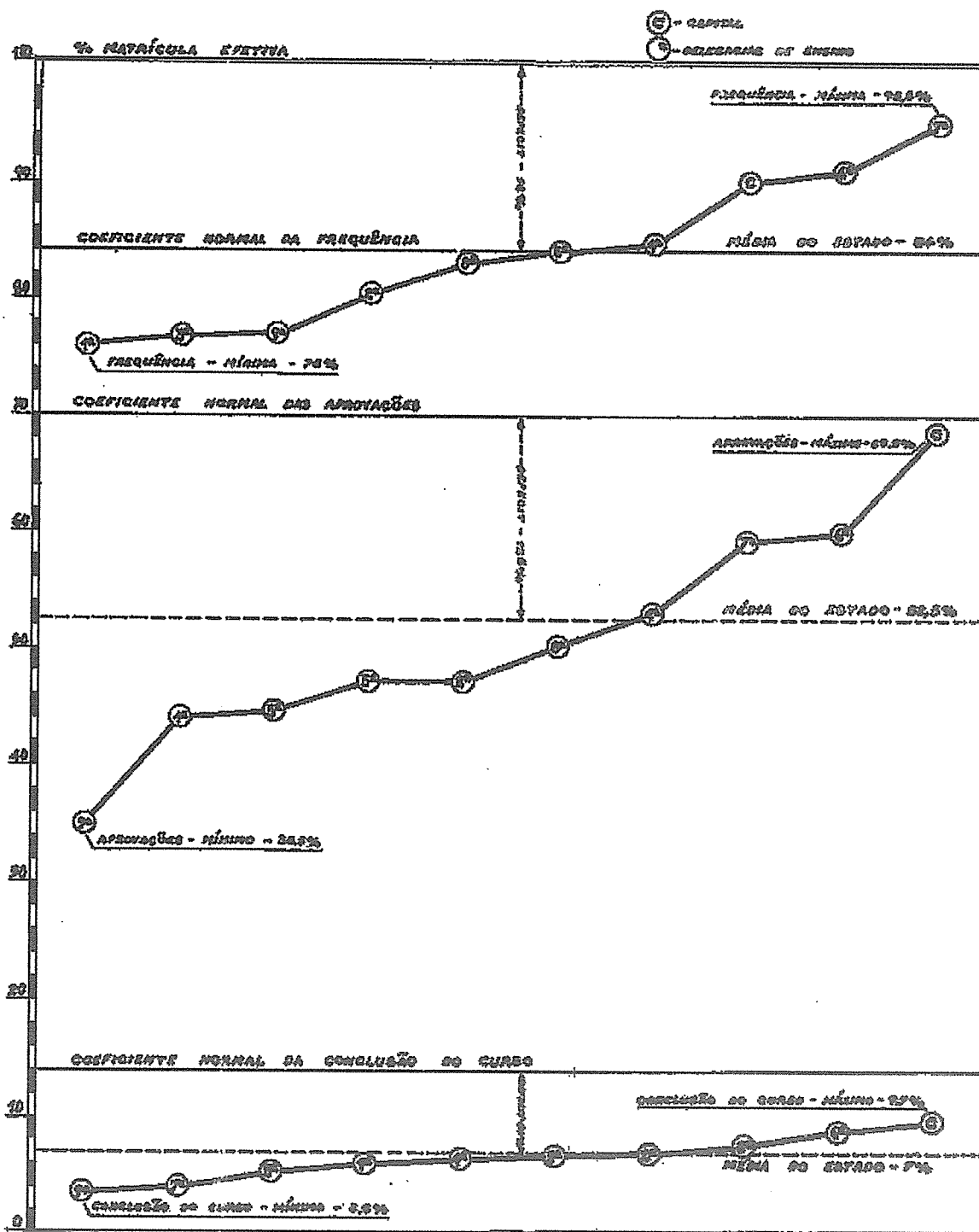
# ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO



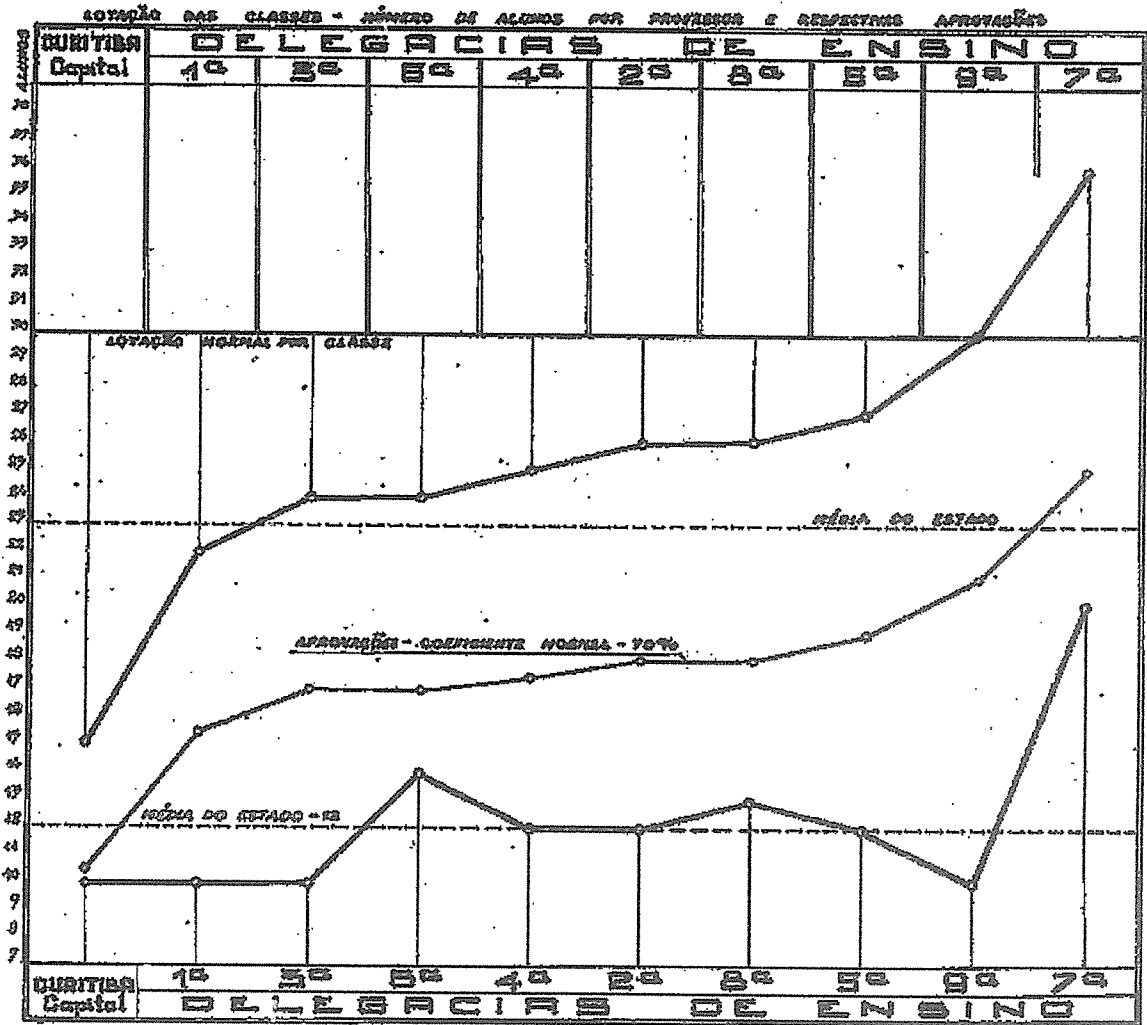


# ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO

DIAGRAMAS COMPARATIVOS DA FREQUÊNCIA, APROVAÇÕES E CONCLUSÃO DE CURSO

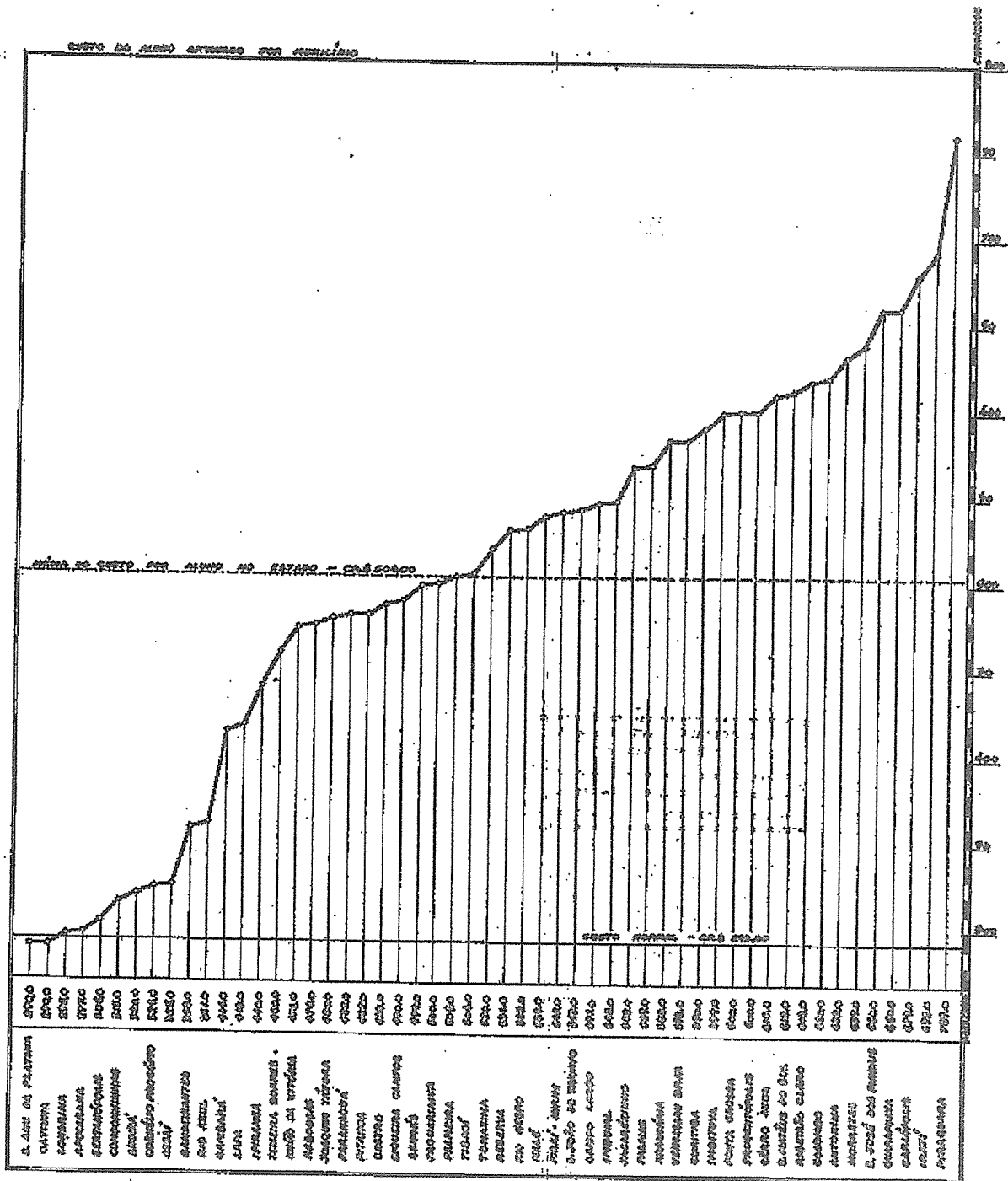


# ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO





# Estatística Escolar do Ensino Primário



que, ao sair da Escola, já adulto, na verdade sai sem nenhuma formação profissional. Podem-se imaginar as consequências que este fato apenas pode determinar.

De resto, cremos que não bastaria mesmo resolver apenas o problema desta escola, quando cuidarmos da educação emendativa. Só um sistema de organizações, visando ao mesmo tempo prevenir e corrigir, pode ser corretamente indicado para o caso.

As nossas instituições para os anormais da sensibilidade são duas organizações particulares, a que o Estado dá uma ampla assistência: O Instituto Paranaense de Cegos e o Instituto Pestalozzi para surdo-mudos, que funcionam em edifícios públicos, construídos expressamente para isso, sem o objetivo de lucro para os seus organizadores e mantenedores.

O nosso aparelho escolar de ensino supletivo deve ser considerado satisfatório enquanto ao número das suas unidades, agora consideravelmente aumentado com o auxílio federal, fazendo-se necessário, porém, a organização de uma propagação sistemática e regular e técnica dos mesmos, através, talvez, de órgãos próprios, de modo a atingir profundamente as camadas populares que de tal ensino possam necessitar. Essa propagação tem de fazer parte do próprio sistema, como uma unidade ou uma fração dele, permanente e realizada tecnicamente, de modo a que possamos obter um rendimento maior por menor preço, obtendo uma afliência maior e maior frequência aos cursos. De outra parte, precisamos melhorar o nível da processuação do ensino neste sector.

Constituem, hoje, parte obrigatória de um sistema público de educação, as instituições para-escolares e post-escolares. Muito pouco podemos apresentar neste campo e devemos considerá-lo um defeito importante a remediar em nosso organismo educacional.

Os gráficos que se seguem materializam as indicações que fizemos sobre o nosso sistema escolar primário.

## II

Desejamos destacadamente contar, entre as realizações do nosso govêrno, a criação do Departamento de Cultura e Divulgação, na Secretaria de Educação e Cultura, e, entre as realizações do novo órgão, o fato de que a grande maioria das atividades culturais e, particularmente, artísticas de nosso meio contou, de modo sistemático, com a colaboração do Estado, ao qual coube, em muitas vezes, desde a iniciativa do empreendimento.

Salientaríamos dessas iniciativas, as comemorações do Dia do Paraná, as conferências, — inaugurais de uma série que pretendemos promover, — dos intelectuais brasileiros Sérgio Milliet e José Geraldo Vieira, o patrocínio do concurso de solistas promovido pela Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê, a realização do IV Salão Paranaense de Belas Artes, o lançamento da campanha inicial para a coleta do material folclórico do Estado, os entendimentos preliminares com o Instituto Histórico e Geográfico do Estado para a elaboração da História do Paraná, e a realização da 1.<sup>a</sup> Exposição itinerante de pintura na cidade de Paranaguá.

Tem o mesmo sentido que a criação do Departamento de Cultura, a criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que, de futuro, deve integrar a Universidade do Paraná, e a lei n.º 33, de 17 de janeiro de 1948, pela qual se manda reservar como patrimônio inalienável do Estado, áreas territoriais mínimas de 121 hectares de terras devolutas, nas regiões onde estão situados os remanescentes das primitivas reduções jesuíticas de Vila Rica, S. Tomé, Arcângelo, Santo Antônio, Encarnação, S. Miguel, Loreto, Santo Inácio, Jesus Maria e Guaira.

**ANEXO 3 – MENSAGENS APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1950 PELO SENHOR MOYSÉS LUPION, GOVERNADOR DO PARANÁ, CURITIBA, PARANÁ, 1950.**

# MENSAGEM



APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1950

PELO

SENHOR MOYSES LUPION

GOVERNADOR DO PARANÁ



CURITIBA — PARANÁ

1950

352.021  
1950



Hoje existem 77 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e 80 Postos de Puericultura estão em pleno funcionamento na Capital e no Interior do Estado.

Em seus três anos de vida o Departamento da Criança fundou 50 Associações e foi responsável direto pelo aumento do número de unidades de proteção direta à Mãe e ao Filho, de 35 para 80.

Apenas 7 Municípios não possuem Postos de Puericultura, cujas instalações e funcionamento estão previstos para o 1.º semestre de 1950, quando então cumprimos o "slogan" do Paraná: "Um Posto de Puericultura em cada Município".

Ainda para o ano de 1950 está prevista a inauguração, do Centro de Puericultura da Capital, órgão indispensável para formação de pessoal técnico; o funcionamento do Posto Flutuante para o litoral; o funcionamento do Posto Volante, em cooperação com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; o fornecimento de alimentação às crianças que viajam em nossa ferrovias; a construção do Centro de Puericultura de Londrina, tipo padrão, resultado da Campanha Nacional da Criança, naquele Município; e a continuação e intensificação de auxílios às Instituições de Proteção à Maternidade e à Infância do Paraná.

Em abril de 49 esteve nesta Capital um representante do Departamento Nacional da Criança, que com nossos técnicos estudou o programa de realizações e localizações de obras de proteção à Maternidade e à Infância, sendo então nosso Estado contemplado com o auxílio financeiro de Cr\$ . . . . . 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros) distribuído por diversas instituições.

## EDUCAÇÃO PÚBLICA

Passando à educação pública, mencionemos:

I — O primeiro fato ponderável que desejamos citar é o plano de aumento e ampliação da rede de ensino primário rural, que puzemos em execução estabelecendo um regime de acôrdo com os municípios, mediante o qual o Estado assumiu a responsabilidade financeira pela abertura de escolas na zona rural, pagando os professores, dotando-as de material e assistindo-as tecnicamente. No ano de 1949 pudemos abrir perto de quinhentas novas escolas na zona rural do Estado e em 1950 esperamos atingir às 1.200 unidades que estão previstas no plano. Saliente-se o



fato de que o total das escolas da zona rural ao assumirmos o governo não atingia em seu conjunto a 1.100 unidades.

2 — Perto de quinze mil crianças foram beneficiadas com as escolas desse plano de ampliação da rede escolar rural do Estado.

3 — As escolas da zona rural, com uma frequência alarmante, eram escolas apenas de 1.º ano primário e as nossas crianças da zona rural só tinham, na maioria das vezes, assim, uma formação de 1.º ano primário. Assim é que em 1948 ainda, para 32.000 alunos matriculados no primeiro ano em todo o Estado na zona rural tínhamos apenas 7.000 alunos aproximadamente, no segundo ano, ou seja uma porcentagem de menos de 22% de alunos de segundo ano em relação à matrícula no 1.º ano. Iniciamos uma verdadeira batalha nesse domínio e hoje a nossa porcentagem, encerrando o ano, é de 32% naquele mesmo sentido. Leve-se em conta que a criação de numerosas classes em lugares onde se abria a escola pela primeira vez ou onde de há muito não havia escola, forçando a matrícula no primeiro ano exclusivamente, diminuiu aquele tão importante índice, fazendo com que êle apenas em parte exprima a realidade do que foi atingido tão auspiciosamente. Si descontarmos os números referentes às novas escolas criadas que, por força, na grande maioria das vezes, só podiam ter alunos de primeiro ano, chegaremos ao fato muitíssimo satisfatório de que aquele índice de 32% exprime apenas uma parcela da vitória alcançada que, na verdade, é muito mais significativa ainda.

4 — Distribuimos às escolas da zona rural 25.000 cartilhas de um método simples, adequado à incipiente formação da maioria do nosso professorado dessas escolas.

5 — Na batalha do rendimento dessas mesmas escolas, organizamos para as professoras das escolas isoladas da zona rural cursos com o objetivo de comunicar-lhes técnica muito simples para o ensino fundamental da leitura, da escrita e do cálculo do 1.º ano, e para que elas alcancem fazer a sua escola mais agradável e mais profundamente educativa. Esses cursos foram assistidos, em todo o Estado, por mais de 1.000 professoras, e foram ministrados nas sedes dos municípios pelos inspetores de ensino, segundo um plano que êstes aprenderam, por sua vez, em cursos, nas sedes das regiões, lecionados pelo próprio Secretário de Educação e Cultura. Temos a convicção plena de que tais cursos darão, para o ano de 50, os melhores resultados em rendimento de nossas escolas rurais, pelos índices de aproveitamento manifestados pelos professores que os cursaram.

6 — Procurando aproximar a escola das populações adultas da zona rural com o objetivo de influir sobre elas e de receber, por sua vez, o benefício de sua influência, promovemos a criação, em tórno das escolas isoladas rurais, dos centros de amigos da escola. Temos, já, 249 em funcionamento.

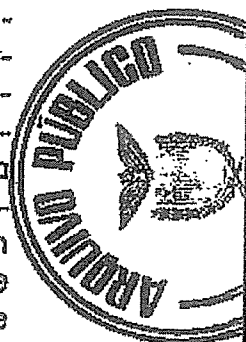
7 — Como medida substancial, e sem dúvida a de maior alcance no sentido de dar solução ao problema da escola isolada rural, procuramos formar o mestre rural na própria região onde reside, como a única solução para se chegar a possuir um corpo de professores rurais tènicamente preparados para a sua função. E, nêsse sentido, criamos dezenove (19) Cursos Normais Regionais, quando anteriormente não tínhamos nenhum, e é essa a mais profunda das medidas de nossa administração no sector do ensino primário, destinada a dar ao problema que assim se enfrenta uma solução definitiva dentro dos próximos anos. De par com a sua criação, baixamos os programas respectivos, que são uma verdadeira orientação para a sua vida e o seu espírito, e, nesse sentido, talvez tenhamos nos adiantado alguma coisa sobre o que de melhor possa estar feito no Brasil.

8 — Deixando de parte o assunto da escola isolada rural, e considerando a escola primária urbana, procurando melhorar o seu rendimento e evitar, também aqui, o desperdício, fizemos uma verdadeira batalha contra as reprovações. E conseguimos passar dos 52% atingidos em 1948, para 67%, em 1949.

9 — Procurando orientar o nosso magistério primário e aperfeiçoar a sua formação técnica, organizamos vários cursos de aperfeiçoamento no Instituto de Educação de Curitiba, e tais cursos foram constituídos em função de produzir uma melhoria imediata da qualidade do ensino em várias atividades do curso primário e tivemos a satisfação de ver os resultados obtidos nas demonstrações coletivas que, a propósito, promovemos, ao finalizar o ano letivo, reunindo os resultados colhidos nos grupos da nossa Capital.

10 — Dando, agora, um passo mais substancial, baixamos os programas mínimos e experimentais para os nossos grupos escolares primários, segundo os padrões adotados nos grandes Estados do Brasil e a orientação seguida pelos programas sugeridos pelo próprio Ministério da Educação.

11 — Passando do plano primário para o secundário, fundamos oito (8) novos Ginásios Estaduais, auxiliamos financeiramente aos ginásios municipais e a vários ginásios particulares que, pela sua localização no interior do Estado, estão prestando muito valiosa contribuição à educação do povo, e realizamos a



estadualização da maioria daqueles Ginásios Municipais, aliviando assim as administrações locais de responsabilidades pesadas que não poderiam mesmo suportar sem o auxílio do Estado. Completos êsses processos, teremos, em um ano, ampliado a rede de ginásios do Estado em vinte novas unidades, situadas tôdas fora da Capital do Estado, em tôdos os pontos de nosso território onde era tècnicamente possível abrí-las. É a realização que principia, pelo lado numerico, do ideal da educação secundária para toãos.

12 — Criamos mais 3 Escolas Normais Secundárias, localizadas em Guarapuava, União da Vitória e Rio Negro.

13 — Completando as medidas dêsse sentido, obtivemos a lei da gratuidade do ensino secundário e normal no Estado.

14 — Mas, porque estamos certos que a gratuidade não basta, instituímos um regime de bolsas cujo significado se pode traduzir dizendo que o seu objetivo, que se vai alcançar de imediato, é o de que nenhum paranaense, tendo talento, deve ser impedido de estudar por fôrça das suas condições de fortuna.

15 — Em relação, ainda, ao ensino secundário e normal, procurando dar ao seu magistério uma situação condizente com o relêvo de sua obra na formação da juventude do Paraná, dando-lhe uma situação a que tem incontestável direito, ultimamos, com uma série de atos, o que ficára estabelecido na lei 119, do ano de 1948.

16 — Elevamos a subvenção para a nossa Universidade em mais um milhão de cruzeiros, possibilitando-lhe meios para a realização de seus objetivos de pesquisa científica e para contratar notabilidades para virem ministrar cursos rápidos ou permanentes, e, ao mesmo tempo, estamos fornecendo meios aos nossos organismos estudantis de assistência e de cultura para realizarem os seus programas. Paralelamente, subvencionamos as nossas instituições de cultura superior, num propósito de que não lhes faltem meios para realizarem os seus planos de trabalho.

17 — E, num sentido de organização e atualização de nosso aparelhamento educacional, enviamos à Assembléia Legislativa o ante-projeto da Lei Orgânica da Educação no Estado, — um documento que procuramos elaborar com o máximo de apuro.

18 — Na campanha de educação de adultos, promovida com recursos do govêrno federal, conseguimos melhorar substancialmente os resultados atingidos, mesmo em relação ao ano anterior, conseguindo instalar, em todo o Estado, quatrocentos e trinta e seis cursos, que reuniram e serviram a nada menos de 10.875 alunos.

19 — Criamos o Colégio Estadual em União da Vitória e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Ponta Grossa.

20 — Criamos o Serviço de Clínica Escolar em Curitiba e estimulamos e subvencionamos a Associação de Assistência às Cantinas Escolares do Paraná.

### EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

No sector de edificações públicas, para se ter uma idéa do que foi realizado no último triênio, basta dizer que excede, apenas computadas as obras já concluídas e, assim, sem contar o que está em construção, ao que fôra feito em toda a história administrativa do Paraná, desde a instalação da Província. Assim, enquanto nos 94 anos anteriores foram construídas 184.000 m2 de área edificada, nos últimos três anos conseguimos atingir, já concluídos, 187.000 m2.

Um simples resumo pode dar uma idéa do que foi realizado neste setor em 49. Assim temos concluídos:

Grupos Escolares .....	18
Postos Mixtos de 2. <sup>a</sup> Classe .....	5
Postos de Higiene de 2. <sup>a</sup> Classe .....	4
Postos de Higiene de 1. <sup>a</sup> Classe .....	4
Delegacia de Polícia e Cadeia .....	19
Casas Escolares do Acôrdo com o Govêrno Federal .....	97
Coletoria .....	1
Foruns .....	3
Edifício para Padronização de Produtos Agrícolas .....	1
Prédio para o D.A.E. ....	1
Aumento do Quartel da Polícia .....	1
Centros de Saúde (Curitiba e Londrina) .....	2
Auditório do Ginásio de Guarapuava .....	1
Residências para o D.E. ....	1

Temos em andamento as obras seguintes:

Grupos Escolares .....	35
Postos Mixtos de 2. <sup>a</sup> Classe .....	23
Foruns .....	4
Casas Escolares .....	26
Postos de Higiene de 1. <sup>a</sup> Classe .....	2
Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas .....	16
Coletorias .....	3
Ginásios Estaduais .....	3
Colégio Estadual (Curitiba) .....	1
Colônia Penal Agrícola .....	1
Recebedoria e Inspetoria de Rendas .....	1
Escola de Trabalhadores Rurais .....	3
Hospital das Clínicas em Curitiba .....	1





Estado do Paraná



# MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1956

PELO

SENHOR MOYSÉS LUPION

GOVERNADOR DO PARANÁ

CURITIBA — PARANÁ

1956

353.0313  
2223  
1956



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Estado mantém, nos serviços de educação e cultura, mais de 8.000 funcionários, a grande maioria constituída de professores.

Para atender os encargos com a educação e para a manutenção dê-se pessoal e aquisição de material, foi consignada na lei orçamentária a importância de Cr\$ 222.904.030,10, importância essa que se mostrou insuficiente, tornando-se necessária uma suplementação de Cr\$ ..... 85.286.993,10, perfazendo-se, assim, o total de Cr\$ 308.191.023,40. Considerando-se que a renda global do Estado foi de Cr\$ 1.942.019.614,10 e que só a renda tributária atingiu a Cr\$ 1.428.510.000,00, conclue-se que a Secretaria de Educação e Cultura figurou no orçamento do Estado com mais de 15% de sua renda global e com 21,57% da renda tributária.

**Educação pré-primária:** O número atual de alunos nos nossos jardins da Infância atinge a 4.489, assim distribuídos:

nos Jardins da Infância oficiais:

— da Capital — 1.969

— do Interior — 2.230

nos Jardins da Infância subvencionados pelo Estado: — 290

Nessa atividade empregam-se 230 professores, dos quais 101 na Capital, 109 no Interior e 20 nas escolas particulares.

**Ensino primário:** O ensino primário é ministrado em 226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas oficiais com uma matrícula aproximada de 154.286 alunos. Além dessas escolas, o Estado ainda manteve 1.036 escolas primárias, com uma matrícula de 22.148 crianças, escolas essas concernentes ao acôrdo firmado com 116 municípios para a ampliação da rede do Ensino Primário Rural. Com esses acôrdos, foi dispendida a importância de Cr\$ 5.194.420,00.

A iniciativa particular tem um papel bastante sensível em todo o Estado e especialmente na sua zona norte. Acham-se registradas na Secretaria de Educação e Cultura 168 escolas primárias particulares.

As escolas oficiais e particulares acham-se assim discriminadas:

226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas do Estado;

2.614 escolas isoladas municipais e 168 escolas particulares, com um total de 16.614 professores.

A matrícula total, por sua vez, atingiu a cifra de 206.146 e as conclusões de curso, 17.424.

Para proceder à inspeção do ensino primário, conta a Secretaria de Educação e Cultura com 17 Delegados de Ensino, que dispõem do concurso dos Inspectores Regionais do Ensino.

**Ensino primário supletivo:** O ensino primário supletivo é, na sua maior parte, mantido com auxílio de verbas federais. 605 cursos funcionaram em 1955.

Em grande parte, foram localizados nas zonas rurais, sendo contemplados todos os municípios com pelo menos dois cursos, embora alguns deles não tenham conseguido instalá-los, alegando dispersão demográfica.

Além desses, funcionam, ainda, 120 classes mantidas exclusivamente pelo Estado, na Capital e 43 no Interior.

Perto de 9.000 alunos frequentaram os cursos supletivos das duas ordens referidas acima.

**Instituições complementares da escola primária:** São finalidades das instituições complementares da escola primária:

1) — proporcionar material didático, alimentação supletiva, calçado, uniforme e outros artigos, a preços razoáveis, a todos os alunos e, gratuitamente, aos menos favorecidos financeiramente; servem a isso as Caixas Escolares, Associações Benéficas, Departamentos de Assistência, Cantinas Escolares;

2) — promover a educação moral e cívica através das comemorações das datas nacionais e atividades dos centros de escotismo, bandeirantismo, civismo;

3) — possibilitar a transferência dos conhecimentos adquiridos para situações da vida real: loja escolar, centro de saúde, correio, imprensa escolar, grêmio literário;

4) — formar hábitos de ocupação útil das horas de lazer, bem como de recreação sadia por meio das orquestras e bandas infantis, bibliotecas, orfeões, discotecas, pinacotecas, ligas desportivas;

5) — despertar, nos alunos das escolas situadas nas zonas rurais, o gosto pelo cultivo da terra e os recursos que tornam a lavoura mais produtiva a fim de combater a miséria e a ignorância, através dos clubes agrícolas, fixando o homem do campo ao solo, e combatendo o êxodo rural; e

6) — concorrer para a formação de hábitos de higiene que contribuam para a preservação da saúde.

Apesar do movimento associativo ser recente, pois essa Divisão, na Secretaria, somente foi instalada em agosto de 1952, a sua ação tem sido intensa em todo o Estado, crescendo cada dia as suas atividades, já se impõe mesmo a criação de um Departamento, como fez o vizinho Estado de São Paulo.



Contam-se como atividades mais significativas neste setor:

- a) — campanha escolar de reflorestamento;
- b) — campanha de solidariedade, destinada a angariar fundos destinados a auxiliar a manutenção dos filhos sardos de lázaros, campanha que conseguiu levantar Cr\$ 70.000 00;
- c) — comemorações de todas as datas cívicas, generalizadas por todas as escolas do Estado;
- d) — intercâmbio epistolar dos escolares, não só dentro do Estado, mas pelo país e no estrangeiro;
- e) — caixas escolares, cuja receita atingiu, em 1955, a Cr\$ ..... 3.559.912,00, com uma despesa de Cr\$ 1.082.463,80.

Os serviços de instituições complementares da escola primária têm registradas 400 dessas instituições.

**Ensino normal:** Foram criadas, em 1955, Escolas Normais Secundárias em Maringá e em Cornélio Procopio.

Foram outorgados mandatos aos seguintes estabelecimentos de ensino:

Escola Normal Maria Imaculada

Escola Normal do Colégio São José

Foi autorizado o funcionamento do 2º ciclo do ensino normal das seguintes escolas:

Escola Normal Secundária de Ribeirão Claro

Escola Normal Secundária de Prudentópolis

Promoveu-se uma exposição de trabalhos didáticos com o propósito de mostrar, na Capital, as atividades e possibilidades dos Cursos Normais do Estado, exposição essa realizada nos salões do Instituto de Educação.

Menciona-se a realização do concurso efetuado na Secretaria de Educação e Cultura para provimento dos cargos de Professor Auxiliar, classe «M», do ensino secundário e normal do Estado.

Por decreto nº 18.891, de 28-11-55, foi aprovado o Regulamento das Escolas Normais do Estado.

Contava o Estado, ao final de 55, com uma rede de 39 Cursos Normais Regionais, cuja matrícula aproximada era de 1.424 alunos, cursos esses distribuídos nos seguintes municípios:

Curso Normal Regional de Apucarana	103
Curso Normal Regional de Assaí	56
Curso Normal Regional de Andirá	45
Curso Normal Regional de Bandeirantes	70
Curso Normal Regional de Clevelândia	28
Curso Normal Regional de Campo Mourão	28
Curso Normal Regional de Corn. Procopio	70
Curso Normal Regional de Cêro Azul	27
Curso Normal Regional de Fóz do Iguaçu	51
Curso Normal Regional de Jaguariava	41
Curso Normal Regional de Laranjeiras do Sul	56
Curso Normal Regional de Londrina	72



Curso Normal Regional de Mandaguari	95
Curso Normal Regional de Palmas	49
Curso Normal Regional de Pitanga	27
Curso Normal Regional de Pirai do Sul	81
Curso Normal Regional de Prudentópolis	40
Curso Normal Regional de Quatiguá	42
Curso Normal Regional de Rebouças	42
Curso Normal Regional de Rio Negro	61
Curso Normal Regional de Ribeirão Claro	21
Curso Normal Regional de Rio Cinzas	43
Curso Normal Regional de Rolândia	67
Curso Normal Regional de S. José dos Pinhais	—
Curso Normal Regional de Sertãozinho	37
Curso Normal Regional de Tibagi	24
Curso Normal Regional de Stiquetza Campos	53
Curso Normal Regional de Uraí	49
Curso Normal Regional de Venceslau Braz	48

O Estado dispunha, ao final de 1955, de 17 escolas do 2º ciclo do Ensino Normal, com a matrícula de cerca de 1.179 alunos, assim localizadas:

Escola Normal Secundária de Apucarana	69
Escola Normal Secundária de Antonina	44
Escola Normal Secundária de Bandeirantes	27
Escola Normal Secundária de C. Procopio	16
Escola Normal Secundária de Camborá	41
Escola Normal Secundária de Paranaguá	100
Escola Normal Secundária de Guarapuava	18
Escola Normal Secundária de Jacarésinho	48
Escola Normal Secundária de Londrina	144
Escola Normal Secundária de Maringá	—
Escola Normal Secundária da Lapa-Novo Aeneas	41
Escola Normal Secundária de Prudentópolis	19
Escola Normal Secundária de P. Grossa - Regente Feijó	183
Escola Normal Secundária de Ribeirão Claro	31
Escola Normal Secundária de S. Ant. Platina	40
Escola Normal Secundária de União da Vitória	39
Instituto de Educação do Paraná - Curso Normal	319

Ainda funcionaram no Estado 10 Escolas particulares, com uma matrícula de 630 alunos, escolas essas assim localizadas:

Esc. Normal Particular N. S. do Ston - Capital	47
Esc. Normal Particular N. Senhora Lourdes - Capital	72
Esc. Normal Particular Maria Imaculada - Capital	39
Esc. Normal Particular S. Coração Jesus - Capital	136
Esc. Normal Particular N. Senhora das Graças - Irati	34
Esc. Normal Particular Calderari - Irati	28



Esc. Normal Part. Imaculada Conceição - Jacarézinho	61
Esc. Normal Particular São José - Castro	90
Esc. Normal Particular Snt'Ana - P. Grossa	79
Esc. Normal Particular Mãe de Deus - Londrina	44

A despesa mensal por aluno, nos diversos estabelecimentos de ensino normal secundário, foi a seguinte:

	Cr\$
Curso Normal do Instituto de Educação do Paraná	442,77
Escola Normal Secundária de Apucarana	178,70
Escola Normal Secundária de Antonina	364,00
Escola Normal Secundária de Bandeirantes	237,70
Escola Normal Secundária de Cornélio Procopio	171,00
Escola Normal Secundária de Cambará	200,00
Escola Normal Secundária M. da Rocha - Paranaguá	425,10
Escola Normal Secundária de Guarapuava	561,66

Das Escolas Normais Regionais, o aluno mais barato foi o da Escola Normal de Quatiguá, que custou por ano ao Estado Cr\$ 908,52 e o mais caro foi o da Escola Normal Regional de União da Vitória, que custou Cr\$ 8.806,08. O preço médio por ano foi de Cr\$ 3.980,64, por aluno.

Ensino Médio e Superior: Matricularam-se nos estabelecimentos de ensino médio estadual, um total de 17.383 alunos, dos quais 9.281 em Colégios Estaduais e 8.102 nos Ginásios.

A maior matrícula registrada foi no Colégio Estadual do Paraná, na Capital, que atingiu 4.290 alunos; entre os Ginásios, a maior matrícula registrou-se no Curso Ginásial do Instituto de Educação, também da Capital, com 1.145 alunos matriculados.

A seguir, damos, discriminativamente, as matrículas nos diversos colégios do Estado:

Colégio Estadual do Paraná	4.290
Colégio Estadual Rui Barbosa - Jacarézinho	341
Colégio Estadual de Londrina	1.145
Colégio Estadual General Carneiro - Lapa	192
Colégio Estadual Diocesano de Santa Cruz - Castro	359
Colégio Estadual José Bonifácio - Paranaguá	665
Colégio Estadual Regente Feijó - Ponta Grossa	407
Colégio Estadual Tullio de França - U. da Vitória	542
Colégio Estadual de Bandeirantes	350
Instituto de Educação do Paraná, Curso Ginásial	1.145
Ginásio Estadual de Antonina	304
Ginásio Estadual de Assaí	390
Ginásio Estadual de André	113
Ginásio Estadual de Araçongas	437
Ginásio Estadual de Apucarana	421



Ginásio Estadual de Cambará	245
Ginásio Estadual de Carlópolis	124
Ginásio Estadual de Cornélio Procopio	580
Ginásio Estadual de Fóz de Iguacú	173
Ginásio Estadual de Guarapuava - Marcos Ribas	137
Ginásio Estadual de Irati - S. Vicente de Paula	323
Ginásio Estadual de Imbituva	113
Ginásio Estadual de Jaguariaíva	181
Ginásio Estadual de Joaquim Távora	111
Ginásio Estadual de Mandaguari	237
Ginásio Estadual de Morretes — Rocha Pombo	115
Ginásio Estadual de Mallet — Nicolau Copernico	145
Ginásio Estadual de Maringá	394
Ginásio Estadual de Palmas	175
Ginásio Estadual de Palmeira	146
Ginásio Estadual de Pirai do Sul	231
Ginásio Estadual de Prudentópolis	154
Ginásio Estadual de Rolândia	290
Ginásio Estadual de R. Negro - Dr. Caetano M. Rocha	461
Ginásio Estadual de Ribeirão Claro	124
Ginásio Estadual de Sertãozinho	152
Ginásio Estadual de Siqueira Campos	138
Ginásio Estadual de São Mateus do Sul	143
Ginásio Estadual de S. A. da Platina - Rio Branco	239
Ginásio Estadual de Tomazina	81
Ginásio Estadual de Tibagi	100

**Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais:** Nas atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais conta-se a organização de cursos de extensão para o magistério, ministrados por professores do Paraná e do Distrito Federal; foram esses cursos de História do Paraná, Medidas educacionais, Metodologia da linguagem, Fatores emocionais na aprendizagem.

**Serviços de Administração Geral** — a) Serviço de Engenharia. Esse serviço funciona como um complemento do Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Uma das funções desse serviço é fiscalizar a execução dos contratos, locar e receber as obras das escolas rurais tipo A, bem como dos grupos escolares do acôrdo existente entre o Ministério de Educação e Cultura e o Estado do Paraná. Assim é que, no decorrer do ano, foram recebidas as escolas rurais do acôrdo de 1950, nos municípios de Santa Amélia e Bandeirantes; do acôrdo de 1952, no município de Lapa, nas localidades de Butiá, Agua Amarela e Campina Vermelha. Foram ainda concluídas as Escolas rurais do acôrdo de 1952, na localidade de Fogo Grande, no município de Guarapuava; Barreiros no município de Campo Mourão; Vera Cruz, no município de Mallet; Santo Bento do Alto Amparo, no mu-

nicipio de Tibagi. Também foram concluídos os Grupos Escolares do acôrdo de 1952, no município de Joaquim Távora, na localidade de Guapirama; e em Maringá na Maringá Velho; em Juçara, na sede do município; em Siqueira Campos, na sede do município. Concluiu-se ainda, a parte em que deverá funcionar o Grupo Escolar anexo à Escola Normal de Rolândia.

Em 16 de junho, foi firmado entre o Ministério de Educação e Cultura e o Estado do Paraná mais um acôrdo para a construção de 16 escolas rurais e 2 grupos escolares, construções essas distribuídas assim: Congonhinhas, Faxinal, Palmeira, Palmas, Siqueira Campos, Santo Inácio, Timbú, Prudentópolis, São Jerônimo, Jaguapitã, Francisco Beltrão, Mangueirinha, Iraí, Sertaneja, Leopoldina e Juçara. Os grupos escolares foram distribuídos aos municípios de São Jerônimo, na localidade de Santa Cecília do Pavão e em Leopoldina, na localidade de Jandianópolis, obras essas já iniciadas.

Das escolas rurais do acôrdo de 1955, estão concluídas as de Timbú, na localidade do Cerne; em Mangueirinha, na localidade de Bom Sucesso; em Palmas, na localidade de Campo do Meio; em Congonhinhas, na localidade de Bairro dos Alves; em Prudentópolis, na localidade de Capanema.

Foram recebidas as escolas de Timbú, Mangueirinha e Palmas.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas comunicou a conclusão dos seguintes grupos escolares: o do Bacacheri em Curitiba; o Prieto Martinez, inaugurado em 19 de dezembro; o Colonia Francesa, em Palmeira.

Ainda foram inaugurados os grupos escolares de Porto Amazonas; de Mem de Sá e o de Itaquê no município de Campo Largo.

Situação das escolas rurais tipo A, do acôrdo de 1955

Congonhinhas	Bairro dos Alves	concluída
Palmas	Campo do Meio	»
Mangueirinha	Bom Sucesso	»
Prudentópolis	Capanema	»
Timbú	Cerne	»
Faxinal	Séde	revestimentos finais
Palmeira	Santa Barbara	coberta
Siqueira Campos	B. Ponta de Pedra	»
Santo Inácio	Santa Inês	»
São Jerônimo	Sapopema	em paredes
Francisco Beltrão	Baixo Vera	coberta
Iraí	Q. Cadeadinho	revestimentos finais
Juçara	Buriti	» »
Jaguapitã	Guaraci	em paredes
Sertaneja	Séde	não iniciada
Leopoldina	Séde	subst. p/grupo escolar



Dentre as realizações mais importantes da Secretaria de Educação e Cultura, em 1955, destacamos a criação de 55 novos grupos escolares assim localizados:

Localidade	Nome	Classe	Município
Zona Sul		2ª	União da Vitória
Nova Esperança		2ª	Nova Esperança
Mandaguapé		2ª	Mandaguapé
Centenário do Sul		2ª	Centenário do Sul
S. Sebastião do Guaraci		2ª	Jaguapitã
Alvorada do Sul		3ª	Alvorada do Sul
Nova Fátima		3ª	Nova Fátima
Costeira		3ª	Paranaguá
Sertaneja		3ª	Sertaneja
Florestópolis		3ª	Florestópolis
João Guilherme		3ª	Paranaguá
Vila Rio Branco		3ª	Castro
Vila Tingui		3ª	Curitiba
Santo Inácio		3ª	Santo Inácio
Vila Brasil		3ª	Londrina
Salto do Itararé		4ª	Siqueira Campos
Figueira		4ª	Curitiba
Araruva		4ª	Araruva
São Martins		4ª	Rolândia
Agudos do Sul		4ª	Tijucas do Sul
Congonhas		4ª	Congonhinhas
Santa Margarida		4ª	Bela Vista do Paraíso
Seção Palmital		4ª	Assaí
Seção Figueira		4ª	Assaí
Seção Gabiuna		4ª	Assaí
Amoreira		4ª	Amoreira
Araruna		4ª	Peabirú
Peabirú		4ª	Peabirú
Mamboré		4ª	Campo Mourão
Colini	Manoel Ribas	4ª	Pitanga
Santa Fé		4ª	Astorga
Santa Amélia		4ª	Santa Amélia
Platina		4ª	S. Al. da Platina
Lupionópolis		4ª	Lupionópolis
Engenheiro Beltrão		4ª	Peabirú
Ivaionópolis		4ª	Pitanga
Pinhão		4ª	Guarapuava
Palmeirinha		4ª	Guarapuava
Vila Haier		4ª	Curitiba
Santa Teresinha		4ª	Bela Vista do Paraíso
Rancho Alegre		4ª	Uraí

Localidade	Nome	Classe	Município
Barreirinha		4ª	Curitiba
Loanda	Dr. Afonso Camargo	3ª	Paranavaí
Nova Londrina		4ª	Paranavaí
Paranacity		4ª	Paranacity
Sapoema		4ª	Curitiba
Terra Rica		4ª	Paranavaí
Cruzeiro do Oeste		4ª	Peabirú
Cruzeiro do Sul		4ª	Nova Esperança
Guaramiaçu		4ª	Guaramiaçu
Cristo Rei		1ª	Curitiba
Conselheiro Zacarias (noturno)		4ª	Curitiba
Brasilândia		4ª	Curitiba
Guamamiranga	Francisco de Ramos	3ª	Imbituva
2º Grupo Escolar de Maringá		4ª	Maringá



Estadualizou-se o Ginásio Municipal de Jaguapitã.

Transformou-se o Ginásio Estadual de Santo Antonio da Platina em Colégio Estadual Rio Branco.

Estadualizou-se o Ginásio Municipal de Jandaia do Sul.

Foram criadas 400 funções de professores extranumerários, referência V;

Foram criadas 100 funções de Serventes extranumerários, referência I.

Cabe, por fim, referir a lei n. 2.481, que dispõe sobre a reestruturação do magistério primário, profissional, secundário e normal do Estado.

Museu Paranaense: É índice significativo da cultura do povo paranaense o número de visitantes que teve o Museu durante o ano de 1955, número esse que andou aproximadamente na casa dos 18.000, ou seja, uma média de 1.500 visitantes mensalmente.

Foram expedidas publicações do Museu em número de 729.

Foram recebidos 51 livros e 1.162 separatas, revistas e outras publicações, por doação ou em permuta com Sociedades, Institutos e Museus. Por doação feita pela U.S. Library of Congress, o Museu recebeu a obra «Subject Headings» e respectivos suplementos, obra essa de inestimável valor para o trabalho de organização da Biblioteca.

Para o fichário foram encomendadas e recebidas 1.344 fichas impressas do Instituto Brasileiro de Bibliografia.

Além dos livros acima citados, foram registrados mais 643 pertencentes à Coleção Romário Martins, adquiridos há algum tempo pelo Museu. Foram ainda catalogados e classificados cerca de mil exemplares que se encontram nas estantes. A biblioteca muito tem progredido na sua reorganização. Também têm sido atendidas muitas pessoas que vêm em busca de informações, livros para empréstimo e consultas às coleções de jornais.

As diversas Secções se ressentem pela falta de local capaz de servir para o bom acondicionamento de suas peças e objetos de valor histórico

que ofereçam segurança e sirvam para a boa conservação dos mesmos. Foram fornecidos por empréstimo à Biblioteca Pública do Estado, diversos quadros da pinacoteca, para figurarem naquele Estabelecimento em datas comemorativas.

Foi em 22-11-55 inaugurado o retrato a óleo da pintora patriciana d. Maria Amélia de Assunção.

Todas as Secções foram enriquecidas de material conveniente.

Foram realizados diversos trabalhos em colaboração com outros estabelecimentos congêneres, estabelecendo-se assim um intercâmbio valioso de trocas de conhecimentos e de observações.

No mês de novembro o Diretor de Geologia e Mineralogia do Museu, foi o seu representante junto ao 9º Congresso Brasileiro de Geologia, realizado em Araxá, no Estado de Minas, seguindo-se diversas excursões, durante as quais foram coletados diversos minerais de interesse para as suas coleções.

Está concluída a impressão da «Paleontologia do Paraná», como volume comemorativo do Centenário do Estado e que está sendo distribuído pelo Museu. Foi terminada a impressão e a subsequente distribuição do volume X dos Arquivos do Museu, que em face do elevado número de páginas, foi publicado em dois números. Também está sendo publicado o «Arquivo do Museu Paranaense, nova série. Antropologia n. 1».



## BIBLIOTECA PÚBLICA

A estrutura atual da Biblioteca Pública é a seguinte:

a) **Divisão de Biblioteca Central**, dependendo direta e imediatamente do Diretor, com as seguintes seções:

- 1) Artes Plásticas e Pinacoteca;
- 2) Música, Folclore e Discoteca;
- 3) Filmoteca e Centro de Pesquisas Cinematográficas;
- 4) Arquivo e Documentação Paranaense;
- 5) Obras raras e reservadas;
- 6) Empréstimos;
- 7) Referência Geral, Microfilme e Mapoteca;
- 8) Leitura Geral;
- 9) Publicidade, Auditório e Galeria;
- 10) Contabilidade, Tesouraria, Expediente, Protocolo e Almoxarifado
- 11) Administração do Prédio.

b) **Divisão de Preparação**, com as seguintes seções:

- 1) Aquisição e Intercâmbio;
- 2) Catalogação e Classificação;
- 3) Preparação, Conservação, Encadernação e Restauração.

c) **Divisão de Extensão**, com as seguintes seções:

- 1) Extensão Municipal;
- 2) Extensão Estadual.

d) **Divisão Infante-Juvenil**, com as seguintes seções:

- 1) Infantil e educação;
- 2) Juvenil.

De todas estas, encontram-se em funcionamento a de Artes Plásticas, Leitura Geral, Publicidade, Auditório e Galeria, Contabilidade, Tesouraria, Expediente, Protocolo e Almoxarifado, Administração do Prédio, Catalogação e Classificação, Preparação, Conservação, Encadernação e Restauração, Infantil e educação Juvenil.



**ANEXO 4 – MENSAGENS APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1956 PELO SENHOR MOYSÉS LUPION, GOVERNADOR DO PARANÁ, CURITIBA, PARANÁ, 1956.**



Estado do Paraná



# MENSAGEM

APRESENTADA A

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO**

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1956

PELO

**SENHOR MOYSÉS LUPION**

GOVERNADOR DO PARANÁ

QUARENTA — PARANÁ

1956

553.0313  
P.223  
1956



Senhores Deputados:

O imperativo constitucional de o Chefe do Executivo comparecer perante a Assembléia Legislativa, quando esta abre os seus trabalhos anuais, para dar conta da situação do Estado e solicitar as providências que julgar necessárias, tem sido para nós, sempre, uma oportunidade altamente honrosa, em nosso govêrno anterior e agora, de, cuidando daquelas informações, fazer claros para o povo de nossa terra, por vosso intermédio, os problemas, as esperanças e as dificuldades que cercam a vida administrativa estadual, os planos e as ações, e, sobretudo, as idéias e as intenções que os determinaram.

Repetindo-o, hoje, daremos, nesta primeira parte da presente Mensagem, um quadro geral da situação do Estado e da situação administrativa, completando-o com uma informação das medidas e providências que adotamos nos sessenta dias iniciais de nosso govêrno. Na segunda parte, faremos um retrospecto do que se realizou, no exercício de 1955, em cada um dos setores da administração.

X X X

É de nítida evidência que os índices da vida paranaense, em seu maior número, apontam no sentido da prosperidade presente e da prosperidade no futuro imediato.

Alí está, por exemplo, o fato de que, entre o recenseamento de 1940 e o de 1950, a população do Estado aumentou segundo uma taxa geométrica de crescimento anual de 5,5%, e essa taxa é a mais alta de todo o Brasil, sem exceção nem mesmo de S. Paulo. Todos sabemos que tal fato não é produto apenas de um crescimento vegetativo da população, mas é decorrência, sobretudo, do afluxo imigratório para o nosso Estado, provindo de outras unidades da Federação, afluxo que fez com que

os não-paranaenses no Paraná praticamente triplicassem naquele período intercensitário. E todos sabemos que esse afluxo imigratório já é um índice da força da promessa de prosperidade individual que os poderosos impulsos da prosperidade geral espalham como uma atração por todo o país.

Esse índice completa-se com o outro que nos dá o quadro da evolução da participação percentual do Paraná no total da renda do país. Em 1947, concorriamos com 3,81% do total da renda nacional e daí fomos passando, nos anos sucessivos, a 4,01, a 4,12, a 4,75, a 4,65, a 5,17 e a 5,42, — u'a marcha, pois, ascendente e firme. E, em todo o país, a renda do Paraná é a que apresenta o maior crescimento relativo. São muito significativos os percentuais desse crescimento e nós não podemos deixar de trazê-los aqui, pela clara sugestão que eles oferecem. Si tomarmos a renda de 1947, como ponto de referência igual a 100, o quadro do acréscimo percentual será o seguinte: em 1948, 18%; em 1949, 17%; em 1950, 33%; em 1951, 16%; em 1952, 28%; em 1953, 25%.

Como é fácil supôr, essa própria prosperidade, porém, nos cerca de problemas e exige de nós, cada vez, um maior esforço.

As oportunidades estão abertas ao Paraná. — Mas simultaneamente, cada oportunidade faz-nos deparar problemas. Cada oportunidade parece um desafio. Cada oportunidade ameaça, a cada momento, perder-se, se não estivermos atentos, se não nos mostrarmos prontos e certos na ação. — Quase cada oportunidade contém, paradoxalmente, perigos e ameaça arrastar-nos num sentido negativo, e exige-nos, de modo inelutável, providência e plano de longo alcance, contra o estreito imediatismo. Cada oportunidade solicita ação orientada pelo estudo; cada oportunidade reclama esses binômios: técnica e vontade, isto é, disciplina.

x x x

Aqueles dados gerais traçam o quadro em que se deve mover a administração.

Considerando os fatos mais imediatos desta administração, devemos dizer que a situação financeira do Estado, em 31 de dezembro de 1955, nos apresentava os números seguintes:

a) — as disponibilidades livres atingiram a ordem dos Cr\$ 141.786.224,30, aí incluídas as disponibilidades no Tesouro, em Bancos e nas exatorias;

b) — enquanto isso, apenas a soma dos restos a pagar provindos de 1955 ascendia a Cr\$ 1.218.134.957,90 e a esse valor acrescentavam-se Cr\$ 624.282.050,60 de restos a pagar dos anos anteriores, num total, pois, de Cr\$ 1.842.417.008,50;

No plano desse outro problema fundamental de nossa vida econômica que é o da energia elétrica, o Estado havia enveredado pela solução da constituição de uma sociedade de economia mista, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica. A importância das suas atribuições fez-nos providenciar, imediatamente, o fornecimento das quotas a que o Estado se obrigara e, neste sentido, consertaram-se os promenores referentes à entrega de Cr\$ 50.000.000,00 pela Secretaria da Fazenda àquela Companhia, através de depósito mantido no Banco do Estado do Paraná S. A. em conta especial e vinculada ao Fundo de Eletrificação, para atender ao pagamento de parte da subscrição do Estado no capital social da aludida empresa. Na mesma ordem de entendimentos, foi autorizado pelo Estado o depósito de Cr\$ 10.000.000,00 a crédito do mencionado Fundo de Eletrificação.



Passando ao capítulo da política social, mencionaremos, em primeiro lugar, no setor da educação, medidas tomadas no campo de ensino primário e medidas referentes ao ensino médio. No que se refere ao ensino primário, é sabido de todos o nosso profundo déficit em unidades escolares, em todo o Estado. Evidentemente, tal déficit não pode ser sanado no primeiro instante e as medidas adotadas para enfrentá-lo tinham de ser medidas de emergência. Com essa preocupação, determinamos que, na abertura das aulas das escolas daquele grau, se procurasse recolher em nossos grupos e escolas isoladas existentes todas as crianças que batesses as suas portas. É claro que tal solução é uma solução imperfeita, mas era a única cabível de momento. É certo que, dela resultou uma sobrecarga de nossas classes primárias, mas, de qualquer modo, parece-nos que é mais justo dar um pouco a todos, do que recusar a muitos e muito o que se dá a alguns. Naturalmente, a providência que adotamos, forçou, na maioria dos casos, a um aproveitamento mais racional do espaço, do tempo e dos professores, e, assim, deveria trazer um proveito indireto de diminuir um pouco os nossos imensos desperdícios. Dizendo isso, não estamos, porém, defendendo a nossa solução como uma solução permanente e normal. Apenas, não podíamos encontrar problema tão grave e cruzar os braços diante dele. Alguma coisa tinha de ser feita e foi feito o que era imediatamente possível.

No que se refere ao ensino médio, estamos providenciando a ampliação da rede das suas unidades escolares, com a criação dos Cursos Normais Regionais em Mallet, Santa Cruz do Monte Castelo, Mandaguai, Guaratuba, Alto Paraná, Jandaia do Sul, Paraíso do Norte e Santa Isabel do Ivaí; com a criação de Escolas Normais Secundárias em Carlópolis, Campo

→ Ensino Primário  
- construção / abertura  
de unidades  
escolares

Ensino médio



### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Estado mantém, nos serviços de educação e cultura, mais de 6.000 funcionários, a grande maioria constituída de professores.

Para atender os encargos com a educação e para a manutenção das escolas e aquisição de material, foi consignada na lei orçamentária a importância de Cr\$ 222.904.030,10, importância essa que se mostrou insuficiente, tornando-se necessária uma suplementação de Cr\$ 83.296.883,10, perfazendo-se, assim, o total de Cr\$ 306.191.023,40. Considerando-se que a renda global do Estado foi de Cr\$ 1.942.018.614,10 e que a renda tributária atingiu a Cr\$ 1.428.510.000,00, concluiu-se que a Secretaria de Educação e Cultura figurou no orçamento do Estado com mais de 15% de sua renda global e com 21,57% da renda tributária.

**Educação pré-primária:** O número atual de alunos nos nossos jardins da Infância atinge a 4.489, assim distribuídos:

nos Jardins da Infância oficiais:

— da Capital — 1.969  
— do Interior — 2.230

nos Jardins da Infância subvencionados pelo Estado: — 290

Nessa atividade empregam-se 230 professores, dos quais 101 na Capital, 109 no Interior e 20 nas escolas particulares.

**Ensino primário:** O ensino primário é ministrado em 226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas oficiais com uma matrícula aproximada de 154.286 alunos. Além dessas escolas, o Estado ainda mantém 1.038 escolas primárias, com uma matrícula de 22.148 crianças, escolas essas concernentes ao acordo firmado com 116 municípios para a ampliação da rede do Ensino Primário Rural. Com esses acordos, foi dispêndida a importância de Cr\$ 5.194.420,00.

A iniciativa particular tem um papel bastante sensível em todo o Estado e especialmente na sua zona norte. Achem-se registradas na Secretaria de Educação e Cultura 168 escolas primárias particulares.

As escolas oficiais e particulares acham-se assim discriminadas:  
226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas do Estado;

*Iniciativa privada*

2.614 escolas isoladas municipais e 168 escolas particulares, com um total de 16.614 professores.

A matrícula total, por sua vez, atingiu a cifra de 206.146 e as conclusões de curso, 17.424.

Para proceder à inspeção do ensino primário, conta a Secretaria de Educação e Cultura com 17 Delegados de Ensino, que dispõem do concurso dos Inspectores Regionais do Ensino.

**Ensino primário supletivo:** O ensino primário supletivo é, na sua maior parte, mantido com auxílio de verbas federais. 605 cursos funcionaram em 1955.

Em grande parte, foram localizados nas zonas rurais, sendo contemplados todos os municípios com pelo menos dois cursos, embora alguns deles não tenham conseguido instalá-los, alegando dispersão demográfica.

Além desses, funcionam, ainda, 120 classes mantidas exclusivamente pelo Estado, na Capital e 43 no Interior.

Perto de 9.000 alunos frequentaram os cursos supletivos das duas ordens referidas acima.

**Instituições complementares da escola primária** São finalidades das instituições complementares da escola primária:

1) — proporcionar material didático, alimentação supletiva, calçado, uniforme e outros artigos, a preços razoáveis, a todos os alunos e, gratuitamente, aos menos favorecidos financeiramente; servem a isso as Caixas Escolares, Associações Beneficentes, Departamentos de Assistência, Cantinas Escolares;

2) — promover a educação moral e cívica através das comemorações das datas nacionais e atividades dos centros de escotismo, bandeirantismo, civismo;

3) — possibilitar a transferência dos conhecimentos adquiridos para situações da vida real: loja escolar, centro de saúde, correio, imprensa escolar, grêmio literário;

4) — formar hábitos de ocupação útil das horas de lazer, bem como de recreação sadia por meio das orquestras e bandas infantis, bibliotecas, orfeões, discotecas, pincotecas, ligas desportivas;

5) — despertar, nos alunos das escolas situadas nas zonas rurais, o gosto pelo cultivo da terra e os recursos que tornam a lavoura mais produtiva a fim de combater a miséria e a ignorância, através dos clubes agrícolas, fixando o homem do campo ao solo, e combatendo o êxodo rural; e

6) — concorrer para a formação de hábitos de higiene que contribuam para a preservação da saúde.

Apesar do movimento associativo ser recente, pois essa Divisão, na Secretaria, somente foi instalada em agosto de 1952, a sua ação tem sido intensa em todo o Estado, crescendo cada dia as suas atividades, já se impondo mesmo a criação de um Departamento, como fez o vizinho Estado de São Paulo.

*Ensino Supletivo  
Educação de  
primeira  
idade*



Contam-se como atividades mais significativas neste setor:

- a) — campanha escolar de reflorestamento;
- b) — campanha de solidariedade, destinada a angariar fundos destinados a auxiliar a manutenção dos filhos sardos de lázaros, campanha que conseguiu levantar Cr\$ 70.000,00;
- c) — comemorações de todas as datas cívicas, generalizadas por todas as escolas do Estado;
- d) — intercâmbio epistolar dos escolares, não só dentro do Estado, mas pelo país e no estrangeiro;
- e) — caixas escolares, cuja receita atingiu, em 1955, a Cr\$ ..... 3.559.912,00, com uma despesa de Cr\$ 1.082.463,80.

Os serviços de instituições complementares da escola primária têm registradas 400 dessas instituições.

**Ensino normal:** Foram criadas, em 1955, Escolas Normais Secundárias em Maringá e em Cornélio Procopio.

Foram outorgados mandatos aos seguintes estabelecimentos de ensino:

Escola Normal Maria Imaculada  
Escola Normal do Colégio São José

Foi autorizado o funcionamento do 2º ciclo do ensino normal das seguintes escolas:

Escola Normal Secundária de Ribeirão Claro  
Escola Normal Secundária de Prudentópolis

Promoveu-se uma exposição de trabalhos didáticos com o propósito de mostrar, na Capital, as atividades e possibilidades dos Cursos Normais do Estado, exposição essa realizada nos salões do Instituto de Educação.

Mencione-se a realização do concurso efetuado na Secretaria de Educação e Cultura para provimento dos cargos de Professor Auxiliar, classe «M», do ensino secundário e normal do Estado.

Por decreto nº 18.891, de 28-11-55, foi aprovado o Regulamento das Escolas Normais do Estado.

Contava o Estado, ao final de 55, com uma rede de 39 Cursos Normais Regionais, cuja matrícula aproximada era de 1.424 alunos, cursos esses distribuídos nos seguintes municípios:

Curso Normal Regional de Apucarana	103
Curso Normal Regional de Assai	56
Curso Normal Regional de Andirá	45
Curso Normal Regional de Bandeirantes	70
Curso Normal Regional de Clevelândia	28
Curso Normal Regional de Campo Mourão	28
Curso Normal Regional de Corn. Procopio	70
Curso Normal Regional de Cêrro Azul	27
Curso Normal Regional de Fôz do Iguaçú	51
Curso Normal Regional de Jaguariatva	41
Curso Normal Regional de Laranjeiras do Sul	56
Curso Normal Regional de Londrina	72



Ensino Normal

Curso Normal Regional de Mandaguari	95
Curso Normal Regional de Palmas	49
Curso Normal Regional de Pitanga	27
Curso Normal Regional de Pirai do Sul	81
Curso Normal Regional de Prudentópolis	40
Curso Normal Regional de Quatiguá	42
Curso Normal Regional de Rebouças	42
Curso Normal Regional de Rio Negro	81
Curso Normal Regional de Ribeirão Claro	21
Curso Normal Regional de Rio Cinzas	43
Curso Normal Regional de Rolândia	67
Curso Normal Regional de S. José dos Pinhais	—
Curso Normal Regional de Sertãozinho	37
Curso Normal Regional de Tibagi	24
Curso Normal Regional de Siqueira Campos	53
Curso Normal Regional de Uraí	49
Curso Normal Regional de Venceslau Braz	48

O Estado dispunha, ao final de 1955, de 17 escolas do 2º ciclo do Ensino Normal, com a matrícula de cerca de 1.179 alunos, assim localizadas:

Escola Normal Secundária de Apucarana	69
Escola Normal Secundária de Antonina	44
Escola Normal Secundária de Bandeirantes	27
Escola Normal Secundária de C. Procópio	18
Escola Normal Secundária de Cambará	41
Escola Normal Secundária de Paranaguá	100
Escola Normal Secundária de Guarapuava	18
Escola Normal Secundária de Jacarésinho	48
Escola Normal Secundária de Londrina	144
Escola Normal Secundária de Maringá	—
Escola Normal Secundária da Lapa-Novo Ateneu	41
Escola Normal Secundária de Prudentópolis	19
Escola Normal Secundária de P. Grossa - Regente Feijó	183
Escola Normal Secundária de Ribeirão Claro	31
Escola Normal Secundária de S. Ant. Platina	40
Escola Normal Secundária de União da Vitória	39
Instituto de Educação do Paraná - Curso Normal	319

Ainda funcionaram no Estado 10 Escolas particulares, com uma matrícula de 630 alunos, escolas essas assim localizadas:

Esc. Normal Particular N. S. do Stor - Capital	47
Esc. Normal Particular N. Senhora Lourdes - Capital	72
Esc. Normal Particular Maria Imaculada - Capital	39
Esc. Normal Particular S. Coração Jesus - Capital	136
Esc. Normal Particular N. Senhora das Graças - Itaiti	34
Esc. Normal Particular Calderari - Itaiti	28



Esc. Normal Part. Imaculada Conceição - Jacarézinho	61
Esc. Normal Particular São José - Castro	90
Esc. Normal Particular Snt'Ana - P. Grossa	79
Esc. Normal Particular Mãe de Deus - Londrina	44

A despesa mensal por aluno, nos diversos estabelecimentos de ensino normal secundário, foi a seguinte:

	Cr\$
Curso Normal do Instituto de Educação do Paraná	442,77
Escola Normal Secundária de Apucarana	178,70
Escola Normal Secundária de Antonina	364,00
Escola Normal Secundária de Bandeirantes	237,70
Escola Normal Secundária de Cornélio Procopio	171,00
Escola Normal Secundária de Cambaú	200,00
Escola Normal Secundária M. da Rocha - Paranaguá	425,10
Escola Normal Secundária de Guarapuava	581,86

Das Escolas Normais Regionais, o aluno mais barato foi o da Escola Normal de Quatiguá, que custou por ano ao Estado Cr\$ 908,52 e o mais caro foi o da Escola Normal Regional de União da Vitória, que custou Cr\$ 8.805,08. O preço médio por ano foi de Cr\$ 3.980,64, por aluno.

**Ensino Médio e Superior:** Matricularam-se nos estabelecimentos de ensino médio estadual, um total de 17.383 alunos, dos quais 9.281 em Colégios Estaduais e 8.102 nos Ginásios.

A maior matrícula registrada foi no Colégio Estadual do Paraná, na Capital, que atingiu 4.290 alunos; entre os Ginásios, a maior matrícula registrou-se no Curso Ginásial do Instituto de Educação, também da Capital, com 1.145 alunos matriculados.

A seguir, damos, discriminativamente, as matrículas nos diversos colégios do Estado:

Colégio Estadual do Paraná	4.290
Colégio Estadual Rui Barbosa - Jacarézinho	341
Colégio Estadual de Londrina	1.145
Colégio Estadual General Carneiro - Lapa	182
Colégio Estadual Diocesano de Santa Cruz - Castro	359
Colégio Estadual José Bonifácio - Paranaguá	665
Colégio Estadual Regente Feijó - Ponta Grossa	407
Colégio Estadual Tulio de França - União da Vitória	542
Colégio Estadual de Bandeirantes	350
Instituto de Educação do Paraná, Curso Ginásial	1.145
Ginásio Estadual de Antonina	304
Ginásio Estadual de Assaí	390
Ginásio Estadual de Andaraí	113
Ginásio Estadual de Araçongas	437
Ginásio Estadual de Apucarana	421



Ginásio Estadual de Cambará	245
Ginásio Estadual de Carlópolis	124
Ginásio Estadual de Cornélio Procopio	580
Ginásio Estadual de Fóz do Iguaçu	173
Ginásio Estadual de Guarapuava - Manoel Ribas	137
Ginásio Estadual de Irati - S. Vicente de Paula	323
Ginásio Estadual de Imbituva	113
Ginásio Estadual de Jaguariáiva	181
Ginásio Estadual de Joaquim Távora	111
Ginásio Estadual de Mandaguari	237
Ginásio Estadual de Morretes — Rocha Pombo	115
Ginásio Estadual de Mallet — Nicolau Copernico	145
Ginásio Estadual de Maringá	394
Ginásio Estadual de Palmas	175
Ginásio Estadual de Palmeira	146
Ginásio Estadual de Piraí do Sul	231
Ginásio Estadual de Prudentópolis	154
Ginásio Estadual de Rolândia	290
Ginásio Estadual de R. Negro - Dr. Caetano M. Rocha	481
Ginásio Estadual de Ribeirão Claro	124
Ginásio Estadual de Sertanópolis	152
Ginásio Estadual de Siqueira Campos	138
Ginásio Estadual de São Mateus do Sul	143
Ginásio Estadual de S. A. da Platina - Rio Branco	238
Ginásio Estadual de Tomazina	81
Ginásio Estadual de Tibagi	100

**Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais:** Nas atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais conta-se a organização de cursos de extensão para o magistério, ministrados por professores do Paraná e do Distrito Federal; foram esses cursos de História do Paraná, Medidas educacionais, Metodologia da linguagem, Fatores emocionais na aprendizagem.

**Serviços de Administração Geral** — a) Serviço de Engenharia. Esse serviço funciona como um complemento do Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Uma das funções desse serviço é fiscalizar a execução dos contratos, licitar e receber as obras das escolas rurais tipo A, bem como dos grupos escolares do acôrdo existente entre o Ministério de Educação e Cultura e o Estado do Paraná. Assim é que, no decorrer do ano, foram recebidas as escolas rurais do acôrdo de 1950, nos municípios de Santa Amélia e Bandeirantes; do acôrdo de 1952, no município da Lapa, nas localidades de Butiá, Agua Amarela e Campina Vermelha. Foram ainda concluídas as Escolas rurais do acôrdo de 1952, na localidade de Poço Grande, no município de Guarapuava; Barreiros, no município de Campo Mourão; Vera Cruz, no município de Mallet; Santo Bento do Alto Amparo, no mu-

Ginásio Estadual de Cambará	245
Ginásio Estadual de Carlópolis	124
Ginásio Estadual de Cornélio Procopio	580
Ginásio Estadual de Fóz do Iguaçu	173
Ginásio Estadual de Guarapuava - Manoel Ribas	137
Ginásio Estadual de Irati - S. Vicente de Paula	323
Ginásio Estadual de Imbituva	113
Ginásio Estadual de Jaguariçava	181
Ginásio Estadual de Joaquim Távora	111
Ginásio Estadual de Mandaguari	237
Ginásio Estadual de Morretes — Rocha Pombo	115
Ginásio Estadual de Mallet — Nicolau Copernico	145
Ginásio Estadual de Maringá	394
Ginásio Estadual de Palmas	175
Ginásio Estadual de Palmeira	146
Ginásio Estadual de Piraí do Sul	231
Ginásio Estadual de Prudentópolis	154
Ginásio Estadual de Rolândia	290
Ginásio Estadual de R. Negro - Dr. Castano M. Rocha	481
Ginásio Estadual de Ribelrão Claro	124
Ginásio Estadual de Sertanópolis	152
Ginásio Estadual de Siqueira Campos	138
Ginásio Estadual de São Mateus do Sul	143
Ginásio Estadual de S. A. da Platina - Rio Branco	239
Ginásio Estadual de Tomazina	81
Ginásio Estadual de Tibagi	100

**Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais:** Nas atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais conta-se a organização de cursos de extensão para o magistério, ministrados por professores do Paraná e do Distrito Federal; foram êsses cursos de História do Paraná, Medidas educacionais, Metodologia da linguagem, Fatores emocionais na aprendizagem.

**Serviços de Administração Geral** — a) Serviço de Engenharia. Esse serviço funciona como um complemento do Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Uma das funções dêsse serviço é fiscalizar a execução dos contratos, locar e receber as obras das escolas rurais tipo A, bem como dos grupos escolares do acôrdo existente entre o Ministério de Educação e Cultura e o Estado do Paraná. Assim é que, no decorrer do ano, foram recebidas as escolas rurais do acôrdo de 1950, nos municípios de Santa Amélia e Bandeirantes; do acôrdo de 1952, no município da Lapa, nas localidades de Butiá, Agua Amarela e Campina Vermelha. Foram ainda concluídas as Escolas rurais do acôrdo de 1952, na localidade de Poço Grande, no município de Guarapuava; Barreiros, no município de Campo Mourão; Vera Cruz, no município de Mallet; Santo Bento do Alto Amparo, no mu-

nicipio de Tibagi. Também foram concluidos os Grupos Escolares do acôrdo de 1952, no município de Joaquim Távora, na localidade de Guapirama; e em Maringá no Maringá Velho; em Juçara, na sede do município; em Siqueira Campos, na sede do município. Concluiu-se ainda, a parte em que deverá funcionar o Grupo Escolar anexo à Escola Normal de Rolândia.

Em 16 de junho, foi firmado entre o Ministério de Educação e Cultura e o Estado do Paraná mais um acôrdo para a construção de 18 escolas rurais e 2 grupos escolares, construções essas distribuidas assim: Congonhinhas, Faxinal, Palmeira, Palmas, Siqueira Campos, Santo Inácio, Timbú, Prudentópolis, São Jerônimo, Jaguapitã, Francisco Beltrão, Mangueirinha, Irati, Sertaneja, Leopólis e Juçara. Os grupos escolares foram distribuidos aos municípios de São Jerônimo, na localidade de Santa Cecília do Pavão e em Leopólis, na localidade de Jandianópolis, obras essas já iniciadas.

Das escolas rurais do acôrdo de 1955, estão concluidas as de Timbú, na localidade do Cerne; em Mangueirinha, na localidade de Bom Sucesso; em Palmas, na localidade de Campo do Meio; em Congonhinhas, na localidade de Bairro dos Alves; em Prudentópolis, na localidade de Capanema.

Foram recebidas as escolas de Timbú, Mangueirinha e Palmas.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas comunicou a conclusão dos seguintes grupos escolares: o do Bacacheri em Curitiba; o Prieto Martinez, inaugurado em 19 de dezembro; o Colonia Francesa, em Palmeira.

Ainda foram inaugurados os grupos escolares de Porto Amazonas; de Mem de Sá e o de Itaquí no município de Campo Largo.

Situação das escolas rurais tipo A, de acôrdo de 1955

Congonhinhas	Bairro dos Alves	concluída
Palmas	Campo do Meio	»
Mangueirinha	Bom Sucesso	»
Prudentópolis	Capanema	»
Timbú	Cerne	»
Faxinal	Séde	revestimentos finais
Palmeira	Santa Barbara	coberta
Siqueira Campos	B. Ponta de Pedra	»
Santo Inácio	Santa Inês	»
São Jerônimo	Sapopema	em paredes
Francisco Beltrão	Baixo Vére	coberta
Irati	Q. Cadeadinho	revestimentos finais
Juçara	Buriti	»
Jaguapitã	Guaraci	em paredes
Sertaneja	Séde	não iniciada
Leopólis	Séde	subst. p/grupo escolar



Dentre as realizações mais importantes da Secretaria de Educação e Cultura, em 1955, destacamos a criação de 55 novos grupos escolares assim localizados:

Localidade	Nome	Classe	Município
Zona Sul		2ª	União da Vitória
Nova Esperança		2ª	Nova Esperança
Mandaguapé		2ª	Mandaguapé
Centenário do Sul		2ª	Centenário do Sul
S. Sebastião do Guaraçá		2ª	Jaguapitã
Alvorada do Sul		3ª	Alvorada do Sul
Nova Fátima		3ª	Nova Fátima
Costeira		3ª	Paranaguá
Sertaneja		3ª	Sertaneja
Florestópolis		3ª	Florestópolis
João Guilherme		3ª	Paranaguá
Vila Rio Branco		3ª	Castro
Vila Tingui		3ª	Curitiba
Santo Inácio		3ª	Santo Inácio
Vila Brasil		3ª	Londrina
Salto do Itararé		4ª	Siqueira Campos
Figueira		4ª	Curitiba
Araruva		4ª	Araruva
São Martins		4ª	Rolândia
Agudos do Sul		4ª	Tijucas do Sul
Congoninhas		4ª	Congonhinhas
Santa Margarida		4ª	Bela Vista do Paraíso
Seção Palmital		4ª	Assaí
Seção Figueira		4ª	Assaí
Seção Gabiuna		4ª	Assaí
Amoreira		4ª	Amoreira
Araruna		4ª	Peabirú
Peabirú		4ª	Peabirú
Mamboré		4ª	Campo Mourão
Colíni	Manoel Ribas	4ª	Pitanga
Santa Fé		4ª	Astorga
Santa Amélia		4ª	Santa Amélia
Platina		4ª	S. At. da Platina
Lupionópolis		4ª	Lupionópolis
Engenheiro Beltrão		4ª	Peabirú
Ivaionópolis		4ª	Pitanga
Pinhão		4ª	Guarapuava
Palmeirinha		4ª	Guarapuava
Vila Hauser		4ª	Curitiba
Santa Terezinha		4ª	Bela Vista do Paraíso
Rancho Alegre		4ª	Uraí



Localidade	Nome	Classe	Município
Barreirinha		4ª	Curitiba
Loanda	Dr. Afonso Camargo	3ª	Paranavaí
Nova Londrina		4ª	Paranavaí
Paramacity		4ª	Paramacity
Sapoema		4ª	Curituba
Terra Rica		4ª	Paranavaí
Cruzeiro do Oeste		4ª	Peabirú
Cruzeiro do Sul		4ª	Nova Esperança
Guaramiaçu		4ª	Guaramiaçu
Cristo Rei		1ª	Curitiba
Conselheiro Zacarias (noturno)		4ª	Curitiba
Brasilândia		4ª	Curitiba
Guamirimanga	Francisco de Ramos	3ª	Imbituva
2º Grupo Escolar de Maringá		4ª	Maringá



Estadualizou-se o Ginásio Municipal de Jaguapitã.

Transformou-se o Ginásio Estadual de Santo Antonio da Platina em Colégio Estadual Rio Branco.

Estadualizou-se o Ginásio Municipal de Jandaia do Sul.

Foram criadas 400 funções de professores extranumerários, referência V;

Foram criadas 100 funções de Serventes extranumerários, referência I.

Cabe, por fim, referir a lei n. 2.481, que dispõe sobre a reestruturação do magistério primário, profissional, secundário e normal do Estado.

**Museu Paranaense:** É índice significativo da cultura do povo paranaense o número de visitantes que teve o Museu durante o ano de 1955, número esse que andou aproximadamente na casa dos 18.000, ou seja, uma média de 1.500 visitantes mensalmente.

Foram expedidas publicações do Museu em número de 729.

Foram recebidos 51 livros e 1.162 separatas, revistas e outras publicações, por doação ou em permuta com Sociedades, Institutos e Museus. Por doação feita pela U.S. Library of Congress, o Museu recebeu a obra «Subject Headings» e respectivos suplementos, obra essa de inestimável valor para o trabalho de organização da Biblioteca.

Para o fichário foram encomendadas e recebidas 1.344 fichas impressas do Instituto Brasileiro de Bibliografia.

Além dos livros acima citados, foram registrados mais 643 pertencentes à Coleção Romário Martins, adquiridos há algum tempo pelo Museu. Foram ainda catalogados e classificados cerca de mil exemplares que se encontram nas estantes. A biblioteca muito tem progredido na sua reorganização. Também têm sido atendidas muitas pessoas que vêm em busca de informações, livros para empréstimo e consultas às coleções de jornais.

As diversas Secções se ressentem pela falta de local capaz de servir para o bom acondicionamento de suas peças e objetos de valor histórico



que ofereçam segurança e sirvam para a boa conservação dos mesmos. Foram fornecidos por empréstimos à Biblioteca Pública do Estado, diversos quadros da pinacoteca, para figurarem naquele Estabelecimento em datas comemorativas.

Foi em 22-11-55 inaugurado o retrato a óleo da pintora patricia d. Maria Amélia de Assunção.

Tôdas as Secções foram enriquecidas de material conveniente.

Foram realizados diversos trabalhos em colaboração com outros estabelecimentos congêneres, estabelecendo-se assim um intercâmbio valioso de trocas de conhecimentos e de observações.

No mês de novembro o Diretor de Geologia e Mineralogia do Museu, foi o seu representante junto ao 9º Congresso Brasileiro de Geologia, realizado em Araxá, no Estado de Minas, seguindo-se diversas excursões, durante as quais foram coletados diversas minerais de interêsse para as suas coleções.

Está concluída a impressão da «Paleontologia do Paraná», como volume comemorativo do Centenário do Estado e que está sendo distribuído pelo Museu. Foi terminada a impressão e a subseqüente distribuição do volume X dos Arquivos do Museu, que em face do elevado número de páginas, foi publicado em dois números. Também está sendo publicado o «Arquivo do Museu Paranaense, nova série. Antropologia n. 1».

**ANEXO 5 – MENSAGENS APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1956 PELO SENHOR MOYSÉS LUPION, GOVERNADOR DO PARANÁ, CURITIBA, PARANÁ, 1957.**

OK  
*Digitado*



Estado do Paraná

# MENSAGEM

APRESENTADA A

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO**

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1957

PELO

**SENHOR MOYSÉS LUPION**

GOVERNADOR DO PARANÁ

CURITIBA — PARANÁ

1957

*MFN 946*

ano, marcado por uma palavra de ordem: o restabelecimento do equilíbrio, e marcado por duas linhas imperativas:

- 1º — rígida disciplina dos gastos;
- 2º — restrição das iniciativas com obras apenas ao que fôsse estritamente fundamental.

Para aquela disciplina de despesas determinamos que não fôsse utilizado mais do que 50% da previsão da despesa com material permanente, material de consumo e despesas diversas nas repartições do Estado, a menos que o contrário fosse imperativo; decidimos que mesmo os gastos com as dotações liberadas naquelas rubricas deveriam depender de nossa direta autorização. Por outro lado, procuravamos limitar as despesas com a verba de pessoal. É evidente que tudo isso devia se conter dentro dos limites necessários a não perturbar a vida do Estado e a não se tornar um elemento paralizador ou de retardamento.

Ao iniciarmos o ano de 1957, reiteramos as determinações para a disciplina financeira, estabelecendo, entre outras medidas, que: as Secretarias de Estado e os Serviços Autônomos sustentassem, até ulterior deliberação, quaisquer alterações das Tabelas Numéricas, para os empenhos das dotações consignadas no orçamento para o exercício de 1957. Nos elementos 2, 3 e 4 - material permanente, de consumo e despesas diversas, respectivamente, - deviam ser observadas, durante o 1º semestre, as seguintes instruções: a aquisição inadiável de material permanente, elemento 2, somente podia ser processada até o limite de 50% (cincoenta por cento) do duodécimo da dotação consignada no orçamento, ressalvados os compromissos contratuais assumidos pelo governo em exercícios anteriores, com vencimento no ano de 1957; os empenhos correspondentes à aquisição de material de consumo — elemento 3 — podiam ser expedidos até o limite de 30% (trinta por cento) da importância do duodécimo da dotação consignada, ressalvada a compra de material para manutenção contínua de obras em andamento, encargos do governo de interesse público administrativo ou conveniência econômico-financeira, mediante nossa autorização expressa. As dotações consignadas no orçamento para despesas diversas, - elemento 4 - seriam liberadas até o limite de 40% (quarenta por cento) do duodécimo das respectivas importâncias.

Ao mesmo tempo, obtivemos paralizar a perigosa onda de nomeações para cargos públicos, e, nesse empenho, contamos com a alta colaboração desta nobre Casa.

Prosseguimos mantendo todo o processo de disciplina a que nos estamos referindo, porque as dificuldades ainda não puderam ser conjuradas.

Dose  
32229748

cional de Navegação da Bacia do Prata para a passagem para o contróle do Estado da ferrovia Guaíra-Pôrto Mendes.

— Entendimentos com a Comissão Inter-estadual da Bacia Paraná-Uruguaí, para que esta realize os estudos sôbre os rios Ivai, Piquiri e Iguazú, visando a saber das possibilidades de aproveitamento dêsses rios como vias navegáveis. Pertence esta providência às justas esperanças de obter um sistema fluvial de transportes coordenado e amplo, face aos resultados dos estudos já feitos pela CIEPU, relativos ao rio Paranapanema, segundo os quais êste rio poderia apresentar condições excelentes de navegabilidade, permitindo a navegação de embarcações com dois metros e 50 de calado.

— Em função dêsse conjunto de fatos, de necessidades e de expectativas, foi que enviamos a essa Assembléia Legislativa u'a mensagem, pedindo a criação de um Departamento de Portos, Rios e Canais.

Completando tudo isso, está a criação de uma comissão preocupada com os problemas aeroviários, visando, sobretudo, à ampliação e aperfeiçoamento da nossa rêde de aeropostos.

— No setor da energia elétrica estamos articulando providências no sentido de produzir nos próximos cinco anos 400.000 kw. de potência segundo o esquema seguinte:

- a) — usina da diversão dos rios Capivarí-Cachoeira: 150 mil kw. mínimos;
- b) — conjunto do Itararé que será construído através do convênio com o Governo Paulista: 160.000 kw. mínimos;
- e) — usina termo-elétrica de Figueira: 200.000 kw. na 1ª etapa e numa 2.ª etapa 50 mil kw.;
- d) — usina de Campo do Mourão interligada com as termo-elétrica de Maringá e Apucarana e outras de pequeno porte: 25.000 kw.;
- e) — usina do Marumbí: 15.000 kw.

As demais usinas pioneiras completarão a estimativa dos 400.000 kw. programados.

Passando do domínio da política econômica para o da política cultural, desejo referir o esforço para superar o déficit de vagas em nossos grupos escolares, logo no início do ano letivo de 1956. Conseguimos com isso, dar escolas a um muito ponderável número de crianças ameaçadas de não obterem matrícula nas classes públicas do Estado.

Depois disso, deve-se salientar a intensa criação de unidades de ensino de grau médio, isto é, ginásios, colégios, escolas normais e cursos normais regionais.

Será interessante fazer, aqui, uma estatística, que mostre a evolução do nosso ensino de grau médio.

Deficit de vagas nos grupos escolares

Comecemos com os estabelecimentos de ensino normal, um problema cuja gravidade fica evidente quando se sabe que mais da metade do nosso magistério primário não tem formação secundária nem formação profissional especializada, e que as nossas exigências, neste campo, crescem dia a dia, em grandes proporções. Pois bem, até 1946, ao início do nosso primeiro governo, havia no Estado, 5 estabelecimentos oficiais de ensino normal. De 1947 a janeiro de 51, criamos 30 unidades para a formação do magistério. E, no ano de 1956, criamos mais 48 unidades, além de termos instalado 2, criadas em 1955. Enquanto isso, de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956, foram criadas 7 unidades dessa natureza. Dos cursos criados em 1956 já estão em funcionamento 17 secundárias e 15 regionais.

→ Ensino Normal

Depois que assumimos o governo em janeiro de 56, criamos 36 ginásios disseminados por todo o Estado, além de estadualizarmos 9 ginásios municipais, enquanto, no período de janeiro de 51 a janeiro de 56, haviam sido criadas 12 unidades dessa natureza e estadualizados 4 ginásios municipais. Naquele mesmo período, criamos 8 cursos de 2º ciclo, enquanto apenas 1 fora criado de 1951 a janeiro de 1956.

Agora isso, estadualizamos as Escolas Técnicas de Comércio de Cornélio Procopio e de Bandeirantes e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, tendo criado 6 Escolas Técnicas de Comércio.

→ Escolas Técnicas

Precisamos referir, ainda, neste setor da educação, e com o mesmo espírito, a criação das Faculdades de Filosofia de Londrina, Paranaíba e União da Vitória e das Faculdades de Direito de Londrina e de Ponta Grossa, e da Escola de Agronomia e Veterinária de União da Vitória, em fase de estudos; do mesmo modo, podemos mencionar o apoio que demos à obra da Universidade Católica do Paraná, criando facilidades para o funcionamento de sua Faculdade de Medicina (decreto n. 2.465, de 29-5-56).

→ Ensino Superior

Mencionem-se, ainda, os esforços para atrair para Curitiba um Colégio Militar.

No que aos problemas de saúde se refere, — queremos começar enunciando o fato de que o quadro dos nossos serviços sanitários no interior, quando assumimos o governo, não era de molde a provocar entusiasmo. Seria fácil a qualquer um constatar que a produção das unidades sanitárias tinha de ser considerada deficiente, não correspondendo às exigências mínimas que se lhes deve fazer. As unidades sanitárias que funcionam em edifícios próprios necessitavam de reparos urgentes, incluindo-se a pintura geral na maioria delas, o mesmo ocorrendo com aquelas instaladas em prédios alugados.

certame e que constou de 63 aulas, ministradas de 24 a 29 de setembro, aos 200 agricultores matriculados.

Nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, na Escola «Getúlio Vargas», de Palmeira, realizou-se a I Reunião Anual dos Clubes Agrícolas 4-P, de que participaram 134 delegados representando 8 dessas entidades juvenis anexas às Escolas Rurais subordinadas.

No ano passado, o Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional intensificou o funcionamento do cinema educativo, proporcionando aos associados dos Clubes Agrícolas 4-P, das Escolas subordinadas, várias sessões cinematográficas.

**Clubes Agrícolas:** Sob a denominação de Clubes Agrícolas 4-P, em todas as Escolas subordinadas, estão em pleno funcionamento essas importantes agremiações juvenis, que no ano de 1956, realizaram intenso programa de trabalho, executando diversos projetos que foram escolhidos pelos seus próprios associados e que têm andamento no corrente ano letivo, durante o qual será também intensificada a atividade dos Clubes, através duma campanha de admissão de novos associados.

EDUCAÇÃO E CULTURA



## EDUCAÇÃO E CULTURA

O primeiro fato que desejamos referir, no setor da Secretaria de Educação e Cultura, foi o esforço para superar o déficit de vagas em nossos grupos escolares, logo no início do ano letivo de 1956. Conseguimos, com isso, dar escolas a um muito ponderável número de crianças ameaçadas de não obterem matrícula nas classes públicas do Estado.

Depois disso, queremos salientar a intensiva criação de unidades de ensino de grau médio, isto é, ginásios, colégios, escolas normais e cursos normais regionais.

Será interessante fazer, aqui, uma estatística que mostre a evolução do nosso ensino de grau médio.

Começemos com os estabelecimentos de ensino normal, um problema cuja gravidade fica evidente quando se sabe que mais de metade do nosso magistério primário não tem formação secundária nem formação profissional especializada, e que as nossas exigências, neste campo, crescem dia a dia, em grandes proporções. Pois bem, até 1946, ao início do nosso primeiro governo, havia no Estado, 5 estabelecimentos oficiais de ensino normal. De 1947 a janeiro de 51, criamos 30 unidades para a formação do magistério. E, no ano de 1956, criamos mais 48 unidades além de termos instalado 2, criadas em 55. Enquanto isso, de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956, foram criadas 7 unidades dessa natureza. Dos cursos normais criados em 1956 já estão em funcionamento 17 secundários e 15 regionais.

*Ensino Normal*

Depois que assumimos o governo em janeiro de 56, criamos 36 ginásios disseminados por todo o Estado, além de estadualizarmos 9 ginásios municipais, enquanto, no período de janeiro de 51 a janeiro de 56, haviam sido criadas 12 unidades dessa natureza e estadualizados 4 ginásios municipais. Naquêl mesmo período, criamos 8 cursos de 2º ciclo, enquanto apenas 1 fôra criado de 1951 a janeiro de 1956.

Agora isso, estadualizamos as Escolas Técnicas de Comércio de Coronélio Procópio e de Bandeirantes e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, tendo criado 6 Escolas Técnicas de Comércio.

*Escolas Técnicas*

O quadro abaixo, das unidades de ensino médio do Estado, faz, um pouco, o histórico desses fatos:

**Escolas Normais Secundárias:**

- De Andirá — decreto 1.001, de 15/3/56;
- De Carlópolis — decreto 187, de 9/2/56;
- De Campo Largo — decreto 543, de 23/2/56;
- De Siqueira Campos — decreto 647, de 23/2/56;
- De Morretes — decreto 849, de /3/56;
- De Tomazina — decreto 1.000, de 15/3/56;
- De Joaquim Távora — decreto 1.454, de 28/3/56;
- De Marialva — decreto 1.249, de 22/3/56;
- De Jandaia do Sul — decreto 1.796, de 17/4/56;
- De Cornélio Procópio — decreto 16.824, de 22/4/56;
- De São Mateus do Sul — lei 1.938, de 11/6/54;
- De Guarapuava — lei 177, de 16/12/48;
- De Rio Negro — decreto 6.165, de 12/3/49;
- De União da Vitória — decreto 6.165, de 12/3/49;
- De Cambará — decreto 10.863, de 13/5/50;
- De Antonina — decreto 13.041, de 16/12/50;
- De Apucarana — lei 1.066, de 27/11/52;
- De Bandeirantes — lei 1.188, de 6/8/53;
- De Rolândia — lei 1.472, de 28/11/53;
- De Ribeirão Claro — lei 1.696, de 7/1/54;
- De Maringá — lei 2.532, de 13/12/55;
- De Prudentópolis — decreto 16.974, de 28/4/55;
- De Londrina — decreto 10.959, de 23/10/53;
- De Castro — lei 1.750, de 2/2/54;
- De Piraí do Sul — decreto 1.569, de 4/4/56;
- De Mandaguari — decreto 2.123, de 27/4/56;
- De Paranavaí — decreto 2.136, de 27/4/56;
- De Palmeira — decreto 2.286, de 4/5/56;
- De Rolândia — decreto 2.463, de 29/5/56;
- De Porecatu — decreto 4.465, de 22/8/56;
- De Sertãozinho — decreto 4.983, de 13/9/56;
- De Assaí — decreto 7.695, de 11/1/57; e
- De Uraí — decreto 7.696, de 11/1/57.

**Cursos Normais Regionais:**

- De Alto Paraná — decreto 999, de 15/3/56;
- De Santa Cruz do Monte Castelo — decreto 1.158, de 16/3/56;
- De Peabiru — lei 2.654, de 27/3/56;
- De Mandaguaçu — decreto 1.248, de 22/3/56;
- De Guaratuba — decreto 1.197, de 19/3/56;
- De Mallet — decreto 1.210, de 20/3/56;
- De Rio Cinzas — decreto 8.667, de 21/2/53;
- De Assaí — decreto 9.142, de 3/12/49;

De São João do Caiuá — decreto 6.430, de 30/10/56;  
De Paranavaí — decreto 6.465, de 31/10/56;  
De Rio Branco do Sul — decreto 6.466, de 31/10/56;  
De Terra Bôa — decreto 7.038, de 13/12/56;  
De São Jorge — decreto 7.289, de 22/12/56;  
De Colorado — decreto 7.589, de 10/1/57; e  
De Paranacity — decreto 7.822, de 22/1/57.

**Ginásios Estaduais:**

Boqueirão — decreto 267, de 10/2/56;  
Bacacherí — decreto 266, de 10/2/56;  
Santa Felicidade — decreto 265, de 10/2/56;  
Portão — decreto 264, de 10/2/56;  
Clevelândia — decreto 262, de 10/2/56;  
Astorga — decreto 248, de 10/2/56;  
Ibiporã — decreto 426, de 21/2/56;  
Castro — decreto 427, de 21/2/56;  
Mandaguacú — decreto 537, de 23/2/56;  
Peabirú — decreto 538, de 23/2/56;  
Santa Amélia — decreto 539, de 23/2/56;  
Ipiranga — decreto 540, de 23/2/56;  
Ibaití — lei 2.585, de 30/1/56;  
Nova Fátima — decreto 682, de 28/2/56;  
São Pedro do Ivaí — lei 2.625, de 15/3/56;  
Prudentópolis — lei 2.378, de 28/4/55;  
Palmas — decreto 9.135, de 3/12/49;  
Rio Negro — decreto 9.136, de 3/12/49;  
Mandaguarí — decreto 9.137, de 3/12/49;  
Tibagi — decreto 9.138, de 3/12/49;  
Sertanópolis — decreto 9.139, de 39/12/49;  
Tomazina — decreto 9.140, de 3/12/49;  
Joaquim Távora — decreto 9.140, de 3/12/49;  
Jaguariaíva — decreto 6.165, de 11/3/49;  
Mallet — decreto 10.803, de 10/5/50;  
Fóz do Iguaçú — decreto 11.202, de 5/7/50;  
Cornélio Procópio — decreto 11.198, de 22/6/50;  
Ipiranga — decreto 11.937, de 12/9/50;  
Laranjeiras do Sul — decreto 12.003, de 13/9/50;  
Siqueira Campos — decreto 12092, de 2/10/50;  
Cambé — decreto 12.044, de 23/9/50;  
Sengés — decreto 12.073, de 27/9/50;  
Maringá — decreto 12.304, de 12/10/50;  
Santa Mariana — decreto 12.305, de 12/10/50;  
Assaí — decreto  
Castro — decreto 12.589, de 8/11/50;  
Iratí — decreto 12.587, de 8/11/50;

Rebouças — decreto 13.858, de 25/1/51;  
Cornélio Procópio — decreto 3.535, de 26/11/51;  
Pitanga — lei 1.097, de 14/1/53;  
Castro — lei 1.096, de 14/1/53;  
Clevelândia — lei 1.511, de 1/12/53;  
Uraí — lei 1.693, de 7/1/54;  
Peabirú — lei 1.925, de 4/6/54;  
Curitiba — Santa Quitéria — lei 2.363, de 10/2/55;  
São José dos Pinhais — lei 1.697, de 7/1/54;  
Venceslau Braz — lei 1.841, de 13/4/54;  
Pato Branco — lei 1.842, de 13/4/54;  
Araruva — decreto 1.904, de 18/4/56;  
Santa Mariana — lei 1.562, de 14/12/53;  
Bela Vista do Paraíso — lei 2.698, de 25/4/56;  
Cruzeiro do Oeste — decreto 2.134, de 27/4/56;  
Paranavaí — decreto 2.135, de 27/4/56;  
Teixeira Soares — decreto 2.916, de 6/6/56;  
Loanda — decreto 2.933, de 7/6/56;  
Quatiguá — decret 3.461, de 6/7/56;  
Saubaudia — decreto 3.463, de 6/7/56;  
Sengés — decreto 3.477, de 7/7/56;  
Guaratuba — decreto 5.375, de 4/10/56;  
Nova Esperança — decreto 6.369, de 29/10/56;  
Iguaraçu — decreto 6.370, de 29/10/56;  
Primeiro de Maio — decreto 6.368, de 29/10/56;  
Pôrto Amazonas — decreto 6.761, de 23/11/56;  
Judiaí do Sul — decreto 6.813, de 26/11/56;  
São Pedro do Ivai — decreto 6.836, de 26/11/56;  
Pitanga — decreto 7.271, de 21/12/56;  
Maringá — decreto 7.370, de 29/12/56; e  
Tibagi — Cidade Nova — decreto 7.470, de 4/1/57.

**Ginásios Municipais Estadualizados:**

Antonina — decreto 8.252, de 17/12/49;  
Assaí — decreto 12.407, de 19/10/50;  
Andirá — decreto 9.698, de 24/1/50;  
Apucarana — lei 2.822, de 21/8/56;  
Arapongas — decreto 10.478, de 25/4/50;  
Bandeirantes — decreto 9.246, de 19/12/49;  
Carlópolis — decreto 12.408, de 16/10/50;  
Palmeira — decreto 9.247, de 19/1/249;  
Imbituva — decreto 16.658, de 13/11/50;  
Piraí do Sul — decreto 9.248, de 19/12/49;  
Ribeirão Claro — decreto 9.248, de 19/12/49;  
Rolândia — decreto 9.699, de 24/1/50;  
Prudentópolis — decreto 11.722, de 18/8/50;

Morretes — decreto 10.433, de 25/4/50;  
 São Mateus do Sul — decreto 11.945, de 9/9/50;  
 Castro — decreto 84333, de 15/1/53;  
 Irati — decreto 8.334, de 15/1/53;  
 Lapa — decreto 11.087, de 9/6/50;  
 São José dos Pinhais — decreto 20.868, de 26/1/56;  
 Ponta Grossa — lei 2.620, de 15/3/56;  
 Piraquara — lei 2.627, de 15/3/56;  
 Marialva — decreto 1.157, de 16/3/56;  
**Jandaia do Sul** — decreto 1.387, de 24/3/56;  
 Maringá — lei 2.168, de 4/8/54;  
 Santa Mariana — lei 2.809, de 16/8/56;  
 Marialva — lei 2.215, de 21/8/54;  
 Paranavaí — decreto 6.373, de 29/10/56; e  
 Peabirú — decreto 7.326, de 26/12/56.

**Colégios Estaduais:**

Rolândia — decreto 263, de 10/2/56;  
 Cornélio Procópio (Cursos Científico e Clássico) — lei 2.594, de 10/2/56;  
 Londrina — decreto 9.821, de 6/2/50;  
 União da Vitória — decreto 5.112, de 12/12/49;  
 Paranavaí — lei 1.804, de 8/4/54;  
 Apucarana — lei 2.822, de 21/8/56;  
 Rio Negro — decreto 7.849, de 22/1/57;  
**Jacarézinho**  
**Ponta Grossa** — decreto-lei 282, de 21/12/44;  
 Estadual do Paraná — Curitiba — decreto-lei 282, de 21/12/44; e  
 Paranaguá — decreto-lei 282, de 21/12/44.

**Escolas Estadualizadas:**

Técnica de Comércio — Cornélio Procópio — lei 2.808, de 16/8/56;  
 De Comércio — Bandeirantes — decreto 4.798, de 31/8/56; e  
 De Educação Física e Desportos do Paraná — Curitiba — lei 2.911, de 29/10/56.  
 Santo Antonio da Platina — decreto 12.332, de 16/9/50;  
 Guarapuava — decreto 12.494, de 31/10/50;  
 Irati — decreto 12.588, de 8/11/50;  
 Sertanópolis — decreto 4.982, de 13/9/56;  
 Ginásio Estadual de Piraf do Sul — decreto 1.570, de 4/4/56;  
 Ginásio Estadual Nilo Cairo — Apucarana — decreto 5.628, de 17/7/56;  
 De Irati — decreto 6.763, de 23/11/56;  
 De Araçongas — decreto 6.763, de 23-11-56.

**Escolas Técnicas de Comércio:**

De Cornélio Procópio — lei 2.812, de 16/8/56;

De Prudentópolis — decreto 5.190, de 20/9/56;  
De Siqueira Campos — decreto 7.219, de 14/12/56;  
De Joaquim Távora — decreto 7.272, de 21/12/56;  
De Paranavaí — decreto 7.270, de 21/12/56;  
De Carlópolis — decreto 7.448, de 3/1/57; e  
De União da Vitória — decreto 9.363, de 5/10/49.

Sei bem que há quem critique, fazendo-o muitos com a maior honestidade de propósitos, esta nossa orientação. Respondo às suas preocupações, dizendo que o fenômeno da expansão da rede de ensino médio não é um fenômeno paranaense, nem mesmo brasileiro nem é um fruto de minha fantasia ou sequer da minha vontade. É uma grande tendência mundial, tendência avassaladora. Já se disse, com a maior razão, que si o século XIX foi o século de expansão do ensino primário, o século XX é fora de dúvida o da expansão do ensino médio. Naturalmente, não cabe determinar e estudar aqui todos os fatores que condicionam e, por assim dizer, tornam essa tendência, ao mesmo tempo, um fato inevitável e um dever. Falamos em expansão. Na verdade deveríamos dizer: expansão e transformação. Infelizmente, não nos cabe operar neste setor transformações nem mesmo de experiência uma vez que o fundamental da matéria ainda está erradamente sujeito à legislação federal. Mesmo, porém, que fôsse, tal expansão, matéria que dependesse de minha vontade, mesmo que a pressão justa das populações do interior não fôsse um reclamo imperativo, não seria eu quem iria barrar ou sequer dificultar essa face do processo de democratização da cultura. Dizem e objetam que não podemos abrir bons ginásios em toda a parte. É certo que temos dificuldades a vencer, mas isso não é um argumento para nos opormos ao que é a própria tendência mundial de nosso tempo no campo do ensino. É apenas uma razão para nos levar a enfrentar essas dificuldades, no sentido de vencê-las.

*Ensino médio*

Precisamos referir, ainda, neste setor da educação, e com o mesmo espírito, a criação das Faculdades de Filosofia de Londrina, Paranaguá e União da Vitória e das Faculdades de Direito de Londrina e de Ponta Grossa e da Escola de Agronomia e Veterinária de União da Vitória, em fase de estudo; do mesmo modo, podemos mencionar o apoio que demos à obra da Universidade Católica do Paraná, criando facilidades para o funcionamento de sua Faculdade de Medicina (decreto n. 2.465, de 29/5/56).

Mencionem-se, ainda, os esforços para atrair para Curitiba um Colégio Militar.

Deve-se mencionar, também, no setor da Secretaria de Educação e Cultura:

— O Centro de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, o órgão técnico por excelência da Secretaria de Educação e Cultura, realizou vários trabalhos de investigação pedagógica, mórmente na Capital, onde, por meio de seus diversos serviços, procura estabelecer o nível justo e exe-

quível do ensino primário, estabelecendo provas objetivas, aferição contínua da execução dos programas de português e matemática, e outros. Realizou alguns cursos de aperfeiçoamento do pessoal de magistério primário, estabeleceu várias bolsistas no Rio e em Porto Alegre, e manteve regular colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

— A Divisão de Assistência às Instituições Escolares apresentou significativa parcela de assistência, tendo sob sua orientação e contrôle 63 associações beneficentes, 45 caixas escolares, 91 bibliotecas, 32 cantinas escolares, 18 centros de professores, 6 associações de pais e mestres, 4 ligas de bondade e boa vontade, 17 grêmios literários, 30 correios escolares, 4 imprensas escolares, 22 jornais, 19 clubes agrícolas, 6 grêmios e associações infantís, 1 discoteca, 6 museus, 6 orfeões, 1 clube panamericano, 1 associação de amigos da escola, 1 centro de mães, 1 grêmio feminino, 1 lojinha escolar, 2 associações de ex-alunos, 1 clube de trabalhos manuais, 1 centro de cultura, 2 associações de orientação escolar, 10 grêmios de civismo e centros de cultura cívica, 6 grêmios, ligas e clubes desportivos, 9 farmácias escolares e cruz vermelha, 23 clubes, centros e pelotões de saúde. Participou a Divisão da campanha para o desenvolvimento do escotismo e bandeirantismo, estabeleceu intercâmbio escolar com entidades de outras unidades da Federação, da campanha da Solidariedade, para manutenção dos filhos sadios de hansenianos, da campanha Escolar do Reflorestamento, da campanha da Merenda Escolar, campanhas estas que lograram razoáveis rendimentos e que prosseguirão em ritmo acentuado em 1957.

— O Serviço de Educação de Adultos, que se faz com base na assistência do serviço correspondente do Ministério de Educação e Cultura, manteve 379 cursos de alfabetização e 4 centros de iniciação profissional, aos quais distribuiu 4.875 livros **Ler**, 3.985 **Saber**, 3.975 **Aritmética**, 3.775 **Guia de Alimentação**, 1.200 **Cadernos Murais de Linguagem** e 9.790 exemplares do **Jornal para Todos**. As entidades receberam também cerca de 10 mil unidades de material escolar para os diversos fins (cadernos de linguagem, xadrez, de caligrafia, gis, lápis e demais utensílios). A matrícula geral nos cursos de alfabetização atingiu a 10.017 alunos; nos centros de inscrição, 529.

— O Serviço de Acordos estabeleceu acôrdo com 106 municípios, permitindo o funcionamento de 1.018 escolas, cujas despesas para o Estado montaram a Cr\$ 5.194.420,00. 14.055 discentes freqüentaram essas escolas.

Ainda no setôr da educação, desejamos salientar a atividade do Departamento de Cultura, em processo evidente de recuperação e retomada de ritmos satisfatórios de produção.

— O Departamento de Cultura revigorou-se no ano de 1956, recebendo instalações de escritório adequadas às exigências mínimas de trabalho, instituiu um bom serviço de relações públicas e contou com pequena, mas eficiente equipe. A Divisão de Educação Popular e Planejamentos Culturais realizou vários cursos de aperfeiçoamento, o

festival de Música da Orquestra Estudantil de Concêrtos (duração de três meses), prestigiou com o seu patrocínio várias medidas de reconhecimento público e de auxílio financeiro, deu excelente projeção ao Salão Paranaense de Belas Artes; auxiliou a realização de conferências, levou amparo às artes líricas, iniciou o cinema educativo e deu ampla assistência cultural a várias entidades. A Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural também apresentou atividade compensadora, no sentido da preservação das jazidas arqueológicas, com levantamento técnico das áreas; participou, pelo respectivo Chefe, das pesquisas de Lagôa Santa, Minas Gerais, sob a direção do cientista norte-americano Whesley Hurt, reconstituiu o Conselho Consultivo do Patrimônio, e iniciou a publicação de um informativo denominado **Divulgações**, cujo primeiro número teve excelente aceitação.

— O Departamento de Educação Física e Desportos tem atuado como órgão colaborador das atividades da Diretoria da Educação Física do Ministério de Educação, procurando prover de instalações adequadas os estabelecimentos de ensino secundário, fornecendo-lhes os materiais auxiliares, procurando aperfeiçoar o pessoal de magistério e concorrendo para melhoria das técnicas da educação física. A parte desportiva também vem sendo estimulada pelo Departamento, mórmente através das anuais olimpíadas colegiais, quando congrega em Curitiba as representações de todos os estabelecimentos de ensino, secundário e normal, oficiais e particulares, para a realização dos jogos. Jogos regionais igualmente têm sido levados a efeito, reunindo em algumas sedes municipais as representações das casas de ensino da região considerada. Planeja o Departamento de Educação Física e Desportos a construção de uma Colônia de Férias Marítima e a instituição de vários parques infantís.



Fomento .....	100.373.373,20	
Serviços Industriais .....	324.143.334,10	
Dívida Pública .....	193.139.004,40	
Utilidade Pública .....	305.272.309,70	
Encargos Diversos .....	206.081.092,00	2.620.942.282,30

#### **Créditos Especiais e Extraordinários**

Segurança Pública e Assist. Social	7.728.082,40	
Educação Pública .....	8.711.714,00	
Saúde Pública .....	446.202,60	
Fomento .....	934.484,60	
Serviços Industriais .....	145.967.943,30	
Dívida Pública .....	7.862.696,60	
Utilidade Pública .....	10.946.496,60	
Encargos Diversos .....	25.723.069,60	208.320.691,50

#### **Serviços Autônomos**

Administração do Porto de Paranaguá		45.835.079,30
S O M A .....		2.875.098.053,10
«Superavit» verificado .....		83.145.905,60
T O T A L .....		2.958.243.958,70

#### **Despesa por órgão da Administração:**

A despesa realizada, por órgão da administração, no exercício de 1956, é espelhada na seguinte demonstração:

#### **Orçamentária**

Assembléia Legislativa do Estado ..	36.652.737,90
Palácio do Governo .....	5.013.828,90
Secretaria do Governo .....	8.223.462,20
Serviço de Imprensa do Paraná ..	3.468.142,70
Departamento Estadual de Compras	3.779.731,90
Departamento de Fronteiras .....	4.789.745,70
Departamento de Assistência Técnica aos Municípios .....	3.676.373,00
Consultoria Geral do Estado .....	4.037.723,00
Departamento de Geografia, Terras e Colonização .....	31.827.090,10

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas .....	17.980.824,30	
Comissão Especial de Obras do Centenário .....	467.882,20	
Conselho Regional de Desportos ....	225.000,00	
Biblioteca Pública do Paraná .....	3.600.712,50	
Serviço de Assistência ao Servidor Público .....	3.967.938,70	
Tribunal de Contas do Estado ....	10.685.874,60	
Poder Judiciário .....	67.562.299,30	
Secretaria do Interior e Justiça ....	221.353.453,30	
Secretaria da Fazenda .....	516.356.062,40	
Secretaria de Viação e Obras Públicas	682.842.822,50	
Secretaria de Agricultura .....	90.106.468,40	
Secretaria de Educação e Cultura ..	533.263.586,40	
Secretaria de Saúde Pública .....	159.599.420,10	
Chefatura de Polícia .....	144.839.109,20	
Secretaria do Trabalho e Assistência Social .....	66.621.993,00	2.620.942.282,30

**Créditos Especiais Revigorados de 1955 e Créditos Especiais e Extraordinários abertos em 1956:**

Assembléia Legislativa do Estado ..	475.511,60	
Palácio do Governo .....	450.000,00	
Serviço de Imprensa do Paraná ....	29.180,00	
Departamento Estadual de Compras	1.238.147,80	
Departamento de Geografia, Terras e Colonização .....	405.624,20	
Departamento de Fronteiras .....	8.256,00	
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas .....	2.892.427,10	
Biblioteca Pública do Paraná ....	773.314,00	
Serviço de Assistência ao Servidor Público .....	270.371,00	
Secretaria do Interior e Justiça ....	1.865.121,40	
Secretaria da Fazenda .....	22.317.490,00	
Secretaria de Viação e Obras Públicas	166.375.975,30	
Secretaria de Agricultura .....	934.484,60	
Secretaria de Educação e Cultura ..	7.303.810,80	
Secretaria de Saúde Pública .....	448.526,90	
Chefatura de Polícia .....	1.450.750,80	
Secretaria do Trabalho e Assistência Social .....	1.081.700,00	208.320.691,50

ANEXO 6/7/8 - MENSAGENS APRESENTADA À ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO  
LEGISLATIVA DE 1958 PELO SENHOR MOYSÉS LUPION, GOVERNADOR  
DO PARANÁ, CURITIBA, PARANÁ, 1958.



ESTADO DO PARANÁ

# MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

POE OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1958

PELO

SENHOR MOYSÉS LUPION

GOVERNADOR DO PARANÁ

CURITIBA — PARANÁ

1 9 5 8

302.0630  
1958  
MFN 947

**EDUCAÇÃO E CULTURA**

## EDUCAÇÃO

A Secretaria de Educação e Cultura, a cujo encargo de Governo está a administração do ensino público básico e médio (ramos do secundário e normal), do estímulo e desenvolvimento da cultura sob todos os aspectos, além das obrigações de presença, controle e fiscalização das instituições escolares privadas, ainda no decorrer do ano de 1957 sofreu os efeitos do rápido crescimento populacional do Estado, consequência por certo da sua vitalidade econômica, que atrai braços e investimentos num ritmo constante e excepcional dentro dos quadros nacionais.

Produto desse acréscimo singular de população é a demanda de escolas, outras em locais onde já havia muitas e até então suficientes, novas em zonas ainda há pouco desertas e inabitadas. Mas o funcionamento de uma unidade escolar exige um complexo de condições, entre as quais se sobressai a existência de professores capazes, a instalação predial adequada, o fornecimento do material didático, o pessoal subalterno, e tudo dependente dos recursos financeiros. Pode-se, pois, aquilatar facilmente a ordem dos problemas, que a Secretaria de Educação e Cultura vem enfrentando, já que lhe compete dar ao povo não algumas unidades, mas dezenas delas.

Igualmente como reflexo do progressivo aumento de habitantes, há a consolidação de cidades que ontem se acomodavam com estabelecimentos de ensino básico, e hoje exigem funcionamento de ginásios, colégios, escolas profissionais e superiores.

Foi este o panorama administrativo com que se defrontou a Secretaria de Educação e Cultura no fluído ano de 1957. Apesar de tudo, apesar mesmo da crise financeira que dificultou o Estado na execução do seu programa orçamentário, pode a Secretaria de Educação e Cultura proclamar a realização de grande parte de iniciativas capazes de solucionar as questões propostas.

### Departamento de Educação (D.E.)

Detém este órgão da Secretaria de Educação e Cultura as atribui-

ções de manter em funcionamento os estabelecimentos de ensino, fiscalizá-los, dar-lhes o ânimo das técnicas pedagógicas, controlar-lhes as tarefas extra e para-curriculares, ademais do planejamento para aberturas de novas unidades escolares.

Estiveram ativos 288 grupos escolares, 1.796 escolas isoladas e 8 casas escolares, os quais abrigaram uma matrícula de 297.816 alunos de ambos os sexos, número que corresponde a cerca de 10% da população total, e quasi a 80% da população escolar primária.

Esta cadeia de estabelecimentos recebeu inspeção dos Delegados de Ensino e respectivos Inspectores Auxiliares, os quais agora disciplinados pelo regulamento baixado com o decreto n. 12.894, de 21-10-57, têm melhores condições para desenvolver a sua missão.

Com a intenção de melhorar os serviços dêste Departamento, reajustando-o, administrativamente, às necessidades presentes, e provocando um melhor intercâmbio entre os vários setores de trabalho, estamos estudando a sua reorganização.

As Delegacias de Ensino possuem atualmente nova Regulamentação, aprovada pelo Governo do Estado através o decreto n. 12.984, de 21-10-57; tendo entrado imediatamente em vigor, êste novo regulamento vem produzindo seus efeitos benéficos, que entretanto somente serão bem sentidos, no decorrer do atual ano letivo.

#### Ensino Primário

Conta o Estado, atualmente, com 288 Grupos Escolares, 1.796 Escolas Isoladas e 8 Casas Escolares. A matrícula nesses diversos estabelecimentos de ensino, somou 297.816 alunos de ambos os sexos.

Está sendo processado, como primeira decorrência do novo regulamento das Delegacias, o levantamento geral escolar e patrimonial. Dentro de pouco o Departamento de Educação estará perfeitamente capacitado para informar sobre a real situação escolar e patrimonial do Estado. Será, então, a Secretaria de Educação e Cultura senhora da situação do ensino na Capital e no Interior do Estado, da maneira a mais completa possível, o que possibilitará o encaminhamento correto de planos para o aperfeiçoamento do ensino, quer na sua parte material, quer na parte pedagógica.

Há, entretanto, a lastimar desde já o congestionamento dos prédios escolares do interior, onde geralmente funcionam concomitantemente, num mesmo prédio, vários estabelecimentos de ensino: o Grupo Escolar, o Ginásio, o Curso Normal Regional, a Escola Normal, e, às vezes, a Escola de Comércio.

#### Inspeção

O ano que findou, viu realizar-se o que há muito tempo não acontecia: a regular inspeção aos Grupos Escolares e às Escolas de todo o Estado. Não podemos dizer, infelizmente, que tudo já está correndo com perfeição. Faltam ainda muita coisa, mesmo neste serviço de inspeção. É preci-

so que se firme a norma adotada. Há necessidade de se repetir a visita do Delegado de Ensino e do Inspetor Auxiliar, muitas vezes durante o ano escolar.

### **Serviço de Educação de Adultos (S.E.A.)**

Este Serviço de Educação de Adultos é encarregado de executar as disposições do acôrdo firmado, anualmente, pelo Estado, com o Serviço Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes, do Ministério de Educação e Cultura, acôrdo que visa ao ensino primário supletivo para adultos e adolescentes.

O Serviço de Educação de Adultos fêz funcionar os 226 cursos previstos no citado acôrdo, além de 4 Centros de Iniciação Profissional, tendo o Estado contribuído com o fornecimento de aproximadamente 50.000 unidades de material escolar (cadernos de linguagem, de caligrafia, de aritmética, borrão, lápis, etc.).

Os trabalhos afetos à Divisão de Ensino Supletivo, Serviço de Educação de Adultos, são realizados de conformidade com as normas expedidas pelo SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS e ADOLESCENTES, mediante «Térmo de Acôrdo Especial celebrado entre a Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Paraná, para a execução do plano de ensino primário supletivo destinado a adolescentes e adultos». O convênio é assinado anualmente na 2ª quinzena do mês de abril.

Como realização nova neste setor podemos citar o funcionamento, em nosso Estado, dos CENTROS DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL, que objetivam dar aos egressos dos cursos de ensino supletivo de primeiras letras uma habilidade profissional, de caráter artesanal, que lhes proporcione orientação no trabalho e melhores condições sociais.

### **Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (C.E.P.E.)**

O Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, órgão técnico da Secretaria de Educação e Cultura, cumprindo a sua finalidade que é a de realizar estudos e investigações psico-pedagógicas, organizar com fundamento nos estudos realizados, programas de ensino e sistema de verificação do rendimento escolar, promover reuniões para aperfeiçoamento técnico do professorado, organizar e desenvolver os serviços de Orientação Educacional, durante o ano de 1957 intensificou o trabalho de Orientação pedagógica, afim de elevar o nível cultural dos professores e consequentemente, o rendimento escolar do curso primário.

Além do trabalho especializado de cada Secção, visando atividades de caráter geral, o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais colaborou:

Com o DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, na organização do I Curso de Aperfeiçoamento do Professor Primário do Estado:

— elaborando o programa a ser desenvolvido;



- organizado sùmula de orientação das matérias a serem ministradas;
- orientando as professoras da Capital e do interior designadas para ministrarem as aulas;
- designando auxiliares técnicos para ministrarem as aulas do Curso na Capital e nos municípios de Paranavaí, Nova Londrina, Alto Paraná, Tamboára, Paraíso do Norte e Monte Castelo;
- organizando provas-diagnóstico para serem aplicadas no início do curso, para servir de base à orientação e desenvolvimento do mesmo;
- organizando a prova final para verificar o rendimento geral;
- apreciando o resultado do Curso, após a correção das provas, dos municípios submetidos à orientação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Com o SERVIÇO DE ENSINO NORMAL:

- orientando os diretores de Escolas Normais, sôbre provas de critério objetivo, subjetivo e misto, em reuniões realizadas em fevereiro, no Centro Educacional Guaira na sede do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais;
- dando orientação aos professores de Matemática, em cursos realizados de 1.º a 10 de agosto em Apucarana e de 16 a 23 de outubro em Castro.

Com a 1ª DELEGACIA DE ENSINO:

- orientando a professora responsável pelo estudo estatístico do rendimento escolar das escolas isoladas desta Capital.

Fora do âmbito da Secretaria e em trabalhos relacionados com o curso primário o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais atendeu os seguintes colégios particulares, por solicitação dos mesmos:

Colégio Santa Maria

Colégio Sagrado Coração de Jesus

- reuniões no próprio estabelecimento sôbre as matérias da 1.ª série, alguns problemas individuais de difícil aprendizado e redação.

Colégio Nossa Senhora de Sion

- orientação geral.

Colégio das Irmãs Passionistas

- orientação geral às 1.ªs séries.

Colégio Bom Jesus

- orientação do Teste A. B. C. e exercícios auxiliares da maturidade.

Muitos outros colégios foram atendidos com distribuição de sùmulas de orientação geral de ensino.

Aplicaram as provas organizadas pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais os seguintes estabelecimentos particulares:

Recanto Infantil — Colégio Santa Terezinha — Colégio Sacre Coeur de Jesus — Colégio Santa Maria.

Agora isso, o Centro realizou o seu plano ordinário de trabalho, dando desenvolvimento às atividades seguintes, pela sua secção de orientação educacional:

Orientação interna no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais à equipe de Auxiliares Técnicos, encarregada de orientar a aplicação do Teste A.B.C. nos Grupos Escolares da Capital;

Reunião geral com as professoras aplicadoras, constando de: preparo de professoras para aplicação do Teste A.B.C.; aplicação; aferição; traçados dos perfis de classe; gráficos do Teste; apresentação dos exercícios auxiliares da maturidade.

Reuniões para organização de classes de acôrdo com a classificação no Teste A.B.C.; orientação à classe de alunos imaturos e inferiores.

Distribuição de súmulas com sugestões de exercícios para auxiliar a maturidade; orientação aos professores de classes dos repetentes.

Indicação dos livros a serem adotados nas diversas séries escolares. Estudo mais detalhado sobre as Cartilhas. Trabalho interno, individual de acôrdo com as sugestões pedidas.

Elaboração do programa a ser desenvolvido no I Curso de Aperfeiçoamento do Professor Primário do Paraná.

Organização da súmula de orientação das matérias a serem ministradas no referido Curso de Aperfeiçoamento.

Atenção individual na sede às professoras da Capital e do interior, que procuravam informações sobre esse Curso.

Trabalho de Orientação do Curso de Aperfeiçoamento no município de Paranavaí, atendendo também Nova Londrina, Alto Paraná, Tamboára, Paraíso do Norte e Monte Castelo.

Apreciação do resultado do Curso, após a correção das provas, para servir de base à orientação.

Estágio de professores do interior do Paraná para Orientação de Ensino.

Trabalho de Orientação Psicológica às professoras de Castro.

Estudo do programa de Ensino do Estado e confronto com programas de outros Estados.

Orientação geral diária e constante na sede sobre problemas de ensino aos professores da Capital e do interior.

Pesquisa de matemática com a finalidade de verificar a reação da criança da 1ª série diante de operações retiradas do programa e assim comprovar a dificuldade inadequada do mesmo programa.

Visitas aos Grupos Escolares para reuniões de esclarecimento de problemas de ensino.

Reuniões semanais na Biblioteca Pública para orientadoras e Diretoras dos Estabelecimentos de Ensino.

Pela secção de programas e medidas o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais desenvolveu as seguintes atividades principais:

— Retirada de amostra para tabulação referente às provas de 1956.

- Pesquisa realizada no Colégio Estadual do Paraná, para determinar a causa da reprovação no Exame de Admissão (dezembro de 1956).
  - Organização das provas Diagnósticas e Final, referentes ao Curso de Aperfeiçoamento.
  - Tabulação das provas de 1955.
  - Orientação a professoras do interior, quanto à organização e aplicação de provas e entrega de exemplares de provas finais para modelo.
  - Estudo das provas finais de 1956, 1.ª e 2.ª séries e colaboração no serviço de orientação nos grupos escolares da Capital, de acôrdo com as observações feitas no referido estudo.
  - Orientação de provas mensais, para diversos grupos escolares da Capital.
  - Trabalho de tabulação da Prova Experimental da 4.ª série de 1956.
  - Organização da Prova Experimental de Conhecimentos Gerais da 3.ª, 4.ª e 5.ª séries para introdução de uma parte de dissertação nas provas finais destas séries.
  - Aplicação da prova experimental de Conhecimentos Gerais da 4.ª e 5.ª séries.
  - Organização das normas de correção para a parte subjetiva (dissertação) das provas finais de Conhecimentos Gerais.
- Pela secção de estatística educacional, o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais realizou, em 1957, as seguintes atividades principais:
- Verificação do rendimento escolar em 1956, estudo comparativo dos resultados dos diversos Grupos Escolares e verificação das causas da repetência;
    - estudo estatístico das provas aplicadas, estabelecendo-se a média, os limites da área representativa da normalidade e levantando-se os gráficos;
    - organização de novas tabelas para a correção da redação da 3.ª e 4.ª séries e para a correção de bilhete na 2.ª série;
    - considerando o alto índice de reprovação no exame de admissão ao Colégio Estadual do Paraná, fez a Secção um estudo para verificar a procedência dos alunos submetidos a exame e as causas da reprovação, reunindo depois as Sras. Diretoras afim de orientá-las, para que se possa evitar, no futuro, a grande reprovação de nossos escolares;
    - com o resultado das provas finais de 1957, iniciou a Secção o estudo do rendimento escolar nos Grupos Escolares da Capital e de diversos municípios do interior, fazendo levantamento da aprovação e da reprovação.

#### **Divisão de Assistência às Instituições Complementares**

Compete a esta Divisão dar a orientação técnica às associações escolares, às atividades sociais, à fiscalização da receita e despesas dos dinheiros das caixas escolares, associações beneficentes, cantinas e ao planejamento do programa da merenda escolar.

482 instituições estão sob o contróle da Divisão, das quais 44 registradas no decorrer de 1957, dedicadas aos mais variados fins extracurriculares.

A Divisão fez distribuir cêrca de 90.000 merendas escolares, beneficiando a mais de 5.000 alunos, fato que concorre para uma evidente procura da escola e respectiva frequência dos discentes.

### Serviço de Ensino Secundário, Comercial e Superior

Cabe a êste Serviço o contróle do funcionamento dos ginásios, colégios, escolas de comércio e faculdades superiores, fiscalizando-lhes as atividades, provendo-os do necessário, e planejando a criação dos novos estabelecimentos.

Estiveram em atividade, em 1957, 66 ginásios, 12 colégios, 8 escolas técnicas de comércio e 4 unidades de ensino superior. Os cursos ginasiais abrigaram uma população de 19.825 discentes; os colégios, 2.023; os comerciais, 505; os superiores, 158. Estas parcelas dão um total de 22.511 alunos.

Deve ficar aqui consignado um aumento em 1957 de: 29 ginásios, 4 colégios, 6 escolas técnicas de comércio e 1 Escola de Educação Física e Desportos, em pleno e regular funcionamento.

Os quadros anexos dizem bem do que já existe no setor do ensino secundário, comercial e superior e do seu crescente desenvolvimento durante o ano de 1957.

### Estabelecimentos de Ensino Secundário, Comercial e Superior do Estado em 1957

Nº de ordem	Nome do Estabelecimento	Local	Ciclo
1	Ginásio Estadual de Astorga . . . . .	Astorga	1º
2	Ginásio Estadual de Araucária . . . . .	Araucária	1º
3	Ginásio Estadual de Assaí . . . . .	Assaí	1º
4	Ginásio Estadual «Barbosa Ferraz» . . . . .	Andirá	1º
5	Ginásio Estadual «Governador Lupion» . . . . .	Antonina	1º
6	Ginásio Estadual de Araruva . . . . .	Araruva	1º
7	Ginásio Estadual de Bela V. do Paraíso . . . . .	Bela V. do Paraíso	1º
8	Ginásio Estadual «América» . . . . .	Curitiba (Bacacheri)	1º
9	Ginásio Estadual «Prof. V do Amaral» . . . . .	Curitiba (Boqueirão)	1º
10	Ginásio Estadual «Nilo Cairo» . . . . .	Curitiba (Portão)	1º
11	Ginásio Estadual de Santa. Quitéria . . . . .	Curitiba (Sta. Quitéria)	1º
12	Ginásio Estadual Misto Noturno do Inst. Educ. . . . .	Curitiba	1º
13	Curso Ginasial do Inst. de Educação . . . . .	Curitiba	1º
14	Ginásio Estadual «Castro Alves» . . . . .	Cambará	1º

15	Ginásio Estadual de Clevelândia ...	Clevelândia	1º
16	Ginásio Estadual de Cambé .....	Cambé	1º
16	Ginásio Estadual de Cidade Nova ...	Cidade Nova	1º
18	Ginásio Estadual de Carlópolis .....	Carlópolis	1º
19	Ginásio Estadual de Castro .....	Castro	1º
20	Ginásio Estadual de Cruzeiro do Oeste	Cruzeiro do Oeste	1º
21	Ginásio Estadual de Fóz do Iguaçú .	Fóz do Iguaçú	1º
22	Ginásio Estadual «Manoel Ribas» ...	Guarapuava	1º
23	Ginásio Estadual de Imbituva .....	Imbituva	1º
24	Ginásio Estadual de Ibitiporã .....	Ibitiporã	1º
25	Ginásio Estadual de Ibiti .....	Ibiti	1º
26	Ginásio Estadual «Rodrigues Alves» .	Jaguariaíva	1º
27	Ginásio Estadual de Jaguapitã .....	Jaguapitã	1º
28	Ginásio Estadual de Jandaia do Sul ..	Jandaia do Sul	1º
29	Ginásio Estadual de Joaquim Távora .	Joaquim Távora	1º
30	Ginásio Estadual de Lupionópolis ...	Lupionópolis	1º
31	Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul	Laranjeiras do Sul	1º
32	Ginásio Estadual de Loanda .....	Loanda	1º
33	Ginásio Estadual «Rocha Pombo» ....	Morretes	1º
34	Ginásio Estadual de Mandaguacú ...	Mandaguacú	1º
35	Ginásio Estadual de Marialva .....	Marialva	1º
36	Ginásio Estadual «Dr. Gastão Vidigal»	Maringá	1º
37	Ginásio Estadual «Nicolau Copérnico»	Mallet	1º
38	Ginásio Estadual «Vera Cruz» .....	Mandaguari	1º
39	Ginásio Estadual de Nova Esperança	Nova Esperança	1º
40	Ginásio Estadual «Dr. Alberto Gon- çalves» .....	Palmeira	1º
41	Ginásio Estadual de Prudentópolis ..	Prudentópolis	1º
42	Ginásio Estadual de Pirai do Sul ....	Pirai do Sul	1º
43	Ginásio Estadual de Peabirú .....	Peabirú	1º
44	Ginásio Estadual «Romário Martins» .	Piraquara	1º
45	Ginásio Estadual de Pôrto Amazonas .	Pôrto Amazonas	1º
46	Ginásio Estadual de Paranavaí .....	Paranavaí	1º
47	Ginásio Estadual de Quatiguá .....	Quatiguá	1º
48	Ginásio Estadual de Rolândia .....	Rolândia	1º
49	Ginásio Estadual de Rebouças .....	Rebouças	1º
50	Ginásio Estadual «Dr. Caetano M. da Rocha» .....	Rio Negro	1º
51	Ginásio Estadual de Ribeirão Claro .	Ribeirão Claro	1º
52	Ginásio Estadual de Ribeirão do Pinhal	Ribeirão do Pinhal	1º
53	Ginásio Estadual de Santa Amélia ..	Santa Amélia	1º
54	Ginásio Estadual de Sabaudia .....	Sabaudia	1º
55	Ginásio Estadual de Sertanópolis ....	Sertanópolis	1º
56	Ginásio Estadual «Duque de Caxias» .	São Mateus do Sul	1º
57	Ginásio Estadual de Santa Mariana ..	Santa Mariana	1º

58	Ginásio Estadual «Costa Vianna» . . . . .	S. José dos Pinhais	1º
59	Ginásio Estadual de Sengés . . . . .	Sengés	1º
60	Ginásio Estadual «Rio Branco» . . . . .	S. Antonio da Platina	1º
61	Ginásio Estadual «José B. F. Neira» . . . . .	Siqueira Campos	1º
62	Ginásio Estadual de Tibagi . . . . .	Tibagi	1º
63	Ginásio Estadual «Castro Alves» . . . . .	Tomazina	1º
64	Ginásio Estadual de Teixeira Soares . . . . .	Teixeira Soares	1º
65	Ginásio Estadual de Uraí . . . . .	Uraí	1º
66	Ginásio Estadual de Wenceslau Braz . . . . .	Wenceslau Braz	1º
67	Colégio Estadual «Emilio de Menezes» . . . . .	Arapongas	1º-2º
68	Colégio Estadual de Apucarana . . . . .	Apucarana	1º-2º
69	Colégio Estadual de Bandeirantes . . . . .	Bandeirantes	1º-2º
70	Colégio Estadual «Castro Alves» . . . . .	Cornélio Procópio	1º-2º
71	Colégio Estadual «Rui Barbosa» . . . . .	Jacarézinho	1º-2º
72	Colégio Estadual «General Carneiro» . . . . .	Lapa	1º-2º
73	Colégio Estadual de Londrina . . . . .	Londrina	1º-2º
74	Colégio Estadual «José Bonifácio» . . . . .	Paramaguá	1º-2º
75	Colégio Estadual «Regente Feijó» . . . . .	Ponta Grossa	1º-2º
76	Colégio Estadual de Palmas . . . . .	Palmas	1º-2º
77	Colégio Estadual «Tulio de França» . . . . .	União da Vitória	1º-2º
78	Colégio Estadual do Paraná . . . . .	Curitiba	1º-2º
79	Esc. Est. Téc. de Com. «Euclides da Cunha» . . . . .	Andirá	2º
80	Esc. Est. Téc. de Com. de Apucarana . . . . .	Apucarana	2º
81	Esc. Est. Téc. de Com. de Bandeirantes . . . . .	Bandeirantes	2º
82	Esc. Est. Téc. de Com. «Barão do Rio Branco» . . . . .	Cornélio Procópio	2º
83	Esc. Est. Téc. de Com. de Guarapuava . . . . .	Guarapuava	2º
84	Esc. Est. Téc. de Com. «S. Antonio da Platina» . . . . .	S. Antonio da Platina	2º
85	Esc. Est. Téc. de Com. de Prudentópolis . . . . .	Prudentópolis	2º
86	Esc. Est. Téc. de Com. «Cél. David Carneiro» . . . . .	União da Vitória	2º
87	Escola de Educação Física e Desportos . . . . .	Curitiba	Superior
88	Faculdade de Filosofia, C. e Letras . . . . .	Ponta Grossa	Superior
89	Inst. Técnico de Química Industrial . . . . .	Curitiba	Superior
90	Faculdade de Farmácia e Odontologia . . . . .	Ponta Grossa	Superior

### Resumo Geral de Matrícula

Matrículas no Curso Ginásial diurno . . . . .	13.220	.....	
Matrículas no Curso Ginásial noturno . . . . .	.....	6.605	19.825
Matrículas no Curso Colegial diurno . . . . .	749	.....	
Matrículas no Curso Colegial noturno . . . . .	.....	1.274	2.023

Matrículas no Curso de Comércio, diurno . . . . .		
Matrículas no Curso de Comércio, noturno . . . . .	505	505
Matrículas no Curso Superior, diurno . . . . .	73	
Matrículas no Curso Superior, noturno . . . . .	85	158

**Relação dos Estabelecimentos de Ensino Médio instalados em 1957**

1 — Ginásio Estadual «Nilo Cairo . . . . .	Curitiba (Portão)
2 — Ginásio Estadual «América» . . . . .	Curitiba (Bacacherí)
3 — Ginásio Estadual «Prof. V. do Amaral» . . . . .	Curitiba (Boqueirão)
4 — Ginásio Estadual de Santa Quitéria . . . . .	Curitiba (S. Quitéria)
5 — Ginásio Estadual de Uraí . . . . .	Uraí
6 — Ginásio Estadual de Teixeira Soares . . . . .	Teixeira Soares
7 — Ginásio Estadual de Astorga . . . . .	Astorga
8 — Ginásio Estadual de Clevelândia . . . . .	Clevelândia
9 — Ginásio Estadual de Pôrto Amazonas . . . . .	Pôrto Amazonas
10 — Ginásio Estadual de Ibiporã . . . . .	Ibiporã
11 — Ginásio Estadual de Ibatí . . . . .	Ibatí
12 — Ginásio Estadual de Santa Amélia . . . . .	Santa Amélia
13 — Ginásio Estadual de Sabaudia . . . . .	Sabaudia
14 — Ginásio Estadual de Castro . . . . .	Castro
15 — Ginásio Estadual de Rebouças . . . . .	Rebouças
16 — Ginásio Estadual de Cidade Nova . . . . .	Cidade Nova
17 — Ginásio Estadual de Quatiguá . . . . .	Quatiguá
18 — Ginásio Estadual de Wenceslau Braz . . . . .	Wenceslau Braz
19 — Ginásio Estadual de Nova Esperança . . . . .	Nova Esperança
20 — Ginásio Estadual de Loanda . . . . .	Loanda
21 — Ginásio Estadual de Piraquara . . . . .	Piraquara
22 — Ginásio Estadual de Araruva . . . . .	Araruva
23 — Ginásio Estadual de Peabiru . . . . .	Peabirú
24 — Ginásio Estadual de Sengés . . . . .	Sengés
25 — Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul . . . . .	Laranjeiras do Sul
26 — Ginásio Estadual de Lupionópolis . . . . .	Lupionópolis
27 — Ginásio Estadual de Araucária . . . . .	Araucária
28 — Ginásio Estadual de Cruzeiro do Oeste . . . . .	Cruzeiro do Oeste
29 — Ginásio Estadual de B. Vista do Paraíso . . . . .	Bela Vista do Paraíso
30 — Colégio Estadual de Palmas . . . . .	Palmas
31 — Colégio Estadual de Apucarana . . . . .	Apucarana
32 — Colégio Estadual de Cornélio Procópio . . . . .	Cornélio Procópio
33 — Colégio Estadual de Arapongas . . . . .	Arapongas

**Colégio Estadual do Paraná**

Realizou o estabelecimento modelar para o ensino secundário no Paraná, um apreciável trabalho escolar, tendo mesmo ativado vários campos educacionais tais como o da recreação, assistência social, laboratórios e

museus, biblioteca, cantina, teatro, orientação educacional, ensino artístico e educação física.

Agasalhou o Colégio Estadual do Paraná um total de 3.632 alunos, distribuídos em 107 turmas nos dois turnos diurno e noturno. Para melhor eficiência, desenvolveu o funcionamento dos conselhos didáticos, que concorreram para a unidade do ensino no estabelecimento. Está o Colégio preparado para pôr em atividade a sua estação de Rádio.

### Serviço de Ensino Normal

Sem desmerecer a atuação dos demais órgãos dessa Secretaria de Educação e Cultura, é de se consignar aqui uma menção especial ao Serviço de Ensino Normal, pela eficácia excepcional na execução de suas tarefas, tôdas ligadas ao desenvolvimento do ensino normal em nosso Estado. Numerosas providências tomadas, a permanente presença do Serviço junto às escolas, a segurança na ordenação dos objetivos, tudo fez com que o rendimento, a unidade e o espírito de magistério alcançasse um nível nunca antes obtido nessa cadeia escolar.

Estiveram em funcionamento 71 unidades do 1º ciclo, 49 do 2º ciclo, afora 13 outras particulares, mas entrozadas com o Serviço. No final do ano, 219 alunos receberam o diploma de Regente de Ensino, e 203 o diploma de Professora Normalista.

São de mencionar-se, neste setor do ensino normal: Em fevereiro de 1957 realizamos a 1ª reunião de diretores de cursos normais, na Capital do Estado. Foi esta reunião tão bem aceita e compreendida que estabelecemos como norma fazermos anualmente, de 1º a 10 de fevereiro, reuniões de diretores, a fim de tratarmos de assuntos diretamente ligados aos Cursos Normais em suas partes técnica e administrativa.

Desde o início de 1957 o Serviço de Ensino Normal comunicou aos professores dos dez mais antigos Cursos Normais 2º ciclo, que de 23 a 30 de junho do referido ano haveria uma reunião na Capital do Estado, para serem estudados e discutidos os programas a serem oficializados para estes Cursos. Os professores se reuniram em equipes de trabalho, para cada disciplina.

Também a atualização e aperfeiçoamento dos professores de Cursos Normais ocupou nossa atenção. Os professores do interior do Estado não eram atendidos como deveriam ser. Os cursos de especialização eram sempre realizados na Capital e geralmente não chegavam ao conhecimento do professorado do interior. Baseando-nos nas inspeções aos cursos e verificando o espírito altamente dedicado do professorado de nossos Cursos Normais, começamos a estudar a maneira de realizar Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento aos professores do interior. Assim sendo, dividimos o Estado em três (3) regiões, com um número mais ou menos igual de escolas. E, já em agosto, realizamos o 1º Curso de Atualização e Aperfeiçoamento em Apucarana, sob os auspícios da Prefeitura Municipal. Escolhe-



mos as disciplinas Português e Matemática. Tivemos vinte e nove (29) professores inscritos em Português e vinte e um (21) em Matemática. O Curso transcorreu da melhor maneira possível. O 2º Curso realizou-se na cidade de Castro, no mês de outubro. Tivemos inscritos em Português trinta (30) candidatos e em Matemática vinte e um (21). Como ouvintes tivemos inúmeros alunos dos Cursos Normais estaduais e particulares. A Prefeitura foi incansável e o povo compareceu à instalação e encerramento do Curso, prestigiando com sua presença esta iniciativa importantíssima da Secretaria de Educação e Cultura. Verificando a importância e a aceitação deste Curso, já planejamos a realização de mais seis (6) cursos para o ano de 1958.

Damos, a seguir, um quadro com a data da fundação dos cursos normais secundários e regionais do Estado, pelo qual se pode ver a importância do nosso esforço presente, neste setor.

<b>Cursos Normais Regionais</b>	<b>Ano</b>
Laranjeiras do Sul .....	1948
Londrina — Mandaguari — Palmas — Pirai do Sul — Pitanga — Ribeirão Claro — Rio Negro — Rolândia — Apucarana — Assaí — Fóz do Iguaçú — Jaguariaíva — Sertanópolis — Siqueira Campos — Bandeirantes — Cêrro Azul — Rebouças — Andirá — Tibagi .....	1949
Prudentópolis — Cornélio Procópio — Wenceslau Braz — Antonina — Arapongas — Campo Mourão — Quatiguá — Tomazina ...	1950
Jundiaí do Sul — Clevelândia .....	1953
Marialva — Uraí .....	1954
Abatiá — Alto Paraná — Agudos do Sul — Alvorada do Sul — Cascavél — Cruzeiro do Sul — Cruzeiro do Oeste — Rondon — Guaratuba — Primeiro de Maio — Ibatí — Iguaraçú — Jandaia do Sul — Jurema — Loanda — Mandirituba — Mallet — Mandaguacú — Maringá — Monte Castelo — Pinhalão — Paraíso do Norte — Peabirú — Rio Branco do Sul — Pinhal — São Jorge — São João do Caiuá — Santº Inácio — Santa Izabel — Ivaí Santa Mariana — Terra Boa — Toledo .....	1956
Bituruna — Bela Vista do Paraíso — Cianorte — Colorado — Congonhas — Guaíra — Jaguapitã — Leopólis — Nova Londrina — Nova Esperança — Paulo Frontin — Paracacity — Pôrto Vitória — Rondon — São João do Triunfo .....	1957
<b>Cursos Normais Secundários</b>	
Curitiba .....	1876
Ponta Grossa .....	1924
Paranaguá .....	1927

Jacarezinho .....	1938
Londrina .....	1945
Guarapuava — Lapa .....	1948
União da Vitória .....	1949
Antonina — Cambará — .....	1950
Santo Antonio da Platina .....	1951
Bandeirantes — Apucarana .....	1953
Ribeirão Claro .....	1954
Cornélio Procópio — Prudentópolis .....	1955
Arapongas — Carlópolis — Castro — Andirá — Joaquim Távora — Maringá — Marialva — Mandaguari — Morretes — Palmeira — Paranavaí — Piraí do Sul — Rolândia — Siqueira Campos — São José dos Pinhais — São Mateus do Sul — Tomazina ..	1956
Imbituva — Jandaia do Sul — Uraí — Mandaguacú — Santa Mariana — Fóz do Iguaçu — Wenceslau Braz — Assaí — La- ranjeiras do Sul — Campo Mourão — Jaguapitã .....	1957

### Serviço de Engenharia

É um serviço de relêvo na administração da Secretaria de Educação e Cultura, encarregado das providências de manutenção dos prédios escolares, a supervisão das construções dos edifícios escolares e da execução do acôrdo para as unidades de ensino feito com o I.N.E.P., do Ministério de Educação e Cultura.

Em ligação permanente com os serviços da S.V.O.P., o Serviço de Engenharia tem contribuído para a solução dos problemas materiais dos prédios escolares, problemas antes entregues principalmente à iniciativa dos respectivos diretores. A assistência contínua do serviço melhor atendeu às necessidades emergentes e numerosas.

### Departamento de Educação Física e Desportos (D.E.F.D.)

Este órgão da Secretaria de Educação e Cultura, com atribuições especializadas no ramo da educação, esteve atento aos problemas inerentes às suas atividades, e obteve resultados bons, em que pese a desproporção das dotações orçamentárias, em comparação aos objetivos visados.

### Departamento Administrativo (D.A.)

O Departamento Administrativo cumpriu, através dos seus vários serviços, as funções que lhe estavam distribuídas, quais sejam a de controlar a movimentação do pessoal, preparando os atos necessários, a do fornecimento do material escolar, a contabilidade geral, a estatística do ensino, etc..

## Gerais

A Secretaria de Educação e Cultura desenvolveu muitas outras e proveitosas atividades em favor do ensino. Assim é de se mencionar o serviço de assistência escolar aos municípios, por meio de convênios, que possibilitaram às comunidades do interior a manutenção e abertura de considerável número de classes primárias. Também a Divisão de Educação Pré-primária apresentou rendimento de trabalho merecedor de menção. A realização de concurso, para provimento de cargos de Professor de Ensino Médio, foi outra das iniciativas de real interesse para a administração.

## CULTURA

### a) — Departamento de Cultura

O Departamento de Cultura é órgão da Secretaria de Educação e Cultura para os assuntos de cultura sob todos os aspectos e, por isso mesmo, com uma alta destinação funcional.

**Artes Plásticas:** Este foi o campo mais trabalhado pelo Departamento de Cultura. Fêz-se em junho uma exposição coletiva de obras de pintores vivos do Paraná, no Museu de Belas Artes, Rio, a qual teve um grande sucesso artístico. Com igual rendimento, o Departamento de Cultura também expôs no Museu de Arte Moderna de São Paulo, em agosto, um lote de pintura, desenhos e gravuras dos chamados modernos paranaenses. Com isso obteve-se a vinda em setembro de uma coleção de telas do acervo do referido Museu, as quais estiveram expostas nos salões da nossa Biblioteca Pública. Ainda em junho, instituiu-se o I Salão de Belas Artes para Novos, dedicado a conhecer a nova geração de artistas plásticos do Paraná e dar-lhe incentivo para o trabalho. Houve também uma exposição de gravuras de Poty, revestida de marcado êxito. O III Salão de Arte Fotográfica, em homenagem ao Dia do Professor, foi outra execução do Departamento de Cultura. Finalmente, depois de seguro e paulatino planejamento, foi aberto no Dia do Paraná o XIV Salão Paranaense de Belas Artes, com excelente representação de artistas locais e forâneos. Novamente particulares concorreram com Cr\$ 150.000,00 para os prêmios de aquisição.

Várias realizações foram assinaladas na assistência cultural, representadas por cursos, conferências, exposições diversas, sob estímulo e patrocínio do Departamento de Cultura. É de se frisar a concretização do Curso de Pintura, Desenho, Gravura e Artes Aplicadas, a cargo do Centro Juvenil de Artes Plásticas, destinado ao aperfeiçoamento de professores primários, animado e frequentado por professores do interior.

O Departamento de Cultura tomou parte ativa e decisiva nas comemorações dos centenários de Correia Junior, Paula Gomes e Rocha Pom.


**ANEXO 9 – LEI 6 - 20 DE NOVEMBRO DE 1947 - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N. 228 DE DEZEMBRO DE 1947- GASTOS: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 1948.**

# SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação


Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 6 - 20 de Novembro de 1947

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#) 
Publicado no Diário Oficial nº 228 de 2 de Dezembro de 1947

**Súmula:** Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1948.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O Orçamento Geral do Estado do Paraná, para o exercício de 1948, estima a Receita em trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quatorze mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 382.114.775,60).

**Art. 2º.** A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições, na forma de legislação em vigor, e das especificações do Anexo nº 1, sob os seguintes grupos:

RENDA ORDINÁRIA		
I - Renda Tributária	Cr\$ 347.842.000,00	
II - Rendas Patrimoniais	3.404.000,00	
III - Rendas Industriais	18.409.000,00	Cr\$ 369.655.000,00
RENDA EXTRAORDINÁRIA		
I - Mutações Patrimoniais	10.010.000,00	
II - Rendas Diversas	2.449.775,60	12.449.775,60
	-----	-----
Total da Receita..... Cr\$		382.114.775,60

**Art. 3º.** A despesa do Estado, para o exercício de 1948, é fixada em trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quatorze mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 382.114.775,60).

**Art. 4º.** A Despesa será realizada, na forma dos Anexos nºs 2 a 11, com a satisfação dos encargos do Estado e com o custeio e a manutenção dos Serviços públicos, sob a seguinte distribuição:

Anexo nº. 2	Assembléia Legislativa do Estado	4.733.080,00
Anexo nº. 3	Palácio do Govêrno	1.241.242,80
Anexo nº. 4	Tribunal de Contas	1.170.000,00
Anexo nº. 5	Departamento Estadual de Estatística	1.168.560,00
Anexo nº. 6	Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública	44.516.220,80

Anexo nº. 7	Secretaria da Fazenda	45.188.316,00
Anexo nº. 8	Secretaria de Viação e Obras Públicas	171.322.622,00
Anexo nº. 9	Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	23.012.370,00
Anexo nº. 10	Secretaria de Educação e Cultura	67.038.678,00
Anexo nº. 11	Secretaria de Saúde e Assistência Social	22.723.646,00
		-----
	Total da despesa .....	382.114.775,60

**Art. 5º.** A despesa de pessoal, quer fixo, quer variável, bem assim a de material, em cada mês, deverá obedecer ao duodécimo das respectivas dotações consignadas.

**§ 1º.** Excetua-se da exigência deste artigo as despesas com aquisição de fardamento para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, material escolar, material de arrecadação e fiscalização de rendas, impressão de selos, material permanente e de consumo e mais encargos dos Departamentos de Água e Esgotos, e de Geografia, Terras e Colonização.

**§ 2º.** Em casos excepcionais e urgentes poderá o Governador do Estado autorizar quaisquer despesas independentes do critério estabelecido neste artigo.

**Art. 6º.** O orçamento para o exercício de 1948 vigorará de 1º de janeiro a 31 de dezembro, com um mês adicional para sua liquidação.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

*Moisés Lupion*

*João Theophilo Gomy Junior*

*Francisco de Paula Soares Neto*

*Benjamin de Andrade Mourão*


*Antonio Chalbaud Biscaia*

*Milton Macedo Munhoz*

*Gaspar Duarte Velozo*

-----  
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

**ANEXOS:**

Exibir	Descrição
	anexo16028_1928.pdf

**ANEXO 10 – LEI 132 – 10 DE NOVEMBRO DE 1948.**



**Lei 132 - 10 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 212 de 11 de Novembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para reforço da verba 702 - 8-37-1, afim de atender despesas com pessoal variável do Departamento Administrativo.

**Art. 2º.** Fica declarada sem aplicação a importância de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), correspondente à parte da verba 703-8-33-1, destinada ao pagamento do pessoal do Departamento de Educação.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em 10 de novembro de 1948.

*Moyses Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 11 - LEI 137 – 18 DE NOVEMBRO DE 1948**

**Lei 137 - 18 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 218 de 19 de Novembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 423.000,00 à Secretaria de Educação e Cultura.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 423.000,00 (Quatrocentos e vinte e três mil cruzeiros) à verba 706 - 8-38-4 da Secretaria de Educação e Cultura, destinado a subvencionar as seguintes instituições:

Ordem dos Advogados	Cr\$ 6.000,00
Centro de Letras	Cr\$ 6.000,00
Círculo de Estudos Bandeirantes	Cr\$ 12.000,00
Academia Paranaense de Letras	Cr\$ 6.000,00
Centro Paranaense do Rio de Janeiro	Cr\$ 60.000,00
Revista "Paraná Judiciário"	Cr\$ 12.000,00
Escola de Serviço Social	Cr\$ 24.000,00
Instituto de Música do Paraná (Mensing)	Cr\$ 6.000,00
Academia de Música do Paraná	Cr\$ 6.000,00
Centro Paranaense Feminino de Cultura	Cr\$ 6.000,00
Sociedade de Cultura Artística "Brasílio Itiberê"	Cr\$ 40.000,00
Associação dos Professores do Paraná	Cr\$ 12.000,00
Revista Médica do Paraná	Cr\$ 6.000,00
Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico	Cr\$ 6.000,00
Liga de Defesa Nacional	Cr\$ 10.000,00
Sociedade "Orfeon Paranaense"	Cr\$ 5.000,00
Ginásio Municipal de Antonina	Cr\$ 100.000,00
Ginásio Municipal de Palmeira	Cr\$ 100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>Cr\$ 423.000,00</b>

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, em 18 de novembro de 1948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 12 – LEI 144 – 18 DE NOVEMBRO DE 1948**

**Lei 144 - 18 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 220 de 22 de Novembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar de Cr\$ 115.000,00.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar de Cr\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros), para refôrço da seguintes verbas do orçamento vigente:

701-8-04-0	Cr\$ 10.000,00
702-8-09-0	Cr\$ 30.000,00
702-8-37-1	Cr\$ 60.000,00
703-8-32-0	Cr\$ 15.000,00
T O T A L	Cr\$ 115.000,00

**Art. 2º.** Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros), da verba 703-8-33-2, da Lei Orçamentária vigente.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÉRNO, em 18 de novembro de 1948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 13 - LEI 145 – 18 DE NOVEMBRO DE 1948**

**Lei 145 - 18 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 220 de 22 de Novembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 200.000,00, à Secretaria de Educação e Cultura.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento da contribuição do Estado, para a realização dos IX JOGOS UNIVERSITÁRIOS, realizados em Curitiba, entre 1º e 9 de setembro de 1948.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em 18 de novembro de 1948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 14 - LEI 149 – 18 DE NOVEMBRO DE 1948**



**Lei 149 - 18 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 220 de 22 de Novembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 140.000,00, à Secretaria de Educação e Cultura.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) à Secretaria de Educação e Cultura, para reforço da Verba 703-3-30-4 destinado para atender despesas com o transporte de funcionários quando em inspeção escolar.

**Art. 2º.** Fica declarada sem aplicação a importância de Cr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros), à Secretaria de educação e Cultura, correspondente à parte da verba 703-8-30-0 destinada ao pagamento de diárias do Departamento de Educação.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em 18 de novembro de 1948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 15 - LEI 153 – 23 DE NOVEMBRO DE 1948**

**Lei 153 - 23 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 222 de 24 de Novembro de 1948

**Súmula:** Abre o crédito suplementar de Cr\$ 25.200,00, à Secretaria de Educação e Cultura.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos cruzeiros), à Secretaria de Educação e Cultura, para atender despesas do Museu Paranaense, na verba e consignações seguintes:

Verba 705-8341 - Pessoal variável	Cr\$ 14.210,00
Verba 705-8344 - Despesas Diversas	Cr\$ 10.990,00
<b>T O T A L</b>	<b>Cr\$ 25.200,00</b>

**Art. 2º.** Fica cancelada a importância de Cr\$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos cruzeiros) à Secretaria de Educação e Cultura, na verba n. 705-8340, destinada ao Pessoal Fixo do Museu Paranaense.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em 23 de novembro de 1.948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 16 - LEI 167 – 02 DE DEZEMBRO DE 1948**

**Lei 167 - 02 de Dezembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 232 de 6 de Dezembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 600.000,00, à Secretaria de Educação e Cultura.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a subvencionar os Ginásios Municipais de Rolândia, Morretes, Apucarana, Malé, São Mateus do Sul e Ribeirão Claro.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em 2 de Dezembro de 1948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 17 - LEI 127 – 18 DE NOVEMBRO DE 1948**

**Lei 127 - 18 de Novembro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 218 de 19 de Novembro de 1948

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00 à Secretaria de Educação e Cultura.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para reforço da verba 705-8-34-2, afim de atender despesas com a aquisição da aparelhagem para documentação cinematográfica e estudos do Museu Paranaense.

**Art. 2º.** Fica declarada sem aplicação à Secretaria de Educação e Cultura, a importância de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) correspondente à parte da verba 704-8-07-4 destinada ao pagamento de despesas diversas do quadro auxiliar do Departamento de Cultura e Divulgação.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÉRNO, em 18 de novembro de 1948.

*Moysés Lupion*

*Angelo Lopes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 18/19 - LEI 2585 – 30 DE JANEIRO DE 1956**



**Lei 2585 - 30 de Janeiro de 1956**

Publicado no Diário Oficial nº. 270 de 2 de Fevereiro de 1956

**Súmula:** Cria o Ginásio Estadual de Ibaití. Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Educação e Cultura um crédito especial de 200.000,00, para atender as despesas decorrentes da execução desta lei.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica criado o Ginásio Estadual de Ibaití.

**Art. 2º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da execução desta lei.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÉRNO EM CURITIBA, em 30 de janeiro de 1956.

*Adolpho de Oliveira Franco*

*Nilson Baptista Ribas*

*José Hosken de Novaes*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 20 - LEI 3843 – 09 DE DEZEMBRO DE 1958**

**Lei 3843 - 9 de Dezembro de 1958**

Publicado no Diário Oficial nº. 231 de 12 de Dezembro de 1958

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$. 1.500.000,00, para fazer face, no presente exercício, à Lei nº 3.233, de 13/8/57, publicada no Diário Oficial nº 131, de 14/8/57.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de hum milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$. 1.500.000,00), para fazer face, no presente exercício, à Lei nº 3.233, de 13/8/57, publicada no Diário Oficial nº 131, de 14/8/57.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 9 de dezembro de 1.958.

*Moysés Lupion*

*Plinio Franco Ferreira da Costa*

*Nivon Weigert*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 21 - LEI 119 – 15 DE OUTUBRO – PUBLICADO NO DIÁRIO  
OFICIAL N. 194 DE 19 DE OUTUBRO DE 1948: INSTITUI A CARREIRA DE  
PROFESSOR NORMAL E SECUNDÁRIO DO ESTADO**

**Lei 119 - 15 de Outubro de 1948**

Publicado no Diário Oficial nº. 194 de 19 de Outubro de 1948

**Súmula:** Institue a carreira do professor normal e secundário do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º. O magistério secundário e normal do Estado será exercido:~~

**Art. 1º.** Art. 1º - O magistério secundário e normal do Estado será exercido:

(Redação dada pela Lei 340 de 20/05/1950)

~~I - por professores catedráticos;~~

I - por professores catedráticos;

(Redação dada pela Lei 340 de 20/05/1950)

~~II - por professores auxiliares;~~

II - por professores auxiliares;

(Redação dada pela Lei 340 de 20/05/1950)

~~III - por professores contratados;~~

III - por professores suplementaristas;

(Redação dada pela Lei 340 de 20/05/1950)

~~Parágrafo único. Além dos professores de que trata este artigo, haverá livres-docentes, com as funções previstas no artigo 7.º.~~

Parágrafo único. Além dos professores de que trata este artigo, haverá livres-docentes, com as funções previstas no art. 7º.

(Redação dada pela Lei 340 de 20/05/1950)

**Art. 2º.** A cada disciplina ou prática educativa do ensino secundário corresponderá uma cadeira, podendo ser esta desdobrada, de acordo com as necessidades do estabelecimento.

**Parágrafo único.** O ensino das disciplinas ou práticas educativas, nas turmas não regidas por professores catedráticos, incumbirá aos professores auxiliares e contratados.

**Art. 3º.** Os cargos de professores catedráticos e auxiliar serão providos mediante concurso de títulos e provas, na forma do Regulamento que devera ser expedido pelo Poder Executivo dentro de 180 dias e respeitada a legislação federal aplicável.

~~Art. 4º. Os professores contratados serão admitidos, mediante contrato, por prazo nunca superior a um ano, na forma da legislação vigente para o pessoal extranumerário contratado do Estado, desde que estejam habilitados de acordo com a lei federal.~~

**Art. 4º.** Os professores suplementaristas serão designados por ato do Secretário de Educação e Cultura, sob proposta do diretor do estabelecimento, satisfeitas as exigências de habilitação legal.

Parágrafo único - Os professores suplementaristas, em caso de doença comprovada, terão direito à licença estatutária.

(Redação dada pela Lei 340 de 20/05/1950)

**Art. 5º.** O concurso para provimento do cargo de professor catedrático será obrigatoriamente realizado dentro de um ano da data de sua vacância.

**Parágrafo único.** Os cargos de professor catedrático atualmente vagos serão colocados em concurso dentro do prazo de 3 anos a contar da vigência desta lei.

**Art. 6º.** O cargo de professor auxiliar será isolado e de provimento efetivo.

**Parágrafo único.** O professor auxiliar terá direito a elevação de padrão de vencimentos, ao completar cinco, dez e quinze anos de exercício no cargo, não podendo, entretanto, em qualquer caso, ter vencimentos iguais

ou superiores aos do professor catedrático do mesmo estabelecimento.

**Art. 7º.** O livre-docente terá direito a substituição do professor catedrático em caso de afastamento temporário deste ou de vacância do cargo.

**Parágrafo único.** No caso dêste artigo, o livre-docente perceberá os vencimentos do cargo de professor catedrático.

**Art. 8º.** Não haverá, em qualquer caso, provimento interino em cargo de professor catedrático ou auxiliar, ressalvado o disposto nos arts. 7.o e 9.o, e § 2.o, letra a.

**Art. 9º.** Os atuais ocupantes de cargos e funções do magistério secundário e normal, seja qual for a denominação sob que os venham exercendo, ficam automaticamente efetivados no cargo de professor auxiliar se, na data da promulgação da Constituição Federal, contavam, pelo menos, cinco anos de exercício.

**§ 1º.** Aos professores efetivados de acordo com este artigo, será aplicado o disposto no art. 6.o, parágrafo único, de modo que a sua efetivação venha a ser feita no padrão correspondente ao seu tempo de serviço.

**§ 2º.** Aos atuais professores que não satisfizerem a condição dêste artigo, aplicam-se as normas seguintes:

- a) Se forem interinos, ficarão classificados como professores auxiliares interinos, sujeitos a inscrição ex-offício no primeiro concurso para provimento dêsse cargo, se estiverem legalmente habilitados;
- b) Se forem contratados ou suplementaristas, poderão ser admitidos como contratados.

**Art. 10.** As disposições do artigo anterior não se aplicam aos atuais professores catedráticos vitalícios, providos regularmente em seus cargos, e que gozam das garantias asseguradas pelo art. 168, nr. VI, da Constituição Federal.

**Art. 11.** Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÉRNO, em 15 de outubro de 1948.

*Moysés Lupion*

*José Loureiro Fernandes*

*Angelo Lopes*

*Antenor de Alencar Lima*

*João Theophilo Gomy Junior*

*João Vialle*

*Resp. Exp.*

*Alô Guimarães*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 22 - LEI 194 – 21 DE JANEIRO DE 1949. PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL N. 271 DE 24 DE JANEIRO DE 1949 – CRIA TABELA I DO QUADRO DE ENSINO, A CATEGORIA DE REGENTE DE ENSINO PRIMÁRIO**

**Lei 194 - 21 de Janeiro de 1949**

Publicado no Diário Oficial nº. 271 de 24 de Janeiro de 1949

**Súmula:** Cria, na Tabela I, da Parte Permanente do Quadro do Ensino, a CATEGORIA DE REGENTE DE ENSINO PRIMÁRIO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica criada, na Tabela I, da Parte Permanente do Quadro do Ensino, a CATEGORIA DE REGENTE DE ENSINO PRIMÁRIO.

**§ 1º.** Os cargos da categoria de Regentes de Ensino Primário serão providos por portadores de certificados de conclusão dos Cursos Normais Regionais.

**§ 2º.** A Categoria de que trata este artigo terá a estruturação constante da tabela anexa.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta lei serão atendidas pela verba própria da Secretaria de Educação e Cultura.

**Art. 3º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêmo em Curitiba, em 21 de janeiro de 1.949.

*Moyses Lupion*

*Erasm Pilotto*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

ANEXOS:

**Exibir**

**Descrição**



anexo16763\_2124.pdf



**ANEXO 23 - LEI 308 – 04 DE SETEMBRO DE 1957 - PUBLICADO NO  
DIÁRIO OFICIAL N. 151 DE 9 DE SETEMBRO DE 1957 - CRIAÇÃO DE  
QUADRO DE ENSINO**

**Lei 3308 - 04 de Setembro de 1957**

Publicado no Diário Oficial nº. 151 de 9 de Setembro de 1957

**Súmula:** Ficam criados, no Quadro do Ensino, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, cargos de Professor Normalista, Regente do Ensino Primário e Professor Substituto.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam criados, no Quadro de Ensino, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, os seguintes cargos:

<b>Professor Normalista:</b>			
590	(quinhentos e noventa)	do padrão	"I";
180	(cento e oitenta)	do padrão	"J";
100	(cem)	do padrão	"K";
80	(oitenta)	do padrão	"L";
35	(trinta e cinco)	do padrão	"M";
55	(cinquenta e cinco)	do padrão	"N";
95	(noventa e cinco)	do padrão	"O";
<b>Regente do Ensino Primário:</b>			
150	(cento e cinquenta)	do padrão	"G";
80	(oitenta)	do padrão	"H";
70	(setenta)	do padrão	"I";
70	(setenta)	do padrão	"J";
70	(setenta)	do padrão	"K";
60	(sessenta)	do padrão	"L";
60	(sessenta)	do padrão	"M";
<b>Professor Substituto:</b>			
100	(cem)	do padrão	"C".

**Art. 2º.** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 4 de setembro de 1.957.

*Moysés Lupion*

*Vidal Vanhoni*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXO 24 - GAZETA DE LONDRINA.**



# GAZETA DE LONDRINA

Órgão dedicado ao desenvolvimento  
comercial, industrial e agrícola do  
setentrão paranaense

ANO IV — DIRETOR RESPONSÁVEL: João Alves da Rocha Loures — DIRETOR — ORIENTE: Anibal Alves da Rocha Loures Sobrinho — N. 206

LONDRINA — Estado do Paraná — 4 de Abril de 1948

## A DUPLA ADHEMAR-LUPION

A situação política nacional nestes últimos dias, vem girando em torno do caso paulista, que sem dúvida alguma é dos mais graves e delicados. De desmando em desmando, de imoralidade em imoralidade, vai o governador do poderoso Estado haudeirante desmantelando as instituições democráticas e tripudiando sobre o glorioso acervo das tradições paulistas.

Tendo já perdido a confiança daquele laborioso povo que o elegeu, o Sr. Adhemar Pereira de Barros cessa da dignidade e da serenidade que deveria manter como primeiro magistrado de S. Paulo, para tornar-se na precariedade da sua oscilante posição e provocador de distúrbios e de discussões sempre tão prejudiciais à ordem e à legalidade. Tendo por escopo principal despertar ódios políticos, S. Excia. ao invés de procurar a harmonia da numerosa família paulista, vem na prática de atos ilícitos e negociações comprometedoras, impelindo criminosamente que S. Paulo prospere pelo esforço e pelo trabalho honesto de seus filhos. E é justamente quando testemunhamos as mais veementes acusações contra o perfeitamente governo do Sr. Adhemar de Barros, — a ponto de na esfera federal já se cogitar da intervenção naquele Estado, — que vamos encontrar o Sr. Moysés Lupion de braços dados com seu "quasi irmão", compro-

metendo com as combinações políticas forjadas através dos bastidores, o brío e a dignidade do altivo povo paranaense. O Sr. Moysés Lupion, que ainda há dias passados foi na Câmara Federal alvo das censuras dos

representantes paranaenses naquela Casa de Leis, esquece que vigilante está a opinião pública paranaense, para, na hora azada, apontar-lhe os erros e responsabilizar-lhe pelo insucesso do funesto governo.

### Sr. Ulisses Xavier da Silva



Dentre os elementos que devotamente têm se dedicado à causa pública, defendendo os interesses da coletividade em nossa Câmara Municipal, sem dúvida alguma, o nome do Sr. Ulisses Xavier da Silva figura com real destaque, fazendo jus à confiança que no pleito de 16 de Novembro lhe foi depositada.

Como primeiro Secretário da Câmara Municipal de Londrina, empresta sua dedicação e inteligência na solução e andamento dos problemas que mais interessam à coletividade.

Por nossas colunas, fazemos votos para que o ilustre homem público, continue se revelando, como até então o tem feito, um fervoroso e intransigente defensor dos nossos anseios e reivindicações.

R. Quirino

### RETIFICANDO

A bem da verdade retificamos hoje, embora tardiamente, a nota inserida em nosso jornal "Paraná-Norte", do dia 13 do mês p.p., com relação ao sr. José de Oliveira, também conhecido por Zé Gordó.

Precipitadamente e sem conhecer os motivos do incidente naquela data havido no Bar Lider, o repórter atribuiu ao Sr. José de Oliveira uma série de más qualidades, que em absoluto não condizem com a realidade, pois como todos sabem e nós reconhecemos, o Sr. José de Oliveira goza em nossa cidade de um largo círculo de amigos,

grangeadas através seus atributos de honradez, honestidade e probidade.

Tratando-se de um moço pertencente a uma das mais tradicionais famílias aqui radicadas, "Gazeta de Londrina", vem hoje, sem nenhum favor, excusar-se pelo equívoco verificado.

## Benes

De Olhem Costa — (Da Academia Católica de Letras, distribuído pela AGENCIA ARGUS)

Enquanto se espera a conclusão do caso russo húngaros, com que se vai mantendo o habitual sensacionalismo tático da política soviética, o rumoroso caso da Tchecoslováquia vai passando rapidamente à categoria dos fatos consumados. Nota-se, entretanto, atraz do cenário provocado na imprensa das potências ocidentais, que as novas diretrizes políticas do Governo tcheco se lhes afiguram um lábio imprevisível e profundamente desconcertante, como se não estivessem na lógica dos acontecimentos dos nossos dias. Para as potências democráticas, a brusca e drástica mutação política de Praga se deveu essencialmente à traição ou, pelo menos, à fraqueza de Eduard Benes, presidente da República da Europa Central e que, tantas vezes e com tão ardorosa convicção conclamara as inefáveis vantagens da democracia.

Contudo, é justo que se reconheça que o "pequeno estadista democrata" da Tchecoslováquia foi, de algum modo, coerente com a sua doutrina. No seu curioso livro DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, assumidamente Eduardo Benes a posição que as democracias de após guerra deviam assumir em face do regime soviético. Mostrou que este e as democracias ocidentais se contrariavam-se em permanente conflito e que tão só por meio de gradativas concessões mútuas seria possível um acordo final entre os dois sistemas políticos predomnantes no mundo contemporâneo. Benes observou que era possível não somente uma convulsação, mas até mesmo uma adaptação ou equitação dos dois sistemas. Isso ocorreu o que, na evolução das nações, há inúmeras em que uma revolução violenta parece necessária. Mas, como democrata, quero

(Continua na última página)

### COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

PIRANGA

Capitais de R\$ 100.000.000,00 — 100.000.000,00 em Prêmios — 100.000.000,00 em Prêmios — 100.000.000,00 em Prêmios

Agência Geral Emissora para o Norte do Paraná  
NICOLAU LUNARDELLI S. A.

Edifício "NILSA" — Praça Willie Davids — Caixa postal, 179 — Telefone 539 — LONDRINA

### Amparo de Cristo sobre o Brasil e o Mundo

Por R. Monteiro

No dia consagrado à Anjela do Senhor, temos a obrigação de entoar os cânticos positivos e harmoniosos, endereçados às criaturas, nossas irmãs, procurando construir o bem e prosperando, antes de mais nada, renovar os anseios pelo bem de nossa integridade nacional e da vida cristã. Na sinceridade de um esforço construtivo, cooperando da força frontal de um trabalho que possa ser considerado a essência real de um bem viver, vamos nós na data consagrada à re- surreição do Mestre, dos Moyses, tornar realizável a maior das conquistas huma- nas, que é a realização da dignidade fraterna entre os homens, substituindo o egoísmo, a vaidade, a ambição, etc. pelas mais belas das graças: a paz entre os filhos dessa terra de São Paulo e do mundo inteiro, a esperança e a crença de que a procela passará e que ro, a crença em Deus e a generosidade e a alegria da caridade cristã. Em um momento perturbador para as consciências livres do Uni-

verso, envolvidas pelo fanatismo destruidor do materialismo ateu, que ameaça a dignidade, o amor e a caridade entre os povos, não é possível esquecer aquele que se sacrificou pelos homens, o doce Nazareno, que deixou à humanidade o exemplo de dor e lágrimas, para que, um dia, pudesse seus filhos destruídos por uma civilização que fosse mutável e eterna considerado a essência real de um bem viver, vamos nós em sua caminhada pelas mares de angústias, a segunda a profecia do Mestre, sairá nas, que é a realização da dignidade fraterna entre os homens, substituindo o egoísmo, a vaidade, a ambição, etc. pelas mais belas das graças: a paz entre os filhos dessa terra de São Paulo e do mundo inteiro, a esperança e a crença de que a procela passará e que ro, a crença em Deus e a generosidade e a alegria da caridade cristã. Em um momento perturbador para as consciências livres do Uni-

### Fabrica de

## BRIM DE LINHO

procupa representante em LONDRINA

Respostas a "L.L." Caixa Postal, 539 — São Paulo

# INCOGNITO

## Passou por Ponta Grossa o Governador M. Lupion

A imprensa daquela cidade campesina, num furo de reportagem, consegue surpreender S. Excia. num restaurante afastado do centro da cidade - Pelo visto, o sr. Governador guarda algum ressaibo de Ponta Grossa pela derrota que a capital cívica lhe inflingiu nas últimas eleições

"Diário dos Campos" do estadual, passou ontem pela dita 3 de março publica a seguinte notícia, a respeito da passagem do Governador Moises Lupion, por aquela cidade:

"Em companhia do Dr. Benjamin Mourão, deputado

dos Campos, um varateiro incognito. Ninguém o viu no centro da cidade e a ninguém procurou ele, nem sequer a seus correligionários do P.S.D.

Em companhia daquele deputado estadual, o sr.

Moises Lupion chegou num restaurante discreto e afastado, o "Bar Pinguim" sito no bairro de Nova Rússia.

Dali, prosseguiu o chefe do governo viagem para Laranjeira do Sul, onde vai com o fim de presidir as cerimônias da instalação do Departamento do Oeste no Território do Iguaçu.

Pelo visto, o sr. Moises Lupion guarda ainda algum ressaibo de Ponta Grossa em virtude dos resultados dos últimos pleitos eleitorais.

Entretanto, ninguém o viu o que mal se poderia ter prova disso, e de que modo, o povo da Capital Cívica do Paraná sabe ser grato aos governantes equânimes e justos. Si por exemplo, deendi porque se exclui sem dúvida o quem decide assuntos dessa ordem - que o ponto terminal da Estrada de Ferro de Apucarana seja Ponta Grossa, como deve ser, e não Curitiba, para onde o quer levar o sr. João Chede, presidente da Assembleia Legislativa".

# GAZETA DE LONDRINA

Órgão dedicado ao desenvolvimento comercial, industrial e agrícola do território paranaense

ANO IV - DIRETOR - HENRIQUE AVEL - 150 Av. 11. R. da Lourenç - N. 204

LONDRINA - Estado do Paraná - 7 de Março de 1948

## Protesta a Camara de Vereadores de Curitiba

contra a Lei Orgânica dos Municípios - A referida lei viola a Constituição e os princípios sobre os quais se alicerça o regime republicano federativo

A Camara Municipal de Curitiba, aprovou na sua sessão realizada no dia 15 de fevereiro do corrente ano, por unanimidade de votos, a seguinte Moção de Protesto:

TEXTO DO PROTESTO

"A Camara Municipal de Curitiba, aprovou a seguinte

municipal é um indeclinável imperativo, democrático e não se transige e não se transa.

Como legítimos e diretos representantes do povo curitibano, os Vereadores desta Camara Municipal, repudiando os manobras políticas de odiosa vingança e de inqualificável prepotência do situacionismo, comprometem-se a defender, para manter intangível a soberania, a autonomia de Curitiba.

E assim se conservará, unidos e coesos numa digna atitude de respeito à lei e às instituições democráticas e de homenagem a Curitiba que, pelas suas tradições universitárias, pelo seu progresso e pelas promessas de seu futuro magnífico, merece o respeito e o culto de todos os seus filhos.

A Lei Orgânica dos Municípios, votada pela Assembleia Legislativa e, agora, sancionada pelo Poder Executivo Estadual, viola a Constituição e os princípios sobre os quais se alicerça o nosso regime republicano e

## Declaração à Praça

"WARRANT" EXTRAVIADO

Tornamos do conhecimento desta praça que se extraviou a "warrant" sob n.º 525 (quinhentos vinte e cinco) emitida pela Cia. Paraná São Paulo de Armazens Gerais, desta praça, com o respectivo embehecimento de depósito, à ordem de Sr. Sotir Turuma, para o total de 14.500 - (Catorze mil e quinhentos) sacos vastos.

Nestas condições, não poderá ser o mesmo negociado, sob pena de responsabilidade civil e criminal do seu ilegal detentor.

Londrina, 5 de Março de 1948.

BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A.

## A PERSONALIDADE DO DEPUTADO BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO colocada em relevo - Documento que publicará "Paraná-Norte", terça-feira

"Paraná-Norte", na sua próxima edição de terça-feira, dará publicidade a um

corrente mês, sobre os acontecimentos nacionais, em que a projeção de Depu-

do Munhoz da Rocha Neto é mais uma vez posta em relevo. O referido documento analisa a figura do eminentemente pátrio, resultando a sua atuação parlamentar.

## A Imobiliária Agrícola Industrial Marilá Ltda.

Comunicação que provisoriamente, empacoto aguarda o término do Edifício Fagundes, instalou sua Agência em Londrina, no Edifício Nôva - Apartamento 4.

Completam, todavia, que o sr. Eduardo Levesques Filho, proprietário do Edifício Fagundes, sito no Edifício Marilá, deixou de ser Concessionário de Vendas da Cidade Marilá. Todos os assuntos referentes a Imobiliária deverão ser tratados no endereço acima.

## Fundada a Assoc. dos Inquilinos

Completo êxito da reunião levada a efeito ontem - Foi escolhida a Diretoria provisória e nomeada a Comis. de estatutos federativo.

Esta Câmara, entretanto, através desta M. O. A. de protesto, pelos motivos que seu plenário foram expostos em amplas e democráticas discussões manifestou o seu propósito firme e inabalável de desanular essa Lei Inquilinos, tanto pelo seu conteúdo legal, quanto pelo seu caráter institucionalmente, e sancionada com o objetivo de humilhar a nossa classe de humilhar a nossa classe de inquilinos da praça.

(Conclui na próxima página)

